



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIANA SPAGNOLO MARTINS

**VARIAÇÃO LEXICAL EM ITENS DA VIDA URBANA NOS
DADOS DO PROJETO DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL**

Londrina
2023

MARIANA SPAGNOLO MARTINS

**VARIAÇÃO LEXICAL EM ITENS DA VIDA URBANA NOS
DADOS DO PROJETO DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

MARTINS, Mariana Spagnolo.

VARIAÇÃO LEXICAL EM ITENS DA VIDA URBANA NOS DADOS DO PROJETO DO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL / Mariana Spagnolo MARTINS. - Londrina, 2023.
193 f.

Orientador: Vanderci de Andrade Aguilera.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Dialetologia - Tese. 2. Projeto ALiB - Tese. 3. Variação Lexical - Tese. 4. Vida Urbana - Tese. I. Aguilera, Vanderci de Andrade . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

MARIANA SPAGNOLO MARTINS

**VARIAÇÃO LEXICAL EM ITENS DA VIDA URBANA NOS DADOS DO
PROJETO DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutora em

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Orientadora Vanderci de Andrade
Aguilera
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Fabiane Cristina Altino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Jacyra Andrade Mota
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Valter Pereira Romano
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a Dr.^a Greize Alves da Silva
Universidade Federal de Tocantins - UFT

Londrina, 27 de abril de 2023.

AGRADECIMENTOS

Quando estava concluindo a pesquisa de mestrado, ouvi um sábio conselho de uma querida professora: “só nos sentimos prontos para começar um trabalho quando o concluímos”. Esse é um dos aprendizados que sempre ressoa em minha mente ao concluir uma etapa. Acredito que seja um bom sinal.

O conselho foi proferido pela professora Vanderci, não só esse, como tantos outros, às vezes verbalizados, outras vezes feitos em forma de exemplos e atitudes, o que auxiliou, sobremaneira, na minha formação acadêmica e pessoal. Obrigada, Vanderci, por ter me ensinado tanto. Estendo os agradecimentos e admiração à professora Fabiane, à professora Jacyra, ao professor Valter e à professora Greize. Professores pesquisadores que tanto contribuem com a divulgação de saberes acerca do nosso português. Fico feliz em poder ter recebido a orientação e o respaldo desses grandes mestres, mais que isso, em tê-los como referência Obrigada pela leitura atenta e pelos direcionamentos que trouxeram a este trabalho.

Agradeço às amigas que a UEL me apresentou, em especial a Josy Curti e a Carol Bernardino, companheiras de caminhada acadêmica, desde a graduação até o doutorado. A Josy, fiel escudeira e amiga para todas as horas, obrigada por sempre me auxiliar quando precisei e por todo suporte e companheirismo ao longo desses anos. A Carol, pelos diálogos trocados nas mesinhas do CCH e pela companhia nos estudos avançados e disciplinas diversas que fizemos juntas.

Não poderia deixar de mencionar pessoas tão queridas que tive a sorte de conhecer, como a Hélen Silva, a Lidiane Martins, a Dayse Lourenço, a Rebeca Macedo, a Josiane Germano e a Vanessa Yida, mulheres/professoras/amigas com quem compartilhei ideias, risos, alegrias, desesperos acadêmicos e momentos que estão eternizados em minha vida. Obrigada pela amizade, companheirismo e por todas as histórias compartilhadas.

Sou grata ao Projeto ALiB. Foi por meio dele que conheci pessoas importantes (como todas as mencionadas neste espaço), realizei estudos, participei de congressos, construí aprendizados, desconstruí outros. Afirmo com segurança que o Projeto ALiB é a base da minha formação acadêmica.

Em geral, agradeço aos professores da pós-graduação, agradeço ao PPGEL e à CAPES, pelo auxílio financeiro que, pela bolsa de doutorado, fomentou minha pesquisa e, sobretudo, agradeço à Universidade Estadual de Londrina. Sinto-me orgulhosa em ter tido a UEL como minha casa por onze anos, essa instituição me transformou, me moldou, me formou.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus pais, Vânia e Antônio, e aos meus irmãos, Layza, Geovana e Antônio, sem eles eu não teria tido o mais importante: a vida e os exemplos de perseverança e dedicação.

Obrigada!

É notório que as palavras não viajam sós, elas acompanham os homens em sua constante mobilização espacial, levados pela necessidade de buscar novos horizontes e novas experiências.

(Vanderci de Andrade Aguilera)

RESUMO

MARTINS, Mariana Spagnolo. **Variação lexical em itens da vida urbana nos dados do Projeto do Atlas Linguístico do Brasil**. 2023. 192f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

O interesse em conhecer as variedades linguísticas do português brasileiro sempre esteve no imaginário de seus usuários, estudiosos da linguagem ou não, e podemos observar isso no dia a dia, por meio de séries, de livros literários e de conversas esporádicas, em que o “falar diferente” chama a atenção em práticas simples de oralidade. Artisticamente, essas diferenças de falares podem ser representadas em variadas situações, com destaque às distinções culturais e regionais de seus personagens. No meio acadêmico, as variedades linguísticas podem ser exploradas sob as perspectivas dialetológica e geolinguística, visando compreender como a diversidade linguística acontece em contextos reais de fala, considerando a localização geográfica do falante ou da comunidade linguística. Ao tratar de língua falada e de espaço geográfico, Antenor Nascentes, dialetólogo brasileiro, define uma proposta de divisão dialetal (1922-1953), que representa o grande divisor de águas entre a especulação e o empirismo, pois, baseado na prosódia e em fatos fonéticos, o pesquisador divide os falares brasileiros em dois grandes grupos: o do Norte e o do Sul, e subdivide o primeiro em subfalares amazônico e nordestino, e, o segundo, em subfalares baiano, fluminense, mineiro e sulista. Com a consolidação dos estudos dialetológicos e geolinguísticos, a partir da década de 1950, outros trabalhos foram buscando ratificar ou retificar aquela proposta, seja no âmbito fonético, seja no âmbito léxico-semântico. Nesse espaço, situa-se a presente tese, com o objetivo de demonstrar a distribuição lexical referente a dois itens do campo da vida urbana (Questões 195. Lombada/Quebra-molas e 198. Rótula/Rotatória), fundamentada nos princípios teórico-metodológicos da Dialetologia Pluridimensional (THUN, 1998) e comparando-a à proposta de Nascentes (1953) e às redefinições de Ribeiro (2012), de Marins (2012), de Portilho (2013), de Romano (2015), de Santos (2016), de D’Anunciação (2016), de Santos (2018) e de Yida (2019). O *corpus* consiste nas respostas dadas às questões 195 e 198 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (COMITÊ..., 2001), relativas aos 900 inquéritos que compõem a rede de pontos interioranos do Projeto. A partir da observação do comportamento diatópico das variantes documentadas para as duas questões, buscamos: i) apresentar, por meio de cartas linguísticas, a distribuição das variantes de quebra-molas e de rotatória e ii) refletir sobre o processo histórico e geográfico das relações sociais dos falantes e dos contextos regionais em que estão inseridos. Os resultados indicaram um cenário de coocorrência entre as variantes (rotatória e retorno/quebra-molas e lombada) para as duas questões, tanto nas capitais (MARTINS, 2019) quanto no interior do país, além de uma gama de variedades lexicais, que demonstram a criatividade dos falantes para nomear o espaço de organização do tráfego nas vias urbanas.

Palavras-chave: Dialetologia; Projeto ALiB; Vida Urbana; Variação Lexical; Rotatória/Quebra-molas.

ABSTRACT

MARTINS, Mariana Spagnolo. **Lexical variation in urban life items from the Projeto Atlas Linguístico do Brasil data.** 2023. 192f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

The interest in knowing the linguistic varieties of Brazilian Portuguese has always been in its user's mind, language researcher or not, and we can note it in everyday life, through series, literary books, and occasional conversations, in which the “speak differently” draws attention to simple orality practices. Artistically, these differences in speech can be represented in various situations, highlighting the cultural and regional distinctions of its characters. In academia, linguistic varieties can be explored from dialectological and geolinguistic perspectives, aiming to understand how linguistic diversity occurs in real speech environments, considering the speaker's geographic location or the linguistic community. When dealing with spoken language and geographic space, Antenor Nascentes, a Brazilian dialectologist, defines a proposal for a dialectal division (1922-1953), which represents the great watershed between speculation and empiricism, since, based on prosody and phonetics facts, the researcher divides Brazilian speeches into two large groups: North and South, and subdivides the first into amazônico and nordestino subspeeches, and the second into baiano, fluminense, mineiro e sulista subspeeches. With the dialectological and geolinguistic studies consolidation, from the 1950s onwards, other works sought to ratify or to rectify that proposal, whether in the phonetic scope or in the lexical-semantic scope. In this area this dissertation is located, with the objective of demonstrating the lexical distribution referring to two items from the urban life field (Questions 195. Lombada/Quebra-molas [speed bump] and 198. Rótula/Rotatória [roundabout]), anchored on the theoretical-methodological principles of Pluridimensional Dialectology (THUN, 1998) and comparing it to the Nascentes (1953) proposal and to Ribeiro (2012), Martins (2012), Portilho (2013), Romano (2015), Santos (2016), D'Anunciação (2016), Santos (2018) and Yida (2019) redefinitions. The corpus consists of the answers given to the questions 195 and 198 of the Projeto Atlas Linguístico do Brasil [Linguistic Atlas of Brazil] Semantic-Lexical Questionnaire (COMITÊ..., 2001), relating to the 900 surveys that compose the Project's net of inland points. From the observation of the variants documented diatopic behavior for the two questions, we sought to: i) present, through linguistic charts, the quebra-molas and rotatória variants distribution and ii) reflect on the historical and geographical process of speakers social relations and the regional contexts in which they are inserted. The results indicated a scenario of co-occurrence between the variants (rotatória e retorno/quebra-molas e lombada [roundabout and traffic circle/speed bump and spine]) for the two questions, both in the capitals (MARTINS, 2019) and in the countryside, in addition to a range of lexical varieties, which demonstrate the speakers' creativity to name the space for organizing traffic on urban roads.

Keywords: Dialectology; ALiB Project; Urban Life; Lexical Variation; Roundabout/Speed Bump.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estradas de rodagem – expansão de 1957-1964.....	26
Figura 2 – Áreas urbanizadas – IBGE 2019.....	30
Figura 3 – Divisão dialetal de Antenor Nascentes (192_).....	55
Figura 4 – Divisão Dialeto de Antenor Nascentes (1953).....	56
Figura 5 – Mapa da divisão dialetal, a partir do georreferenciamento da cartografia automatizada.....	58
Figura 6 – Mapa com os pontos sugeridos por Nascentes (1958) para elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.....	60
Figura 7 – Subáreas dialetais do falar baiano.....	68
Figura 8 – Carta linguística de peteca – Centro-Oeste.....	72
Figura 9 – Carta linguística para pipa com varetas no falar nordestino.....	74
Figura 10 – Carta linguística 1 para esconde-esconde no falar nordestino.....	75
Figura 11 – Carta linguística para cambalhota no falar amazônico.....	77
Figura 12 – Carta linguística para cambalhota no falar nordestino.....	77
Figura 13 – Variantes para estilingue – Falar fluminense.....	83
Figura 14 – Localização dos falares paulista e sulista.....	89
Figura 15 – Questão 158/QSL – Pipa na área do subfalar mineiro.....	92
Figura 16 – Variantes para calçada – Região Centro-Oeste.....	95
Figura 17 – Distribuição diatópica de bolicho – Região Centro-Oeste.....	96
Figura 18 – Mingau maranhense e ui-ui (Questão 181) - Nordeste.....	98
Figura 19 – Pão Jacó (Questão 186) – Nordeste.....	99
Figura 20 – Bengalinha, brizolinha (Questão 186) – Sudeste.....	99
Figura 21 – Confeito – (Questão 185).....	100
Figura 22 – Pão carioca (Questão 186).....	101
Figura 23 – Pão aguado (Questão 186).....	101
Figura 24 – Canjica (Questão 179/Curau-canjica).....	102
Figura 25 – Papa de milho (Questão 179/Curau-canjica).....	103
Figura 26 – Base cartográfica do ALiB – Território nacional.....	110
Figura 27 – Exemplo de carta de arealidade - SGVCL.....	111

Figura 28 – Exemplo de carta de arealidade gradual – SGVCLIN.....	112
Figura 29 – Quebra-molas.....	114
Figura 30 – Sinalização de ondulações transversais.....	115
Figura 31 – Quebra-molas no Brasil.....	118
Figura 32 – Variantes mais produtivas – Questão 195. QSL/ALiB.....	122
Figura 33 – Lombada no Brasil.....	124
Figura 34 – Tartaruga no Brasil.....	127
Figura 35 – Tartarugas.....	128
Figura 36 – Outras no Brasil.....	131
Figura 37 – Variantes agrupadas em outras – Brasil.....	134
Figura 38 – Rotatória fotografada na cidade de Londrina/PR.....	139
Figura 39 – Variantes mais produtivas em território brasileiro – Retorno e rotatória.....	145
Figura 40 – Distribuição das variantes trevo e contorno nas localidades do interior do Brasil...	147
Figura 41 – Balão – Brasil.....	149
Figura 42 – Rótula - Brasil.....	152
Figura 43 – Carta Arealidade – Curva – Norte e Nordeste do Brasil.....	154
Figura 44 – Carta Gradual– Bola – Brasil.....	156
Figura 45 – Outras no interior do Brasil (1).....	160
Figura 46 – Outras no interior do Brasil (2).....	163
Figura 47 – Outras no interior do Brasil (3).....	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Distribuição percentual da rede de pontos do ALiB.....	108
Gráfico 2	– Dimensão diastrática nos dados das capitais - Questão 195/QSL.....	136
Gráfico 3	– Dimensão diageracional nos dados das capitais - Questão 195/QSL.....	137
Gráfico 4	– Dimensão diassexual nos dados das capitais - Questão 195/QSL.....	137
Gráfico 5	– Índice de Não Respostas no interior do Brasil.....	142
Gráfico 6	– Dimensão diastrática nos dados das capitais – Questão 198/QSL.....	166
Gráfico 7	– Dimensão diageracional nos dados das capitais - Questão 198/QSL.....	167
Gráfico 8	– Dimensão diassexual nos dados das capitais - Questão 198/QSL.....	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas regionais de urbanização.....	28
Tabela 2 – Área urbanizada e loteamento vazio nas regiões brasileiras – IBGE.....	29
Tabela 3 – Pontos linguísticos do falar amazônico e área de controle.....	71
Tabela 4 – Síntese das variantes uniformes/distintas na área do falar fluminense e pontos de controle.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos informantes das localidades do interior.....	106
Quadro 2 – Número de pontos do ALiB em cada grande região/Unidade de Federação.....	107
Quadro 3 – Número de ocorrências/percentuais das variantes registradas no interior do Brasil.....	117
Quadro 4 – Variantes coletadas e agrupadas sob a denominação outras por região.....	129
Quadro 5 – Número de ocorrências/percentuais das variantes registradas no interior do Brasil.....	139
Quadro 6 – Variantes coletadas e agrupadas sob a denominação outras por região.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERS	Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALTTI	Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
GEIA	Grupo Executivo da Indústria Automobilística
Geicon	Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval
Geimape	Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada
Geimaq	Grupo Executivo da Indústria de Bens de Capital
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Oica	Organisation Internationale des Constructeurs d'Automobiles
PIN	Programa de Integração Nacional
PNV	Plano Nacional de Viação
QSL	Questionário Semântico-Lexical
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	CONTEXTUALIZAÇÃO: O ADVENTO DE RODOVIAS E O DESENVOLVIMENTO URBANO.....	22
2.1	O SETOR DE TRANSPORTES DO GOVERNO DESENVOLVIMENTISTA DE JUSCELINO KUBITSCHKEK.....	22
2.2	A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	28
2.2.1	Influências Rodoviária e Automobilística no Desenvolvimento das Grandes Regiões Brasileiras.....	32
2.2.1.1	Sudeste.....	33
2.2.1.2	Sul.....	35
2.2.1.3	Centro-Oeste.....	37
2.2.1.4	Norte.....	38
2.2.1.5	Nordeste.....	41
3	CONTRIBUIÇÕES: DIALETOLOGIA E GEOLINGUÍSTICA BRASILEIRA.....	46
3.1	CONTRIBUIÇÕES DE ANTENOR NASCENTES PARA OS ESTUDOS DIALETAIS BRASILEIROS.....	50
3.2	PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL: PRECURSORES E DESDOBRAMENTOS.....	62
3.2.1	O Falar Baiano (RIBEIRO, 2012).....	66
3.2.2	O Falar Amazônico (PORTILHO, 2013).....	70
3.2.3	O Falar Nordestino (SANTOS, 2018).....	73
3.2.4	O Falar Fluminense (SANTOS, 2016).....	79
3.2.5	Os Falares do Sul: Sulista e Paulista (ROMANO, 2015).....	85
3.2.6	O Falar Mineiro (D'ANUNCIACÃO, 2016).....	91
3.2.7	O Rural e o Urbano da Região Centro-Oeste (MARINS, 2012).....	94
3.2.8	O Léxico no Brasil (YIDA, 2019).....	97

4	CAMINHOS PERCORRIDOS: PROCEDIMENTOS ADOTADOS	105
4.1	CONSTITUIÇÃO DO CORPUS.....	105
4.1.1	Perfil dos Informantes – ALiB.....	106
4.1.2	A Rede de Pontos.....	107
4.1.3	Levantamento, Organização e Cartografia dos Dados.....	109
5	LÉXICO EM FOCO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE	114
5.1	QUEBRA-MOLAS.....	114
5.2	ANÁLISE DIALETOLÓGICA DA QUESTÃO – 195. QUEBRA-MOLAS.....	116
5.2.1	Análise das Formas Mais Produtivas: Questão 195/QSL.....	117
5.3	ANÁLISE DAS FORMAS MENOS PRODUTIVAS, AGRUPADAS SOB A DENOMINAÇÃO OUTRAS.....	129
5.4	QUEBRA-MOLAS E LOMBADAS NAS CAPITAIS E NO INTERIOR DO BRASIL.....	136
5.5	NOTAS SOBRE ROTATÓRIA.....	138
5.6	ANÁLISE DAS ABSTENÇÕES DE RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 198. ROTATÓRIA/RÓTULA.....	140
5.7	ANÁLISE DAS FORMAS MAIS PRODUTIVAS.....	143
5.8	ANÁLISE DAS FORMAS MENOS PRODUTIVAS, AGRUPADAS SOB A DENOMINAÇÃO OUTRAS.....	157
5.9	A ROTATÓRIA NAS CAPITAIS E NO INTERIOR DO BRASIL.....	166
6	CONSIDERAÇÕES: O QUE OS DADOS REVELARAM SOBRE ASPECTOS DA VIDA URBANA	170
	REFERÊNCIAS	176
	APÊNDICES	184
	APÊNDICE A – Declaração Projeto ALiB.....	185
	APÊNDICE B – Objetivos do Projeto ALiB.....	186
	APÊNDICE C – Rede de Pontos do Projeto ALiB.....	187

ANEXOS	192
ANEXO A – Reportagem Correio da Manhã – Anel Rodoviário.....	193

1 INTRODUÇÃO

A dialetologia no Brasil está, de fato, não só viva, mas operante (CARDOSO, 2010, p. 12).

A língua, como objeto de análise científica, apresenta ramificações teóricas variadas: visão historicista, estruturalista, geolinguística, sociolinguística e geossociolinguística, entre outras. Considerando as diferentes formas de abordagem da língua em uso, os conceitos trazidos por Amaral (1981 [1920]), Nascentes (1953 [1922]) e Marroquim (1934) preconizam questões sobre as variedades do português brasileiro (PB) que movimentam os estudos dialetológicos da língua falada no Brasil.

A obra *O Dialeto Caipira* (1920), de Amadeu Amaral, ao descrever os aspectos fonéticos, lexicais e morfossintáticos do português falado no interior de São Paulo, representa um marco para os estudos dialetais no Brasil, tida como modelo para as pesquisas dos falares regionais subsequentes.

Poucos anos depois, Antenor Nascentes dedica a obra *O Linguajar Carioca* ([1922] - 1953) a Amadeu Amaral, afirmando que *O Dialeto Caipira* revelou a verdadeira diretriz dos estudos dialetológicos no Brasil. Nascentes (1953) segue os passos do estudioso paulista e analisa os aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e lexicais do dialeto falado no Rio de Janeiro. Na obra, o autor propõe a divisão do falar brasileiro, pautada pela cadência e pela distribuição espacial de vogais pretônicas abertas, definindo dois grandes falares (Norte e Sul) e seis subfalares, dois deles pertencentes ao falar do Norte (amazônico e nordestino) e quatro inseridos no falar do Sul (baiano, fluminense, mineiro e sulista), além de um território incharacterístico, que engloba a zona compreendida entre parte da fronteira boliviana e a fronteira do Mato Grosso com o Amazonas e Pará. O linguajar carioca, na conclusão do autor, está caracterizado como uma variedade do subfalar fluminense.

Na década seguinte, Mário Marroquim publica *A Língua do Nordeste* ([1934] 1996), cuja análise tem como foco as localidades de Alagoas e de Pernambuco, traçando peculiaridades linguísticas da região nordestina registradas nos níveis fonético-fonológico, sintático, lexical, morfológico, semântico e pragmático.

Tanto Nascentes quanto Marroquim reconhecem que os trabalhos produzidos servirão de base para pesquisas posteriores, justificando que os estudiosos das próximas gerações “encontrarão neles uma fotografia do estado da língua” e, nesse particular, “serão mais felizes do que nós, que nada encontramos no falar de 1822” (NASCENTES, 1953, p. 22). Marroquim

([1934] 1996) complementa a afirmação de Nascentes, dizendo que a descrição do português falado no Brasil exigirá, “antes da obra integral que fixe e defina nossa diferenciação dialetal, trabalhos parcelados, feitos com critério e honestidade, sobre cada zona do país” (NASCENTES, 1953, p. 9).

Vale ressaltar que o Brasil até o início do século XX era um país essencialmente rural. Em meados de 1930, estabeleceu-se uma mudança significativa na gestão da sociedade brasileira, diretamente relacionada à urbanização e à industrialização. Com a decadência da economia agrária e o maior investimento no comércio e na indústria, ocorre o deslocamento de habitantes rurais para as grandes cidades em busca de emprego e melhores condições de vida.

Esse cenário gera uma nova configuração social e linguística, “visto que o falante, no ambiente citadino, se submete a uma nova situação dialetal, muitas vezes marcada por processos de desenraizamento linguístico” (SILVA; BORGES, 2019, p. 83). O processo de urbanização do país, sobretudo com a expansão da malha viária, e a mudança nos costumes e hábitos dos brasileiros, modificaram o cenário dialetal desde a proposta de Antenor Nascentes (1953). O Brasil é outro e o reflexo dessa transformação se espelha no acervo lexical de seus falantes.

A asserção de Cardoso, extraída do livro *Geolinguística: tradição e modernidade*, traduz, ao que nos parece, a noção mais adequada para a Dialetologia: “área de estudo que se ocupa em descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, considerando a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p. 15).

Dessa forma, pesquisadores e estudiosos da língua romperam paradigmas acerca do português falado no Brasil, mais especificamente do vernáculo, idioma natural de uma nação que, de maneira não padronizada¹, guarda a sabedoria popular sobre os processos de colonização e de evolução da língua portuguesa falada no Brasil. Assim, grande parte das pesquisas dialetais publicadas atualmente no Brasil utilizam como *corpus* os dados orais e transcritos do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), projeto interinstitucional que concretizou o desejo de Nascentes (1953), de Serafim da Silva Neto (1957), de Marroquim (1996), entre outros estudiosos da língua.

O Projeto ALiB contribui com pesquisas empíricas que descrevem o português brasileiro, dos quais nos interessam aquelas que buscaram discutir a proposta dialetal de Antenor Nascentes (1953) para corroborar ou redefinir as áreas dialetais que o autor apresentou

¹ Compreendemos a expressão “padronizada” como referência à gramática normativa. De acordo com Houaiss (2009), padronização é o ato ou efeito de padronizar, o mesmo que adotar uma medida, especificação, paradigma ou tipo para uniformizar a produção ou avaliação de qualquer coisa.

em *O Linguajar Carioca* (1922-1953).

O interesse em descrever diatopicamente a língua portuguesa falada no Brasil instigou a elaboração do Projeto ALiB e, por meio da amostra de dados disponibilizada pelo Projeto, pesquisadores se dedicaram a analisar essa divisão dialetal de Nascentes (1953), também embasada em fatos léxico-semânticos (AGUILERA, 2009a; CARDOSO, 2010; RIBEIRO, 2012; ROMANO, 2015; ROMANO; SANTOS, 2021).

Por integrar a equipe da regional Paraná do Atlas Linguístico do Brasil, desde 2011, na qualidade de transcritora e de pesquisadora de Iniciação Científica, o *corpus* deste projeto se mostrava como uma fonte favorável para o desenvolvimento de pesquisas mais profundas. Neste particular, este trabalho dá continuidade à dissertação “O campo semântico “Vida urbana” nos dados do ALiB e a proposta de Nascentes” (MARTINS, 2019), desta autora, que examinou as respostas relativas a quatro questões do campo semântico “Vida Urbana”: i) 195. Lombada/Quebra-molas, ii) 196. Calçada/Passeio, iii) 197. Meio-fio e iv) 198. Rotatória/Rótula coletadas em 25 capitais.

Esta tese insere-se no conjunto de estudos que utiliza o léxico para delimitar e/ou observar áreas dialetais. Dessa forma justifica-se o propósito de colaborar com a descrição dialetal do português brasileiro por meio da análise da distribuição espacial dos dados do Atlas Linguístico do Brasil.

Todavia, para esta tese, restringimos a análise a duas perguntas do Questionário Semântico-Lexical (QSL) – ALiB (COMITÊ..., 2001): 195 .Lombada/Quebra-molas e 198. Rotatória/Lombada, tendo em vista que se analisaram os registros da fala de 900 informantes, distribuídos pelo interior do Brasil, conforme o acervo do Projeto ALiB, cujo número ultrapassa 2300 dados considerados.

Para início de discussão, elaboramos as questões que procuramos solucionar ao longo da tese:

- i) Na perspectiva sincrônica e com base no léxico da *vida urbana*, é possível atestar a vitalidade da divisão dialetal do Brasil, proposta por Nascentes (1953)?
- ii) Os dados analisados podem indicar áreas linguísticas?
- iii) Considerando que a implementação rodoviária é relativamente recente, os itens descritos apresentam variantes com tendências à padronização?
- iv) Os dados lexicais coletados possibilitam realizar uma análise do processo histórico e geográfico dos falantes e dos contextos regionais em que estão inseridos?

Ancorada em trabalhos anteriores (CARDOSO, 1986; AGUILERA, 2009a; AGUILERA, 2010; AGUILERA; SILVA, 2021; ROMANO; AGUILERA, 2014; ROMANO; SANTOS 2021; RIBEIRO, 2012; PORTILHO, 2013; MARINS, 2012; ROMANO, 2015), e de posse dos dados do ALiB sobre os temas aqui abordados, lançamos as seguintes hipóteses:

- i) O léxico da Vida Urbana atesta a vitalidade dos dois grandes Falares (Norte e Sul) e indica algumas particularidades nos demais subfalares (amazônico, nordestino, baiano, sulista, mineiro e fluminense) e nas suas redefinições (Falares Sulista e Paulista).
- ii) Os referentes relacionados ao trânsito são relativamente novos, havendo uma gama de variantes lexicais para nomeá-los, muitos dos quais baseados na criação popular.
- iii) O processo de urbanização e a construção de rodovias explicam o surgimento de variantes presentes em determinadas áreas e ausentes em outras.
- iv) Há uma mudança de hábitos sociais intimamente relacionada à aquisição de automóveis e ao desenvolvimento urbano.

A partir desses questionamentos e hipóteses, elaboramos o objetivo geral do estudo, em que propomos **demonstrar a distribuição lexical referente aos dois itens do campo da vida urbana, 195. Lombada/Quebra-molas e 198. Rotatória/rótula no interior do Brasil, a partir dos dados do Projeto ALiB.**

Para isso, elencamos três objetivos específicos:

- i) Apresentar, por meio de cartas linguísticas, a distribuição das variantes de *quebra-molas* e de *rotatória*.
- ii) Comparar a proposta de Nascentes (1953) com as redefinições de Ribeiro (2012), de Marins (2012), de Portilho (2013), de Romano (2015), de Santos (2016), de D'Anunciação (2016), de Santos (2018) e de Yida (2019).
- iii) Refletir sobre o processo histórico e geográfico das relações sociais dos falantes e dos contextos regionais em que estão inseridos.
- iv) Verificar se os dados das localidades do interior corroboram os resultados obtidos por Martins (2019) no que tange à análise das respostas dadas às questões 195. *Lombada/Quebra-molas* e 198. *Rótula/Rotatória* nas capitais brasileiras.

Além deste capítulo introdutório, em que justificamos a escolha do tema explicando os primeiros questionamentos que nos levaram à constituição dos objetivos desta tese, temos o segundo capítulo, com o contexto histórico do desenvolvimento urbano do país, assunto importante para compreendermos como o crescimento populacional esteve atrelado às medidas tomadas no setor de Transportes e desenvolvimento de rodovias, sobretudo no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Historicamente, as décadas de 50 e 60 foram cruciais para a definição de sociedade que temos hoje, ou seja, uma sociedade urbana e motorizada. O crescimento populacional e o desenvolvimento rodoviário e automobilístico do país estão atrelados à expansão territorial e ao progresso das cinco grandes regiões brasileiras. Portanto, no segundo capítulo, estudamos o processo de urbanização, de acordo com os conceitos de Milton Santos (1998), e descrevemos aspectos históricos das construções rodoviárias nas cinco regiões do país, com base nos volumes de I a V da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Diretoria Técnica de Geografia do Brasil (IBGE, 1977a, 1977b, 1977c, 1977d, 1977e), que sintetizam a história de cada uma das cinco grandes regiões brasileiras.

No capítulo terceiro, refletimos sobre a história e os conceitos da Geolinguística e da Dialetoleologia brasileira, fundamentos para o desenvolvimento desta pesquisa, com ênfase nos estudos de Coseriu (1982), Cardoso (2010) e em Cardoso *et al.* (2014). Ainda no terceiro capítulo, apresentamos as contribuições de Antenor Nascentes para os estudos dialetais do português brasileiro (NASCENTES [1922], 1953) e nas pesquisas que sucederam à proposta do autor, trazendo redefinições sobre os tão conhecidos falares e subfalares brasileiros (RIBEIRO, 2012; MARINS, 2012; PORTILHO, 2013; ROMANO, 2015; SANTOS, 2016; D'ANUNCIACÃO, 2016; SANTOS, 2018; YIDA, 2019). Ressaltamos que esses estudos têm como respaldo o léxico coletado em campos específicos do Questionário do ALiB COMITÊ..., 2001), e respaldam esta tese e dão subsídios para o quarto capítulo, no qual detalhamos os aspectos metodológicos da pesquisa, e, sobretudo, ao quinto capítulo, espaço destinado à análise e à descrição dos dados lexicais.

O sexto capítulo refere-se às considerações finais desta pesquisa, seguido das referências e dos apêndices.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: O ADVENTO DE RODOVIAS E O DESENVOLVIMENTO URBANO

Este capítulo busca esclarecer como as políticas adotadas entre as décadas de 50 e 60 alavancaram o crescimento urbano no Brasil, sobretudo, quanto às medidas tomadas no setor de Transportes e desenvolvimento de rodovias. Inicialmente, apresentamos o planejamento urbano lançado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo como foco a construção e a pavimentação de rodovias federais, para depois adentrarmos aos conceitos de urbanização, de acordo com Santos (1998) e a descrição dos sistemas rodoviários das grandes regiões brasileiras, com base nos volumes de I a V da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Diretoria Técnica de Geografia do Brasil (IBGE, 1977)². Essas informações são importantes para a compreensão dos aspectos históricos e sociais que podem definir as escolhas lexicais dos informantes, como veremos na análise dos dados desta tese (Capítulo 5).

2.1 O SETOR DE TRANSPORTES DO GOVERNO DESENVOLVIMENTISTA DE JUSCELINO KUBITSCHEK

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek e João Goulart assumem a presidência do país com o *slogan* “50 anos em 5”, ou seja, prometiam desenvolver 50 anos de progresso em apenas 5 anos de realizações. Foi no governo de Juscelino Kubitschek que se consagrou o termo *desenvolvimentismo*³, a partir da criação do *Conselho do Desenvolvimento*, primeiro órgão central de planejamento permanente no Brasil, que elaborou, por meio de estudos e pareceres de autoridades especializadas, o Programa de Metas, constituído de “uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do País” (PROGRAMA..., 1958, p. 13).

Foram elaborados trinta objetivos específicos, distribuídos em cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e mais a meta síntese do governo que foi a construção da capital Brasília.

² Esses materiais são catálogos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a aspectos específicos da formação geográfica e social das cinco grandes regiões brasileiras. Nesses exemplares, encontramos o detalhamento de fatos históricos alusivos ao estágio atual da geografia brasileira, a partir dos anos 70, seguindo tendências mais recentes dos centros de pesquisas em geografia. O conjunto de volumes busca divulgar o conhecimento do território brasileiro, apresentando as diferenças regionais, suas problemáticas e particularidades.

³ É a política ou atuação caracterizada pela tendência a valorizar o desenvolvimento econômico (HOUAISS, 2009, p. 649).

O Conselho do Desenvolvimento se organizava em grupos de trabalho que se dedicavam ao estudo das questões que deveriam receber investimentos, concluindo que os setores de energia, transportes e indústria de bases eram prioritários e, por isso, receberiam maiores incentivos governamentais. Para isto, criaram-se grupos executivos responsáveis pela implementação de políticas públicas, que também faziam parte do Conselho do Desenvolvimento e atuavam em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), como o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (Geicon), o Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (Geimape) e o Grupo Executivo da Indústria de Bens de Capital (Geimaq). Esses eram encarregados de dar respostas aos objetivos estabelecidos no Programa de Metas de Kubitschek.

Durante o mandato de JK, estima-se que a produção industrial no país cresceu 80%, com destaque na produção de equipamentos de transportes. A nova capital, Brasília, foi construída praticamente em três anos e sua construção foi acompanhada por obras rodoviárias, eixos essenciais para a integração do Distrito Federal com o restante do país.

Destacamos as metas número 8 e 9 do Plano de Metas de JK:

8. Pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovia, aumentando assim para 5.920 km, em 1960, a rede asfaltada federal, que era de 900 km em 1956.
9. Construção de 12.000 km de novas rodovias de primeira classe, aumentando para 22.000 km, em 1960, a rede federal, que era de 10.000 km em 1956. (PROGRAMA..., 1958, p. 18).

A meta 8 prevê a pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovias e a meta 9 a construção de 12.000 km de novas rodovias de primeira classe. Na data de 1956, a rede federal asfaltada era de 920 km e 10.000 km de rodovias, decorridos dois anos, em 31 de março de 1958, foram construídas 4.122 km de novas rodovias e pavimentadas 1.438 km.

Dentre estas obras estão as rodovias: Belém-Brasília (2000 Km), Belo Horizonte - Brasília (700 km), Goiânia-Brasília (200 km), Fortaleza-Brasília (1500 km) e Acre-Brasília (2500 km).

Um dos principais símbolos do governo de JK é a construção da rodovia Belém-Brasília⁴. Conhecida por diversos nomes, como *Rodovia Bernardo Sayão*, *Rodovia Belém-Brasília*, *Transbrasiliiana*, *BR-010*, *BR-14* ou *Rodovia da Unidade Nacional*, representou uma

⁴ Confira o documentário sobre a construção da Rodovia Belém-Brasília. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyM6G-FxzH8>.

estratégia geopolítica de ocupação da Região Norte, caracterizada por um grande vazio demográfico. A implantação da rodovia foi um marco para a integração da Amazônia com o Centro-Sul do Brasil, sobretudo, pela dinâmica do desenvolvimento urbano do Centro-Norte do estado de Goiás e de outras áreas do Norte e Centro-Oeste brasileiros.

No segundo semestre de 1958, quando o projeto de obra da nova capital Brasília começou a ser consolidado, Kubitschek propôs ao engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, do Ministério da Agricultura, e ao médico sanitário paraense Waldir Bouhid, o desenvolvimento de um projeto rodoviário para construir uma estrada que unisse o Norte, o Sul e o Sudeste do país, com o intuito de estimular o desenvolvimento e a ocupação do Norte do Brasil.

Bernardo Sayão e milhares de operários desbravavam o Cerrado e selvas na frente sul da construção, que se iniciou em Brasília, enquanto Waldir Bouhid, e outros milhares de trabalhadores, abriram floresta ao norte, vindo de Belém. O objetivo era o encontro entre essas duas estradas em um caminho intermediário, concluindo a ligação de Brasília e Belém. O encontro de Sayão e Bouhid não ocorreu, devido ao falecimento do engenheiro por um acidente em 15 de janeiro de 1959, faltando quinze dias para que as duas frentes da rodovia, vindas do Norte e Sul, se encontrassem.

Construída simultaneamente com a nova Capital Federal, a rodovia Belém-Brasília possibilitou a consolidação de Brasília como a capital do país. Waldir Bouhid, como presidente da Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS), escreve em seu relatório feito pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1958 as seguintes palavras:

a construção de Brasília, como nova Capital, ficaria incompleta para o seu ato inaugural histórico, em Abril de 1960, se a rodovia-tronco, que a vincula ao norte do país, não estivesse ultimada, simultaneamente. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi chamada em consequência, a incorporar-se ao extraordinário Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek cabendo ao povo da Amazônia a honra de contribuir com a parcela de trabalho mais marcadamente histórico, pela intrepidez com que já se encontra e persistirá no desbravamento da compacta floresta equatorial, o trecho mais difícil, por onde avança a rodovia Belém-Brasília, num percurso de 550 quilômetros dentro da Hiléia (BRASIL, 1958, p. 35).

O transporte fluvial deixou de ser o principal meio para a ligação entre o Norte e Centro-Sul do país, cedendo espaço ao transporte rodoviário. A consolidação desse progresso ocorreu no período de 23 a 31 de janeiro de 1960, quando foi realizada a marcha de 2.162 km de Belém a Brasília, com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek, integrada por 60 veículos,

essa data foi oficialmente considerada a de inauguração da Rodovia Bernardo Sayão (BRASIL, 1960).

A implementação de um sistema de transporte ligando Brasília aos diversos pontos do Brasil, sobretudo pela construção das rodovias, possibilitou um dinamismo às áreas interioranas, antes praticamente despovoadas que depois passaram a ser ocupadas, formando novos núcleos urbanos e contribuindo com o desenvolvimento de cidades que eram isoladas do resto da nação⁵.

A Figura 1, a seguir, retirada do Atlas Histórico do Brasil (Fundação Getúlio Vargas), ilustra a expansão das estradas de rodagem no período de 1957 a 1964.

⁵ A preferência por um sistema rodoviário ao ferroviário, como ligação de transporte, pode ser justificada por questões econômicas. Segundo Sousa e Pacheco (2013), naquele período, a construção, operação e manutenção, em relação às rodovias era menor se comparado às ferrovias. Além da flexibilidade, entre a capital e outras localidades, proporcionada pelas estradas de rodagem.

Figura 1 – Estradas de rodagem – expansão de 1957-1964



Fonte: ATLAS (2022)

A expansão do sistema de transportes atrelada à chegada de indústrias automobilísticas no país⁶ levou à ocupação das áreas litorâneas e interioranas, proporcionando a reestruturação de cidades existentes e a criação de novas cidades, de forma a atrair investimentos em atividades produtivas industriais, agrícolas e agroindustriais.

Por meio da expansão das estradas de rodagens e da implementação de políticas estratégicas de planejamento e de investimento em infraestrutura de transportes em áreas influentes do território nacional, o Estado brasileiro possibilitou atrair e reproduzir o capital por meio de atividades que movimentaram a economia nacional.

De acordo com Pereira e Lessa (2011, p. 26):

No processo de modernização econômica, a indústria automobilística foi o símbolo da expansão do capital internacional no Brasil, influenciando a política de transporte brasileira que centralizou os investimentos no modal rodoviário em detrimento aos outros modais de transportes.

Ao investir na construção de rodovias, investe-se também no desenvolvimento regional e econômico do país, porque o setor de transportes alimenta todo o sistema de serviços indispensáveis à operação de cada unidade produtiva dos setores da economia brasileira, como os suprimentos de matérias primas e de combustíveis, o deslocamento da mão de obra e a distribuição do produto, seja ele o transporte de animais, grãos, alimentos, maquinárias, entre outros. A exemplo, a construção da BR-153 mudou todo cenário linguístico-social do estado do Tocantins. Criou um esvaziamento das cidades tradicionais e inchou as cidades no entorno da rodovia – é o chamado “Progresso”. As cidades com maiores PIB no Tocantins estão nas margens da rodovia. Vale ressaltar que Palmas ainda é uma capital pequena (250 mil habitantes) porque ficou distante 60 km da principal rodovia que corta o estado de TO, a BR-153.

Segundo Barat (1969), as atividades econômicas devem “concentrar suas atenções no setor transportes que é o mais relacionado com os problemas de localização, pois sua função econômica básica é a de vencer o obstáculo da distância” (BARAT, 1969, p. 28), além de contribuir com o desenvolvimento regional, uma vez que regiões com melhores infraestrutura de transportes apresentam bons índices de desenvolvimento econômico, como a Região Sudeste.

Além do mais, essa modernização nos setores industriais e de transportes influenciaram, sobremaneira, o processo de urbanização, que veremos no tópico seguinte.

⁶ Segundo os dados da *Organisation Internationale des Constructeurs d'Automobiles* (Oica), o Brasil é atualmente o nono produtor mundial e o sétimo mercado consumidor interno no setor automotivo.

2.2 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A urbanização brasileira foi fruto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no mundo, materializado a partir do modelo econômico que tinha como atividade central a indústria. Com esse novo modelo houve a redistribuição territorial da população, quando a maior parte dos habitantes rurais deixaram suas moradias no campo e partiram para as grandes cidades⁷, um período marcado por processos amplos e intensos de migração.

De forma rápida e intensa, transformando o país de rural e agrícola para urbano e metropolitano, com a maior parte de sua população concentrada nas grandes cidades⁸, a urbanização brasileira foi instaurada. Essa expansão urbana ocorreu de forma desordenada, sem um planejamento eficiente capaz de acolher com dignidade a transição desenfreada dos novos habitantes.

Milton Santos relata que “em 1940 a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia” (SANTOS, 1998, p. 29). Segundo dados atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2015 foram registrados 84,72% habitantes em áreas urbanas e apenas 15,28% residentes em áreas rurais.

O forte movimento de urbanização gera um crescimento demográfico com uma alta na taxa de natalidade e um descenso de mortalidade que são justificados pelo progresso sanitário, melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização. Esse fenômeno é conhecido como *explosão demográfica* (SANTOS, 1998), ocorrendo diferentemente nas regiões brasileiras, no que tange à organização territorial e urbana do país, como apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 – Taxas regionais de urbanização

	1940	1960	1980
Sudeste	39,42	57,36	82,79
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75
Sul	27,73	37,58	62,41
Norte	27,75	37,80	51,69
Nordeste	23,42	34,24	50,44

Fonte: Santos (1998, p. 57)

⁷ Esse processo de migração é conhecido como *êxodo rural*.

Em 1940 as taxas regionais de urbanização são baixas nas cinco regiões, havendo um aumento na década de 60, em que a região Sudeste se destaca devido à industrialização, mantendo esse avanço nos anos oitenta, período em que as outras regiões também apresentam um crescimento significativo.

Na descrição do autor:

Os decênios mais recentes marcam uma aceleração no crescimento das taxas de urbanização em todas as regiões, mas sobretudo no Centro-Oeste, que em 1980 (com cerca de 68%) ultrapassa de muito o índice nacional de urbanização (55,9%), situação que, também, a das Regiões Sudeste (sempre na dianteira) e Sul. Tanto o Norte quanto o Nordeste têm uma urbanização menor que o país como um todo (SANTOS, 1998, p. 58).

Milton Santos faz uma observação acerca da urbanização do Centro-Oeste, informando que em 1940, 1950 e 1960 era a região menos urbanizada. A partir de 1970, o Centro-Oeste assume o segundo lugar nessa classificação, precedida apenas pelo Sudeste. O geógrafo ainda afirma que o Sul, nesse período, ainda era “ligeiramente ultrapassado pelo Norte”, conhecendo a aceleração do seu crescimento urbano nos dois decênios posteriores a 1960 (SANTOS, 1998).

Segundo dados do IBGE (2019), o Brasil registra uma área urbanizada de 45.944,20 km² e 2.107,96 km² referente a loteamentos vazios. Esses dados, separados por região, são apresentados na Tabela 2:

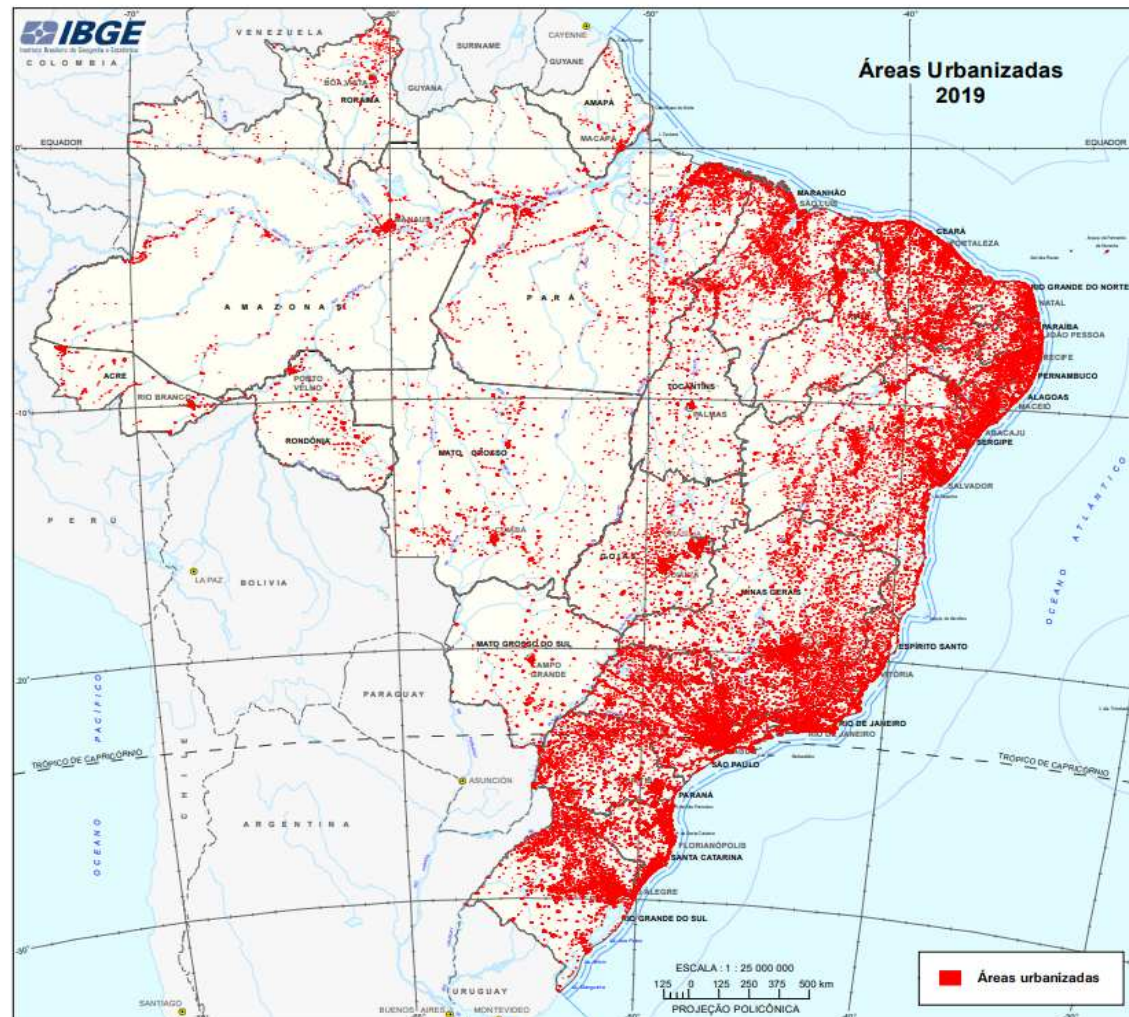
Tabela 2 – Área urbanizada e loteamento vazio nas regiões brasileiras – IBGE

	Área urbanizada (km ²)	Loteamento vazio (km ²)
Sudeste	16.869,95	646,18
Nordeste	10.814,75	826,19
Sul	9.480,38	184,49
Centro-Oeste	4.681,53	256,86
Norte	4.097,59	194,24

Fonte: IBGE (2019)

De acordo com os dados expostos na Tabela 2, a Região Sudeste representa a maior área urbanizada, seguida pelo Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. A Figura 2, retirada do Censo Demográfico do IBGE (2019), ilustra a urbanização das regiões brasileiras.

Figura 2 – Áreas urbanizadas – IBGE 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Meio Ambiente, Áreas Urbanizadas do Brasil 2019

Quando “a urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas passa a ser cada vez mais urbana” (SANTOS, 1998, p. 9), surgem consequências para a estrutura dessa nova sociedade, que afetam ainda mais esses novos habitantes que vieram em busca de emprego e qualidade de vida, mas não encontraram a infraestrutura necessária para isso, ocasionando uma fragmentação social e espacial.

A fragmentação social pode ser explicada por meio da desigualdade e da pobreza instauradas no país, de forma muito mais intensificada nesse período de industrialização, combinada com a divisão espacial, que ocorre quando as grandes cidades passam pelo processo de *espraiamento urbano*⁹. Trata-se de fenômeno comum a muitas metrópoles brasileiras, cuja principal consequência é a concentração de atividades essenciais para a população nas áreas centrais da cidade, como bancos, hospitais, institutos, órgãos estaduais, municipais, entre outros. Essa situação costuma acarretar a falta de assistência em bairros mais afastados da região central das grandes cidades.

Desta forma, a classe de alta renda conduz um processo de autossegregação espacial, isto é, eles possuem o poder de escolher onde residir, enquanto as populações de baixa renda são direcionadas às áreas mais periféricas, contribuindo para o agravamento da problemática das desigualdades na acessibilidade às atividades urbanas, já que há supervalorização das áreas centrais e a demanda por serviços terceirizados, normalmente, executados pela população que habitava regiões menos urbanizadas e que levava mais tempo no deslocamento para acessar as oportunidades da cidade. Em algumas capitais, como Brasília, esse tipo de organização é conhecido como Plano Piloto e cidades satélites. Em Palmas (TO), também há um planejamento semelhante, em que a parte mais cara da capital é conhecida como Plano Diretor, enquanto os bairros mais periféricos são distantes do centro.

As pessoas precisam se locomover, seja por meio de transportes públicos ou privados, necessitando de um sistema de mobilidade urbana eficiente. O Estado, no entanto, não promoveu a mobilidade para facilitar o planejamento urbano, mas sim, para favorecer o trajeto do carro na cidade. Dessa maneira, surgem subúrbios nos arredores das grandes metrópoles, das diferentes regiões, proporcionando o surgimento de núcleos que mais tarde virariam localidades intermediárias entre municípios e grandes metrópoles.

⁹ A forma de expansão urbana conhecida pelo termo *urban sprawl* (espraiamento urbano), modelo norte americano, foi absorvido e reproduzido nas cidades de países em desenvolvimento, além de potencializado por agentes catalisadores, como o aumento do uso do automóvel e o crescimento da malha viária e rede de transporte coletivo (CORRÊA, 1995).

O setor de transporte tem grande importância no processo evolutivo de uma região e constitui um dos elementos básicos para o seu desenvolvimento e integração econômica e social (BRASIL, 1977a). Tal fato incentivou o Governo Federal a lançar o desafio de integrar o país, por meio do Programa de Integração Nacional (PIN)¹⁰, destinado a promover a ocupação dos espaços vazios, integrando as regiões brasileiras, e a expandir as rodovias, por meio do investimento em infraestrutura no sistema rodoviário, substituindo grande parte dos transportes ferroviários e fluviais pelas estradas de rodagem.

No tópico seguinte, comentamos como a circulação rodoviária está intimamente ligada à expansão urbana, sobretudo, com a influência automobilística nos novos costumes da população, contribuindo com o desenvolvimento das regiões.

2.2.1 Influências Rodoviária e Automobilística no Desenvolvimento das Grandes Regiões Brasileiras

As primeiras estradas, como conhecemos atualmente, somente surgiram no Brasil no século XIX. A necessidade de escoamento dos produtos e o crescimento do intercâmbio comercial entre localidades e regiões exigiram a construção de estradas de rodagem mais modernas. Com isso, a primeira rodovia pavimentada do Brasil, hoje conhecida como Washington Luís, foi inaugurada em 1928, conectando a cidade do Rio de Janeiro a Petrópolis. No século XX, com a implantação da indústria automobilística no país, o transporte rodoviário consolidou-se como o mais utilizado no Brasil.

A rede rodoviária é elemento fundamental nas cadeias produtivas do país, pois une mercados e promove a integração de regiões e estados. No Brasil, de acordo com os dados do ano de 2006, da Confederação Nacional do Transporte - Atlas do Transporte -, a matriz de transporte predominante é a rodoviária, correspondente a cerca de 96,2% transporte de passageiros e de 61,8% de cargas.

Em 1930, quando o foco começou a ser o desenvolvimento das regiões do interior do país, a malha rodoviária recebeu grandes investimentos que possibilitaram uma rápida expansão. Com a chegada da indústria automobilística nas décadas de 50 e 60, a política de desenvolvimento das regiões brasileiras estava praticamente estabelecida para a expansão rodoviária, conforme o Plano de Metas do governo de JK.

¹⁰ Programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tinha por objetivo implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país.

Por meio do crescimento das indústrias automobilísticas e do aumento significativo de carros particulares circulando nas ruas, estradas e rodovias do país, surge um novo perfil econômico e social, atrelado intimamente à aquisição de automóveis e à circulação urbana. A partir daí, a circulação rodoviária passou a ser predominante no transporte do Brasil, porque além de oferecer rapidez e agilidade no transporte de cargas e de mercadorias nas regiões mais distantes, ainda possibilita o desenvolvimento econômico e turístico.

No que tange à estrutura das rodovias, a Confederação Nacional do Transporte (2006) informa que a malha rodoviária pavimentada do país é de 196.094 km, composta por 57.933 km de rodovias federais, 115.426 km de rodovias estaduais e 22.735 km de estradas municipais. Em relação à nomenclatura, de acordo com o Plano Nacional de Viação (PNV), os nomes das rodovias brasileiras seguem um padrão, sendo as federais identificadas pela sigla BR e as estaduais pela sigla de cada estado.

Isto posto, passamos para uma breve descrição de cada região brasileira, referente a algumas importantes rodovias do país, buscando demonstrar o quanto o sistema rodoviário contribui com o desenvolvimento urbano e regional.

2.2.1.1 Sudeste

O Sudeste é umas das regiões do país que apresenta melhores condições no setor de transportes e construção de rodovias. Detentora do maior índice populacional¹¹ e da maior contribuição de renda interna, é a região que possui o mais eficiente sistema viário. Ela se distingue das demais regiões pela maior extensão de suas estradas, qualidade no revestimento das pistas, maior volume de tráfego médio diário e maior quilometragem de rodovias pavimentadas federais, estaduais e municipais, o que reflete o maior grau de desenvolvimento econômico alcançado pela Região Sudeste (BRASIL, 1977c).

A área compreendida entre as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte¹² apresentam a malha mais densa de todo o espaço regional e nelas estão concentradas as mais altas densidades populacionais, os maiores parques industriais e as maiores transações comerciais. Consequentemente, a demanda de transportes é grande, o que exige um desenvolvimento do sistema rodoviário eficiente. Nessas áreas, localizam-se as mais importantes autoestradas¹³ do país.

¹¹ De acordo com o IBGE (2019), o Sudeste abriga cerca de 90 milhões de pessoas.

¹² Segundo o IBGE (1977), esse espaço regional do Sudeste é conhecido como *região core*.

¹³ Estradas construídas para o trânsito de automóveis a grande velocidade e por longas distâncias. A autoestrada

A ligação entre os três grandes polos do Sudeste acontece por meio das rodovias Presidente Dutra (São Paulo-Rio), Fernão Dias (São Paulo-Belo Horizonte) e a Rodovia Rio-Belo Horizonte. Obviamente, há outras importantes rodovias no Sudeste, como a Via Anchieta (São Paulo-Santos), Anhanguera (Santos-Jundiaí), Regis Bittencourt (São Paulo-Paraná), Rodovia Raposo Tavares (Itapetininga- Guáira), Rodovia Litorânea (BR-101), Rodovia Castelo Branco (São Paulo - Paraná), Rodovia Costa e Silva, e tantas outras. Por ora, comentamos sobre as três rodovias que conectam os estados da Região Sudeste.

O trecho da BR-116, correspondente à Via Presidente Dutra, é considerada a autoestrada mais importante do Sudeste e o principal eixo econômico do país. Essa rodovia federal foi inaugurada em 1951 e, dezesseis anos mais tarde, em 1967, teve suas pistas duplicadas. Atualmente, com 420 km, a rodovia inicia na Avenida Brasil, Vista Alegre, no Rio de Janeiro e termina na Marginal Tietê, Vila Maria, em São Paulo.

A rodovia atravessa uma das regiões mais ricas do país, o vale do Paraíba. Devido ao dinamismo econômico dessa região, as cidades localizadas às margens da Rodovia Presidente Dutra apresentam um processo de expansão e de conurbação¹⁴, constituindo a Megalópole Rio-São Paulo.

Outro trecho importante é o da Rodovia Fernão Dias, de São Paulo a Belo Horizonte, correspondente à BR-381, que estabelece grande influência do estado paulista sobre a zona sul mineira. Juntamente com a BR-381, no encontro com a BR-040 ou rodovia Rio-Belo Horizonte e com um eixo da BR-116, temos a formação de um triângulo viário de intenso tráfego.

Historicamente, esse cenário corresponde à antiga estrada de rodagem União-Industrial (1861), que ligava Petrópolis, a Capital do Império, com a cidade de Juiz de fora:

Foi um caso anômalo para a época, uma vez que a rodovia se antecipou à ferrovia, o que não aconteceu no restante da região. Esse trecho foi retificado, tornando-se mais rápida a ligação entre as duas cidades. De Juiz de Fora até Belo Horizonte a ligação rodoviária se estabeleceu através ‘do antigo caminho das tropas’, que, mais tarde, se uniu à ‘União-Industrial’, transformando-se, depois, numa das vias de maior sentido econômico e turístico nos Estados do Rio e de Minas Gerais (BRASIL, 1977c, p. 297-298).

apresenta pistas duplas ou triplas em cada direção, como as Vias de Anchieta, Anhanguera, Dutra, entre outras vias da metrópole paulista que promovem o fluxo mais rápido entre as diversas zonas dentro e fora da cidade.

¹⁴ De acordo com o Houaiss (2009), conurbação é uma extensa área urbana formada por cidades e vilarejos que foram surgindo e se desenvolvendo um ao lado do outro, formando um conjunto.

A rodovia Rio-Belo Horizonte proporcionou um aumento no volume de tráfego nos trechos próximos às duas capitais, impulsionando o turismo e a economia entre as duas localidades. Assim como a Rio-Bahia, BR-267, que facilitou a conexão entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, visto que a rodovia atende a zona sul mineira.

De acordo com a descrição do IBGE (1977c):

A referida rodovia possibilitou um maior intercâmbio entre a zona do Triângulo Mineiro e a Capital do Estado e aumentou as possibilidades de escoamento dos produtos agrícolas para o mercado de consumo da capital mineira e para a exportação através do porto de Vitória, participando assim do “Corredor de Transporte de Vitória” (BRASIL, 1977c, p. 295).

A rodovia Rio-Bahia tem conexão com a Rodovia Costa e Silva, BR- 262, o que favoreceu, e muito, o relacionamento dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo com o Nordeste. É no trecho da Rio-Bahia que ocorreu a maior intensidade do êxodo de populações nordestinas que buscavam no Sudeste, principalmente em São Paulo¹⁵, melhores condições de vida e de trabalho.

Essas rodovias, as descritas e aquelas apenas mencionadas, atendem não só ao movimento turístico, mas também ao desenvolvimento econômico e urbano da região. De certo modo, as rodovias, como as ferrovias, auxiliaram a organização urbana da Região Sudeste, por meio do desenho linear das cidades ao longo das vias de circulação, conectando malhas geográficas da mesma região, bem como localidades de outros pontos do país, conforme expomos, a seguir, sobre as rodovias da Região Sul e as conexões existentes com o Sudeste e demais regiões brasileiras.

2.2.1.2 Sul

A infraestrutura dos transportes no Sul é uma das redes mais importantes de circulação, sendo a segunda melhor, ficando atrás apenas da Região Sudeste. Os estados que compõem a região (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) apresentam uma importante circulação intermunicipal e interestadual, resultando em benefícios para a economia brasileira, já que os

¹⁵ O desenvolvimento suburbano da metrópole paulista esteve apoiado na circulação rodoviária, as rodovias e os veículos automotores constituem o meio de transporte mais eficaz para a locomoção dentro e nos arredores da metrópole. Em seu início, a circulação rodoviária promoveu o surgimento de núcleos suburbanos que, depois, tornaram-se áreas intermediárias, como Vila Esperança, Vila Carrão, Parque Edu Chaves, entre outros. Segundo Langenbuch (1971), as rodovias são importantes no desenvolvimento urbano de São Paulo, e conseqüentemente, da região Sudeste, e afirma que “à medida que os núcleos mais próximos se fundem à cidade, surgem outros mais adiante, igualmente desenvolvidos em função da circulação rodoviária” (p. 196).

traçados rodoviários da Região Sul atuam na conexão dessa área com as demais localidades das regiões do Brasil.

O Paraná e o Rio Grande do Sul contam, cada um, com mais de mil linhas intramunicipais e Santa Catarina com aproximadamente setecentas linhas, facilitando a circulação provinda de turismo, trabalho e transporte de cargas. Quanto a esse último, a Região Sul assume, junto aos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, “57% do total de empresas rodoviárias de cargas no país” (SANTOS, 2006, p. 180).

A intensificação do comércio dentro e fora da área sulista, o crescente volume de exportação e importações de mercadorias e o acelerado crescimento populacional, exigiram do Estado uma ampliação no setor de transporte, passando, em grande parte, do ferroviário para o rodoviário. Desse modo, a partir da década de 40, as rodovias do Sul foram melhoradas e ampliadas, de forma a expandir para áreas não atingidas pelos trilhos do trem, como o oeste paranaense e catarinense.

A transição do ferroviário para o rodoviário estava pautada no processo de industrialização e na implantação da indústria automobilística do Sudeste, o que “passou a exigir uma maior intensificação das ligações internas” (BRASIL, 1977e, p. 265). Essas ligações passaram a ser intensificadas na década de 50, favorecendo uma expansão acentuada do Sul, referente à industrialização e ao volume de automóveis e caminhões circulando em áreas internas e externas da Região.

Entre 1950 e 1970, a extensão rodoviária regional foi praticamente duplicada, direcionando a Região Sul ao papel significativo no setor de transporte terrestre do país. Além disso o crescimento acelerado de automóveis em circulação torna-se um indicativo do padrão de desenvolvimento socioeconômico regional.

De acordo com a diretoria técnica do IBGE, correspondente ao censo de 1977, a expansão rodoviária foi maior no Rio Grande do Sul (45,3%) e no Paraná (34,5%), onde se concentram as áreas de redes mais densas de circulação, sobretudo nas proximidades das capitais Porto Alegre e Curitiba.

Os eixos longitudinais, transversais e diagonais formados pelas estradas federais constituem as principais vias de circulação, alimentando as grandes correntes de tráfego intra e inter-regionais. É interessante saber que as rodovias estaduais e municipais “possuem 97,6% da quilometragem global e possibilitam a circulação em vários sentidos” (BRASIL, 1977e, p. 265), além de constituir a malha rodoviária e ter como função primordial alimentar as rodovias federais.

Sobre as rodovias federais, destacamos o papel da BR-116, que funciona como eixo central do sistema rodoviário sulista, aliás, é a rodovia mais importante do Brasil Meridional, interligando as metrópoles, Porto Alegre e Curitiba, a São Paulo e Rio de Janeiro.

A BR-116 tem o seguinte percurso na Região Sul do país:

No Rio Grande do Sul atravessa a área vinícola de Caxias, o setor industrializado de São Leopoldo e Novo Hamburgo e a área Metropolitana de Porto Alegre. Tendo seu ponto de origem em Fortaleza, atinge Jaguarão na fronteira com o Uruguai, estabelecendo assim a ligação do Sul com as Regiões Sudeste e Nordeste. Conectando-se em Pelotas com a BR-471, a BR-116 se prolonga, por ela, até o Chuí no extremo sul do Estado gaúcho, articulando-se ainda o porto do Rio Grande (BRASIL, 1977e, p. 266-267).

Outra rodovia que estabelece a ligação inter-regional é a BR-101, conectando o Sul com o Sudeste e o Nordeste. Na Região Sul, essa rodovia atende áreas econômicas importantes, como a de Tubarão e do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. O investimento no sistema rodoviário básico que atendessem às necessidades do transporte da Região Sul foi fortemente aplicado na implantação de rodovias. Para citar alguns exemplos, temos a construção da BR-290 (Porto Alegre até Uruguaiana) e da BR-293 (Pelotas e fronteira com o Uruguai), rodovias que ampliam as ligações internacionais com países vizinhos, da BR-282 (de Florianópolis ao oeste do estado), BR-277 (Paranaguá- Foz do Iguaçu), BR-376 (de Dourados-MT a Garuva-PR), BR-369 (Cascavel-Minas Gerais), entre outras.

Dentro do Plano de Integração Nacional (PIN), essas e outras rodovias possibilitam a articulação direta entre as Regiões Sul, Centro-Oeste e Norte. No próximo subtópico, discorreremos sobre o papel das rodovias construídas para integrar a Região Centro-Oeste ao restante do país, principalmente ao Norte e Sudeste.

2.2.1.3 Centro-Oeste

A rodoviação do Centro-Oeste recebeu grandes investimentos governamentais, graças à demanda dos mercados do Sudeste, que buscavam no espaço geográfico do Centro-Oeste a oportunidade de expandir a economia do país. Ressaltamos que as rodovias que constituem os principais eixos regional procedem do Sudeste, sobretudo do estado de São Paulo, para onde vai a maior parte da produção regional.

Tal fato evidencia a função primordial das rodovias: o relacionamento entre o Centro-Oeste e o Sudeste. Como exemplo, as BR-262 e BR-267 são redes rodoviárias do sul mato-

grossense que têm como atividade principal destinar a produção para os mercados do Sudeste, especialmente os de São Paulo. Isso ocorre por meio das conexões estabelecidas por outras vias que ligam o Centro-Oeste até os principais centros urbanos paulistas.

As rodovias que constituem os principais eixos de circulação são as BR-040 (Brasília-Rio de Janeiro), BR-050 (Brasília-Santos) e BR-060 (Brasília-Bela Vista). Essas rodovias correspondem ao sistema de tráfego mais denso, que se estende na área do Mato Grosso até o trecho periférico leste, onde se localiza Brasília. Ao lado dessas rodovias, encontra-se a BR-153 (Belém-Aceguá), correspondente à Transbrasiliana, também conhecida como rodovia Belém-Brasília.

Ainda sobre o histórico regional do Centro-Oeste, encontrado no IBGE de 1977, a rodovia Belém-Brasília tem um papel relevante na integração entre o Sul e o Norte do país:

Desde que se deu a transferência da Capital Federal para Brasília, principalmente nos últimos dez anos, intensificou-se ali o tráfego rodoviário e o Triângulo Mineiro tornaram-se passagem obrigatória nas ligações rodoviárias entre o Distrito Federal e os Estados de Goiás e de São Paulo, através das rodovias BR-050 e da BR-153, a qual, no seu prolongamento em direção norte, vai constituir a Belém-Brasília, completando, assim, a integração do Sul com o Norte do país (BRASIL, 1977d, p. 296).

Essa estrada é coletora e condutora de significativos fluxos de produção e população, recebendo o apelido de “artéria do país”, justamente por possibilitar distribuição de um caminho para diferentes atividades humanas, como turismo, trabalho, imigração, emigração, entre outras possibilidades de contato entre dois extremos do país, o Sul e o Norte.

2.2.1.4 Norte

Caracterizada como insuficiente e precária, a infraestrutura de transportes da Região Norte reflete o baixo grau de desenvolvimento regional. Vítima de um passado de exclusão, o Norte do país acaba estabelecendo um relacionamento frágil com núcleos urbanos, principalmente com as regiões mais desenvolvidas economicamente, como o Sudeste e o Sul.

No Norte, os canais rodoviários têm uma extensão reduzida devido à densa rede hidrográfica natural amazônica, cujas vias fluviais têm maior relevância. Mesmo assim, houve implementação de rodovias em localidades centrais da Região Norte, como a da capital paraense, Belém, que até a década de setenta contava com dois grandes eixos rodoviários: as estradas de Belém-Brasília e Rio Branco-Porto Velho-Cuiabá, que integravam o Norte à área

central do Brasil, com o objetivo de vincular a Amazônia à região *core* (BRASIL, 1977a).

No decênio de 1950 a 1960, tanto Belém quanto áreas vizinhas, como Bragançatina-Salgado, impulsionaram o crescimento econômico da Região Norte, devido a três fatores principais: i) a ocupação agrícola desses territórios e o desenvolvimento das lavouras comerciais da pimenta e da juta, ii) a pesca em Vigia (PA) e iii) o processo de industrialização de fibras têxteis. Com o crescimento do mercado consumidor de Belém, há um aumento populacional e conseqüentemente maior circulação rodoviária, formando eixos que cortam o leste para o oeste da região, como as estradas estaduais¹⁶ de Belém-Brasília que conectam os municípios de Vigia, Curuçá, Maracanã e Salinópolis.

Ainda nessa década, e com a rodovia Belém-Brasília em funcionamento, novas estradas são criadas, como o caminho para Teresina, proporcionando uma expansão do povoamento que se estendeu ao redor das rodovias, antes mesmo de elas estarem concluídas. Segundo o relato histórico do IBGE (1977a, p. 289), “a abertura dessas rodovias foi de tal monta que deslocou a fronteira do povoamento, que desde o final do Século XVII e XVIII pouco tinha avançado ao sul do Guamá”.

Com as novas estradas, o adensamento populacional¹⁷ foi mais eficaz por permitir a circulação rodoviária e possibilitar maiores fluxos de comércio, turismo e residência, influenciando, sobremaneira, no desenvolvimento regional. Por exemplo, nas áreas amazônicas, as rodovias Rio Branco-Porto Velho-Cuiabá e a Transamazônica possibilitam o tráfego regional e a conexão com as Regiões do Centro-Oeste e Nordeste. Atemo-nos, um pouco mais, sobre o histórico dessas rodovias.

Concluída no final da década de sessenta, a rodovia Rio Branco-Porto Velho- Cuiabá serve o sudoeste da Amazônia com ligações para as localidades de Vilhena, Rondônia e Ariquemes, em seguida, prossegue para Porto Velho e Abunã até Guajará-Mirim. A ligação estabelecida entre as capitais Rio Branco, Porto Velho e Cuiabá favoreceu o relacionamento comercial entre essas áreas, alcançando os núcleos econômicos das metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, onde já havia exportações de mercadorias procedentes do Rio de Janeiro e São Paulo para o Acre.

¹⁶ As ligações rodoviárias de Capanema (PA) com Bragança (PA), Ourém (PA), Irituia (PA), passando por São Miguel do Guamá (PA) e Salinópolis (PA), formando a principal rede rodoviária da Amazônia, por meio dos trechos de Castanhal (PA), Capanema (PA) e Bragança (PA).

¹⁷ Os Censos de 1960 e 1970 mostravam um aumento na população urbana de 69,3%, passando de 72.049 para 121.992. Hodiernamente, os dados populacionais com base nos resultados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE), revelam que a Região Norte possui 17.834.762 habitantes.

Além disso, a conexão que essa rodovia proporcionou à Região Norte, possibilitou a formação de franjas pioneiras

Perto de Vilhena, Rondônia e de Guajará-mirim houve o surgimento de franjas pioneiras, que, passando pela rodovia estadual, direcionava o gado procedente do pantanal mato-grossense, a fim de abastecer em carne verde os núcleos populacionais de Rondônia, e os acreanos de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia (BRASIL, 1977a, p. 290).

A implantação da rodovia possibilitou o desenvolvimento econômico e populacional de Rondônia e das cidades de Porto Velho e Rio Branco, as quais se expandiram e alcançaram outra importante rodovia, a Transamazônica, com a ligação de Porto Velho (RO), Humaitá (AM), Ariquemes (RO), Abunã (RO), Rio Branco (AC) para Boca do Acre, Vila Plácido (AC) e Xapuri (AC).

Projetada entre 1970 e 1973, a Transamazônica é a rodovia prioritária. De acordo com o PIN, ela é considerada indispensável à integração da Amazônia à Região Nordeste. Dentre as finalidades do PIN está o projeto de colonização para implantar e desenvolver atividades agropastoris nas áreas atravessadas pela rodovia Transamazônica, o caminho construído por meio da rodovia direcionou, também, o fluxo de imigrantes nordestinos para a Região Norte, tirando o foco das Metrôpoles do Rio de Janeiro e São Paulo.

Além da conexão inter e extrarregional, a Transamazônica foi planejada como a estrada que atravessa grandes áreas, incluindo a ligação com a Bolívia e o Peru, objetivando a conexão com o sistema rodoviário sul-americano. No ano de 2021, o Governo Federal concluiu a pavimentação do trecho paraense da BR-230/PA (Transamazônica), entre as cidades de Itupiranga (PA) e Novo Repartimento (PA). Outras rodovias também têm importância no desenvolvimento da Região Norte, como a Cuiabá-Santarém, a Porto Velho-Manaus, a Manaus-Boa Vista e a Perimetral Norte, dentre outras. Vale mencionar que a rodovia Perimetral Norte, iniciada em Macapá até o seu entroncamento com a Transamazônica, no trecho entre Cruzeiro do Sul, tem a mesma função da principal rodovia, cujo objetivo é a interação do sistema rodofluvial, ou seja, um sistema integrado de transportes rodoviários e fluviais.

A rodovia Transamazônica apresenta o seguinte percurso:

A rodovia inicia-se no entroncamento de Belém-Brasília e penetra a Amazônia pelo município de São João de Araguaia, prossegue para o vale do Tocantins onde passa por Marabá, Itupiranga, Jatobá e por Tucuruí, ponto terminal da navegação do baixo Tocantins. Dirige-se, em seguida, para oeste e atravessa os interflúvios Tocantins-Xingu, Xingu-Tapajós, liga o terminal navegável de Remanso do Pontal à Altamira, no Xingu, e esta cidade a de Itaituba, no

Tapajós. Continua com rumo para oeste, atinge Jacareacanga e corta o Pará, com grande Transversal. Segue para os Estados do Amazonas e Acre, atravessa os interflúvios Tapajós-Madeira, Madeira-Purus, Purus-Juruá. Aproveita trechos de estradas mais antigas que unem Humaitá e Lábrea, Boca do Acre a Rio Branco, Xapuri e Brasília, em direção sul, chegando à fronteira boliviana e Rio Branco, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, em rumo oeste, prosseguindo para o sul, para a fronteira com o Peru (BRASIL, 1977a, p. 290).

Dessa forma, o Governo Federal incentivou a imigração e o povoamento nas faixas de terras ao longo da Transamazônica, no trajeto de Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Porto Velho-Guajará-Mirim e denominou essas rodovias de “Eixos de Desenvolvimento Potencial”, porque essas estradas se conectavam às construídas no Nordeste e Centro-Oeste, possibilitando fácil acesso para as regiões conectadas, além de estimular o mercado de minerais e a exportação de outros recursos naturais.

Enfim, na sequência, tratamos do desenvolvimento regional do Nordeste influenciado, sobremaneira, pela conexão rodoviária com a região *core* do país¹⁸.

2.2.1.5 Nordeste

A primeira Região brasileira a ter um Plano Regional de Rodovias foi o Nordeste. Datado no final da década de 20, iniciou-se a implantação de rodovias na área nordestina com o principal objetivo de prover os territórios assolados pelas secas de uma maior acessibilidade. Contudo, os maiores impulsos da expansão rodoviária ocorreram na década de 50, assim como nas demais regiões, devido ao processo de industrialização e à necessidade de ligações inter-regionais necessárias para o desenvolvimento econômico nacional.

Integrar o Nordeste às outras regiões brasileiras é uma das principais funcionalidades do sistema rodoviário nordestino. Por meio dos eixos longitudinais e transversais, conectando o Nordeste ao Norte e, principalmente, à região *core*, a infraestrutura rodoviária proporcionou para a região, assim como às demais, maior organização comercial, econômica e fluxo de circulação que promovem o turismo e a economia da área nordestina.

A implantação da rede rodoviária no Nordeste tem reflexos nos padrões de ocupação e no setor comercial. Este último, por seu turno, centraliza a comercialização e a redistribuição de produtos oriundos do Sudeste. Ademais, com a construção de rodovias e a acessibilidade que elas proporcionam à população, percebe-se uma extensão dos territórios habitacionais da

¹⁸ O espaço regional do Sudeste também é conhecido como *região core*, de acordo com o IBGE (1977).

região, conseqüentemente um crescimento populacional e urbano.

No entanto, a região retrata uma série de deficiências estruturais e climáticas que acentua a dependência dela com as Regiões mais industrializadas do país, principalmente pela facilidade de locomoção para o Sudeste. Dentre as problemáticas existentes no Nordeste, podemos destacar o elevado índice populacional e a carência do mercado de trabalho, as condições climáticas adversas e, ainda, a falta de estruturas eficientes capazes de promover melhorias na integração rodoviária intrarregional.

Mesmo que a expansão rodoviária tenha beneficiado as diversas localidades que compõem a região, há uma distribuição desigual de rodovias nas Unidades Federativas do Nordeste. Por exemplo, na porção oriental, onde estão situadas quase todas as capitais nordestinas, o adensamento da rede rodoviária é maior. No setor econômico, essa área é importante porque, além de ser a mais povoada, é onde se concentra a maior atividade agrícola, como a faixa açucareira que se estende desde o Rio Grande do Norte até o Recôncavo Baiano, o Agreste Pernambucano e Paraibano.

O traçado das rodovias federais nordestinas é composto por grandes eixos longitudinais e transversais que se interligam. Os primeiros visam à ligação com o Sudeste, e os últimos com a Amazônia e o Centro-Oeste. Dentre os grandes eixos longitudinais, a Transnordestina Rio-Bahia (BR-116), Natal-Osório (BR-101) e São Luís-Belo Horizonte (BR-135) merecem destaque.

No que tange à Transnordestina, grande eixo longitudinal que funciona como “espinha dorsal do sistema rodoviário nordestino” (BRASIL, 1977b, p. 217), ressaltamos a função de acolher o fluxo de tráfego de várias rodovias transversais e o papel importante no escoamento da produção regional e no abastecimento da população nordestina, embora seja importante frisar que a sua construção contribuiu, sobremaneira, com a migração dos nordestinos para o Sudeste do país.

De acordo com a descrição do IBGE (1977b), a Transnordestina tem o seguinte percurso:

Ela parte de Fortaleza e acompanha o vale do Jaguaribe passando, entre outras, pelas cidades de Jaguaribe e Icó; orienta-se para o Sertão pernambucano servindo Salgueiro e Cabrobó; acompanha o rio São Francisco (BR-428) até Petrolina-Juazeiro e penetra no Sertão Baiano, dirigindo-se para o importante nó rodoviário de Feira de Santana (BR-407/324); prossegue para Jequié, Vitória da Conquista e daí segue em direção às Regiões Sudeste e Sul, alcançando o Jaguarão no Rio Grande do Sul (BR-116) (BRASIL, 1977b, p. 217).

Vale destacar que a Transnordestina foi beneficiada com a construção da ponte sobre o rio São Francisco, em 1925, entre Petrolina e Juazeiro, o que fortaleceu, e muito, sua posição de nó de ligações regionais.

Quanto à BR-101, eixo longitudinal de Natal-Osório, cujo trajeto serve “à área industrializada da capital pernambucana, às extensas áreas canavieiras, à área fumageira de Cruz das Almas e à zona Cacaueira do sul da Bahia” (BRASIL, 1977b, p. 217). Essa rodovia também favorece o relacionamento com os centros comerciais mais dinâmicos do país, além do papel desempenhado no desenvolvimento turístico, impulsionando a economia da área.

Os eixos rodoviários transversais partem de localidades do litoral oriental e atingem o interior e o extremo oeste da região nordestina. Alguns eixos prosseguem para às regiões Norte e Centro-Oeste do país, dentre eles está a BR-230 (Cabedelo-Estreito), que se conecta à Belém-Brasília para depois alcançar os estados do Pará e Amazonas, como outros eixos importantes para a integração dessas regiões: Natal-Porto Franco (BR-226), Fortaleza-Açailândia-Marabá (BR-222), Aracaju-Alto Paraíba-Araguacema-Cachimbo (BR-235), São Roque-Barreiras-Porto Artur-Cuiabá-Santos (BR-242), Campinha-Carinhanha-Brasília (BR-030), para citar alguns.

O eixo transversal BR-230, partindo de Cabedelo na Paraíba, é importante porque conecta o Nordeste com o Norte do país. A estrada corta o estado da Paraíba no sentido leste e oeste até a cidade de Sousa, adentrando Campina Grande. Depois, segue para Cajazeiras e se conecta à Transnordestina, onde prossegue em direção oeste para Picos (PI), Pastos Bons (MA), Balsas (MA) e Carolina (MA), até chegar a Estreito (MA), onde se vincula à Transamazônica.

Os eixos de São Roque-Barreiras-Porto Artur-Cuiabá-Santos (BR-242) e Campinha-Carinhanha-Brasília (BR-030) conectam o sul da Região Nordeste com o Centro-Oeste do país. A partir da expansão das rodovias na área nordestina, vinculadas ao Plano de Integração Nacional, desenvolveu-se um relacionamento direto e dinâmico do Nordeste com o Sudeste, especialmente a região *core*, com as zonas centrais e periféricas do Centro-Oeste e com a Amazônia.

Por fim, sobre a Região Nordeste, é correto afirmar que todas as capitais de estado¹⁹ estão ligadas entre si e com o Centro-Sul do país por estradas que formam a Rede Básica Pavimentada do Nordeste.

As descrições feitas acerca da construção de rodovias e de sua importância no desenvolvimento das regiões brasileiras e no aumento populacional e urbano estão relacionadas

¹⁹ Para lembrar: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

ao Plano de Integração Nacional que cumpriu com o seu objetivo de conectar as grandes regiões brasileiras, no sentido de ampliar o mercado de produção agrícola, agropecuária, industrial, automobilístico, turístico e demais atividades que permeiam o território nacional.

O processo de expansão territorial vinculado à implementação de rodovias federais, estaduais e municipais desenvolveram a potência que é o mercado brasileiro atual. Além disso, em aspectos culturais, a integração nacional possibilita de forma mais acessível pelas estradas de rodagem, pelo menos para grande parte da população, o caminhar de saberes que podem ser compartilhados entre os indivíduos das diferentes regiões.

Dentre esses saberes estão os linguísticos, como os nomes dados aos recursos construídos para a organização do trânsito. É sabido que a modernização das vias é mais comum em áreas urbanizadas, onde os fluxos viários e rodoviários são mais intensos, como as áreas da região *core*, as vias que cercam as principais BR do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

Quando citamos os recursos de modernização no trânsito, estamos nos referindo a quebra-molas, rotatórias, sinaleiros, calçadas, meio-fios, pontes, viadutos, faixas de pedestres, placas de trânsito e demais instrumentos que organizam o tráfego de automóveis, caminhões e pessoas, nas diversas vias que percorrem as áreas brasileiras. Esses recursos podem receber diferentes nomes se forem analisados em diferentes localidades do país. É importante, porém, considerar a grande possibilidade de não haver alguns deles em municípios menores, o que acarreta o desconhecimento das denominações desses meios de organização do trânsito.

Por meio dos registros linguísticos, podemos ter acesso à informação de quais áreas receberam menos investimentos nas construções de rotatórias e quebra-molas, recursos que são foco desta pesquisa. Tal fato não indica, necessariamente, abandono no sistema rodoviário de algumas localidades, mas na relevância de certos recursos de acordo com a quantidade de habitantes e de circulação automobilística dessas áreas.

Em relação ao espaço, mais precisamente ao contexto urbano organizado em vias terrestres, a falta de um planejamento em torno da distribuição dos veículos e mobilidade de pessoas e automóveis geram situações negativas, como: longos e dispendiosos congestionamentos, conflitos entre os modos de transportes, dificuldades de mobilidades e acessibilidades, degradação ambiental, poluição (sonora e do ar), aumento do número e severidade dos acidentes de trânsito, entre outros. Algumas medidas são tomadas na tentativa de minimizar os impactos negativos da mobilidade, pensando em ações que proporcionem segurança nas vias para motoristas e pedestres, bem como atitudes com foco na sustentabilidade urbana.

Desta forma, em países desenvolvidos, há um conjunto de técnicas chamado *traffic calming*, ou medidas modeladoras no trânsito, técnicas da engenharia de tráfego de regulamentação e de medidas físicas, desenvolvidas para controlar a velocidade e induzir os motoristas a um modo de dirigir mais apropriado à segurança e ao meio ambiente (BHTRANS – Manual de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, 1999).

Embora seja difícil traçar as origens do *traffic calming*, pode-se afirmar, segundo o BHTRANS (1999), que essas técnicas estão relacionadas com as medidas de gerenciamento de tráfego introduzidas na Alemanha e na Holanda na década de 70. Esse conjunto de medidas para moderação do tráfego motorizado, geralmente é empregado em áreas com alta densidade de habitações e com intenso fluxo de pedestres e ciclistas, onde são feitas alterações na geometria e traçado da via, ordenamento de fluxos de tráfego e diferenciação de pavimentos.

Segundo Esteves (2003), as técnicas adotadas no *traffic calming* são utilizadas para diminuir o volume do tráfego motorizado, melhorar o comportamento dos motoristas e criar espaços de circulação seguros para os modos não motorizados. Essas medidas estão relacionadas à organização das vias e à construção de leis e de elementos físicos que ajudam no controle rodoviário. Dentre as medidas físicas está a implementação de *quebra-molas* nas vias urbanas de grandes fluxos de veículos e pessoas.

É o que veremos no quinto capítulo, ao tratarmos da análise e descrição dos dados dialetológicos coletados para as variantes de *Quebra-molas* e *Rotatória* no interior do país. Mas antes, é primordial discutir sobre os conceitos apresentados no capítulo seguinte, acerca da história dos estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil.

3 CONTRIBUIÇÕES: DIALETOLOGIA E GEOLINGUÍSTICA BRASILEIRA

A história dos estudos dialetais no Brasil, e posteriormente da Geografia Linguística ou Geolinguística, inicia-se com as contribuições de Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, ao *Atlas Ethnographique du Globe* (1826), de autoria de Adrien Balbi. Desde então, questionamentos e manifestações sobre a língua portuguesa no Brasil surgiram, sobretudo relacionadas ao caráter semântico-lexical, comparando os caminhos que as palavras assumem em território europeu e brasileiro.

Como descrevem as dialetólogas brasileiras Cardoso e Mota:

O Visconde de Pedra Branca faz um breve estudo no qual compara o português do Brasil com o português de Portugal, apresentando, do ponto de vista do léxico, casos de não coincidências entre esses dois usos da língua, seja pela presença de formas registradas no Brasil e não existentes além-mar, seja pelos novos valores semânticos que assumiram, na terra conquistada, formas do português ainda vigentes em território luso (CARDOSO; MOTA, 2012, p. 117).

No primeiro momento, os dicionários, os vocabulários e os léxicos regionais consagram o período inicial dos estudos dialetais, como: *Dicionário da língua brasileira* (PINTO, 1832), *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (RUBIM, 1853), *Dicionário de vocábulos brasileiros* (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889), *A linguagem popular amazônica* (SOARES, 1884), *O tupi na geografia nacional* (SAMPAIO, 1901), *Glossário paraense*, (MIRANDA, 1905), *Apostilas ao dicionário de vocábulos brasileiros* (TESCHAUER, 1912) e o *Dicionário de brasileirismos* (GARCIA, 1912).

Essa primeira fase integra, portanto, um conjunto de obras de caráter lexicográfico, constituído, basicamente, de glossários ou dicionários. Uma obra recebe destaque, nessa primeira fase, por apresentar uma visão mais ampla e de caráter gramatical: O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brazil, de José Jorge Paranhos da Silva (1879). Essa obra apresenta os aspectos variacionistas do português do Brasil comparados ao português de Portugal, de forma singular, como apontam Cardoso e Mota (2017).

Foi necessário sistematizar uma metodologia capaz de compreender o vernáculo da língua, assim, instaura-se o segundo momento das pesquisas dialetais, que dão seus primeiros passos para o desenvolvimento de uma geografia linguística sistematizada em território brasileiro, por meio de estudos monográficos que vão desde 1920, com a obra e as recomendações de Amadeu Amaral, até 1952, com o Decreto 30.643 que atribui à Casa de Rui

Barbosa a incumbência de coordenar o Atlas Linguístico do Brasil.

Esse período é caracterizado pela investigação de uma área determinada, sob uma metodologia sistematizada de abordagem dos fenômenos linguísticos a partir da observação, *in loco*, da realidade do português falado no Brasil. Nesse momento, além da obra pioneira de Amaral (1920), surgem trabalhos de caráter monográfico, como os produzidos por Nascentes (1922), Marroquim (1934), Teixeira (1938; 1944), obras que imprimem uma nova ótica ao exame da realidade linguística brasileira.

O estudo de Amaral é pioneiro na descrição de aspectos linguísticos e no esboço de uma metodologia dialetal, cujo cuidado impulsiona um marco na Dialetologia brasileira e uma renovação dos estudos linguísticos, constituindo um modelo para pesquisas acerca dos falares regionais levados a efeito na primeira metade do século XX. Na obra do autor, são descritos aspectos morfológicos, fonéticos, lexicais e sintáticos do dialeto falado na antiga província de São Paulo até o final do século XIX.

A partir do seu estudo sobre uma área do estado de São Paulo, denominada por Amaral como *caipira*, o pesquisador aponta a necessidade para a realização de estudos que analisem áreas dialetais com imparcialidade e uma postura metodológica que leve à observação da realidade linguística, *in loco*, eliminando tudo o que fosse hipotético e não verificado presencialmente.

O estudo de Nascentes, *O Linguajar Carioca* (1922-1953), compõe a trilogia que marca a segunda fase dos estudos dialetais. O autor definiu o que compreendia por falar brasileiro em uma proposta de dialeção do português, apresentando uma divisão dos falares brasileiros. Neste contexto, Nascentes situa o linguajar carioca no conjunto desses falares por meio da pesquisa de campo, cuja divisão de que dispõe a Dialetologia Brasileira, só foi possível após “o ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá” (NASCENTES, 1953, p. 24).

A terceira obra basilar para a Dialetologia brasileira é *A língua do Nordeste* de Mário Marroquim, publicada em 1934. O autor questionava o *déficit* de pesquisas voltadas aos aspectos dialetais do português e defendia a urgência de trabalhos parcelados sobre o vernáculo falado em cada zona brasileira, para posteriormente apresentar “a nossa diferenciação dialetal” (MARROQUIM, 1996, p. 9).

Teixeira vem completar o quarteto de dialetólogos da segunda fase com os estudos monográficos da fala mineira (1938) e da fala goiana (1944). Nas palavras de Aguilera (2022)²⁰,

²⁰ O grande mérito de Teixeira, além de ter descrito os falares mineiro e goiano, foi o de precursor da Geolinguística no Brasil. Ignorado até hoje por nós, dialetólogos, o trabalho de Teixeira, no entanto, precedeu em oito anos a

Teixeira's greatest merit, besides having described the *mineiro* and *goiano* dialects, was of being the precursor to Geolinguistics in Brazil. Ignored by dialectologists until recently, Teixeira's work nonetheless preceded the proposal of a Linguistic atlas of Brazil, established in the Decree of 1952, by eight years. Including five maps about phonetic phenomena recurrent in the speech of Goiás, it preceded the APFB by almost 20 years. On page 61, for example, Teixeira (1944) presents the *Carta do L final*, which consists of a draft of a map (cartogram) from southern Goiás, including on its upper left side map keys with variants, displaying apocope (*siná* 'signal'), intensification (*sinali*), conservation (*signal*) and change for r (*sur* 'south') (AGUILERA, 2022, p. 256).

Muito foi feito por pesquisadores brasileiros, ainda na segunda fase de amadurecimento da Dialetoologia, como estudos voltados à descrição lexical, dicionários e glossários de áreas específicas: *Vocabulário gaúcho* (CALLAGE, 1926), *Dicionário dos animais do Brasil* (VON IHERING, 1931), *Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul - Linguagem dos praiheiros*, (LAYTANO, 1933), *O vocabulário pernambucano* (COSTA, 1937), *Vocabulário amazonense* (MAIA, 1939). Pesquisas de caráter regional: *A linguagem dos cantadores* (MONTEIRO, 1933), *A linguagem popular da Bahia* (CARNEIRO, 1951), dentre outras.

Além desses, citamos os estudos específicos relacionados à contribuição africana: *O elemento afronegro na língua portuguesa* (RAIMUNDO, 1933), *A influência africana no português do Brasil* (MENDONÇA, 1933) e *Os africanismos no dialeto gaúcho* (LAYTANO, 1936).

Os estudos dialetais, até então desenvolvidos segundo os modelos monográfico e lexicográfico, abrem espaço para a geolinguística²¹, inaugurada pelo *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB) (ROSSI, 1963) que, por sua vez, atende as recomendações de pesquisadores, como Silva Neto (1957) e Nascentes (1958, 1961), sobre a necessidade de elaborar atlas

proposta do atlas linguístico do Brasil firmada no Decreto de 1952; antecedeu, em mais de uma década, as propostas metodológicas de Silva Neto (1957) e de Nascentes (1958; 1961); e, finalmente, inseriu cinco cartas, sobre fenômenos fonéticos recorrentes na linguagem de Goiás, quase 20 anos antes do APFB. Na pág. 61, por exemplo, Teixeira (1944) traz a *Carta do L final*, que consta de um esboço de mapa (cartograma) do sul do estado de Goiás, tendo no lado esquerdo superior as legendas com as variantes. O autor utiliza retângulos vazios, quadriculados, com hachuras horizontais e hachuras verticais para identificar as ocorrências com apócope (*siná*), região de reforço (*sinali*), região de conservação (*signal*) e região de troca em r (*sur*) (AGUILERA, 2022, p. 256).

²¹ Chambers e Trudgill (1994) afirma que o método cartográfico faz parte dos estudos geolinguísticos, após realizadas as entrevistas e os tratamentos dos dados linguísticos, a publicação desse material deve ser feita por mapas dialetais, nas palavras dos autores: “una vez completadas las entrevistas y organizadas en tablas las respuestas a las unidades particulares, los resultados ya se encuentran listos para su publicación. La forma que adopta la publicación es un conjunto de mapas, uno para cada una de las publicaciones un conjunto dialectal” (CHAMBERS; TRUDIGILL, 1994, p. 51). Romano (2014) também retoma os conceitos dos autores e diz que a Geolinguística surgiu como um método da Dialetoologia, sendo uma forma mais prática e rápida de comparação entre línguas e dialetos por meio da cartografia automatizada. O pesquisador defende que o fazer geolinguístico deixou de ser apenas um passo metodológico e passou possuir métodos próprios, tais como questionários, informantes e mapas dialetais.

estaduais ou regionais para chegar a um atlas nacional.

Desde 1943, Silva Neto expressava a sua preocupação sobre os problemas e métodos da Dialectologia em cursos e palestras que ministrava na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em outras instituições brasileiras e internacionais. O professor alertava que, inicialmente, era preciso “criar uma mentalidade dialectológica” (SILVA NETO, 1957, p. 9), considerando as diversidades geográficas, os diferentes gêneros de vida e os comportamentos culturais do povo brasileiro nas análises dos fatos linguísticos, de acordo com o estudioso: “tais diversidades precisam ser examinadas nas mínimas particularidades para que se obtenha um retrato exato do país” (SILVA NETO, 1957, p. 5).

Silva Neto (1957) destacava a importância de ter uma equipe de pesquisadores preparada, deixando claro que “para chegar à conclusão científica é preciso realizar a investigação de campo, com pessoal habilitado e direção sensata” (SILVA NETO, 1957, p. 5).

Em comunicação feita no 2º *Colloquium de Estudos Luso-Brasileiro*, em 1954, realizada em São Paulo, Silva Neto expõe a necessidade e a urgência de estudar os nossos falares, traçando objetivos e elencando as principais tarefas que deveriam ser executadas, como:

- a) sondagens preliminares, criação de ambiente, difusão do método; b) recolha de vocabulários com todas as exigências da técnica; c) monografias etnográficas-linguísticas sobre determinadas “esferas semânticas”; d) monografias etnográficas-linguísticas sobre falares; e) atlas regionais e f) inquérito nacional feito com questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos em mapas (atlas nacional) (SILVA NETO, 1957, p. 11).

O dialetólogo salienta como objetivo insubstituível o *Atlas Nacional* e estabelece os critérios anteriores (a, b, c, d, e) como métodos precursores para tal finalidade. Silva Neto afirma que a tarefa de elaborar um *Atlas Nacional* não é fácil e muito menos deve ser feita apressadamente, estipulando um período de elaboração de 20 a 25 anos de trabalho.

Destacava, ainda, a importância do inquérito linguístico na pesquisa dialectológica, que pode ser realizado por correspondência, como fizera Boléo (1942), em Portugal, ou como pesquisa *in loco*. Segundo Silva Neto (1957), o tipo ideal de inquérito é o aplicado em campo, de preferência pelo próprio investigador, esse, por sua vez, está apto para aperfeiçoar o seu questionário, “alargá-lo, sanar-lhe as lacunas ou sentir a conveniência (à vista do material que tem diante dos olhos) de explorar mais a fundo certos fatos linguísticos” (p. 26). O preparo do inquiridor, de acordo com as orientações de Silva Neto, não está propriamente associado a teorias linguísticas, mas, sobretudo, ao entendimento de que “deve contar com a realidade que

o cerca” no momento da entrevista, deixando de lado ideias preconcebidas.

Dessa forma, um questionário linguístico deve ser previamente elaborado e não deve ultrapassar 2.000 perguntas. Além do mais, as questões precisam estar organizadas em esferas semânticas de acordo com as mais variadas situações cotidianas, como: a terra, os animais, o homem, a habitação, utensílios de pescas e instrumentos agrícolas, ofícios, profissões e atividades diversas, alimentação, vestuário, religião, festas populares, entre outros, de modo que contemple grande parte do repertório cultural dos falantes, possibilitando os registros das variedades linguísticas que irão compor os atlas regionais e, posteriormente, o atlas nacional.

O *Guia para estudos dialetológicos* de Silva Neto (1957) é conhecido, atualmente, como obra basilar para as pesquisas dialetais, assim como os estudos de Antenor Nascentes (1922-1953), apresentados na próxima subseção, sobretudo no que se refere às orientações metodológicas para a elaboração do instrumento de coleta de dados que iriam subsidiar a pesquisa geolinguística ainda em estado latente no Brasil.

3.1 CONTRIBUIÇÕES DE ANTENOR NASCENTES PARA OS ESTUDOS DIALETAIS BRASILEIROS

Em uma palestra publicada em 02 de outubro de 2018, no canal da Academia Brasileira de Letras, disponível no YouTube²², Evanildo Bechara discursa sobre a brilhante vida de Antenor Nascentes, na conferência: *Antenor Nascentes, um tardio na cadeira 41*, coordenado por Ana Maria Machado. Bechara inicia a sua fala afirmando que Nascentes tinha um olho voltado para a ciência e o outro voltado para a vida, e que o professor Nascentes nunca vestiu a capa de um gramático de “palmatória à mão”, daqueles que condenam os ditos erros gramaticais. Pelo contrário, Nascentes foi um estudioso preocupado com a vida, sobretudo com a vida da linguagem, que nada mais é do que a vida do próprio ser falante.

Ainda na mencionada palestra, Bechara, de forma análoga, traz a figura de Antenor Nascentes e Machado de Assis, afirmando que os dois estudiosos se completam, mesmo que em áreas distintas, pois ambos não tinham, na época, “as condições previstas para o sucesso. Eram pobres, eram negros e viviam em um ambiente muito restrito” (BECHARA, 2018). Um modelo da literatura e o outro dos estudos linguísticos, autores que mergulharam na linguagem e extraíram dela capacidades possíveis de expressão, de tradução, de pensamentos e de emoções.

²² Para assistir na íntegra, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=ECDZJt5HTFc>.

Nascido em 1886, no Rio de Janeiro, Antenor de Veras Nascentes chegou ao Colégio Pedro II graças ao estímulo de sua professora primária, que viu no garoto um potencial que necessitava de incentivos, dentre eles o financeiro. Ao concluir o primário, a professora pagou a matrícula do estudante para fazer o vestibular do primeiro ano ginásial da época. Assim, Nascentes cursou os cinco anos sendo destaque na instituição, dividindo o título de melhor aluno com os colegas Manuel Bandeira e Sousa da Silveira. Ao concluir o curso de Ciências e Letras pelo Ginásio Nacional (1902), como aluno laureado, começou a lecionar humanidades em 1903.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Livre Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1908), exerceu a profissão como funcionário da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores. Anos depois, em 1919, foi o primeiro professor catedrático de Espanhol do Colégio Pedro II. Nove anos depois, transferiu-se da cátedra de Espanhol para a de Português, por decreto de 23 de janeiro de 1928. Mais tarde foi professor universitário, tendo ocupado a cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro.

Nascentes conhecia as principais línguas românicas, além de falar e traduzir textos do alemão, língua que ele considerava instrumento indispensável ao filólogo, dado que grande parte de palavras alemãs são derivadas do latim e do grego. De sabedoria ímpar, lia autores gregos e latinos no original, proporcionando-lhe maior segurança nas pesquisas sobre duas línguas clássicas.

De reconhecimento internacional, o professor Nascentes deixou-nos uma produção científica extraordinária²³. Segundo Bechara (2018), “Nascentes é daquelas pessoas, como dizia Capistrano de Abreu a respeito de Said Ali, é daquelas pessoas que não se comparam, é das pessoas que se separam”.

A bibliografia de Nascentes é referência nos estudos linguísticos e, dentre as várias faces do pesquisador, interessa-nos, para este estudo, suas reflexões dialetológicas, que marcam o início da Dialetologia no Brasil. A importância de Nascentes na área dos estudos dialetais é repercutida por meio da publicação da *proposta de divisão dialetal do português brasileiro*, originalmente realizada em 1922 e reavaliada por aproximadamente 31 anos, sendo publicada, sua versão mais recente, em 1953. A maioria das pesquisas voltadas para a definição de áreas dialetais tem como referência a proposta do dialetólogo, porém, vale mencionar, que embora seja a mais utilizada nos estudos dialetais, não é a única classificação registrada.

²³ Para saber mais, acessar a bibliografia de Nascentes, em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/homenageado.html>.

Há algumas proposições que antecedem e procedem à divisão dialetal de Antenor Nascentes. Essas classificações foram descritas por Teles (2018), a quem recorremos, uma vez que apresenta, detalhada e criticamente, as propostas feitas por historiadores, antropólogos e linguistas acerca de uma divisão do Brasil. Algumas classificações estão pautadas em aspectos geográficos, outras sob o ponto de vista histórico, há também propostas elaboradas sob os critérios antropológicos, etnográficos e, claro, linguísticos. Desta forma, apresentamos uma síntese do que Teles (2018) desenvolve em sua pesquisa de doutorado²⁴.

A começar pela proposta de Júlio Ribeiro, que em 1881, propôs uma separação do Brasil em quatro áreas, utilizando critério geográfico, assim considerou as seguintes áreas: **Norte** (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), **Leste** (Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), **Centro** (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) e **Sul** (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Essa proposta foi bastante criticada por Antenor Nascentes, que a considerou “imperfeita”, porque “junta o Norte com o Nordeste [...] separa Alagoas dos demais estados do Nordeste; coloca o Espírito Santo e o Rio de Janeiro junto da Bahia” (NASCENTES, 1953, p. 21).

Em 1900, o historiador João Ribeiro também havia apresentado uma proposta de divisão do Brasil embasada em aspectos históricos, sem o viés geográfico e linguístico. No livro *História do Brasil* (1ª edição, 1900), João Ribeiro retratou em sua proposta aquilo que considerava como “teoria dos focos de irradiação da cultura e civilização” do Brasil, apresentando os polos que originou, segundo o historiador, o povoamento do país. Na descrição, João Ribeiro propõe a seguinte divisão para o Brasil: **Extremo Norte** (1º grupo compreendendo a Amazônia, o Maranhão, o Piauí e o Ceará), **Norte** (segundo grupo, compreendendo Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), **Centro** (terceiro grupo: compreendendo Sergipe, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro), **Interior** (grupo compreendendo São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), e, por fim, o **Sul** (quarto grupo compreendendo Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul).

Em 1915, Rodolfo Garcia, ao combinar os critérios geográficos e históricos, associando-os à continuidade territorial, aos aspectos culturais, aos glossários com expressões locais e regionais, e à facilidade de comunicações terrestres, propôs cinco áreas: **norte**, **norte-oriental**, **central-marítima**, **meridional** e **altiplana-central**. Importante ressaltar que essa proposta foi aceita por Nascentes, todavia o dialetólogo aponta alguns aspectos dos quais discorda, como: “colocar o Maranhão na zona Norte [...]; colocar o Rio de Janeiro e o sul do Espírito Santo na

²⁴ Vale a pena ler na íntegra o estudo feito por Teles (2018).

zona central-marítima; colocar Minas Gerais (sem discriminar) e Goiás junto com Mato Grosso” (NASCENTES, 1953, p. 22).

A proposta de Renato Mendonça, datada em 1936, no livro *O Português do Brasil*, foi embasada em monografias dialetológicas publicadas (até o período) e em glossários de localismos que o autor considerou de maior importância, assim, Mendonça chegou as seguintes áreas dialetais no Brasil: **amazônica** (Acre, Amazonas, Pará), **cearense** (Ceará e parte oriental do Piauí), **nordestina** (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), **baiana** (Bahia até o São Francisco e Sergipe) **fluminense** (estado do Rio, Distrito Federal, Espírito Santo) **caipira** (São Paulo e zona fronteira de Minas Gerais) **mineira** (zona do capiau em Minas Gerais e Bahia, além do São Francisco) **gaúcha** (Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina) e **sertaneja** (Goiás e Mato Grosso).

Eugenio de Castro, em 1941, define uma proposta com base nos aspectos antropológicos, filológicos e linguísticos; assim, definiu três novas províncias de uma geografia fundamental: **a geografia do gado** (tendo por centro de fixação e irradiação o vale do São Francisco, principalmente na colonização do nordeste e dos sertões mineiros e goianos), **a geografia das bandeiras paulistas** (tendo por centro de irradiação São Paulo – ligado ao vale do São Francisco pelo rio das Velhas) e **a geografia da canoa** (ou montaria na conquista do Maranhão a Amazônia).

Depois, em 1950, também utilizando o mesmo critério de Rodolfo Garcia, ou seja, combinando aspectos geográficos e históricos, o geógrafo Maximino Maciel propõe a divisão do falar brasileiro em: **basilo-guianense** ou **setentrional**, **idiodialetos estaduais** ou **centrais** e **basilo-castelhano** ou **meridional**. Sobre essa proposta, Nascentes realizou as seguintes críticas: “A língua chamada Guiana Brasileira se estende à região da margem direita do Amazonas; [...]. A influência do castelhano platino na língua da fronteira com o Uruguai e com a Argentina não vai ao ponto de dominar um subfalar” (NASCENTES, 1953, p. 21).

Há também a proposta de Joaquim Ribeiro²⁵, mencionada no estudo de Teles (2018), que, além dos critérios geográficos e históricos, fez uso do folclore brasileiro para fazer ligação com os aspectos linguísticos. Assim, o historiador dividiu o Brasil em: **Área Costeira**, **Área Agrícola**, **Área Pastoril**, **Área da Mineração** e **Área Amazônica**.

Posterior à proposta da divisão dialetal do Brasil, apresentada por Nascentes, também se registram outras duas classificações, a de Diéguas Júnior e Silvio Elia. Diéguas Júnior, em 1960, dividiu o Brasil com base nos aspectos etnológicos, como as embasadas nas culturas

²⁵ Teles (2018) não define uma data precisa para a proposta de Joaquim Ribeiro.

indígenas, nos mestiços entre brancos e negros, nos estrangeiros, entre outros, e nos aspectos econômicos que caracterizam as regiões culturais²⁶, como: economia açucareira, criação de gado, economia extrativista, agricultura, exploração mineral, indústria etc. Desta forma, por meio do critério de ocupação humana, Diégues Júnior define as regiões culturais do Brasil em: **Nordeste Agrário do Litoral, Nordeste Mediterrâneo, Amazônia, Mineração do planalto, Centro-Oeste, Extremo-Sul, área de Colonização Estrangeira, área do Café e a Faixa Industrial.**

Já Silvio Elia (1975 [1963]) considera a proposta de Nascentes (1922-1953) e de Mendonça (1936) e apresenta a sua classificação pautada em aspectos exclusivamente linguísticos que caracterizam as seguintes áreas:

Área Amazônica (influência indígena maior que nas outras áreas, com traços fonéticos locais, alguns só se registrando na região dos rios, como o Tocantins), **Área Cearense** (tem alguns traços fonéticos próprios, que a distinguem da “área nordestina”), **Área Nordestina** (uma das mais típicas do ponto-de-vista linguístico. É a região das protônicas abertas e de vários outros fatos léxicos e fonéticos tão característicos da nossa língua falada), **Área Baiana** (Inclui Sergipe e Bahia até o S. Francisco. É uma área de transição entre os falares do norte e os do Sul), **Área Fluminense** (Inclui Espírito Santo e o novo Estado do Rio), **Área Caipira** (situada no interior de São Paulo, com irradiações para Minas, Goiás e Mato Grosso), **Área Sulina** (de S. Paulo para o Extremo-Sul), **Área Centro Leste** (Compreende a região central de Minas Gerais, com irradiações para Goiás e Bahia. É uma região onde os traços regionais da fala brasileira poderão, oportunamente, encontrar um denominador comum) e **Área Centro-Oeste** (Compreende a maior parte da zona inexplorada do país, ou seja, o coração de Goiás e Mato Grosso. É a zona que fica além do Paraná-São Francisco e abaixo da bacia amazônica) (ELIA, 1975 [1963], p. 229-231 *apud* TELES, 2018, p. 98).

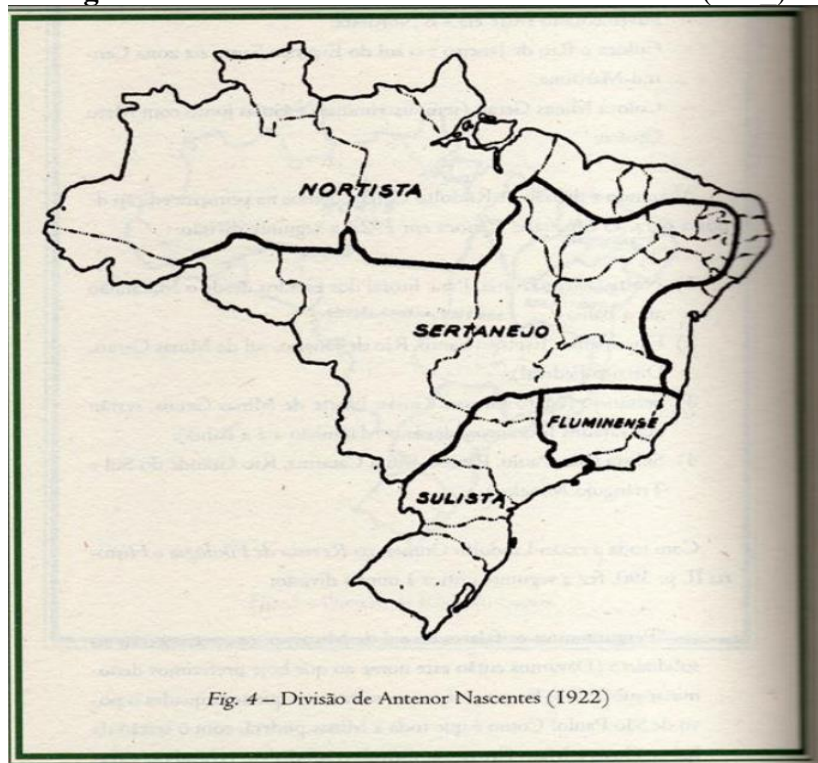
Como apresentado, há outras interpretações acerca de uma classificação para o território brasileiro, algumas delas avaliadas por Nascentes, como já mencionado. Assim, direcionamos nossa atenção à proposta mais utilizada por nós, estudiosos do português brasileiro, sobre a divisão dialetal.

Ao seguir os passos de Amadeu Amaral (1920), Nascentes publica *O Linguajar Carioca* (1922), que apresenta as primeiras considerações do autor a respeito do falar brasileiro. Nessa obra, Nascentes já defendia a existência de subdialetos brasileiros, como o **nortista** (Amazonas, Pará, litoral dos estados, do Maranhão até a Bahia); o **fluminense** (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas e zona da mata, Distrito Federal); o **sertanejo** (Mato Grosso, Goiás, Norte

²⁶ De acordo com Teles (2018, p. 97): “A essas regiões culturais o autor acrescenta três outras que não conseguiu caracterizar como completamente independentes: a do cacau na parte sul do território baiano; a do sal em zonas litorâneas do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro; a da pesca, por toda a faixa costeira da beira-mar”.

de Minas, sertão dos estados litorâneos desde o Maranhão à Bahia) e o **sulista** (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro).

Figura 3 – Divisão dialetal de Antenor Nascentes (192)



Fonte: Santos (2020, p. 48)

Essa proposta foi alvo de diversas críticas, muitas dessas feitas por historiadores e geógrafos. Dentre elas, destacam-se as de Lindolfo Gomes, publicadas na Revista de Filologia e História II, citadas por Nascentes (1955, p. 217):

Os falares do sul de Minas, p. ex., pertencerão ao subdialeto (dávamos então êste nome ao que hoje preferimos denominar subfalares) fluminense ou sulista, em que se enquadra o povo de São Paulo? Como é que tôda Minas poderá, com o sertão da Bahia, Goiás e Mato Grosso, constituir o subdialeto central ou sertanejo? A mata mineira não haverá que pertencer de preferência grupo fluminense e capixaba, e isso mesmo quanto a limitadas zonas do Espírito Santo e do estado do Rio?

As críticas foram acatadas e justificadas por Nascentes: “Quando fizemos aquela divisão, havíamos percorrido pequena parte do nosso território. Conhecíamos Minas Gerais, Espírito Santo, estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Recife e Salvador” (NASCENTES, 1953, p. 24).

Após viajar o território nacional, Nascentes publica a segunda edição de *O Linguajar Carioca*, em 1953, com a reformulação da proposta de divisão dialetal do português brasileiro, que, segundo ele seria um “ligeiro esboço que outros podem melhorar”:

Hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade. [...] Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do norte e do sul (NASCENTES, 1953, p. 24-25).

Com base em dois fatos linguísticos – pronúncia das vogais médias pretônicas e a cadência, Nascentes afirma que o português brasileiro pode ser dividido em dois grandes falares (Norte e Sul) e em seis subfalares (amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense e sulista).

Figura 4 – Divisão Dialetal de Antenor Nascentes (1953)



Fonte: Nascentes (1953, p. 18-20)

Com base na cartografia automatizada, Teles (2018), em sua pesquisa de doutoramento defendida no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia, declara que a proposta de Nascentes (1953) apresenta problemas do ponto de vista cartográfico, ainda que acompanhada de mapa. Segundo a pesquisadora, Nascentes oculta

no mapa as referências das localidades e dos acidentes geográficos (rios e serras), utilizadas por ele para estabelecer os limites entre os falares.

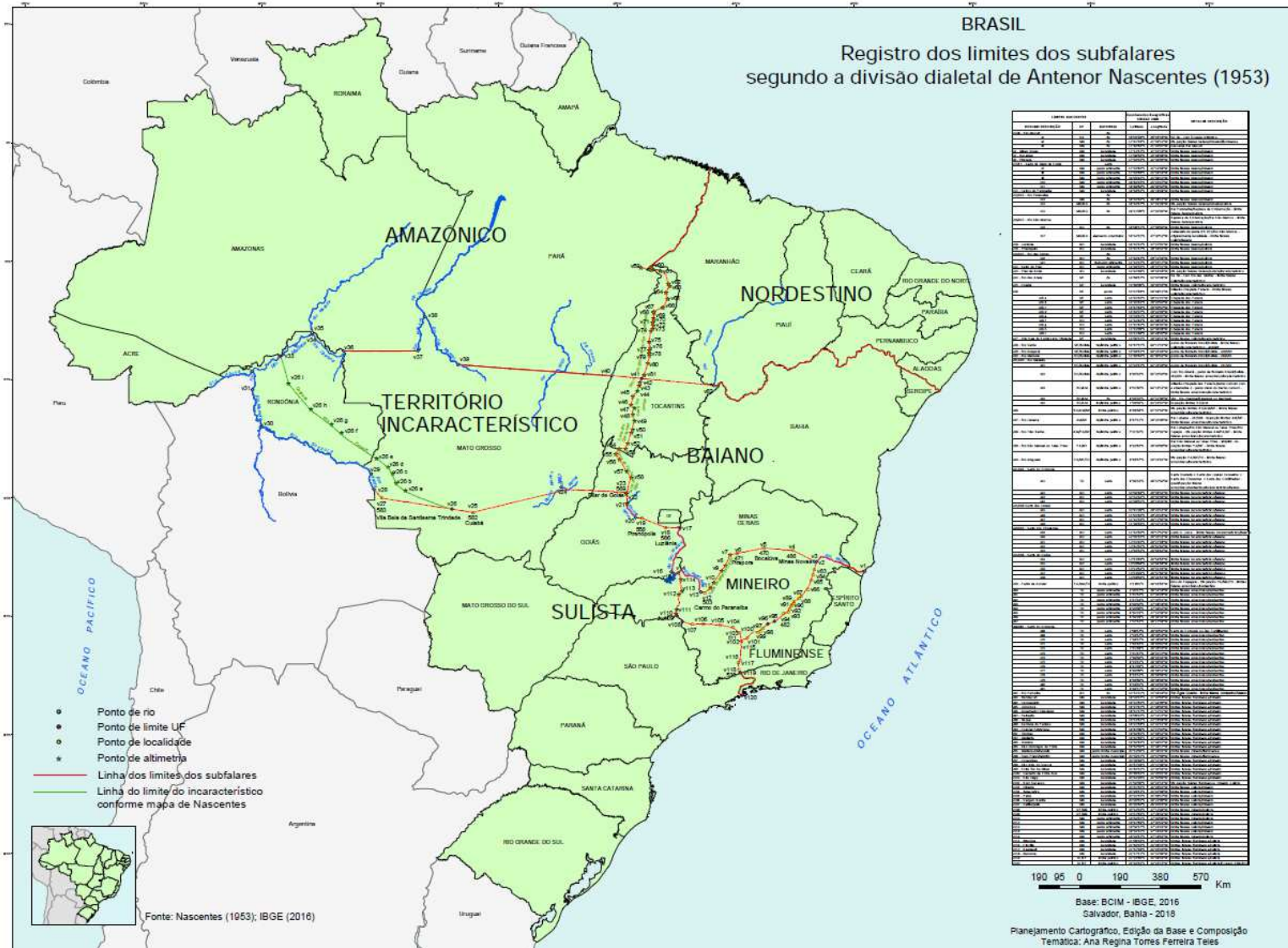
Nas palavras de Teles (2018, p. 40-41):

Acerca da divisão dialetal, a importância do primeiro documento está no fato de que, apesar de outras propostas terem sido formuladas, apresentando não necessariamente todas em conjunto ou mesmo nessa ordem, critérios geográficos, históricos e linguísticos, a de Antenor Nascentes (NASCENTES, [192-]; 1933; 1953) é a mais citada, referenciada e tem servido como base para quase todos os estudos de natureza geolinguística que buscam confirmar e atestar a pertinência dessa divisão nos dias atuais, identificando novas áreas dialetais e, conseqüentemente, novas divisões ou subdivisões. Apesar da inserção de um mapa às páginas 18- 19 (NASCENTES, 1953), Figura 13 este é de pouca valia já que não há como nele identificar, com segurança, os elementos contidos na descrição textual dos limites demarcadores de regiões ou de áreas dialetais, salvo os contornos dos limites políticos dos Estados da Federação à época da sua elaboração.

Ao utilizar os aparatos da Cartografia automatizada e recursos mais modernos, como a base BCIM do IBGE (2016), o banco de dados denominado Sistemas de Informações Geográficas SIG²⁷ e a partir da conjugação dos trabalhos de Nascentes (1953-1958), Teles (2018) apresenta dois mapas, desenhados em formato A3:

²⁷ Recurso que permite a associação de informações geográficas, históricas e socioeconômicas das localidades, garantindo identificação individual desses pontos pelas coordenadas geográficas de latitude e longitude.

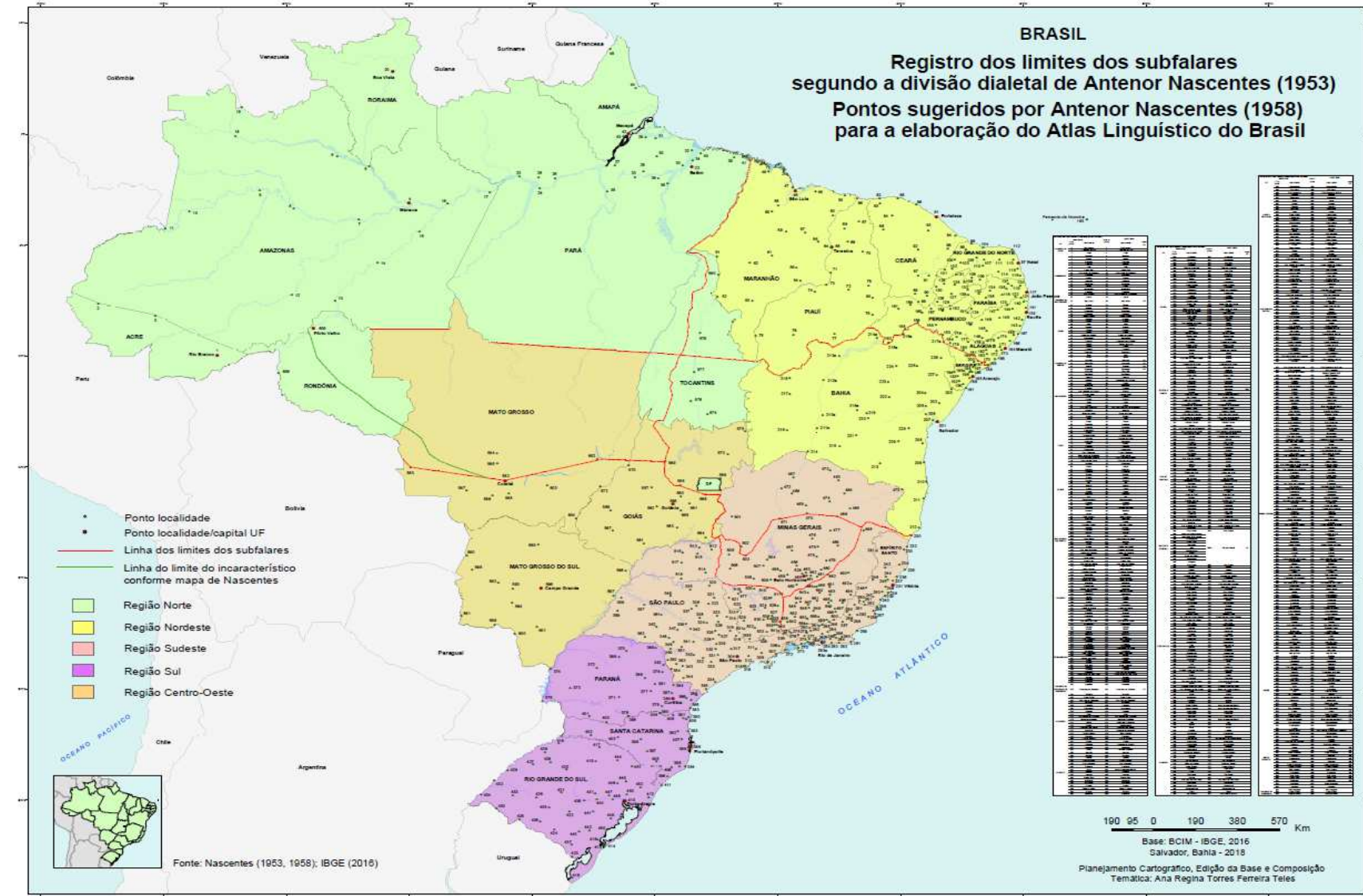
Figura 5 – Mapa da divisão dialetal, a partir do georreferenciamento da cartografia automatizada



Fonte: Teles (2018, p. 485)

O mapa de Teles (2018), representado na Figura 6, traz todas as localidades sugeridas por Nascentes (1958), organizadas por ordem alfabética e com a numeração ajustada, no quadro que a acompanha.

Figura 6 – Mapa com os pontos sugeridos por Nascentes (1958) para elaboração do Atlas Linguístico do Brasil



Fonte: Teles (2018, p. 484)

Teles (2018) traz contribuições significativas para os estudos dialetais, além de defender uma quinta fase da Dialectologia no Brasil, fase essa que, por meio da cartografia automatizada, permite melhor precisão dos limites de cada falar.

Os apontamentos de Nascentes direcionaram os estudos dialetais, até chegar, hoje, ao mundo tecnológico e usufruir desses instrumentos para uma definição mais precisa dos falares. Nascentes, com os recursos de que dispunha, foi um mestre em abrir caminhos e reconhecer as falhas que existem nas tentativas de compreender o percurso da língua portuguesa. Admitia que toda a observação sobre a língua pode ser reanalisada e a sua preocupação, de certa forma intuitiva, era a de que o caminho aberto por ele fosse digno de ser estudado futuramente.

Ao provocar os futuros pesquisadores acerca de uma divisão dialetal brasileira, Nascentes e demais dialetólogos contribuíram, sobremaneira, para a iniciativa do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al.*, 2014). Tanto *O Linguajar Carioca* (1922; 1953) quanto as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958;1961) são obras fundamentais para o início do trabalho de campo da Geolinguística:

A construção do *Atlas Linguístico do Brasil* no tocante ao português brasileiro, língua majoritariamente falada em território nacional, começa com a contribuição dos nossos maiores pioneiros da Dialectologia do Brasil, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Nelson Rossi, que implementaram a ideia e deram os primeiros passos (CARDOSO *et al.*, 2014, p. 7).

Segundo as palavras de Nascentes, registradas por Bechara, “Eu procuro os caminhos novos, eu abro os caminhos, dentro das minhas possibilidades”, podemos afirmar que os caminhos abertos por Nascentes direcionaram uma caminhada de pesquisas lexicográficas e fonéticas acerca dos falares brasileiros. Esses caminhos construíram o Atlas Nacional e diversos estudos dialetais, como os de Ribeiro (2012), Marins (2012), Portilho (2013), Romano (2015), Santos (2016), Santos (2018), Yida (2019), entre outros, que utilizaram os dados lexicais do *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* - para refletir e questionar sobre a tão conhecida divisão dialetal de Antenor Nascentes ([1922] 1953).

Esses autores têm em comum pesquisas que analisaram áreas dialetais por meio do léxico que, em alguns casos, apresentam cenários diferentes daqueles que Nascentes propôs há cem anos.

Na sequência, apresentamos a constituição do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, o ALiB, depois discutimos pesquisas que utilizaram o *corpus* lexical do ALiB para observar os falares brasileiros.

3.2 PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL: PRECURSORES E DESDOBRAMENTOS

A necessidade de um atlas nacional foi expressa, oficialmente, em 20 de março de 1952, no parágrafo 3º do Art. 3º do Decreto nº 30.643. Nesse documento, o governo brasileiro registra a importância de se elaborar o atlas linguístico do Brasil, direcionando essa responsabilidade à Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa:

§3º - A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológica, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do “Atlas Linguístico do Brasil” (BRASIL, 1952a).

Antes mesmo de se tornar uma necessidade governamental, filólogos brasileiros como Serafim da Silva Neto, Nascentes, Cunha e Rossi já refletiam sobre a importância de um atlas nacional e dedicaram-se aos primeiros estudos voltados à definição de métodos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil. Escritos foram divulgados com a intenção de implantar subsídios para a execução do projeto, como o *Guia para estudos dialectológicos* (SILVA NETO, 1957) e as *Bases para elaboração do atlas linguístico do Brasil* (NASCENTES, 1958; 1961).

Esses manuais reúnem métodos para uma pesquisa dialetológica voltada à descrição do vernáculo brasileiro. Assim, Silva Neto (1957) ressalta a importância de construir um inquérito nacional pautado em um questionário único que apresente a distribuição geográfica dos materiais recolhidos. Nascentes (1958; 1961), nas suas *Bases*, afirma que o questionário deve ser organizado em áreas semânticas, além da necessidade de definir a rede de pontos distribuídos pelos estados brasileiros, bem como o perfil dos informantes a serem entrevistados.

Esses estudiosos também alertaram sobre a importância de programar uma série de atlas regionais, antes da elaboração do atlas nacional. Segundo Serafim da Silva Neto e Celso Cunha, a realização de atlas menores permitiria a elaboração da “obra gigantesca de recolha global do território brasileiro” (SILVA NETO; CUNHA *apud* CARDOSO, 2014, p. 17), o que é ratificado por Nascentes, ao relatar que a elaboração de um atlas nacional também deveria começar “pelos atlas de regiões onde já tenham sido feitas sondagens” (NASCENTES, 1958, p. 7).

Seguindo os preceitos dos importantes estudiosos, em 1963, foi publicado o primeiro atlas linguístico brasileiro, o APFB (Atlas Prévio dos Falares Baianos), sob a coordenação do

professor Nelson Rossi e colaboração de Dinah Maria Isensee, Carlota Ferreira, Josefina Barletta, Judith Freitas, Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes e Tânia Pedrosa.

A metodologia aplicada no desenvolvimento do APFB consiste em um *corpus* elaborado a partir das respostas dadas pelos informantes naturais das cinquenta localidades baianas que compõem a rede de pontos. As 182 questões distribuem-se pelas áreas semânticas: terra, vegetais, homem e animais. Ao todo, a equipe do APFB entrevistou 100 informantes, analfabetos ou semianalfabetos, sendo 57 mulheres e 43 homens, entre os 25 e 60 anos. Os informantes, portanto, apresentavam o perfil que mais tarde viria a ser denominado como HARAS (ZÁGARI, 1998), ou seja, homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário²⁸.

À época da elaboração do APFB, não havia equipamentos de gravação com autonomia para funcionar sem ligação elétrica²⁹, o que levou os inquiridores a realizar a transcrição fonética simultaneamente ao momento do inquérito. Ao todo, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* é composto por 11 cartas introdutórias e 198 cartas linguísticas que apresentam, em sua maioria, a transcrição fonética. Trata-se de atlas monodimensional cujo objetivo é o mapeamento do subfalar baiano restrito ao estado da Bahia.

De modo geral, o APFB não só se constitui como obra pioneira da Geolinguística no Brasil, consagrando, assim, sua importância nos estudos dialetológicos, mas também é relevante pelo incentivo ao desenvolvimento de pesquisas geolinguísticas no país. Como resultado dessa iniciativa, até o final do século passado, mais cinco atlas de abrangência estadual foram publicados após o APFB, o *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* (RIBEIRO *et al.*, 1977), o *Atlas linguístico da Paraíba* (Aragão e Menezes, 1984), o *Atlas linguístico de Sergipe* (FERREIRA *et al.*, 1987) e o *Atlas linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994).

Logo, as sugestões feitas pelos mestres foram acatadas e a ideia da realização do atlas nacional tomou forma em 1996, no Seminário *Caminhos e perspectivas para a geolinguística no Brasil*, realizado por um grupo de pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Nessa ocasião, tiveram início os trabalhos do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil*, o ALiB, a partir da criação de um Comitê formado pelos cinco autores de atlas brasileiros publicados e um representante de atlas em andamento, à época, o *Atlas lingüístico-etnográfico da região Sul do Brasil* (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002).

²⁸ Vale ressaltar que, anteriormente à definição de HARAS, em Chambers e Trudgill (1a. ed. 1980) já citam o acrônimo NORMS, para representar a mesma informação em inglês: *Nonmobile, older, ruralmales, sedentary*.

²⁹ No Brasil: em 1959, Eveready desenvolve comercialmente a primeira pilha cilíndrica alcalina, revolucionando o mundo da energia portátil. Em 1960, Eveready produz a primeira pilha em miniatura de óxido de silício para uso em aparelhos auditivos e relógios.

Integravam, então, o Comitê Nacional os professores Suzana Alice Cardoso (UFBA), Jacyra Andrade Mota (UFBA), Maria do Socorro Aragão (UFPB/UFC), Mário Roberto Zágari (UFJF), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) e Walter Koch (UFRGS). Assim, após vários encontros para definição de uma metodologia, o Comitê define os aspectos metodológicos do Projeto que, de acordo com Cardoso e Mota (2017), acompanha os parâmetros da Geolinguística Pluridimensional Contemporânea, porque contempla, ao lado da diatopia, outras variáveis, como o sexo (homem e mulher), a idade (faixa etária I, de 18 a 30 anos, e II, de 50 a 65 anos) e o nível de escolaridade (Fundamental e Superior).

Quanto ao perfil dos informantes, Mota (2014) ressalta que os critérios de seleção do ALiB afastaram-se do perfil *Norms (nonmobile, older, rural, male, sedentary)*, proposto por Chambers e Trudgill (1994) e *Haras* (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário), como definiu Zágari (2005). Ou seja, a seleção dos informantes do ALiB foi feita, sistematicamente, considerando as variáveis sexo e faixa etária, incluindo-se, no grupo dos representantes das capitais o grau de escolaridade. O Comitê optou por informantes não analfabetos, mas com índices baixos de alfabetização nos pontos linguísticos do interior do país e, com o intuito de confrontar estratificadamente os dados, foram acrescentados mais quatro informantes de nível universitário nas capitais.

Quanto à rede de pontos linguísticos, foram selecionadas, pelo comitê do ALiB, 250 localidades, incluindo 25 capitais brasileiras, à exceção de Brasília (capital do país) e Palmas (capital do estado de Tocantins)³⁰ e 225 pontos situados no interior do país. No que se refere ao questionário, o ALiB apresenta questões que englobam os aspectos fonético-fonológico (QFF), semântico-lexical (QSL), morfossintático (QMS) e pragmático-discursivo. Além de perguntas de natureza metalinguística, texto para leitura e relatos a respeito da própria vida, de acontecimentos marcantes e da ocupação diária dos informantes, recursos esses que possibilitam a apuração da variável diafásica, ou seja, registros com maior grau de espontaneidade.

Dessa forma, a partir da constituição do Comitê Nacional, agregado à definição da metodologia de pesquisa (rede de pontos, perfil do informante, questionário, entre outros), dos objetivos definidos (Apêndice A) e do trabalho árduo das equipes de pesquisadores e colaboradores do Projeto ALiB, foram lançados, em outubro de 2014, como já mencionado, os dois primeiros volumes do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al.*, 2014a, 2014b),

³⁰ Essas cidades foram fundadas na segunda metade do século XX, 1960 e 1989, respectivamente, e, por essa razão, não forneciam informantes da segunda faixa etária, naturais da localidade, cujos pais tenham também nascido nessas localidades, de acordo com os requisitos para a seleção dos informantes do ALiB.

durante o III *Congresso de Dialetologia e Sociolinguística* (III CIDS), realizado em Londrina-PR, em homenagem às Professoras Suzana Cardoso e Jacyra Mota.

O volume I é o de Introdução e o Volume II apresenta 159 cartas linguísticas, com dados de 25 capitais de estado. O Comitê Nacional não cessa seus trabalhos, assim, além do volume 3, no prelo, que traz os estudos das cartas do volume 2, estão sendo organizadas as próximas publicações, ainda com as amostras de dados das capitais. Os volumes 6 e 7, que estão por vir, apresentarão os dados das cidades interioranas, que, somados aos dados das capitais, “permitirão uma melhor visualização da atual situação dialetal do Brasil, podendo confirmar ou refutar as delimitações nascentistas” (ROMANO; SANTOS, 2021, p.99).

Embora os volumes do ALiB contendo os dados do interior ainda não tenham sido publicados, pesquisadores brasileiros têm utilizado esses dados em pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação (mestrados e doutorados). Neste sentido, os próximos tópicos, trazemos a síntese dos resultados obtidos em pesquisas que utilizaram o léxico como objeto de análise dialetológica. Essas pesquisas têm em comum o *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, relacionados às áreas semânticas de *Jogos e Diversões Infantis*³¹ (RIBEIRO, 2012; PORTILHO, 2013, SANTOS, 2016; D’ANUNCIAÇÃO, 2016; SANTOS, 2018), *Alimentação e Cozinha* (YIDA, 2019) e *Vida Urbana* (MARINS, 2012). Romano (2015) analisou uma questão extraída de cinco campos semânticos diferentes: *Acidentes Geográficos, Atividades Agropastoris, Ciclos da vida, Jogos e diversões infantis e Alimentação e Cozinha*.

Os estudos selecionados, de nível *stricto sensu* e *lato sensu*, configuram três teses (RIBEIRO, 2012; ROMANO, 2015; YIDA, 2019), quatro dissertações (MARINS, 2012; PORTILHO, 2013; SANTOS, 2016; SANTOS, 2018) e uma monografia (D’ANUNCIAÇÃO, 2016). Justificamos a inclusão de trabalhos de mestrado e de especialização, ao lado de teses, porque, além de serem pesquisas muito bem orientadas, são pertinentes para a Dialetologia e Geolinguística brasileira, pois contribuem com a descrição do vernáculo, a divulgação dos dados do Projeto ALiB e, sobretudo, com o desenvolvimento desta tese.

Essas pesquisas buscaram, em sua maioria, compreender a divisão dialetal de Nascentes (1953) por meio do léxico, investigando o comportamento das variantes coletadas para os subfalares Baiano, Amazônico, Nordeste, Fluminense, Sulista, Paulista e Mineiro, tentando encontrar isoléxicas que pudessem delimitar áreas lexicais. Alguns estudos alcançaram positivamente esse objetivo, outros evidenciaram a dificuldade em estabelecer limites dialetais,

³¹ A literatura reserva outros estudos que utilizam o *corpus* do ALiB referente à área semântica de *Jogos e Diversões Infantis*, como: Aguilera (2007), Alencar (2018), Alencar e Isquerdo (2019), Ribeiro, Mota e Isquerdo (2021), entre outros.

devido à dinamicidade da língua.

3.2.1 O Falar Baiano (RIBEIRO, 2012)

O campo semântico-lexical *Brinquedos e brincadeiras infantis* do Questionário do ALiB (2001) foi explorado, primeiramente, por Silvana Ribeiro, em sua tese de doutorado, com o objetivo de examinar a vitalidade da divisão dialetal do Brasil, proposta por Nascentes, em 1953, no que tange à área do Falar Baiano e às áreas circunvizinhas, denominada pela autora de Área de Controle. Para isso, a pesquisadora analisou 244 inquéritos pertinentes à área geográfica estudada, constituída por 57 localidades pertencentes a 11 estados brasileiros, dos quais cinco estão situados na área do Falar Baiano e os demais em regiões fronteiriças.

Para a constituição da área do Falar Baiano, a autora considerou os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Tocantins e Minas Gerais, incluindo os pontos compreendidos na área “desenhada” por Nascentes (1953). Além do mais, a pesquisadora acrescentou à sua rede de pontos uma Área de Controle, com o objetivo de atestar se a posição e o dimensionamento do traçado, refeito em seu estudo, estariam corretos e se a área prevista para o Falar Baiano (NASCENTES, 1953) ainda teria vitalidade.

Ao todo, foram analisadas treze questões, enumeradas de 155 a 167, as quais apresentaram *diversidade na unidade*, uma vez que os resultados de Ribeiro (2012) apontam variantes diversas para cada item estudado, configurando a diversidade lexical, e a unidade linguística representada pelas formas categóricas que constituem norma na área dialetal.

Além da descrição e da análise dialetológica, a autora também descreve as características gerais de uso e o modo de confecção de cada objeto ou brincadeira analisada. O estudo apresenta o resultado da consulta aos dicionários de Houaiss (2002), Ferreira (1999), Aulete (2006) e Cascudo (1954).

A partir da análise dos dados e definida a produtividade das variantes, por meio dos valores absolutos e relativos, Ribeiro organizou os resultados de seu estudo em grupos, denominados G1, G2, G3 e G4.

O Grupo 1 reúne as variantes registradas em 90% das localidades, como: *pipa*, *estilingue*, *gude* e *balanço*. O Grupo 2 é composto pelas formas que somam 75% do material coletado (*gangorra*, *cambalhota*, *esconde-esconde*, *cobra-cega*). Já o Grupo 3 é constituído por lexias documentadas em mais de 50% das localidades na região do Falar Baiano: *amarelinha*, *pipa* e *pipa sem vareta*. A autora relata que as variantes do G3 são equivalentes às formas difundidas, embora não sejam representativas na área dialetal estudada. E o Grupo 4 é

constituído por lexias documentadas em menos de 50% nas localidades pesquisadas, são elas: *pega-pega*, *chicotinho-queimado* e *pique*.

Os resultados obtidos na área do Falar Baiano caracterizam dois polos: a unidade e a diversidade linguística.

De acordo com a autora:

A diversidade (o diferente) apresenta-se nos subfalares que puderam ser identificados na área geográfica observada. A unidade (o mesmo), para além das diferenças espelhadas por cada subfalar delimitado, é definidora do que ainda se pode batizar de Falar Baiano (RIBEIRO, 2012, p. 436).

Dessa forma, Ribeiro estabelece áreas e subáreas dialetais e, para realizar essa proposta, a autora considerou apenas as localidades constituintes da área dialetal em contínuo geográfico; além do mais, esses pontos linguísticos deveriam atestar a coexistência de, no mínimo, quatro lexias distintas coocorrendo na área estudada.

A fim de traçar as áreas e subáreas do Falar Baiano, a autora, por meio dos dados, delimita quatro conjuntos de lexias: o primeiro engloba as lexias que estão exclusivamente documentadas na área do Falar Baiano, o segundo conjunto diz respeito às lexias registradas com exclusividade na Área de Controle; já o terceiro conjunto compreende as formas presentes nas duas áreas distintas, com tendência à concentração ou à predominância de uma delas, mas com registros esporádicos na outra área. E, por último, o quarto conjunto que contém registros de lexias indistintamente utilizadas em uma ou outra área.

O conjunto de isoléxicas permitiu à autora constatar que ainda há o Falar Baiano esboçado por Nascentes, todavia, não de forma rígida e intransponível, como o dialetólogo propôs em 1953, em que defendeu a existência de apenas uma “única linha” demarcatória. À época, a definição estava de acordo com a realidade linguística, no entanto, os dados da atualidade, como os apresentados por Ribeiro (2012), evidenciam que há um Falar Baiano, mas delimitado por uma mistura de linhas que se entrecruzam.

Nas palavras da autora:

(i) o *Falar Baiano* está representado através das lexias que só ocorreram na área delimitada;

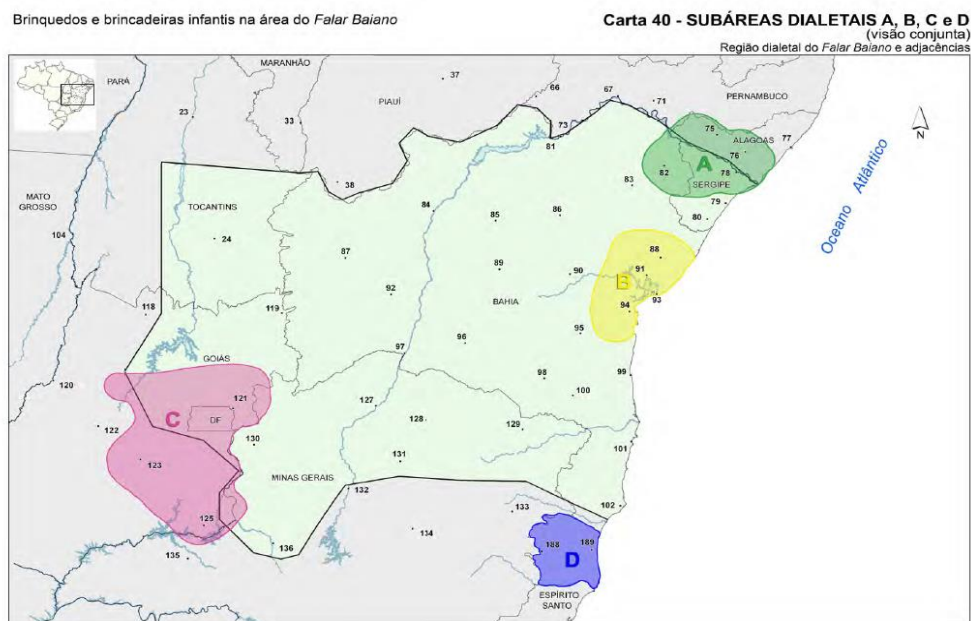
(ii) o *Falar Baiano* está caracterizado por todas as lexias que não ocorreram na área e, sobretudo,

(iii) o *Falar baiano* é uma área geográfica que ora se expande para os, nesta Tese denominados, pontos de controle dos estados de Alagoas e Pernambuco,

ou que ora se elastece para todo o estado de Goiás (hoje subdividido em GO e TO), ou avança por pontos de controle de Minas Gerais, ampliando a visão de que é composto pelo “norte, noroeste e nordeste de Minas Gerais” e, excepcionalmente, ora se vê englobando os pontos de controle dos estados do Piauí, Maranhão ou Espírito Santo (RIBEIRO, 2012, p. 439).

O Falar Baiano apresenta a multiplicidade de informações linguísticas, as quais comprovam *a diversidade na unidade*, expressão que caracteriza o estudo de Ribeiro. Assim, os dados analisados pela autora revelaram quatro subáreas dialetais do Falar Baiano, nomeadas alfabeticamente de A a D, como demonstra a Figura 7:

Figura 7 – Subáreas dialetais do falar baiano



Fonte: Ribeiro (2012, p. 540)

A subárea dialetal A refere-se à região localizada no nordeste do Falar Baiano (estados da Bahia, Sergipe e Alagoas) e, segundo a autora, a subárea circunscreve-se às localidades de Santana do Ipanema (AL/075), Arapiraca (AL/076), Propriá (SE/078) e Jeremoabo (BA/082) e é atestada pela presença simultânea de *manja* (pique: local combinado), *peteca* (estilingue), *cabra-cega* (cobra-cega) e *se esconder* (esconde-esconde).

Na sequência, abaixo da subárea A, encontra-se a subárea dialetal B, localizada na área do Falar Baiano, no estado da Bahia. De acordo com a pesquisadora, a subárea B contempla os pontos Alagoinhas (BA/088), Santo Amaro (BA/091), Salvador (BA/093) e Valença (BA/094) e é configurada pela presença simultânea de *picula* (pega-pega), *badogue* (estilingue), *balança* (gangorra) e *periquito* (pipa sem varetas).

Já a subárea C, mais distante das outras, é localizada no estado de Goiás, tanto em área do Falar Baiano quanto na Área de Controle. A subárea C engloba as localidades de Formosa (GO/121), Goiânia (GO/123) e Catalão (GO/125) e está configurada pela presença simultânea de *(bango)-balango (balanço)*, *maré* (amarelinha), *pique* (local combinado) e *pique-pega* (pega-pega).

A subárea D, localizada no estado do Espírito Santo e em Área de Controle, contempla os pontos Barra de São Francisco (ES/188) e São Mateus (ES/189) e está configurada pela presença simultânea de *ratinho* (pipa sem varetas), *seta* (estilingue), *vidro e boleba* (gude).

De forma geral, o estudo de Ribeiro (2012) apresenta um conjunto cartográfico que exhibe a visão diatópica do espaço geográfico da área denominada por Nascentes (1953) como Falar Baiano, na sua unidade e na sua diversidade. Ribeiro conclui que o léxico é um material apropriado para traçar áreas dialetais.

Vale destacar que o léxico já vinha sido utilizado com esse objetivo, como, por exemplo, no estudo feito por Aguilera (1998) sobre as variantes lexicais para *alpargata*, carta de número 80 do *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994). A autora observa a distribuição diatópica por meio do léxico e analisa o processo de criação sógnica, concluindo que os registros das variantes léxicas populares para *alpargata* (*come-quieto, pé-de-cachorro, sete-vidas, enxuga poça, esparrama merda, pé-de-cadela, pé-de-gato, roba-moça, roda e roda-pé*) só são válidas no contexto de fala rural, segundo ela: “a análise dos componentes sêmicos evidenciou numa fala descontraída de usuários que vêem as palavras sob uma ótica mais lúdica, mais despojada” (AGUILERA, 1998, p. 14), além do mais, os nomes registrados no estudo carregam características extensivas aos usuários, ou seja, ocorrem associações afetivas ou conotações ao objeto renomeado que estão relacionadas à vida cotidiana do homem rural.

Segundo Isquerdo (1998), ao estudar o léxico do português falado no Brasil, expõe que “não se pode desconsiderar as marcas étnicas da cultura nacional, como também, as especificidades físicas e geográficas das diferentes Regiões brasileiras que determinam estilos de vida distintos” (ISQUERDO, 1998, p. 201). Estudos como esses validam a reflexão feita por Ribeiro ao afirmar que “os caminhos das palavras são muitos” (2012, p.449) e esses caminhos levaram a autora a concluir que a vitalidade da área considerada por Nascentes (1953) como Falar Baiano ainda é pertinente nas pesquisas atuais, embora para delimitar ou confirmar os limites traçados pelo autor, se fez necessário estudar as subáreas dialetais A, B, C e D das áreas circunvizinhas do Falar Baiano.

Para concluir a reflexão e contribuições do estudo de Ribeiro para esta pesquisa, trazemos a síntese do trabalho da autora, de acordo com as suas palavras:

Ao ser examinado o léxico referente a *brinquedos e brincadeiras infantis*, na região dialetal do *Falar Baiano* e áreas circunvizinhas evidenciaram-se tanto o que se pode descrever como *unidade linguística* quanto o que se pode caracterizar como *diversidade linguística*. Dois pólos de um globo, dois lados de uma moeda, sem sombra de dúvida, noções/conceitos/concepções *do mesmo e do diferente*: é a língua, esse multifacetado objeto de análise (RIBEIRO, 2012, p. 449).

Caminhando pelos subfalares (NASCENTES, 1953), partimos para as considerações acerca da análise desse mesmo campo semântico, *Jogos e Diversões Infantis* (QSL/ALiB), na área do subfalar Amazônico, levada a efeito por (PORTILHO, 2013).

3.2.2 O Falar Amazônico (PORTILHO, 2013)

“O Falar Amazônico: uma Análise da Proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB” é o título da dissertação de mestrado de Danyelle Portilho, defendida em 2013, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande. Trata-se de um estudo cujo objetivo principal é discutir a proposta de Nascentes no que tange à área dialetal do Falar Amazônico e, para isto, a autora examinou dados lexicais do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB (COMITÊ..., 2001), utilizando o mesmo campo semântico de Ribeiro (2012), *Jogos e brincadeiras infantis*, em que considerou os itens lexicais coletados a partir de treze questões pertencentes a essa área semântica.

Ao todo, Portilho analisou 196 lexias, fornecidas por 128 falantes de língua portuguesa, oriundos de 26 cidades brasileiras que integram a rede de pontos do Projeto ALiB. Dessas localidades, vinte estão situadas em estados da Região Norte do Brasil, na área do Falar Amazônico (NASCENTES, 1953) – Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá – e seis localizadas em regiões limítrofes à área do Falar Amazônico nos estados de Mato Grosso, de Rondônia, do Maranhão e do Tocantins. Os pontos linguísticos pertencentes a esse espaço geográfico são considerados, pela autora, como área de controle, ou seja, áreas adjacentes que influenciam e/ou são influenciadas pelo Falar Amazônico.

Portilho observou a distribuição diatópica das designações, identificando os processos de expansão e de fixação da norma lexical nortista, por exemplo, o item lexical *baladeira* (70%), como designação de *estilingue* e a unidade lexical *peteca* (75,7%) que, na região investigada, nomeia a *bola de gude*. De acordo com a autora, essas designações demonstram a preferência lexical dos habitantes das localidades estudadas e fornecem contribuições para a Lexicografia, no que diz respeito à identificação de regionalismos característicos da Região

Norte do Brasil.

Para atestar a vitalidade do Falar Amazônico, a autora utilizou a mesma metodologia de Ribeiro (2012), ou seja, além da seleção das localidades que compõem a área dialetal do Falar Amazônico, também considerou as localidades limítrofes, denominadas área de controle, totalizando vinte localidades pertencentes à área do Falar Amazônico e seis à área de controle, como demonstrado na Tabela 3:

Tabela 3 – Pontos linguísticos do falar amazônico e área de controle

Pontos linguísticos	
Falar Amazônico	Área de Controle
Amapá: Oiapoque e Macapá Roraima: Boa Vista Amazonas: São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Manaus, Benjamin Constant e Humaitá. Pará: Soure, Óbidos, Almeirim, Belém, Bragança, Altamira, Marabá, Jacareacanga, Conceição do Araguaia e Itaituba. Acre: Cruzeiro do Sul e Rio Branco.	Rondônia: Porto Velho Tocantins: Pedro Afonso Maranhão: Turiaçu e Imperatriz. Mato Grosso: Aripuanã e São Félix do Araguaia

Fonte: Elaborada pela autora com base em Portilho (2013)

A pesquisa apresenta cartas pontuais, cuja representação dos dados é feita por meio de gráficos no formato de pizza. As cartas linguísticas referem-se às variantes mais produtivas e ao grupo “outras”, constituído pelas formas menos produtivas de cada uma das treze questões analisadas. Os dicionários utilizados pela autora para a descrição léxico-semântica dos itens mais produtivos foram: Bluteau (1712 – 1728), Moraes Silva (1813), Pinto (1832), Houaiss (2001), Ferreira (2004) e Cascudo (2001).

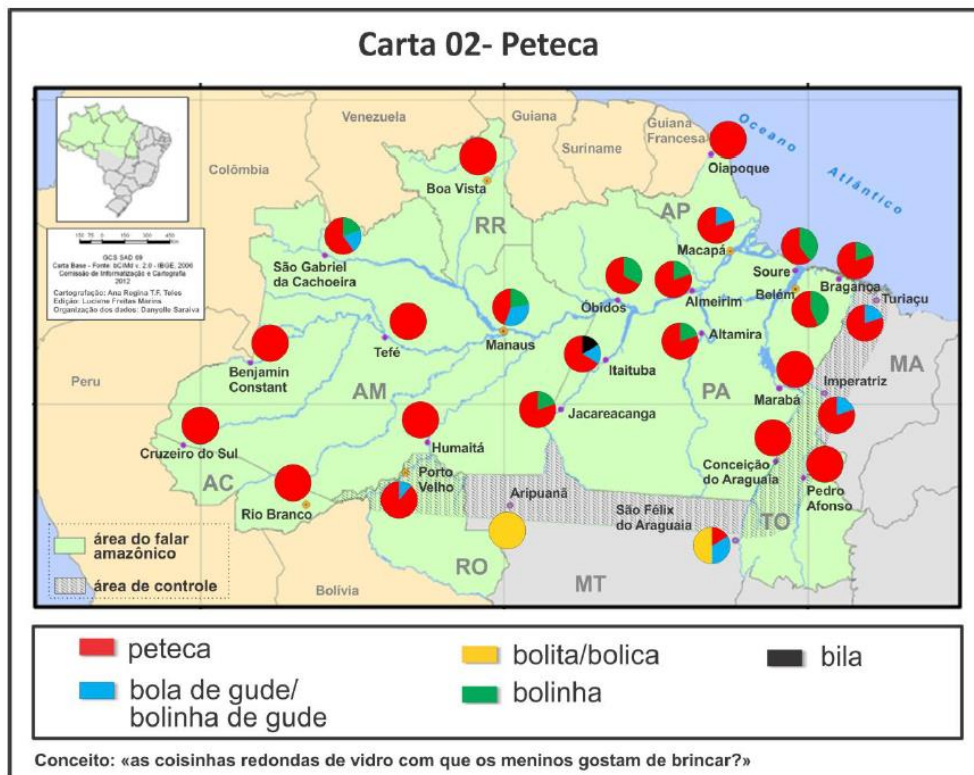
A proposta do estudo de Portilho, no que tange aos objetivos geral e específicos, foi alcançada parcialmente, uma vez que a pesquisa atestou, em alguns casos, a possível vitalidade da área dialetal do Falar Amazônico. A autora considera como formas hipotéticas da vitalidade do Falar Amazônico as variantes mais produtivas da Região Norte, dado que as lexias foram registradas peculiarmente na área estudada por Portilho, não havendo registros significativos em outras áreas dialetais.

As designações que atestam a vitalidade do Falar Amazônico são: *peteca* (156/QSL-Bola de gude), *baladeira* (157/QSL-Estilingue), *curica* (159/QSL-Pipa/Arraia), *pata-cega* (161/QSL-Cobra-cega), *pira* (162/QSL-Pega-pega), *mãe e manja* (163/QSL-Pique), *balanço* (165/QSL-Gangorra) e *macaca* (167/QSL-Amarelinha), esta última, por sua vez, também predominou na área do falar baiano, indicando interinfluências entre os falares da porção norte do Brasil.

Destacamos os resultados obtidos para a variante *peteca*, forma mais produtiva na Região Norte, designação dada como resposta para nomear “as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar”, de acordo com os dados de Portilho (2013), a variante *bolinha de gude* alcançou maior produtividade nas duas localidades do estado de Mato Grosso, o que a autora considerou como evidência de uma “divisão” de falares, onde o falar do Norte diferencia-se do restante do Brasil.

A carta linguística (Figura 8), retirada da dissertação de Portilho, apresenta a distribuição espacial das variantes para a questão 156/QSL, e demonstra que o item lexical *peteca* está se disseminando para a Região Nordeste, considerando a sua elevada produtividade nas localidades da área de controle, pertencentes à região nordestina.

Figura 8 – Carta linguística de Peteca – Centro-Oeste



Fonte: Portilho (2013, p. 82)

As formas linguísticas que predominaram na Região Norte, mas que não atestam a vitalidade do Falar Amazônico, por serem comuns a outras regiões do Brasil, foram: *cambalhota* (155/QSL-Cambalhota), *papagaio* (158/QSL-Pipa), *esconde-esconde* (160/QSL-Esconde-esconde), além do alto índice de não respostas (80%) para a Questão 164/QSL (Chicote queimado/lenço atrás), fato que impossibilitou a confirmação de um falar característico da Região Norte nesse universo lexical.

Portilho conclui que seu estudo evidencia peculiaridades do Falar Amazônico, lexias essas que o diferenciam do que se conhece do restante do país, além de receber influências dos falares das áreas geográficas limítrofes da Região Norte do Brasil. No entanto, essas peculiaridades são consideradas pela autora como hipóteses da vitalidade do Falar Amazônico, o que comprova, por meio do léxico, a relativa vivacidade da área.

Avançamos, no próximo tópico, na sequência dos trabalhos analisados, apresentando as reflexões de Santos (2018) acerca da área semântica de Jogos e Diversões Infantis (QSL/ALiB) no subfalar nordestino. Assim, fechamos as apresentações de estudos relacionados ao Falar do Norte e caminhamos para as considerações sobre os falares do Sul.

3.2.3 O Falar Nordeste (SANTOS, 2018)

Sobre os estudos lexicais com os dados do Projeto ALiB, acerca do Falar Nordeste, trazemos a dissertação de Grazielle Ferreira da Silva Santos, defendida em 2018 na Universidade Federal da Bahia. O estudo de Santos (2018) intitulado como “O Léxico dos Jogos e Diversões Infantis no Corpus do Projeto ALiB: visitando o falar nordestino” teve como principal objetivo identificar o Falar Nordeste a partir da reunião de pesquisas com dados do Projeto ALiB quanto ao campo semântico Jogos e Brincadeiras Infantis.

A autora analisou os estudos de Ribeiro (2012), D’Anunciação e Ribeiro (2014), Rodrigues e Ribeiro (2014, 2015, 2016) e Santos e Ribeiro (2015, 2016), buscando uma interpretação global dessas pesquisas de forma a compreender como o Campo Semântico-Lexical de Jogos e Brincadeiras Infantis se apresenta no Falar Nordeste. Como hipótese de pesquisa, Santos (2018), buscou comprovações de que a proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953), no que tange à área do Falar Nordeste, não corresponde atualmente à realidade, se considerado o campo semântico dos Jogos e Brincadeiras Infantis nos dados do Projeto ALiB.

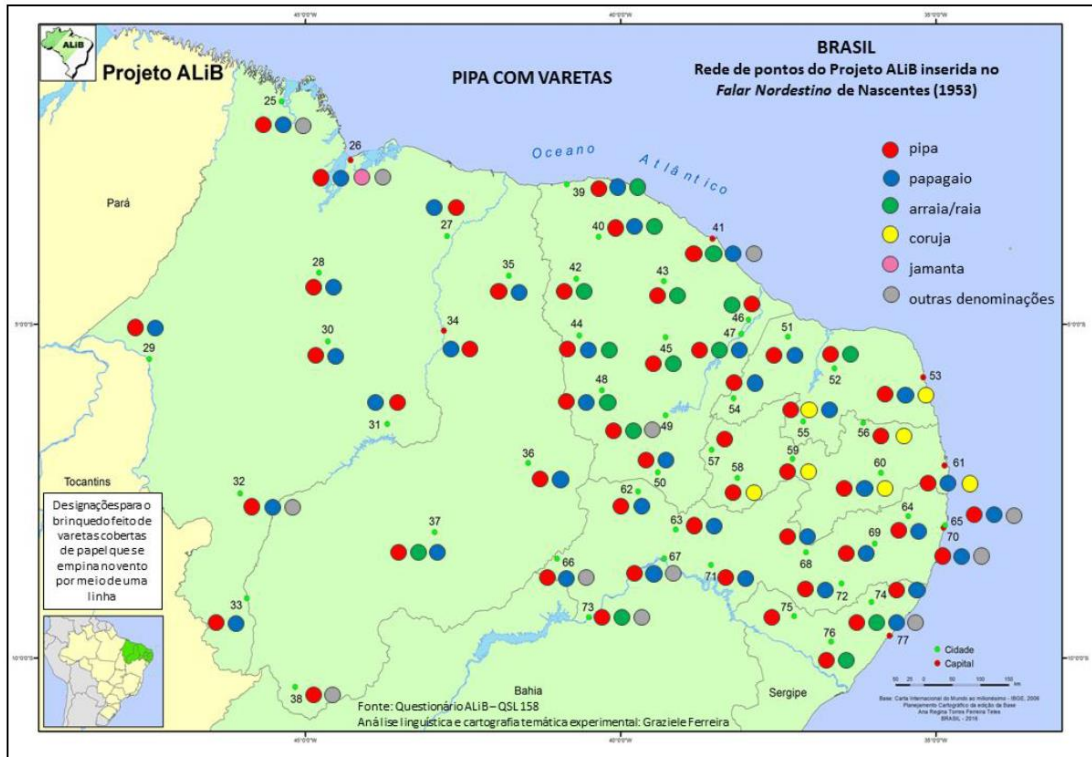
Santos (2018) observou que os brinquedos e brincadeiras infantis, assim como as lexias que os nomeiam, estão presentes, com alta produtividade, no acervo cultural e linguístico dos falantes, tendo sido documentadas em todos os pontos linguísticos e outros com percentuais de 80% de aproveitamento na área do Falar Nordeste.

Pipa com varetas (Questão.158) e as variantes pertencentes ao sema “esconder”³² (Questão. 160), foram registradas em todos os 53 pontos investigados, como ilustrados nas

³² Santos (2018) reuniu ao sema “esconder” as seguintes variantes: *esconde-esconde*, *(se)esconde*, *(se)esconder*, *pique-esconde*, *(se)esconda* e *esconderijo*.

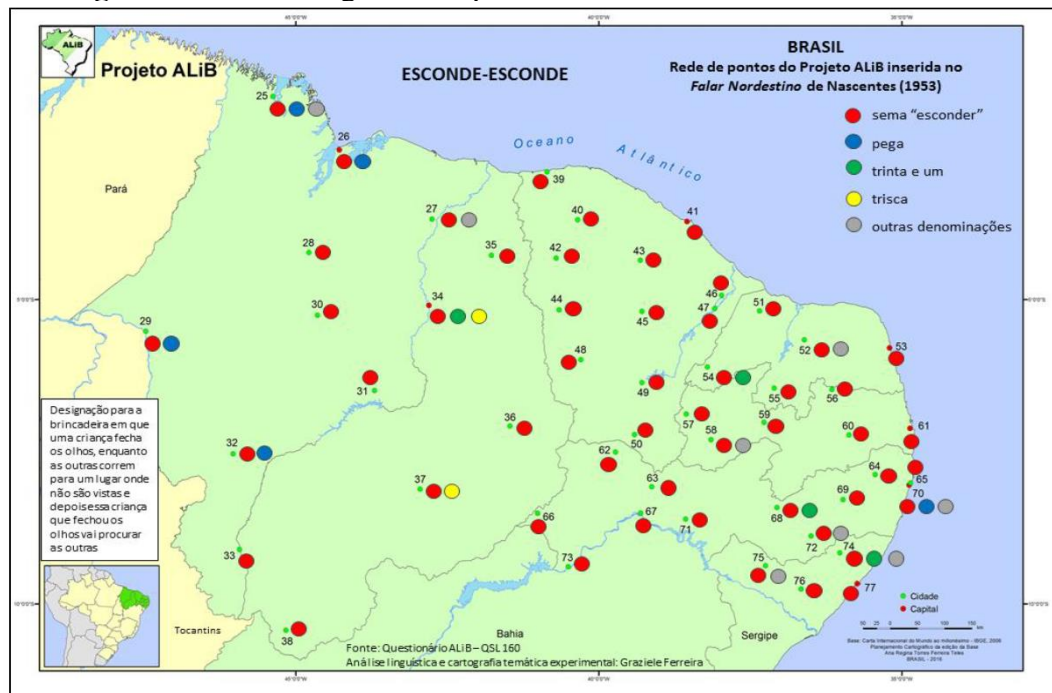
Figuras 9 e 10.

Figura 9 – Carta linguística para pipa com varetas no falar nordestino



Fonte: Santos (2018, p. 137)

Figura 10 – Carta linguística 1 para esconde-esconde no falar nordestino



Fonte: Santos (2018, p. 150)

Por meio da Figura 9, observamos a distribuição das formas mais produtivas para a Questão 158/QSL na área do subfalar nordestino, em que *pipa* está presente em todos os pontos linguísticos, seguida de *papagaio* que apresenta registros espalhados pela área investigada. *Arraia/raia* não foram documentadas nos estados do Maranhão, Paraíba e Pernambuco. A lexia *coruja* aparenta pertencer à fala dos informantes do estado do Rio Grande do Norte e Paraíba, enquanto *jamanta* só foi registrada em um ponto linguístico do estado do Maranhão. O grupo *outras denominações* aparece de forma espalhada pela área do subfalar nordestino.

A Figura 10, por seu turno, apresenta as variantes mais produtivas para a Questão 160/QSL, com destaque para o sema “esconder”, presente em todos os pontos linguísticos, seguido de *pega* com registros esporádicos no Maranhão e Pernambuco. A variante *Trinta e um* aparece em quatro estados brasileiros (Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas), já a forma *trisca* foi registrada com exclusividade no estado do Piauí e as formas agrupadas em *outras* só não foram registradas no Ceará, área exclusiva das variantes do sema “esconder”.

Com suporte nos estudos de Ribeiro (2012), Portilho (2013) e Santos (2016), Santos, em sua tese, constatou que o Falar Nordestino se aproxima dos Falares Baiano e Fluminense, porque “as áreas apresentam o mesmo item lexical com maior vitalidade de *pipa*” (SANTOS, 2018, p. 138), enquanto o Falar Amazônico apresentou um comportamento diferente dos outros falares: segundo os dados de Portilho (2013), *papagaio* foi a forma mais representativa, seguida de *pipa*.

Bunda-canastra (Questão.155), *bola/bolinha de gude* (Questão.156), *estilingue* (Questão.157), *gangorra* (Questão.165) e *balanço* (Questão.166) foram registradas com mais de 80% de presença. Além do mais, esses itens estão dicionarizados com o mesmo sentido abordado nas perguntas do QSL do Projeto ALiB, o que representa, de acordo com a autora, “uma tendência a utilização de formas lexicais prestigiadas na área estudada” (SANTOS, 2018, p. 199).

Outra evidência relatada nesse estudo foi o baixo índice de ausência de respostas, das 13 questões analisadas, apenas duas (Questão 163.Pique [local combinado] e 164.Chicotinho-queimado) indicaram um aproveitamento menor que 30%. Episódio similar ao encontrado nos estudos referentes às áreas do Falar Baiano, Amazônico e Fluminense, que também documentaram altos índices de abstenções para essas perguntas.

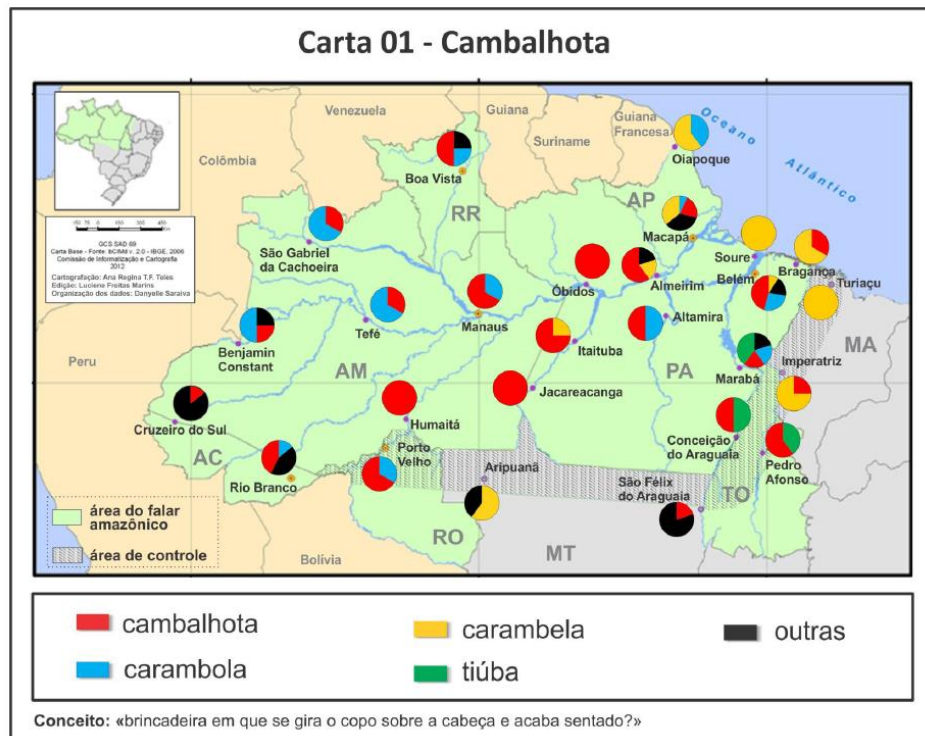
Segundo Santos (2018), a justificativa encontrada para a ausência de respostas pode ser a falta de nomeação específica para indicar um ponto combinado no jogo (163.Pique [local combinado]) e o não pertencimento da brincadeira (164.Chicotinho-queimado) no universo lúdico dos entrevistados.

Ao analisar o campo semântico de Jogos e Brincadeiras Infantis na área do Falar Nordeste e compará-lo às análises dos estudos realizados em outros falares, com os mesmos dados do ALiB (RIBEIRO, 2012; PORTILHO, 2013; ROMANO, 2015; SANTOS, 2016), Santos (2018) afirma que “há exatidão no traçado de Nascentes (1953) para os Falares do Norte e do Sul”, como já havia sido constatado no estudo de Santos (2016), ao comparar essas mesmas pesquisas com a análise do Falar Fluminense, e ratificado com os dados desse estudo, isto é, do Falar Nordeste.

O fato é validado pela presença exclusiva de algumas formas nos Falares Nordeste e Amazônico (subfalares do Norte), como nos casos da documentação de *carambela* e *carambola* (Questão 155. Cambalhota), *bila* e *peteca* (Questão 156. Bola de gude), *balançador* (Questão 165. Balanço), *pata-cega* (Questão 161. Cobra-cega) e *canção* e *academia/cademia* (Questão 166. Amarelinha), que atestam, segundo a autora, a possibilidade de visualizar áreas dialetais por meio do léxico.

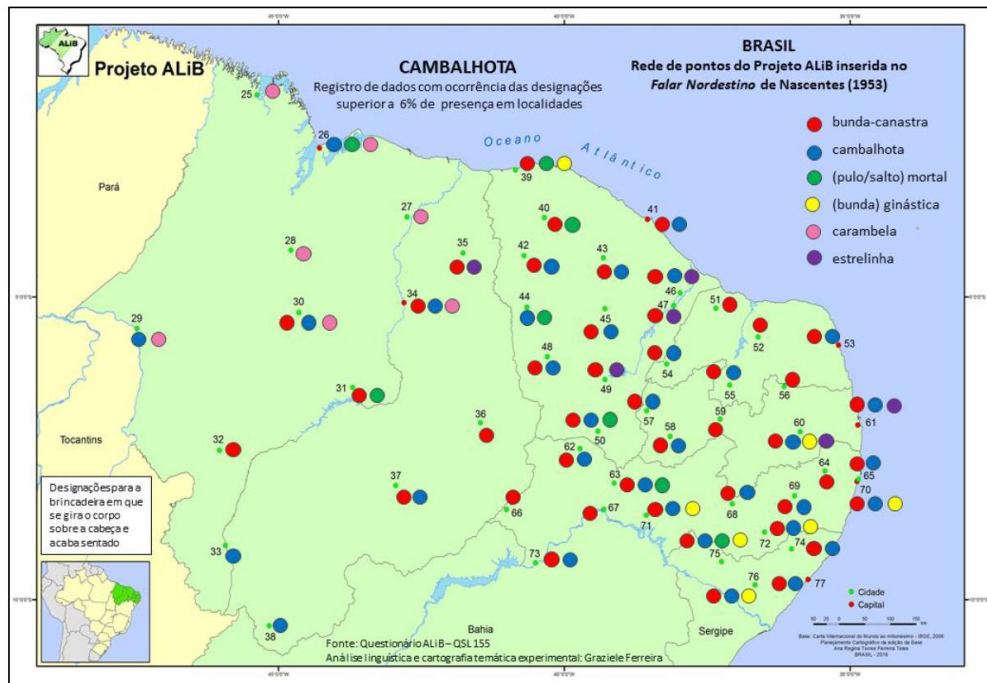
Para exemplificar, trazemos as cartografias referentes à Questão 155. Cambalhota (QSL/ALiB) elaboradas para os Falares Nordeste e Amazônico.

Figura 11 – Carta linguística para cambalhota no falar amazônico



Fonte: Portilho (2013, p. 71)

Figura 12 – Carta linguística para cambalhota no falar nordestino



Fonte: Santos (2018, p. 110)

A Figura 11 apresenta as variantes coletadas para a Questão 155, o Falar Nordestino foi o único a não registrar *cambalhota* como a forma predominante, a *lexia* foi registrada com alta produtividade nos Falares Baiano (82,5%), Amazônico (48%) e Fluminense (86,9%), já nos

registros dos informantes do Falar Nordestino, *bunda-canastra* assume a posição de variante mais mencionada.

Carambela, documentada nos dois falares com alta produtividade, é registrada no Piauí e, sobretudo, em mais da metade dos municípios do Maranhão, estado que faz limite com localidades do Norte, o que leva Santos a constatar que parte dessa área “recebe influência do Falar Amazônico, uma vez que *carambela* foi a terceira forma mais vital descrita por Portilho (2013)” (SANTOS, 2018, p.122). Vale destacar que a *lexia* não foi registrada no Falar Fluminense (SANTOS, 2016), nem no Falar Baiano (RIBEIRO, 2012).

Já *carambola* é produtiva no Falar Amazônico e documentada como forma menos produtiva no Falar Nordestino, agrupada em *Outras*. A *lexia* teve registro único no Falar Baiano (RIBEIRO, 2012)³³ e nenhuma ocorrência no Falar Fluminense (SANTOS, 2016), fato que corrobora com as constatações de Santos (2016) e Santos (2018) ao afirmar a pertinência de Nascentes em dividir o país em Norte e Sul. Além de indicar, segundo os dados e a análise de Santos (2018), uma possibilidade de área dialetal com base no léxico.

Dessa forma, a autora relata a existência de uma subárea dialetal com limite fluido, caracterizada pelo “estado do Maranhão e, por vezes, algumas cidades limítrofes do Piauí que representam uma subárea que se aproxima da região Norte do país, limites do Falar Amazônico (SANTOS, 2018, p. 200)”.

Ademais, os dados dessa pesquisa revelaram outra subárea que “é formada pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, que ora dialogam com o Ceará, ora dialogam com Alagoas” (SANTOS, 2018, p. 200). A autora exemplifica esse episódio por meio de especificidades lexicais registradas nos estados do Ceará e Alagoas, que se comportam, segundo Santos, como áreas de transição.

Resumidamente, destacamos tais particularidades descritas por Santos (2018, p. 202):

(i) Em Alagoas: *ximbra* (QSL156 – bola de gude), com presença também em dois pontos de PE (72 e 69), e *avião* (QSL167 – amarelinha), com presença em todas as localidades de AL em área de contato em PE (68).

(ii) No Ceará: *cabiçulinha* (QSL 156 – bola de gude), com contato em área de fronteira com o RN (ponto 51); *estilete* (QSL 157 – estilingue), em um ponto do Maranhão (26), e *cavalete* (QSL 165 – gangorra).

Por fim, o estudo do Falar Nordestino resultou na comprovação da hipótese levantada pela pesquisadora, a de que a proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953), referente à área

³³ Na localidade de Itaberaba, na Bahia.

do Falar Nordestino, “não corresponde, atualmente, à realidade linguística observada, considerando o campo semântico dos jogos e diversões Infantis nos dados do Projeto ALiB, com base no léxico”, o fato foi comprovado por meio da heterogeneidade linguística demonstrada na área examinada.

Santos (2016) diagnosticou esse mesmo fato, no entanto, utilizando os dados coletados pela equipe do ALiB na área do subfalar fluminense.

3.2.4 O Falar Fluminense (SANTOS, 2016)

Santos (2016), ao se debruçar sobre o *subfalar fluminense*, em sua dissertação de mestrado “Brincando Pelos Caminhos do Falar Fluminense” afirma que “ao findar a brincadeira, na área em análise, Nascentes (1953) não tinha razão” (SANTOS, 2016, p. 190). Para chegar a esse resultado, o autor se propôs estudar a vitalidade da área do *subfalar fluminense*, utilizando as 152 elocuições dos informantes das 35 localidades pertencentes à área escolhida e a áreas limítrofes, denominada, seguindo a metodologia de Ribeiro (2012), como *área de controle*.

A área lexical do *subfalar fluminense*, de acordo com a divisão dialetal de Nascentes (1953), compreende três estados brasileiros: Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais. Santos utilizou em sua pesquisa 14 pontos referentes ao Rio de Janeiro, cinco localidades pertencentes ao Espírito Santo e sete pertencentes a Minas Gerais. Em relação à *área de controle*, os pontos do ALiB escolhidos pelo autor para compor os limites do *subfalar fluminense* são os mais próximos da linha desse falar, sendo cinco pontos de Minas Gerais, três pontos de São Paulo e um ponto linguístico da Bahia.

O *corpus* do estudo também foi constituído a partir das respostas dos informantes para as 13 questões que compõem o campo semântico de *Jogos e Diversões Infantis* dos Questionários do Projeto ALiB. O objetivo do autor era identificar os falares da área em análise e possibilitar o conhecimento das variantes lexicais características do Português Brasileiro, utilizando esse material para delimitar áreas dialetais.

Assim como realizamos nesta tese, o pesquisador também trouxe em seu trabalho comparações com outras pesquisas alibianas que, por meio do léxico, buscaram identificar áreas linguísticas. Santos apresenta as sínteses dos estudos de Ribeiro (2012), Portilho (2013) e Romano (2015) que embasam a discussão dos subfalares e assumem a metodologia de adjacências para discorrer sobre a atualização das áreas dialetais de acordo com os registros do ALiB.

Vale ressaltar que o autor faz comparações com os estudos lexicais do *subfalar baiano* (RIBEIRO, 2012) e do *subfalar Amazônico* (PORTILHO, 2013) em todas as questões analisadas e, apenas para a questão 156- *Gude*, é feito o cotejo com o estudo do *subfalar sulista* (ROMANO, 2015).

Além da abordagem horizontal (geográfica), quando possível, o pesquisador apresenta a análise vertical (social) dos dados, considerando o elo entre a língua e a sociedade por meio da discussão de como as mudanças sociais interferem na escolha lexical e, conseqüentemente, na variação linguística. Na sequência, ao final de cada item analisado, o autor procede à descrição lexicográfica dos dados, utilizando os dicionários de Bueno (2010), Telles e Bentes (2011), Bechara (2011) e Borba (2011).

Os resultados apresentados demonstram que, dentre as treze questões analisadas, onze apresentam o aproveitamento de 70% e apenas duas marcam percentuais baixos: 163-*Pique* e 164-*Corre-cotia*. A primeira é justificada pelo desconhecimento dos informantes para o nome dado ao local combinado para bater o “pique” da brincadeira *pega-pega*. Embora na questão anterior (162-*Pega-pega*) 70,4% dos informantes tenham denominado a brincadeira, o baixo índice de respostas para a pergunta 163-*Pique* levou o autor a concluir que os informantes conhecem a brincadeira, mas não têm o costume de nomear o local combinado que também faz parte do jogo *pega-pega*. Já a baixa produtividade de 164-*Corre-cotia* ocorre na área do *subfalar fluminense*, assim como também nas áreas do *subfalar baiano* (RIBEIRO, 2012) e *amazônico* (PORTILHO, 2013), o fato não indica, necessariamente, o desaparecimento da brincadeira, mas a falta de hábito dos informantes nas localidades investigadas, como alertou Ribeiro (2012).

De acordo com a pesquisa de Santos, apesar de os três falares convergirem quanto à alta produtividade de *não respostas*, apresentam formas predominantes distintas. Dentre as várias denominações documentadas em cada subfalar, no *Falar Fluminense corre-cotia* é a lexia mais utilizada, já no *Falar Baiano* é *chicotinho-queimado* e no *Falar Amazônico* a lexia predominante é *má-cochia*.

Diatopicamente, algumas formas foram consideradas como: (i) categóricas no *subfalar fluminense*, por serem documentadas em todos os pontos linguísticos, como os casos de *pipa* e as formas registradas para o sema *esconder*; ou (ii) predominantes, registradas em grande parte da área analisada (entre 30 e 34 localidades do universo de 35 pontos linguísticos), fato observado nas formas *cambalhota*, *bola/bolinha de gude*, *estilingue*, *cobra-cega*, *pegar* e *amarelinha*. As lexias *papagaio*, *pique* e *corre-cotia* ocorreram em menos de 30 localidades do *subfalar fluminense*.

A partir dos registros, o autor aponta que, na região dialetal pesquisada, há certa aproximação com a norma, já que as variantes mais frequentes no *corpus* estão dicionarizadas com o mesmo sentido nas obras lexicográficas consultadas³⁴ na dissertação, indicando que os informantes do *subfalar fluminense* tendem a utilizar mais as formas prestigiadas.

No que tange às pesquisas dialetais e lexicográficas, o autor alerta sobre a importância do diálogo mais profícuo entre os estudiosos das duas áreas, visando a uma produção lexicográfica que apresente material linguístico mais representativo do português falado pelo povo brasileiro. Segundo o autor, das quatro obras consultadas, duas são as que mais se aproximam de “um dicionário de língua que contemple as várias formas designadas para nomear um referente” (SANTOS, 2016, p. 187). A mais completa, nesse sentido, é a obra de Bueno (2010), seguida do dicionário de Bechara (2011).

Em relação à área do *Falar Fluminense* (FF) e *Pontos de controle* (PC), o pesquisador constatou uniformidades e diversidades na maioria das questões analisadas, como apresentado na Tabela 4:

Tabela 4 – Síntese das variantes uniformes/distintas na área do falar fluminense e pontos de controle

<i>Questões</i> <i>QSL/ALiB</i>	Uniformidades – FF e PC	Diferenças – FF e PC	
155	Cambalhota	Cambota (PC)	
156	Bola/bolinha de gude	Boleba (FF)	China e crique (PC)
157	Estilingue	Atiradeira (FF)	Bodoque e seta (PC)
158	Pipa e papagaio	Pião, cafifa, balão e jaú (FF)	
159	Papagaio	Ratinho, balão e pião (FF)	
160	Esconder, pique-esconde e esconde-esconde		
161	Cobra-cega e cabra-cega	Gata-cega (PC)	
162	Pegar e pique	Pique-pega (FF)	Pega-pega (PC)
163	Pique		
164	Corre-cotia e chicotinho-queimado	Ovo-choco (FF)	
165	Gangorra	Vai e vem (FF)	Balango e zanga-burrinho (PC)
166	Balanço	Balanço	

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de Santos (2016)

Ao longo do estudo, Santos pode concluir que *cambalhota* (Questão 155), *pipa* (Questão 158), *cobra-cega* e *cabra-cega* (Questão 161) são as formas eleitas pelos falantes dos três

³⁴ “A exceção das formas *cobra-cega* e *corre-cotia* disponíveis, apenas, em Bueno (2010) e a forma *pique* documentada em Bueno (2010) e Bechara (2011)” (SANTOS, 2016, p. 185).

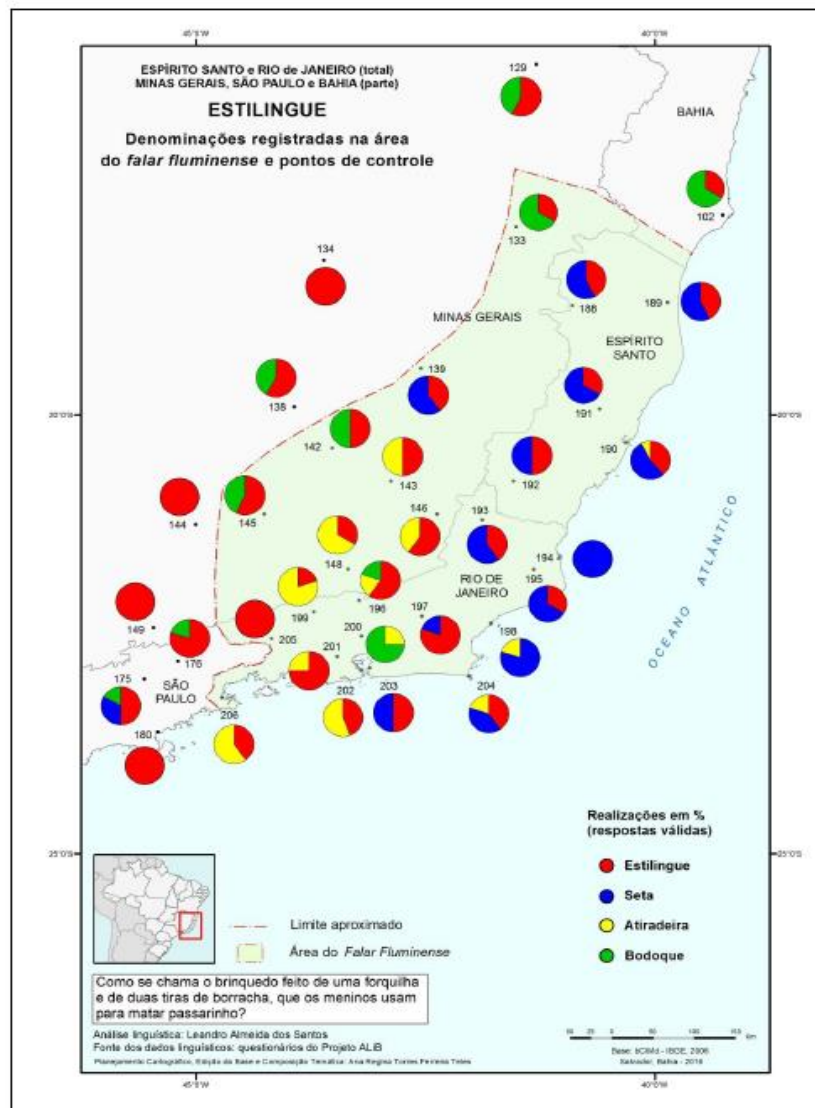
falares analisados (*Baiano*, *Amazônico* e *Fluminense*). *Bola/bolinha de Gude* (Questão 156) comprova a divisão de Nascentes (1953), porque é predominante nos falares do Sul: *baiano*, *sulista* e *fluminense*. Embora haja alguma ocorrência de *Bola/bolinha de gude* no *Falar Amazônico*, a predominância para a Questão 156 é *peteca* (PORTILHO, 2013).

Estilingue (Questão 157), as lexias pertencentes à forma *Esconder*³⁵ (Questão 160), *Gata-cega* (Questão 161), as variantes reunidas ao item *pegar*³⁶ (Questão 162) e *gangorra* (Questão 165) são as denominações que caracterizam os falares *Baiano* e *Fluminense*, no entanto, para a Questão 157, Santos (2016) observa que a forma *estilingue* está avançando para a área dos falares do Norte, como ilustra a Figura 13.

³⁵ Santos (2016) reúne em *esconder* as seguintes variantes: *esconde-esconde*, *pique-esconde*

³⁶ Em *pegar* estão reunidas as lexias: *pique-pega*, *pega-pega*, *pegador*.

Figura 13 – Variantes para estilingue – Falar fluminense



Fonte: Santos (2016, p. 118)

Santos ressalta que, na área do Falar Fluminense, a lexia predominante é *estilingue*, no entanto, como ilustrado na Figura 13, essa variante convive com outras, como *seta* no litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, *bodoque* e *atiradeira*, em Minas Gerais (formas tão presentes quanto *estilingue*). Em São Paulo predomina *estilingue* e no Ponto de controle, em Caravelas no interior da Bahia, *bodoque* é a forma mais conhecida, seguida de *estilingue*. Para o autor, os registros de *estilingue* no Mato Grosso “apontam para uma possível extensão da forma lexical pela área dos falares do Norte” (SANTOS, 2016, p. 188).

A lexia *papagaio* (Questão 159), *corre-cotia* (Questão 164) e *amarelinha* (Questão 167) são predominantes na área do Falar Fluminense. Retomando trabalhos anteriores, verificamos

que *pata-cega* (Questão 161)³⁷, *mãe* (Questão 163), *má-chochia* (Questão 164) e *balanço* (Questões 165 e 166) são as formas utilizadas no Falar Amazônico, de acordo com Portilho (2013), enquanto *chicotinho-queimado* (Questão 164) é predominante no Falar Baiano (RIBEIRO, 2012) e *macaco/macaca* (Questão 167) são registradas com alta produtividade, em ambos os estudos, tanto no Falar Baiano, quanto no Amazônico.

Em relação aos falares do Sul, as lexias *pique* (Questão 163)³⁸, *balanço*, *gangorra* e *balango* (Questão 166) foram documentadas, predominantemente, na área dos falares do Sul (*Baiano, Fluminense, Mineiro e sulista*), resultados semelhantes são encontrados nas pesquisas de Ribeiro (2012), Portilho (2013) e Romano (2015), que apontam certa unidade linguística sob o ponto de vista dialetal, o que comprova a precisão de Nascentes (1953) em dividir o Brasil em dois grandes falares: o do Norte e o do Sul.

No entanto, ao direcionar o olhar às subdivisões dos Falares do Sul, especificamente ao *Subfalar Fluminense*, Santos afirma que o dialetólogo não tinha razão, porque “ora os dados evidenciam uma área linguística comum, ora negam tal fato, não podendo, de fato, atestar uma unidade dialetal” (SANTOS, 2016, p. 187), pois, a diversidade lexical encontrada para o campo semântico de *Jogos e Diversões Infantis* (QLS/ALiB) na área do *falar fluminense* não permitiu que o autor estabelecesse subáreas linguísticas nem o traçado de isoglossas.

Santos conclui sua pesquisa deixando, além da clareza e relevância de sua análise, duas recomendações:

- i. A continuidade da investigação e a sugestão de que outros campos semânticos sejam testados e/ou outro nível da língua seja alvo de pesquisa, de modo a possibilitar um maior entendimento dos falares da área.
- ii. Outro aspecto que deve ser observado, talvez, seja o estabelecimento de uma maior extensão dos *Pontos de Controle*, diferindo das ideias preconizadas por Ribeiro (2012) (SANTOS, 2016, p. 190).

Vale mencionar o destaque que o autor fez para a área do falar *Mineiro*, afirmando que as linhas demarcatórias do falar *Fluminense* ora alargam-se, ora recuam, principalmente, em direção às terras mineiras. Romano e Santos (2021), em estudo recente, ainda alertam para a necessidade de pesquisas que explorem o subfalar mineiro, porque “a área geográfica, de fato, apresenta uma diversidade de itens lexicais” (ROMANO; SANTOS, 2021, p. 97), e pode

³⁷ *Pata-cega* é exclusivamente utilizada no falar Amazônico.

³⁸ Embora, haja um grande número de respostas não obtidas para a questão (163.Pique), o autor também aponta as não respostas como um dado a ser considerado e explorado em outras pesquisas.

confirmar a proposição de Zágari (2005), quando afirmou que existem somente três falares mineiros: o *baiano*, o *mineiro* e o *paulista*.

Na sequência, apresentamos a reflexão de Romano (2015) que, a partir da observação de Aguilera (2009a), comprovou, por meio do léxico, a existência de um Falar Sulista e outro Paulista.

3.2.5 Os Falares do Sul: Sulista e Paulista (ROMANO, 2015)

A tese “Em busca de falares a partir de áreas lexicais no centro-sul do Brasil” foi apresentada e defendida por Valter Romano, em 2015, na Universidade Estadual de Londrina. O estudo, de caráter inovador³⁹, traz contribuições para a pesquisa Geolinguística e Dialeológica no que tange à teoria da divisão dialetal (NASCENTES, 1953) e à metodologia de elaboração de cartas experimentais.

O objetivo principal da pesquisa foi o de discutir e redefinir a divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953) no que se refere ao Subfalar Sulista. Anterior à pesquisa de Romano, Aguilera (2009a) já alertava sobre a necessidade de revisar as áreas apontadas por Nascentes (1953) como Subfalar Sulista, uma vez que essas áreas, de acordo com a dialetoleóloga, devem ser estudadas de forma mais pormenorizada. Naquela oportunidade, Aguilera sugere a redefinição do Subfalar Sulista em dois falares, o Paulista e o Sulista:

O falar do Sul, que Nascentes dividiu em subfalares, porém, além de demonstrar menor uniformidade ainda não traz, pelo menos nas variantes aqui analisadas, a divisão nos subfalares fluminense, mineiro e sulista. A denominação deste último eu substituiria por subFalar Paulista que considero mais apropriada para designar a variante de grande parte dos territórios dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e partes menores de Goiás e Santa Catarina. Nesta minha proposta, reservaria a denominação sulista para a variante do Rio Grande do Sul, que, pelo menos no nível lexical que aqui analisamos, se constitui diferentemente dos demais Estados. Justifico a denominação de subFalar Paulista considerando a influência dos paulistas que adentraram o Brasil a partir do século XVII, intensificada nos séculos posteriores em direção ao sul de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso (inclusive o atual Mato Grosso do Sul), Paraná e parte de Santa Catarina (AGUILERA, 2009a, p. 4232).

³⁹ É importante destacar a contribuição que Romano, com a colaboração de professores da área da informática, Rodrigo Duarte Seabra e Nathan Oliveira, fizeram no que tange ao processo metodológico de sua pesquisa e de outras que viriam após a publicação de seu estudo. Os autores desenvolveram uma ferramenta computacional que possibilitou a cartografia dos dados geolinguísticos de forma automatizada: Software para geração e visualização de cartas linguísticas (SGVCLin) (ROMANO; SEABRA; OLIVEIRA, 2014).

Assim, a proposta de Aguilera (2009a) foi comprovada e defendida por Romano (2015), que revelou as diferenças e semelhanças na norma lexical da área geográfica dos falares do Sul, possibilitando a delimitação de áreas lexicais que podem refletir traços da história social do português no/do Brasil. Como hipótese geral da pesquisa, o autor propõe que a região que abrange o Falar Sulista, no século XXI, não apresenta homogeneidade lexical, já que há variantes particulares de determinadas áreas que revelam características de povoamento e ocupação humana. O pesquisador justifica seu estudo defendendo a necessidade de descrever o português brasileiro com dados empíricos, visto que, à época, os dados do Projeto ALiB já estavam disponibilizados para análise. Assim, Romano utilizou como *corpus* os dados orais de 472 informantes de 108 localidades referentes ao subfalar sulista e mais dez pontos linguísticos que compõem a área de controle (AC)⁴⁰.

Ao constatar a importância da AC para a delimitação de áreas linguísticas, principalmente nas discussões acerca da divisão dialetal, Romano aplicou o método em sua pesquisa, considerando as localidades que fazem fronteiras com os subfalares fluminense e mineiro, além de pontos linguísticos próximos ao território incharacterístico (NASCENTES, 1953).

Quanto às questões analisadas, o autor selecionou cinco perguntas do Questionários do Projeto ALiB (COMITÊ..., 2001), não se delimitando a um campo semântico específico, mas escolhendo questões que evidenciavam variedades lexicais e forneceram o material diatópico necessário para realizar o traçado de isoglossas e, assim, definir áreas lexicais no território investigado. As questões selecionadas para a análise foram: Questão 001- *Córrego*, Questão 039- *Tangerina*, Questão 132-*Menino*, Questão 156- *Bolinha de gude* e Questão 177-*Geléia*.

No que tange aos resultados obtidos para a Questão 001. *Córrego*, Romano conclui, com base na descrição diatópica, histórica e estatística, que a área correspondente ao Subfalar Sulista (NASCENTES, 1953) pode ser dividida em duas partes, i) parte setentrional representada pela forma padrão *córrego*, variante amplamente difundida nos estados das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e a ii) parte meridional, que apresenta o polimorfismo de formas lexicais típicas dos estados do Sul, *sanga* e *arroio*, que, segundo o autor, são resultados do contato do português com línguas de colonização.

A forma *ribeirão* apresentou comportamento homogêneo nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, não revelando diferença significativa em termos de produtividade, mas, diatopicamente, o autor propôs uma delimitação de áreas para a variante,

⁴⁰ A definição de Área de controle (AC) foi utilizada por Ribeiro (2012).

fato que permite identificá-la como lexia do Falar Paulista, embora também seja registrada em estados das Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Além das formas que possibilitaram a delimitação do Falar Paulista (setentrional) e Sulista (meridional), o autor também identificou variantes que caracterizam subáreas comuns entre os dois falares, como exemplo, as formas *riacho*, *riozinho* e *valeta*. Romano constata que a variante *riacho* mostra-se comum às duas grandes áreas, não sendo exclusiva de nenhum dos dois falares defendidos. A lexia ocorre no limite dos pontos de controle do Subfalar Sulista com os demais (Mineiro e Fluminense) e é registrada na área correspondente ao território denominado incharacterístico (Norte do Mato Grosso). Já a forma *riozinho*, também comum aos dois falares, pode caracterizar subáreas lexicais tanto paulistas quanto sulistas, pois a lexia é encontrada com maior produtividade no Paraná e expande-se para São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A distribuição diatópica das variantes obtidas na questão 039 - *Tangerina* – mostrou novamente a existência dos dois grandes falares: o Paulista caracterizado pela presença das lexias *mexerica* e *poncã*; e o Falar Sulista representado pelas variantes regionais (*bergamota*) e outras de origens não-lusas, evidenciando traços de língua de colonização. Romano salienta que os limites e a abrangência de ambos os falares são fluidos, confirmando que, em alguns casos, há interinfluência entre o Falar Paulista e o Sulista, como os exemplos de *morcote* e *mimosa*.

A conclusão a que o autor chegou para as respostas dadas à pergunta 132. *Menino* resume-se, outra vez, na comprovação lexical dos dois grandes falares; no caso, o Falar Paulista é caracterizado pelo uso da variante padrão *menino* que diminui sua incidência à medida que alcança a Região Sul, *moleque* mostra-se significativa no estado de São Paulo. Já o Falar Sulista, de influência sul-rio-grandense, apresenta heteroléxicas (*guri* e *piá*) que se expandem em direção aos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso por meio de um corredor lateral do oeste catarinense e paranaense⁴¹. Romano conclui a análise afirmando que as formas *piá* e *guri* são registradas em localidades paulistas que foram pontos de passagem dos tropeiros vindos do Sul do país, fato que, segundo o autor, evidenciam aspectos sócio-históricos que marcam o léxico da região do Vale do Ribeira, em São Paulo.

Sobre os resultados obtidos para a questão 156. *Bolinha de gude*, o autor identificou quarenta formas linguísticas, incluindo variantes fonéticas e morfofonêmicas. A partir da análise diatópica testada estaticamente, o autor chegou à conclusão de que há heterogeneidade lexical referente à questão 156 do QSL, constatando que a variante *bolinha de gude* recobre o

⁴¹ Segundo o autor, a variante *piá* pode indicar a existência de subáreas lexicais localizadas no território paranaense.

que o autor denomina como Falar Paulista, enquanto a lexia *bolita* confirma a existência do Falar Sulista.

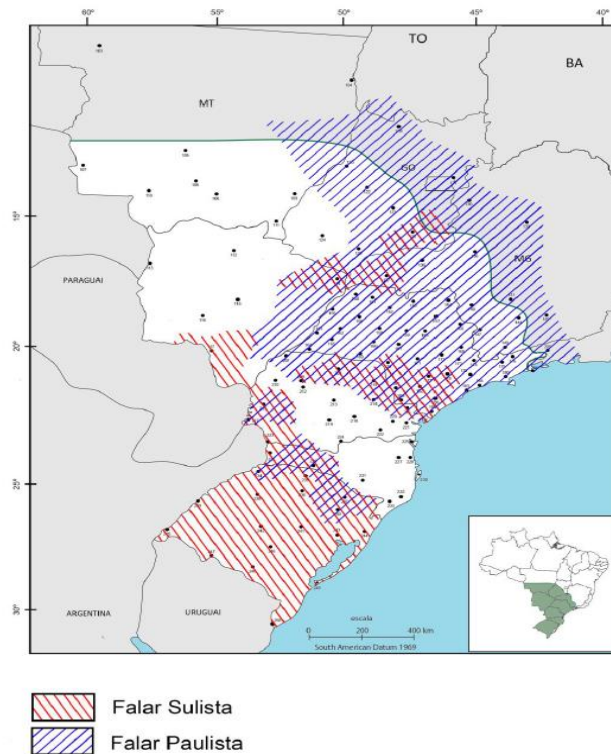
O pesquisador também conseguiu delimitar subáreas lexicais: uma identificada pela variante *búrica*, registrada no Centro-sul do Paraná com expansão por um corredor central em Santa Catarina e a outra caracterizada pela presença das formas *clica* e *peca* na faixa leste e litoral do norte de Santa Catarina. Na conclusão da análise, o autor reafirma a existência das subáreas lexicais nos Falares Paulista e Sulista, e questiona a possibilidade de subfalares paulistas: paranaense (*búrica*) e mineiro (*bilosca*); bem como subfalar sulista: catarinense (*clica* e *peca*).

Em relação às respostas dadas à pergunta 177. *Geleia*, Romano constatou que há uma forma padrão (*geleia*) que caracteriza o Falar Paulista. Registrou, também, o polimorfismo lexical, de influência sul-rio-grandense e línguas de colonização, caracterizando o Falar Sulista por meio das lexias *chimia/michia* e as formas genéricas. Ainda foi possível delimitar uma subárea intermediária entre os dois falares caracterizada pelas *formas genéricas* (*doce/doce de fruta, doce de creme e doce em pasta*) e *musse*.

No que tange ao agrupamento, a lexia *doce/doce de fruta* é registrada, principalmente, no Paraná e em Santa Catarina, além de algumas ocorrências em São Paulo, Rio Grande do Sul e na região de pontos de controle do Mato Grosso e Rio de Janeiro. *Musse* é registrada com exclusividade no estado de Santa Catarina, no entanto, ao consultar a carta 357 do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS), Romano identifica que a variante se comporta como uma forma regional da área geográfica estudada, o que leva o autor a questionar se a lexia *musse* seria indício de uma subárea lexical.

Após o estudo do comportamento diatópico das variantes lexicais documentadas para as cinco questões analisadas, Romano elaborou a carta experimental, Figura 14, que evidencia a localização geográfica dos dois grandes possíveis falares defendidos por ele: o Falar Paulista e o Falar Sulista.

Figura 14 – Localização dos falares Sulista e Paulista



Fonte: Romano (2015, p. 85)

A Figura 14 mostra que o Falar Paulista se difunde a partir do estado de São Paulo, com influência na região norte do Paraná, oeste do Mato Grosso, sudoeste e interior do estado de Goiás, sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro, além de alcançar pontos de controle que não se limitam à área geográfica do Subfalar Sulista definida por Nascentes (1953).

Romano (2015, p. 262) afirma que,

sob o ponto de vista do léxico, considerar o Estado de SP e adjacências no mesmo grupo que o RS, possivelmente seria um equívoco, tendo em vista aspectos sócio-históricos envolvidos no processo de ocupação e povoamento do território, o que se reflete na variação lexical das questões selecionadas.

Assim, o Falar Paulista, na comprovação do autor, distribui-se para a parte setentrional da divisão de Nascentes (1953), incluindo o estado de São Paulo, sul de Minas Gerais, centro e interior de Goiás, além do Noroeste e centro do Paraná. Aliás, o Falar Paulista é caracterizado pela homogeneidade lexical na área geográfica, revelando menor número de coocorrência de variantes lexicais. As formas mais produtivas e predominantes na área do Falar Paulista, consideradas padrão, são: *córrego*, *geleia*, *bolinha de gude*, *menino*, *moleque*, *mexerica*, *poncã*; *lexias* que, à medida que avançam para a porção sul do país, apresentam diminuição em sua produtividade. A pesquisa aponta indícios de outros falares, como o caso de *bilosca*, variante

para *bolinha de gude*, que define uma subárea lexical do Triângulo Mineiro.

A origem do Falar Paulista, de acordo com a análise histórica e diatópica, possivelmente tem relação com os bandeirantes, homens de origem lusa que no processo de miscigenação com o índio e com o negro difundiu a língua portuguesa para o interior do país, passando por Minas Gerais, o estado de Goiás e o estado do Mato Grosso.

O autor conclui que os limites que definem o Falar Paulista são virtuais e fluidos, pois “ora alcançam toda a região Centro-Oeste, ora adentram o PR, e, por um corredor central em SC (região dos Campos de Lajes), atingem o norte do RS e, em alguns casos, expandem-se ao sudoeste paranaense e oeste catarinense” (ROMANO, 2015, p. 262).

Sobre a delimitação do Falar Sulista, o pesquisador conclui que a distribuição principal desse falar se encontra na porção meridional do Brasil, contemplado pelo estado do Rio Grande do Sul e por um corredor do oeste catarinense e sudoeste paranaense que atinge o estado do Mato Grosso.

Segundo Romano, este corredor lateral em Santa Catarina e Paraná já havia sido identificado sob o ponto de vista fonético e morfossintático (KOCH, 2000; ALTENHOFEN, 2005; ROMANO; AGUILERA, 2014), fato que contribui para a afirmação de que o Falar Sulista tem influência sul-rio-grandense, revelando o contato do português com o espanhol em áreas de fronteira, além do contato com línguas de imigração como o alemão e o italiano, o que pode ser atestado por meio das lexias *sanga*, *arroio*, *chimia*, *bolita* e *bergamota*; registros que caracterizam a norma lexical dos informantes do Falar Sulista. Aliás, foram constatadas variantes típicas deste falar que revelam o contato do português com o tupi, casos das lexias *guri* e *piá*.

Ademais, o pesquisador também considera os indícios de subáreas lexicais no território do Paraná e Santa Catarina, mediante os registros de *valeta*, formas genéricas para a *geleia* (*doce/doce de fruta*, *doce de creme* e *doce em pasta*), *musse*, *clica*, *búrica*, *piá* e *mimosa*, variantes que caracterizam subáreas lexicais. O autor denomina como subárea porque os itens ora se identificam com o Falar Paulista, ora com o Falar Sulista, retratando, pois, uma área geográfica comum aos dois grandes falares. Dessa forma, Romano (2015, p. 263) considera que o limite do Falar Sulista se reflete, portanto,

em dois Estados da região Centro-Oeste, o MT e o MS, em consequência de correntes migratórias mais recentes. Os limites desse falar também são virtuais e fluidos, e esse falar, além de se expandir para o Centro-Oeste, adentra o Estado de SC e, por um corredor central do PR, passando em localidades como Lapa e Piraí do Sul, atinge cidades paulistas localizadas no Vale do Ribeira até chegar a Itapetininga e Sorocaba.

Em suma, a polimorfia dos dados e o detalhamento histórico e diatópico realizado na tese de Romano possibilitou a delimitação de áreas lexicais e de heteroléxicas, redefinindo, pois, o subfalar sulista de Antenor Nascentes (1953) em dois grandes falares, uma parte *setentrional* e outra *meridional*, denominadas como o Falar Paulista e o Sulista, comprovando, com o auxílio do *software* SGVCLin (ROMANO; SEABRA; OLIVEIRA, 2014) e de cartas areais, o que Aguilera (2009a) havia proposto.

No próximo tópico, passamos à análise do Falar Mineiro, de acordo com as observações de D’Anuniação (2016).

3.2.6 O Falar Mineiro (D’ANUNIAÇÃO, 2016)

Outro estudo que utilizou os itens lexicais do campo semântico de jogos e brincadeiras infantis foi o trabalho de Eliana Souza D’Anuniação que, em sua pesquisa monográfica⁴², analisou cinco itens do QSL do Projeto ALiB (156, 157, 158, 159 e 167), documentando a diversidade lexical do português falado no estado de Minas Gerais, com foco, portanto, na área denominada subfalar mineiro (NASCENTES, 1953).

A pesquisadora analisou 96 inquéritos de 23 localidades do estado de Minas Gerais, com o objetivo de atestar ou não a vitalidade da divisão proposta por Nascentes (1953) no que tange ao Falar Mineiro.

Os dados foram cartografados e analisados diatopicamente, demonstrando o polimorfismo da área que apresentou um repertório lexical variado, como as lexias *bolinha de gude*, *birosca*, *biloca*, *bilosca*, *bolinha*, *bolinha de vidro*, *boleba*, *bolinha de crique* e *china* para denominar aquelas “coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar” (COMITÊ..., 2001).

Os nomes dados “ao brinquedo feito com uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho” (COMITÊ..., 2001) também foi foco de análise na pesquisa de D’Anuniação (2016), cujas formas *atiradeira*, *bodoque*, *estilingue* e *seta* compõem a cartografia da área.

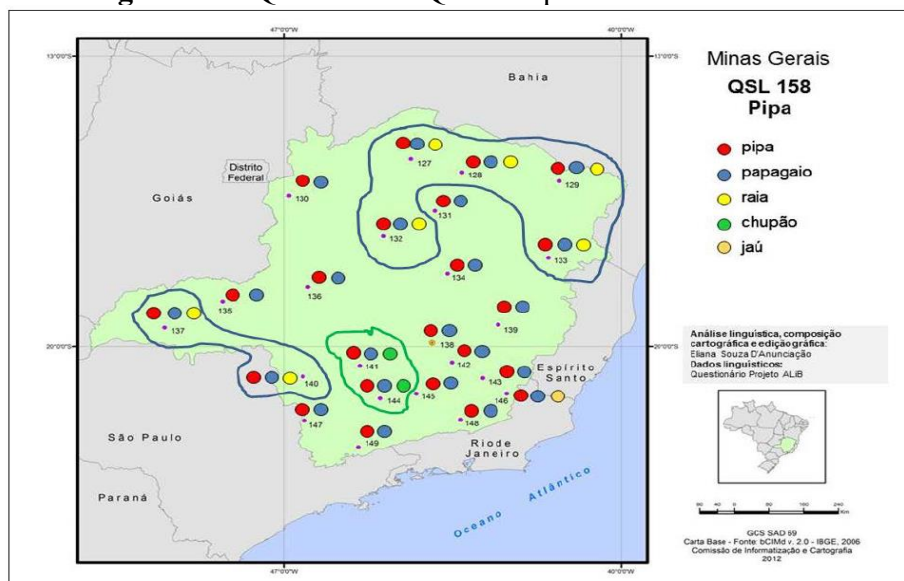
Pipa, *papagaio*, *raia*, *chupão* e *jaú* foram as denominações mais produtivas encontradas para a Questão QSL/158, com destaque para a variante *pipa*, que obteve 100% dos registros na

⁴² Justificamos, na página 60, a escolha pelo trabalho monográfico. Em suma, a seletiva se deu porque a pesquisa apresenta uma reflexão interessante para os estudos dialetológicos e geolinguísticos, o que impacta no desenvolvimento deste estudo, quando buscamos embasamento em pesquisas realizadas com o material lexical do ALiB. Esses estudos têm perspectivas semelhantes, a principal delas é observar a vitalidade (ou não) da divisão dialetal brasileira (NASCENTES, 1953) por meio do léxico.

área do subfalar mineiro. Outra observação interessante acerca da questão 158 é a distribuição espacial das variantes que definiram isoléxica na área denominada por Nascentes (1953) como Falar Mineiro. A autora observou que a lexia *chupão*, documentada juntamente com *pipa* e *papagaio*, nas localidades de Formiga e Lavras revelou uma microárea (Figura 15), mas, a esse respeito, a pesquisadora não faz grandes explanações, apenas relata a importância de outros estudos para constatar a existência da microárea mineira considerando outros conjuntos de lexias.

Sobre as variantes *pipa*, *papagaio* e *arraia*, presentes nas áreas do Falar Baiano e Falar Sulista (NASCENTES, 1953), a autora salienta que as formas também ocorreram com frequência em outras localidades de Minas Gerais, mas somente nestas áreas foram documentadas em conjunto. Para exemplificar, apresentamos a carta experimental 158/QSL *pipa com varetas*, retirada da monografia de D’Anunciação:

Figura 15 – Questão 158/QSL – Pipa na área do subfalar mineiro



Fonte: D’Anunciação (2016, p. 65)

Os registros para a questão 159/QSL *pipa sem varetas* demonstraram lexias semelhantes à questão 158/QSL, as formas mais produtivas foram *papagaio*, *pipa* e *raia*. Ao contrário das denominações de *pipa* com varetas, a questão 159 (*pipa* sem varetas) apresentou mais variedades lexicais, embora com baixa frequência, como *capuxeta*, *caixote/caixeta*, *ratinha*, *aviãozinho* e *arara*; além das ocorrências únicas de *balão* (Juiz de Fora), *cata-tempo* (Muriaé), *gamelão* (Passos), *gereco* (Itajubá) e *mutuca* (Diamantina) (D’ANUNCIÇÃO, 2016).

No que tange ao material lexical coletado para a questão 167/QSL – Amarelinha, os dados do trabalho registraram o predomínio de *amarelinha*, seguido de *maê/maie*, agrupadas

de acordo com o critério fônico, visto que a primeira variante é realizada sem o ditongo e, também, é a mais registrada na fala dos mineiros (nove ocorrências), enquanto *maiê* foi documentada com ocorrência única na localidade de Montes Claros, apresentando a ditongação. *Maré*, *macaco*, *baliza* e *pula-pula* compõem os dados das variantes cartografadas no falar mineiro, bem como o grupo outras denominações representadas pela lexia *pular balé*⁴³.

Os registros para a Questão 167/QSL apresentaram, segundo os comentários da autora, exemplos de variação diafásica, como o relato da informante idosa da cidade de Pirapora (ponto 132) que em sua infância brincava apenas de *amarelinha*, mas sabe que atualmente há outros nomes para a brincadeira, embora não os mencione em seu comentário. Outra lexia interessante na descrição é *pula-pula*, registrada apenas pelos informantes jovens de Campina Verde e Formiga que afirmam conhecer a brincadeira apenas pelo nome de *pula-pula*, desconhecendo outras variedades lexicais.

A autora buscou em Borba (2002), Quadros e Rosa (2005), Sacconi (2009), Houaiss (2009) e Geiser (2011) as variantes do *corpus* para confirmar as entradas ou a ausência das lexias coletadas.

Por fim, o estudo de D’Anunciação (2016) apresenta, dentro do espaço que um trabalho monográfico permite, uma descrição embasada na Dialectologia, Geolinguística e Lexicografia da área denominada por Nascentes (1953) como subfalar mineiro. A autora constatou que o léxico se mostrou apropriado para o estudo da diatopia, embora, “não tenha sido possível, sistematicamente, traçar isoglossas, o que foi feito apenas para as ocorrências de Pipa sem varetas” (D’ANUNCIÇÃO, 2016, p. 82).

A área do falar mineiro possui *segredos* lexicais que ainda não foram descritos, mas alertados nas pesquisas de Romano (2015), Santos (2016), Ribeiro (2012) e Romano e Santos (2021). Esses autores advertem sobre a necessidade de mais estudos dialetológicos voltados aos registros lexicais que explorem esse falar, solicitando uma análise ponderada sobre o norte do Espírito Santo, o norte e o centro de Minas Gerais, pois, segundo Romano e Santos (2021), são áreas que revelaram coincidências lexicais que precisam ser comprovadas cientificamente por meio do levantamento, análise e cartografia dos dados.

Para completar o nosso embasamento em estudos lexicais, trazemos a síntese da pesquisa de Marins (2012), que teve como foco a análise de dados lexicais sob o aspecto rural e urbano. Salientamos que os nossos dados são fornecidos por meio de um campo semântico extremamente urbano, por esse motivo, é importante apresentar as considerações de Marins

⁴³ A ocorrência única foi registrada pela informante idosa de Poços de Caldas que associou a brincadeira com o balé, pois, segundo esta, fica “na ponta do pé” (D’ANUNCIÇÃO, 2016, p. 79).

quanto ao contraste entre o rural e o urbano.

3.2.7 O Rural e o Urbano da Região Centro-Oeste (MARINS, 2012)

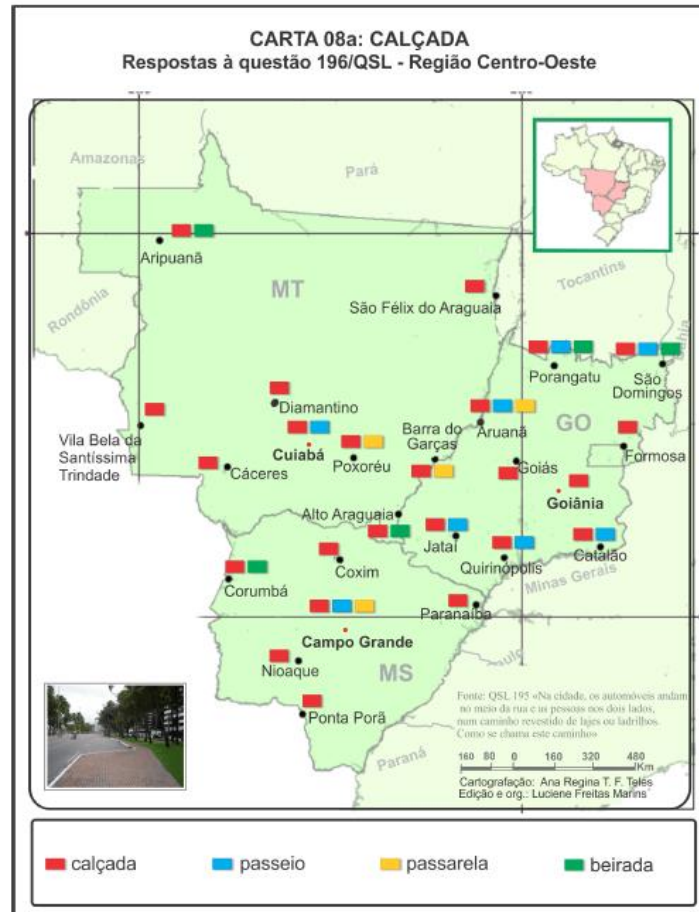
A dissertação de mestrado “O rural e o urbano: novos e velhos falares na Região Centro-Oeste do Brasil”, defendida por Luciene Gomes Freitas Marins, em 2012, na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - *campus* de Campo Grande -, discute aspectos da relação rural e urbano no vocabulário dos habitantes da Região Centro-Oeste. A autora verificou as possíveis mudanças no comportamento linguístico dos habitantes das capitais e das cidades do interior da Região estudada, analisados sob os princípios teórico-metodológicos da Lexicologia, da Dialetoлогия e da Geolinguística. A pesquisadora também buscou compreender as características e os conceitos atribuídos aos espaços rural e urbano e, para isto, utilizou os fundamentos da Geografia Humana e da Sociologia.

Marins analisa 133 unidades lexicais relacionadas aos universos rural, urbano e rurbano, registradas na fala de 108 informantes das 24 localidades da Região Centro-Oeste. A autora selecionou quinze perguntas do Questionário Semântico-Lexical (QSL-ALiB), das quais seis são relacionadas à vida urbana (194. *Sinaleiro/semáforo/sinal*, 195. *Lombadas/quebra-molas*, 196. *Calçada*, 198. *Rotatória/rótula*, 200. *Ônibus urbano* e 201. *Bar/boteco*), definindo três grupos para as unidades lexicais da Região Centro-Oeste: o *rural* (54, 55, 56, 58 e 172), o *urbano* (194, 195, 196, 198 e 200) e o *rurbano* (52, 53, 171, 174 e 201).

A descrição dos dados foi realizada sob as perspectivas diatópica, diageracional e diassexual, fatores extralinguísticos importantes para verificar em que proporção o espaço físico, a idade e o sexo interferiam na maneira de o informante nomear o referente questionado.

Em relação ao *universo urbano*, a pesquisadora observou especificidades, sobretudo do ponto de vista diatópico. Por exemplo, os informantes do estado de Goiás apresentaram tendências diferenciadas dos demais estados pesquisados, como o uso produtivo de *semáforo* obtido como resposta para a pergunta 194/QSL e a ocorrência da unidade lexical *passeio* (196/QSL-calçada) registrada no interior de Goiás, ao passo que nos outros estados esse item lexical foi registrado apenas nas capitais. Quanto às variantes coletadas para a Questão.196/QSL, a autora afirma que a unidade lexical *calçada* é predominante em todas as cidades investigadas na região Centro-Oeste, enquanto as lexias *passeio*, *passarela* e *beirada* são documentadas nos três estados, mas com baixa produtividade, como ilustrado na Figura 16:

Figura 16 – Variantes para calçada – Região Centro-Oeste



Fonte: Marins (2012, p. 201)

A autora concluiu que o uso da unidade lexical *passeio* evidenciou traços de conservadorismo linguístico, porque a lexia foi mencionada apenas entre os informantes da segunda faixa etária.

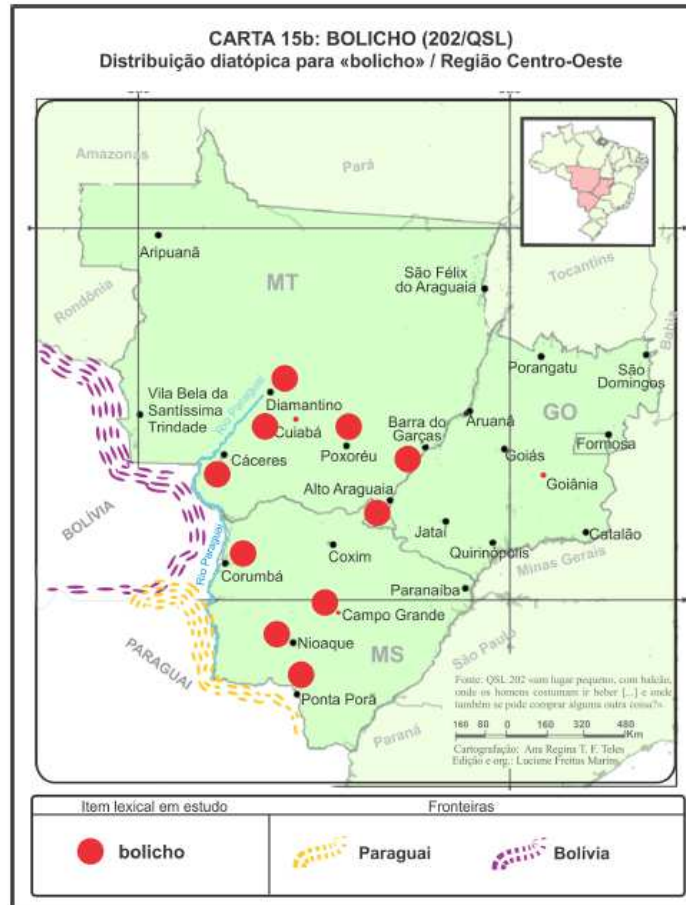
Sobre os registros para a Questão.202 (Bodega/Bar/Boteco), a autora destaca que Goiás foi o único estado onde não houve o registro da lexia *bolicho*, forma com alta produtividade em todas as localidades dos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Além do mais, os registros de *bolicho*⁴⁴ evidenciam o traçado histórico do processo de formação da sociedade brasileira. A variante tem origem no espanhol e pode retomar, historicamente, as origens das imigrações europeias nos espaços entre os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul que pertenciam ao Reino da Espanha, consoante o acordo de Portugal e Espanha registrado no Tratado de Tordesilhas, no final do século XV, onde as terras encontradas “até 370 léguas a oeste de Cabo Verde ficaram sob o domínio português e as terras ao oeste dessa linha imaginária que representava esse Tratado de Tordesilhas ficaram sob

⁴⁴ Vale a pena conferir, na íntegra, os resultados completos da pesquisa de Marins (2012).

domínio da Espanha” (MARINS, 2012, p. 284). Assim, a área destinada aos espanhóis, atualmente, corresponde ao estado de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e uma pequena parte do estado de Goiás, diatopicamente, essa área evidencia o predomínio da forma *bolicho*, ilustrada na Figura 17.

Figura 17 – Distribuição diatópica de bolicho – Região Centro-Oeste



Fonte: Marins (2012, p. 283)

De modo geral, as considerações apresentadas no estudo sobre o *universo urbano* (rural e urbano) confirmaram a presença de vocábulos validados, ao mesmo tempo, rurais e urbanos, o que aponta para a existência de um *continuum* em termos de marcas de urbanização e de ruralidade. Também foi constatada a influência de termos oriundos de outras línguas, como os casos de *sapicuíá* do guarani; *bolicho* do espanhol; *lanchonete* do inglês; *alforge* do árabe e alguns termos oriundos da língua africana, como *capanga*, *quitanda* e *juvu*. As formas *quintanda*, *juvu* e *venda/vendinha*, registradas no estado do Mato Grosso, são marcas do período da escravidão na Região Centro-Oeste.

O estudo de Marins confirmou que o acervo lexical do português falado na Região

Centro-Oeste do país sofreu alterações que podem ser justificadas por meio da história social marcada por traços de ruralidade, em virtude das próprias características socioeconômicas. Os casos de inovações registrados são frutos da contemporaneidade, caracterizados pelos avanços tecnológicos e urbanos na Região.

Dando seguimento às pesquisas lexicais que servem de suporte para esta tese, o estudo descrito a seguir apresenta a análise de normas e descrição dos regionalismos em território nacional, com base no campo semântico da alimentação e cozinha (QSL/ALiB). O estudo de Yida (2019), diferentemente dos demais, apresenta a análise dos dados no interior do território nacional, como fazemos nesta tese.

3.2.8 O Léxico no Brasil (YIDA, 2019)

Vanessa Yida (2019), na tese “Normas lexicais no português brasileiro: uma descrição de regionalismos nos dados do campo semântico da alimentação e cozinha do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)”, defendida na Universidade Estadual de Londrina, estudou o conceito de normas lexicais no português brasileiro, realizando uma descrição de regionalismos com base nos dados do campo semântico da alimentação e cozinha.

A pesquisadora analisa a distribuição areal dos registros coletados como respostas para cinco questões do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB, reunidas no campo semântico de *Alimentação e Cozinha*, são elas: 179 (curau com coco), 180 (curau sem coco), 181(mugunzá/canjica), 185 (bala) e 186 (pão francês).

A partir dos dados, Yida considerou as variantes lexicais mais produtivas para cada questão analisada, observando a disseminação territorial dos itens lexicais, componentes, segundo a autora, de uma norma lexical mais geral e outras formas menos produtivas, mas características da fala de determinadas áreas, integradas, de acordo com a pesquisadora e com base em Biderman (2001), como normas parciais ou regionais.

Ao tratar dos regionalismos, Yida utiliza os fundamentos de Biderman (2001) sobre a documentação das formas produtivas e disseminadas em espaço areal. Para a lexicóloga, essas variantes podem ser classificadas como normas gerais ou regionais; fatos linguísticos que caracterizam comunidades restritas e são denominadas como regionalismos. As ideias de Biderman (2001) contribuem com a proposta de delimitação de possíveis normas gerais, regionais e locais realizada no estudo de Yida, ademais, a autora da tese examina a influência da formação histórico-social na composição do léxico da Alimentação e Cozinha do QSL/ALiB, contrapondo a distribuição espacial dos resultados de seu estudo com as teorias da

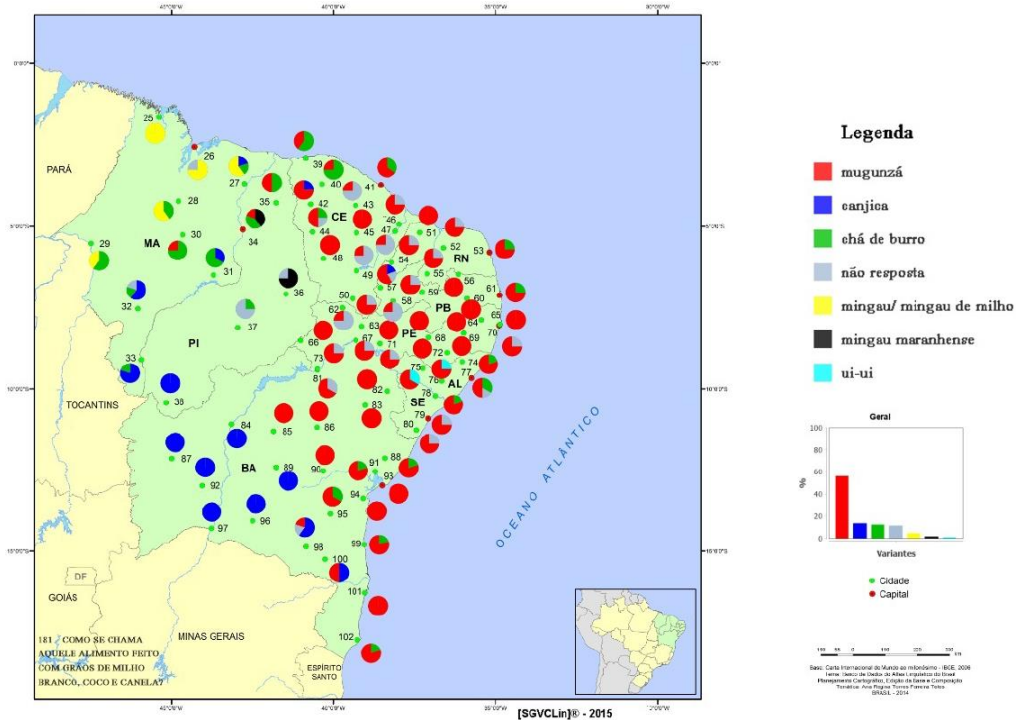
divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953), as áreas culturais de Diégues Júnior (1960) e os cinco brasis de Ribeiro (2006).

Sobre a análise de Yida (2019), a elaboração das cartas linguísticas para os designativos que recobrem os conceitos expressos no *caput* das questões 179, 180, 181, 185 e 186 do QSL (COMITÊ..., 2001) permitiram a delimitação de normas lexicais gerais representadas pelas variantes *bala* e *pão francês*, formas mais produtivas obtidas como respostas para as perguntas 185 e 186, sendo, respectivamente, as formas eleitas como norma geral.

Segundo a autora, para todas as questões analisadas há formas regionais e, em alguns casos, a pesquisadora encontrou formas mais locais, como os casos de *mingau maranhense* e *ui-ui* (questão 181); *bengalinha*, *brizolinha* e *pão Jacó* (questão 186), ilustradas nas Figuras 18, 19 e 20:

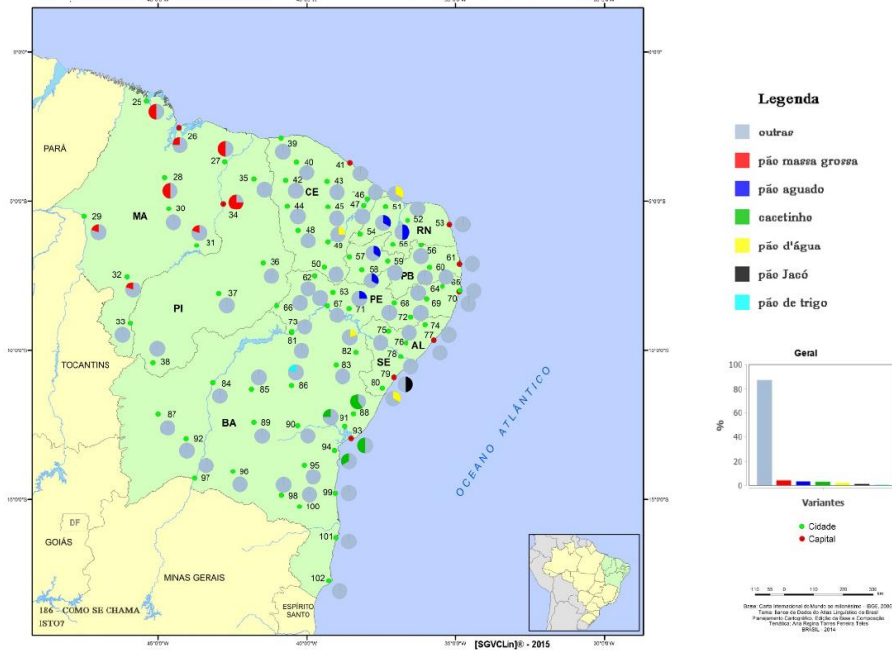
Figura 18 – Mingau maranhense e ui-ui (Questão 181) - Nordeste

(CD2/181) Carta diatópica 2 - Questão 181 - *canjica/mugunzá* - Região Nordeste



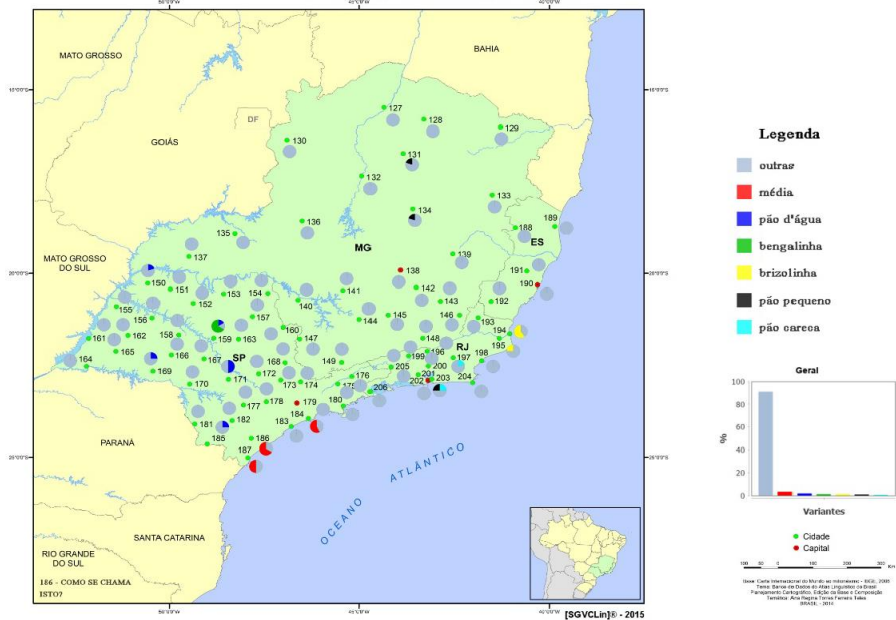
Fonte: Yida (2019, p. 59)

Figura 19 – Pão Jacó (Questão 186) – Nordeste
 (CD2.2/186) Carta diatópica 2.2 - Questão 186 - *pão francês* - Região Nordeste
 (6 variantes menos produtivas)



Fonte: Yida (2019, p. 86)

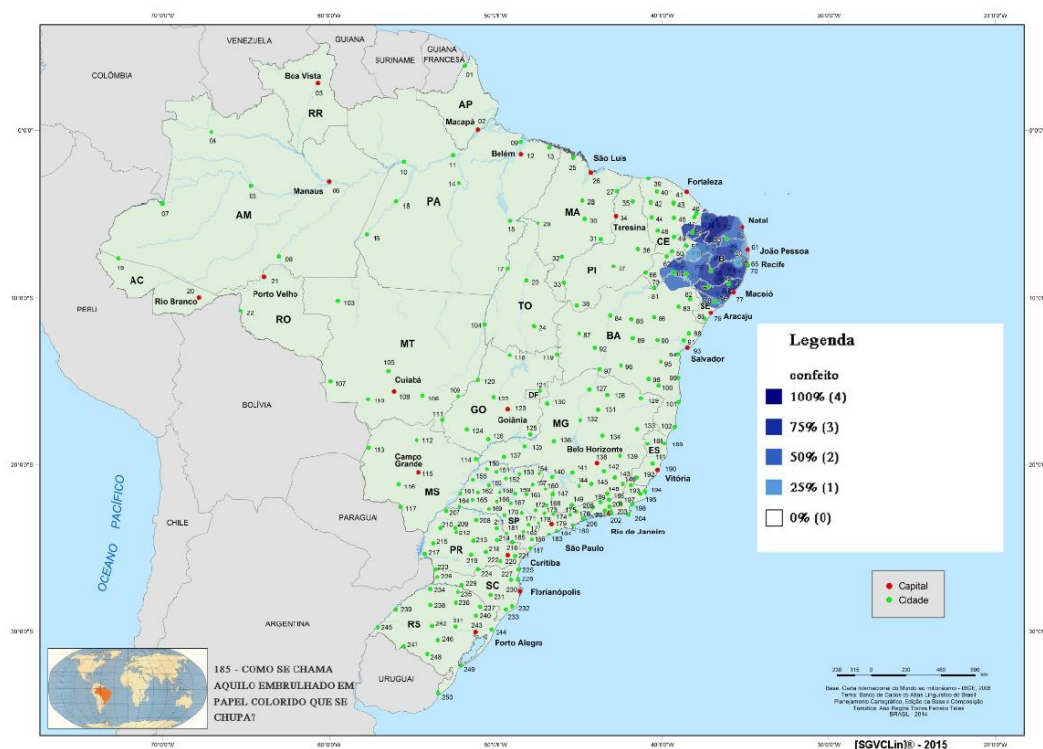
Figura 20 – Bengalinha, brizolinha (Questão 186) – Sudeste
 (CD4.2/186) Carta diatópica 4.2 - Questão 186 - *pão francês* - Região Sudeste
 (6 variantes menos produtivas)



Fonte: Yida (2019, p. 89, v II)

No que tange às normas regionais e a delimitação de áreas linguísticas, Yida aponta que, dentre as lexias regionais de caráter mais expressivo, apenas *confeito* (questão 185) configura uma área circunscrita por isoléxica, no Nordeste, que recobre do litoral ao interior do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe:

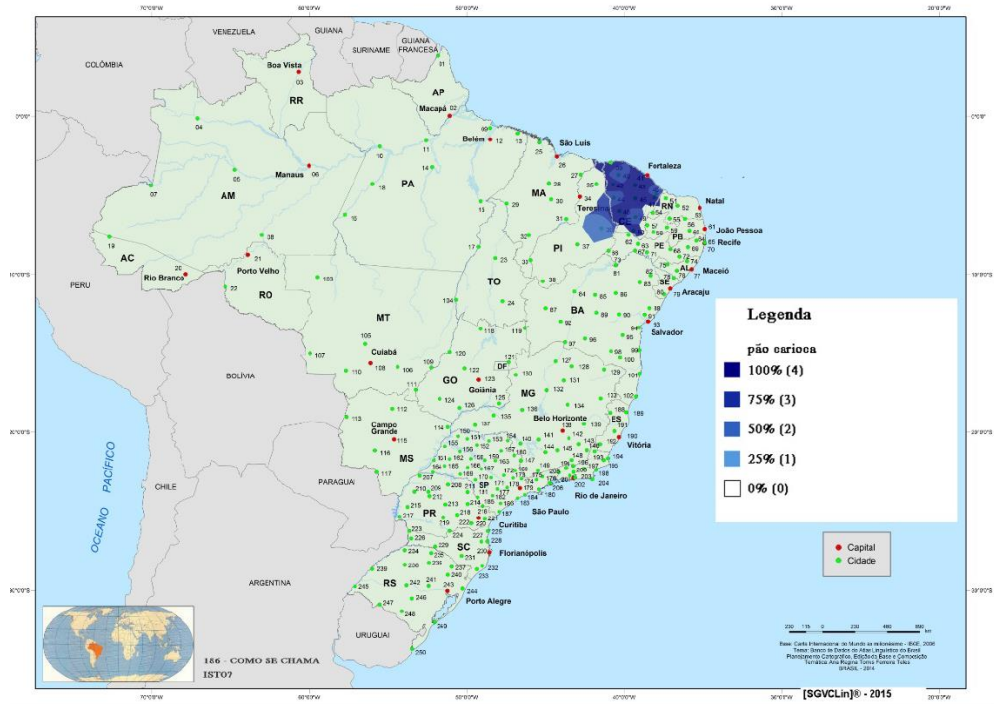
Figura 21 – Confeito – (Questão 185)
(CAG3/185) Carta de arealidade gradual 3 - Questão 185 - confeito



Fonte: Yida (2012, p. 80)

Como ilustra a Figura 21, a lexia *confeito*, registrada para a Questão 185/QSL, delimita uma área dialetal circunscrita à Região Nordeste. *Pão carioca* e *pão aguado* também delimitam áreas, mas de forma esparsa, a primeira foi considerada como variante regional cearense, documentada em todas as localidades no Ceará e em uma no Piauí. Já a lexia *pão aguado* situou-se em pontos no interior de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, como apresentam as Figuras 22 e 23:

Figura 22 – Pão carioca (Questão 186)
(CAG5/186) Carta de arealidade gradual 5 - Questão 186 - pão carioca



Fonte: Yida (2012, p. 95)

Figura 23 – Pão aguado (Questão 186)
(CAG12/186) Carta de arealidade gradual 12 - Questão 186 - pão aguado

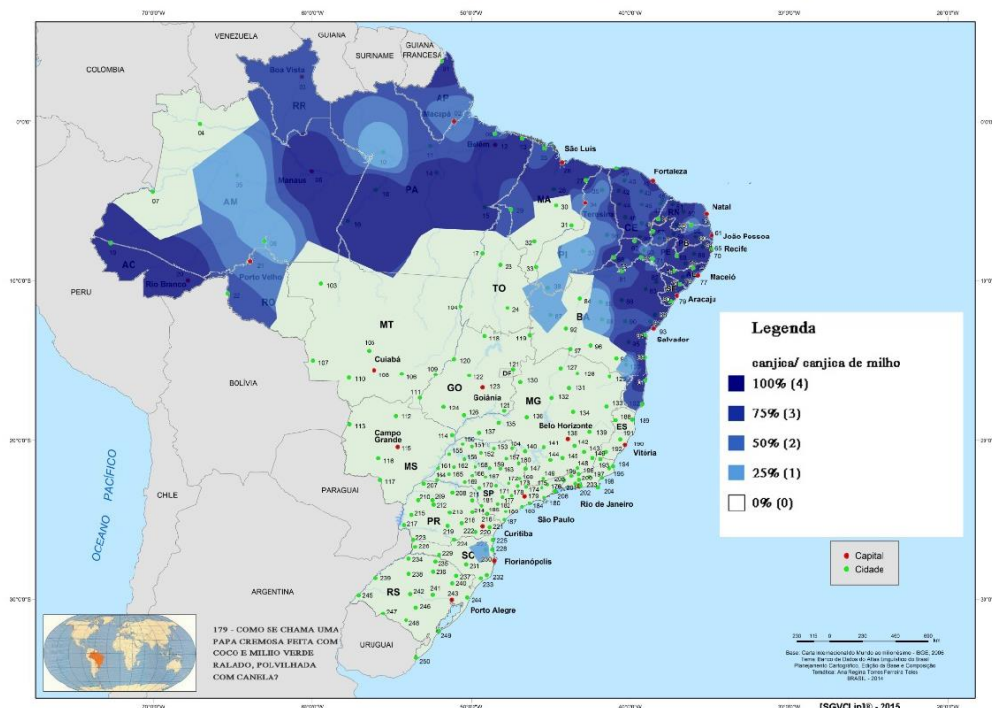


Fonte: Yida (2012, p. 102)

As lexias analisadas por Yida (2012) estabelecem áreas linguísticas circunscritas a estados, como a representada na Figura 22, em que a variante *pão carioca* está concentrada nos estados do Ceará e Piauí, considerada como uma forma regional cearense, e na Figura 23, com os registros de *pão aguado* centralizados no interior dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

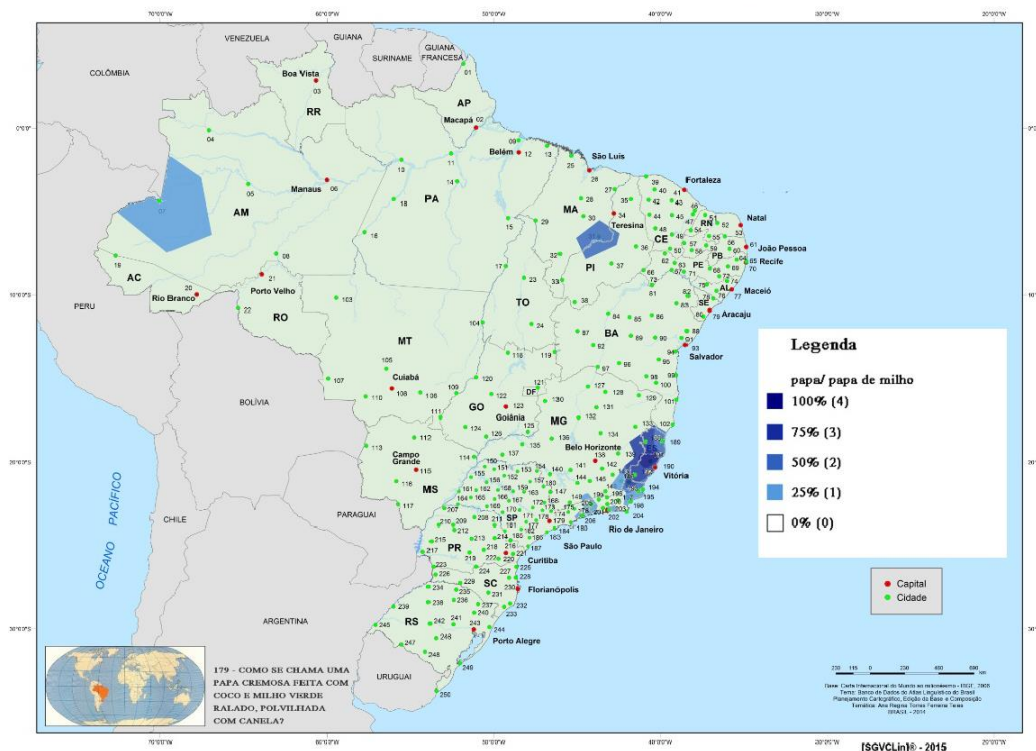
Acerca da comparação das propostas de divisões (NASCENTES, 1953; DIÉGUES JÚNIOR, 1960; RIBEIRO, 2006) com os dados de Yida, algumas variantes apresentaram distribuição areal delimitada por isoléxicas coincidentes com as tentativas dos autores. Dentre as formas constatadas, destacamos, nesta síntese, apenas alguns exemplos que coincidem com as propostas dos autores mencionados: as variantes para a questão 179/Curau-canjica *canjica* e *papa de milho* que confirmaram a proposta de divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953), tendo em vista a distribuição expressiva da forma *canjica* (Figura 24) na área denominado pelo autor como falar do Norte e *papa de milho* (Figura 25) delimitada com maior expressividade na área do subfalar fluminense.

Figura 24 – Canjica (Questão 179/Curau-canjica)
(CAG1/179) Carta de arealidade gradual 1 - Questão 179 - *canjica/canjica de milho*



Fonte: Yida (2012, p. 40)

Figura 25 – Papa de milho (Questão 179/Curau-canjica) (CAG4/179) Carta de arealidade gradüal 4 - Questão 179 - papa/papa de milho



Fonte: Yida (2012, p. 43)

A Figura 24 ilustra o que outros autores já confirmaram (RIBEIRO, 2012; PORTILHO, 2013; SANTOS, 2016; ROMANO, 2015), isto é, a pertinência de Nascentes em estipular um Falar do Norte e um Falar do Sul, uma vez que o comportamento da variante *canjica*, coletada para a Questão 179/Curau-canjica, ratifica a vitalidade do Falar do Norte. Já os registros de *papa/papa de milho*, documentados para a mesma Questão, na Figura 25, são mais produtivos no subfalar fluminense, indicando certa vitalidade desse subfalar.

Mingau de milho (questão 181) foi encontrada na região cultural da Amazônia (DIÉGUES JÚNIOR, 1960) e área do Brasil caboclo (RIBEIRO, 2006); enquanto *mingau maranhense* foi documentado por Yida (2019) em um trecho do subfalar nordestino (NASCENTES, 1953), na região cultural do Nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JÚNIOR, 1960) e no Brasil sertanejo de Ribeiro (2006). Já *ui-ui* foi registrada em uma porção do subfalar nordestino (NASCENTES, 1953), no Nordeste mediterrâneo pastoril (DIÉGUES JÚNIOR, 1960) e no Brasil crioulo (RIBEIRO, 2006), dentre outras situações coincidentes que Yida expõe em seu estudo.

Quanto à dicionarização (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889; ALMEIDA, 1999; HOUAISS; VILLAR; 2009; FERREIRA, 2010), a autora verificou que nem todas as formas registradas em seu estudo estão dicionarizadas com o sentido pretendido pelas questões, por

exemplo: *canjicão* (canjica, em grande quantidade), *canjicada* (a mesma receita da canjica, com adição de amendoim), *mugunzá* e *canjica salgados* (receitas salgadas que, em geral, apresentam o charque adicionado como ingrediente), variantes registradas para a questão 181. No tocante às marcas de uso, a maioria das obras consultadas por Yida apresentaram abonações condizentes com a distribuição areal das formas lexicais registradas nas cartas linguísticas.

Das lexias não registradas e que revelam a necessidade de ampliação e/ou revisão lexicográficas, a autora apresenta as seguintes formas coletadas para as questões 179, 180, 181 e 186:

Para a questão 179: Canjica, em Aulete [s/d] e em Ferreira (2010); curau, em Ferreira (2010); papa de milho, em Ferreira (2010); para a questão 180: curau, em Beaurepaire-Rohan (1889), Ortêncio (1983), Houaiss; Villar (2009), Ferreira (2010) e no Aulete [s/d]; mingau de milho, em Beaurepaire-Rohan (1889) e canjica, documentada em Houaiss; Villar (2009) e Ferreira (2010); para a questão 181: canjica, registrada em Beaurepaire-Rohan (1889), Houaiss; Vilar (2009) e Ferreira (2010); chá de burro, em Ortêncio (1983) e Ferreira (2010); para a questão 186: pão de sal, documentado por Almeida (1999); pão careca, por Ferreira (2010); pão massa grossa, catalogado por Almeida (1999); média, documentada somente por Almeida (1999); pão Jacó, por Almeida (1999) (YIDA, 2019, p. 272).

Em suma, esses estudos que tomam o léxico como elemento de análise e definição de áreas dialetais atestam que os subfalares analisados não se limitam à faixa territorial estabelecida por Nascentes, em 1953, mas adentram outras áreas. Além disso, trabalhos sob a perspectiva lexical muito contribuem para a pesquisa brasileira, sobretudo em relação à pertinência de utilizar o léxico de determinado campo semântico e, por meio dele, traçar áreas lexicais, complementando a proposta de Nascentes (1953) que se ateve a questões de Prosódia e de Fonética.

Atualizando o nosso olhar sobre as linhas que desenham os falares regionais e contribuindo diretamente com a descrição do português dialetal iniciada por Nascentes e em constante observação por nós, pesquisadores da língua, tentamos, por intermédio da análise e descrição linguística registrar um momento do português brasileiro, com toda a verdade e beleza que os entrevistados do ALiB nos permitem assinalar.

A próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na elaboração desta tese.

4 CAMINHOS PERCORRIDOS: PROCEDIMENTOS ADOTADOS

A base para a realização deste estudo são os dados do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil*. Assim, iniciamos este capítulo com a constituição do *corpus*, o perfil dos informantes e a rede de pontos embasados nos critérios alibianos. Na sequência, descrevemos as etapas de levantamento, organização e cartografia dos dados e, neste último, ressaltamos a utilização do *software* SGVCLin (ROMANO; SEABRA; OLIVEIRA, 2014), importante ferramenta direcionada à cartografia dialetal.

4.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

O *corpus*⁴⁵ desta tese é constituído por dados, parcialmente inéditos, coletados pelas equipes do Projeto ALiB em 225 localidades interioranas do Brasil.

Durante estudo prévio, de mestrado, duas questões do campo semântico “Vida Urbana”, i) 195. Lombada/Quebra-molas, ii) 196. Calçada/Passeio, iii) 197. Meio-fio e iv) 198. Rotatória/Rótula, coletadas em 25 capitais, chamaram a atenção da pesquisadora, pelo polimorfismo lexical apresentado, despertando o interesse em analisar as respostas dos informantes do interior do país para as perguntas:

- i) 195. Lombada/Quebra-molas:** Como se chama aquele morrinho atravessado no asfalto para os carros diminuírem a velocidade?
- ii) 198. Rotatória/Rótula:** Como se chama aquele trecho da rua ou da estrada que é circular, que os carros têm que contornar para evitar o cruzamento direto?

Dessa forma, as Questões 195 e 198 foram escolhidas como *corpus* de análise deste estudo. A seleção da área temática do questionário do Projeto ALiB foi feita, a princípio, com o objetivo de encontrar e definir áreas lexicais. Mas, ao longo do estudo, entendemos que as designações para os dois itens da Vida Urbana podem atuar como elementos reveladores do desenvolvimento urbano das regiões e atestar questões sociais, como a necessidade (se houver) de infraestruturas em determinadas localidades brasileiras. Por meio do léxico e das narrativas

⁴⁵ Para utilizar o *corpus* do ALiB, solicitamos a autorização para utilizar os dados do Projeto. Uma vez concedida a permissão do Comitê Nacional do ALiB, iniciamos a coleta e organização dos resultados obtidos para as questões 195. *Lombada/Quebra-molas* e 198. *Rotatória/Rótula* do campo semântico “Vida Urbana” que integram o Questionário Semântico-Lexical dos Questionários do Projeto ALiB (COMITÊ..., 2001).

dos informantes, é possível observar como é compreendida a organização do trânsito pelos habitantes. Desta forma, as respostas coletadas para as duas questões foram fornecidas por informantes residentes nas localidades interioranas da rede de pontos do ALiB, cujo perfil é descrito no subtópico seguinte (4.1.1) e a rede de pontos, na sequência (4.1.2).

4.1.1 Perfil dos Informantes – ALiB

As equipes do ALiB entrevistaram, nas localidades do interior⁴⁶, novecentos⁴⁷ informantes distribuídos equitativamente pelas variáveis sexo (dois homens e duas mulheres) e faixa etária (faixa I de 18 a 30 anos e faixa II de 50 a 65 anos). Quanto à escolaridade dos informantes das não-capitais, o ALiB optou por falantes alfabetizados, que tivessem completado, no máximo, o nível Fundamental de ensino, como exemplificado no Quadro 1:

Quadro 1 – Perfil dos informantes das localidades do interior

Informante	Escolaridade	Faixa Etária	Sexo
01	Fundamental	I (18-30 anos)	Masculino
02	Fundamental	I (18-30 anos)	Feminino
03	Fundamental	II (50- 65 anos)	Masculino
04	Fundamental	II (50- 65 anos)	Feminino

Fonte: Adaptado pela autora do Projeto Atlas Linguístico do Brasil

Ao todo, o banco de dados do ALiB registra 1.100 inquéritos, isto é, 900 coletados em localidades interioranas e 200 das capitais, cujos informantes foram selecionados com base nos seguintes critérios:

- i) ser natural da localidade investigada;
- ii) possuir pais (e cônjuges) também naturais dessa localidade ou da mesma região linguística;
- iii) não ter se afastado da localidade por mais de um terço de sua vida;
- iv) não ter feito viagens prolongadas;
- v) apresentar boas condições de fonação.

⁴⁶ Nas capitais, acrescentaram-se mais quatro informantes do nível universitário.

⁴⁷ Dessas gravações, 15 registros de áudios estão inaudíveis.

A obediência a esses critérios visa registrar o vernáculo das localidades observadas, tendo o mínimo de influências externas possível (ruídos, barulhos, interrupções de terceiros etc.). Reiteramos que, para esta tese, utilizamos os dados dos novecentos informantes das localidades interioranas das grandes regiões do Brasil e recorreremos, quando necessário, aos dados de Martins (2019), para realizar alguns comentários comparando o acervo lexical do interior e das capitais.

4.1.2 A Rede de Pontos

Para realizar trabalhos de natureza geolinguística é necessário, primeiramente, estabelecer as áreas geográficas que serão pesquisadas, de acordo com o objetivo do atlas, seja ele rural, regional ou urbano. Este último corresponde à proposta do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al.*, 2014). A rede de pontos do Projeto ALiB conta com 250 localidades⁴⁸, compreendendo 24 localidades na Região Norte, 24 na Região Centro-Oeste, 78 pontos linguísticos no Nordeste, 80 no Sudeste e 44 pontos linguísticos no Sul, como demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 – Número de pontos do ALiB em cada grande região/Unidade de Federação

Grande Região	Unidade da Federação	Número de pontos do ALiB
NORTE	Amapá	02
	Roraima	01
	Amazonas	05
	Pará	10
	Acre	02
	Rondônia	02
	Tocantins	02
	Total	24
NORDESTE	Maranhão	09
	Piauí	05
	Ceará	12
	Rio Grande do Norte	05
	Paraíba	06
	Pernambuco	12
	Alagoas	04
	Sergipe	03
	Bahia	22
	Total	78
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	09
	Mato Grosso do Sul	06
	Goiás	09
	Total	24

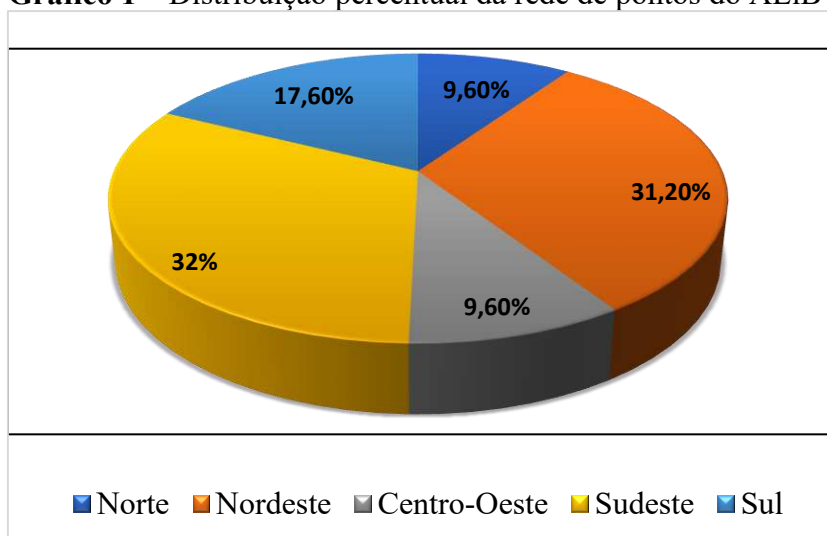
⁴⁸ Como já mencionado, nesta pesquisa, utilizamos 225 pontos linguísticos referentes ao interior do Brasil, totalizando 900 informantes.

SUDESTE	Minas Gerais	23
	São Paulo	38
	Espírito Santo	05
	Rio de Janeiro	14
	Total	80
SUL	Paraná	17
	Santa Catarina	10
	Rio Grande do Sul	17
	Total	44
TOTAL GERAL		250

Fonte: Adaptado pela autora dos dados do Projeto ALiB (ISQUERDO; TELES, 2014)

Isquerdo e Teles (2014, p. 46) exemplificam a distribuição dos pontos do ALiB em percentuais:

Gráfico 1 – Distribuição percentual da rede de pontos do ALiB



Fonte: Isquerdo e Teles (2014, p. 46)

Como observado no Quadro 2 e no Gráfico 1, as Regiões Norte e Centro-Oeste contemplam menos localidades a serem investigadas por apresentarem menor densidade demográfica, embora tenham as maiores áreas territoriais. De acordo com o IBGE, a população absoluta da Região Norte corresponde a cerca de 8% do total do país, somando 15.864.454 habitantes; já a Região Centro-Oeste acolhe 14.058.094 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010. Aliás, a população absoluta do Centro-Oeste é a menor entre as demais Regiões (Sudeste, Sul, Norte e Nordeste). Assim, com base na densidade demográfica das Regiões, o ALiB distribuiu 24 pontos linguísticos para a Região Norte e outros 24 pontos para a Região Centro-Oeste (ISQUERDO; TELES, 2014).

Da Região Sul foram selecionados 44 pontos linguísticos. Segundo dados do IBGE (2019), a área territorial dessa Região é de aproximadamente 564 mil km², o que resulta em 7%

do território brasileiro.

A segunda Região mais populosa do país é o Nordeste e o ALiB selecionou 78 localidades para constituir a rede nordestina de pontos. Por fim, a Região mais populosa do país: o Sudeste, com 90 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE de 2019, com a maior taxa de urbanização (93%), abriga 80 localidades do ALiB.

Considerando toda a potência territorial do Brasil, caracterizado como um país de diversidades, é natural que a língua seja reflexo de toda a miscigenação que deu origem ao português brasileiro, sendo este internamente diferenciado em variedades que divergem de maneira mais ou menos acentuada quanto à pronúncia, à gramática e ao vocabulário, fatos que podem ser apresentados por um “minucioso estudo de campo que determinaria, com segurança, várias áreas dialetais” (SILVA NETO, 1961, p. 85).

4.1.3 Levantamento, Organização e Cartografia dos Dados

A maioria das entrevistas do ALiB foi transcrita e revisada pelas equipes regionais, no entanto, optamos pela audição de cada uma das gravações para referendar ou corrigir as transcrições. O programa utilizado para executar a tarefa foi o *Groover Música*. Os dados foram organizados em uma planilha do *Excel 2013*, composta pelas seguintes informações: região, estado, área semântica, localidade, número do ponto e do informante, seguido das respostas coletadas.

Após o levantamento e conferência das respostas para as questões estudadas, transferimos os dados coletados na planilha *Excel 2013* para o *Software SGVCLin* (ROMANO; SEABRA; OLIVEIRA, 2014), programa responsável pela geração das cartas linguísticas e relatórios. Uma vez feita a transferência dos dados para o *Software SGVCLin*, iniciamos o processo de elaboração das cartas experimentais, utilizando como base cartográfica às disponibilizadas pelo Projeto ALiB, principalmente a carta base do territorial nacional, Figura 26:

Figura 26 – Base cartográfica do ALiB – Território nacional



Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da carta base do Projeto ALiB, elaboramos o material cartográfico deste estudo. Ao gerar os mapas, pelo *software*, com a distribuição das respostas dos informantes para as duas questões, optamos por exemplificar os dados em mapas de arealidade. As cartas de arealidade delimitam as regiões em que há a ocorrência de determinada variante, podendo fazer o cruzamento de até três lexias, como exemplifica a Figura 27, retirada de Yida (2019):

Figura 27 – Exemplo de carta de arealidade - SGVCLIN
(CA1/185) Carta de arealidade 1 - Questão 185 - *bala/bombom*

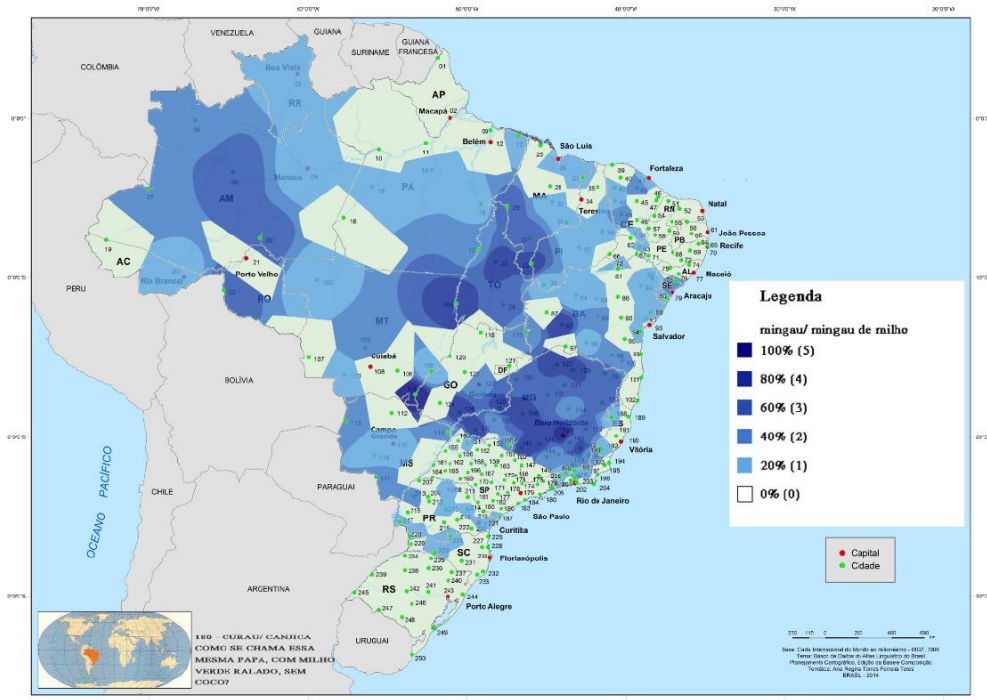


Fonte: Yida (2019, p. 83)

As cartas experimentais de arealidade permitem observar a concentração de variantes em áreas geográficas e compará-las com outras léxicas que também apresentam registros expressivos. Desta forma, as cartas possibilitam a visualização de áreas linguísticas heteroléxicas, ou seja, a divisão entre duas ou mais variantes.

Já as cartas de arealidade gradual geradas pelo *software* mostram a intensidade em que dada variante é produzida, utilizando uma escala gradual da cor azul que representa o percentual de ocorrências, Figura 28:

Figura 28 – Exemplo de carta de arealidade gradual – SGVCLIN (CAG2/180) Carta de arealidade gradual 2 - Questão 180 - mingau/mingau de milho



Fonte: Yida (2019, p. 53)

Em nossa análise, optamos por inserir cartas de arealidade e de arealidade gradual representadas na carta base do Projeto ALiB que abrange todo o território brasileiro. Assim, os registros lexicais documentados para as Questão 195. *Lombada/Quebra-molas* e 198. *Rótula/rotatória* foram representados em cartas linguísticas, que alimentam a descrição e visualização dos dados. Ao todo, apresentamos quinze cartas linguísticas, sendo nove de arealidade gradual e seis de arealidade. É válido relatar que consideramos como formas produtivas as variantes que apresentaram mais de três ocorrências; os registros inferiores (ou seja, de uma até três ocorrências) foram agrupados em *Outras*, tanto para a Questão 195, como para a 198.

Em síntese, as etapas metodológicas da tese foram:

- (i) Seleção do *corpus* a ser analisado;
- (ii) Seleção da área estudada;
- (iii) Levantamento e tabulação das variantes registradas;
- (iv) Cartografia dos itens lexicais registrados (cartas de arealidade e de arealidade gradual);
- (v) Elaboração de tabelas e gráficos para análise dos dados;
- (vi) Reflexão sobre o processo histórico e geográfico das relações sociais dos

falantes e dos contextos regionais em que estão inseridos.

5 LÉXICO EM FOCO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Neste capítulo, apresentamos a análise e a descrição das respostas dadas às Questões 195. Lombada/Quebra-molas e 198. Rótula/rotatória. Inicialmente, em cada uma das questões analisadas, trazemos um panorama histórico embasado, sobretudo, em documentos oficiais de trânsito. Na sequência, analisamos sob o ponto de vista areal os dados lexicais, apresentando-os em tópicos subdivididos em *análise das formas mais produtivas*, quando pertinente, como no caso de *rotatória*, também realizamos a *análise do alto índice de não respostas* (NR). Depois a *análise das formas menos produtivas agrupadas sob a denominação outras* e, para finalizar a discussão de cada pergunta, trazemos o subtópico comparando os resultados das capitais (MARTINS, 2019) com os dados do interior do país.

5.1 QUEBRA-MOLAS

Os *quebra-molas* são os aparatos horizontais mais utilizados para conter a velocidade dos veículos e controlar o fluxo de tráfego. Eles são implementados em “ângulo reto em relação ao sentido da via, transversalmente de meio fio a meio fio, utilizadas para redução de veículos” (BARBOSA; MOURA, 2008, p. 26), geralmente, construídos em locais de grande movimento de pedestres e carros, com a finalidade de conter um eventual acidente.

Figura 29 – Quebra-molas



Fonte: Mendes (2017)

De acordo com a regulamentação do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), na Resolução nº 600/2016, *quebra-molas* são:

Ondulações transversais e podem ser utilizadas onde se necessite reduzir a velocidade do veículo de forma imperativa, nos casos em que estudo técnico

de engenharia de tráfego demonstre índice significativo ou risco potencial de acidentes cujo fator determinante é o excesso de velocidade praticado no local e onde outras alternativas de engenharia de tráfego são ineficazes (BRASIL, 2016).

As ondulações transversais nas vias de locomoção de veículos são implementadas em trechos de congestionamento do tráfego, de grande movimentação e que necessitam de maior segurança, como lugares próximos às escolas, hospitais, creches e demais estabelecimentos onde haja grande fluxo de pessoas.

Na mencionada Resolução, o CONTRAN estabelece algumas situações em que as ondulações transversais devem ser utilizadas:

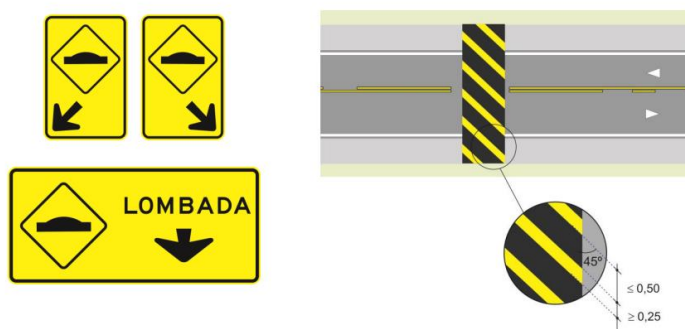
I – Ondulação transversal TIPO A: Pode ser instalada onde ocorre a necessidade de limitar a velocidade máxima para 30km/h, em: a) Rodovia, somente em travessia de trecho urbanizado; b) Via urbana coletora; c) Via urbana local.

II – Ondulação transversal TIPO B: Pode ser instalada somente em via urbana local em que não circulem linhas regulares de transporte coletivo e não seja possível implantar a ondulação transversal do Tipo A, reduzindo pontualmente a velocidade máxima para 20 km/h.

Para instalar as ondulações transversais nas vias, ainda de acordo com a Resolução, é necessário apresentar estudos técnicos realizados pela Engenharia de Tráfego que demonstrem índices significativos ou riscos de acidentes provocados por excesso de velocidade em lugares onde não há ou são ineficazes outras medidas, como radares e sinaleiros, por exemplo.

A seguir, exemplificamos como é feita a sinalização de lombadas nas vias por meio da Figura 30:

Figura 30 – Sinalização de ondulações transversais



Fonte: Brasil (2016)

As placas de trânsito alertam o motorista de que logo à frente haverá ondulações nas vias, sendo necessário reduzir a velocidade para atravessá-las. Os estudos de Barbosa e Moura (2006) apontam que os carros diminuem a velocidade, em trânsito livre, de até 39%. Os autores asseguram que as ondulações transversais servem “prioritariamente a diminuir a velocidade do trânsito e quando utilizadas sequencialmente têm seu objetivo potencializado, pois acaba desmotivando o motorista a retomar aceleração alta entre elas” (BARBOSA; MOURA, 2006, p. 23).

Quando um carro passa abruptamente por esse dispositivo na via, desrespeitando a redução da velocidade, pode ser que haja consequências para o veículo, como quebrar o carro. Desta forma, as ondulações transversais são conhecidas popularmente como *quebra-molas*, em analogia aos prejuízos que podem proporcionar, além de eufemismos esporádicos que podemos encontrar em designações como *quebra-carro*, *quebra-mula*, *arrebenta pneu*, *guarda deitado*, *mata burro*, entre outras.

A designação *quebra-molas* aparece em documentos oficiais de trânsito, como Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), assim como *lombada*, nome que também é utilizado para designar os dispositivos elevados nas vias, tanto na literatura oficial como na fala popular, nesta última, há desdobramentos em algumas variantes ocasionais, como *lombo*, *lomba*, *lombo do burro* e *lombo do cachorro*.

Aliás, o dispositivo elevado nas vias é nomeado de diferentes formas, conforme documentamos no tópico seguinte, ao tratar dos dados dialetológicos coletados para a Questão 195. *Quebra-molas* do Questionários do Projeto ALiB.

5.2 ANÁLISE DIALETOLÓGICA DA QUESTÃO – 195. QUEBRA-MOLAS

Como se chama aquele morrinho atravessado no asfalto para os carros diminuïrem a velocidade? Podemos chamá-lo de *quebra-molas*, *lombada* ou ainda usar formas menos conhecidas, mas que também referenciam as ondulações transversais, como: *tartaruga*, *obstáculo*, *reductor/reductor de velocidade*, *guarda deitado*, *ondulação*, *ondulador*, *rampa*, *quebra-carro*, *quebra-mula*, *lombo/lomba*, dentre outras designações que oportunamente descreveremos.

O levantamento das formas obtidas indica 1.202 ocorrências de formas válidas. Apenas 16 informantes não souberam (NS/NL/NO)⁴⁹ responder ao questionamento, totalizando um percentual pequeno de 1,33%. No Quadro 3, apresentamos os dados obtidos, os valores absolutos e os percentuais das formas documentadas.

Quadro 3 – Número de ocorrências/percentuais das variantes registradas no interior do Brasil

VARIANTES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	%
Quebra-molas	652	54,24
Lombada	395	33,00
Tartaruga	54	4,50
Outras	85	7,00
NR	16	1,33
Total	1.202	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB

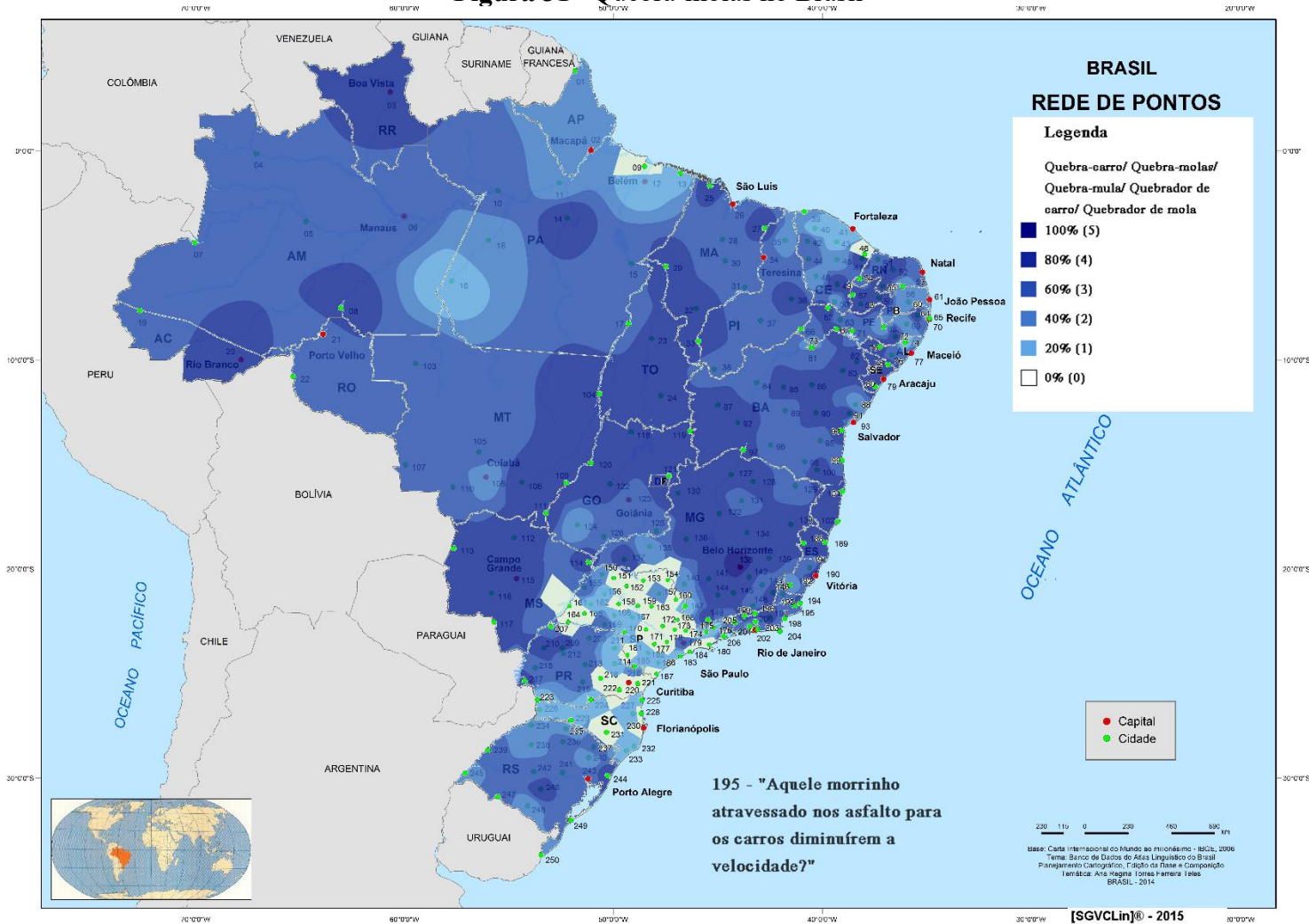
Por meio dos registros apresentados no Quadro 3, em ordem decrescente, tratamos das variantes mais produtivas, *quebra-molas*, *lombada* e *tartaruga*. Na sequência, procedemos à análise das formas menos produtivas agrupadas em *outras* e, finalizando a seção, comentamos sobre as não respostas.

5.2.1 Análise das Formas Mais Produtivas: Questão 195/QL

A variante *quebra-molas* (e as demais baseadas no conceito correspondente a quebra/quebrar: *quebra-carro*, *quebra-mula*, *quebrador de carro*) é a mais produtiva nos dados deste estudo, com 652 registros, equivalente a 54,24%. Devido à alta frequência e distribuição predominante em quase todo o território nacional, com exceção de uma área linguística com domínio de *lombada* (localizada na região central e litorânea do estado de São Paulo, parte norte do Paraná e Santa Catarina), *quebra-molas* apresenta uma tendência significativa para se fixar como variante padrão, conforme ilustramos com a carta experimental, da Figura 31, que sugere esta assertiva:

⁴⁹ A sigla NS significa que o informante “não soube responder à pergunta”, NL é o mesmo que “não lembrou o nome que se dá ao referente” e NO é “resposta não obtida”. Todas elas foram agrupadas sob a sigla NR=Não respostas.

Figura 31– Quebra-molas no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB.

A forma lexical *quebra-molas* está amplamente difundida por todos os estados brasileiros, com diferentes índices de ocorrência, sendo possível observar a intensidade da variante no corredor triangular que passa pelo norte do Paraná (209-Terra Boa e 210-Umuarama), atinge 100% de produtividade em todos os pontos linguísticos do Mato Grosso do Sul (112- Coxim, 113- Corumbá⁵⁰, 114- Paranaíba, 115- Campo Grande, 116- Nioaque e 117- Ponta Porã), é dominante no Mato Grosso, com alta frequência nas localidades do sudoeste mato-grossense (104- São Félix do Araguaia, 106- Poxoréo, 109- Barra do Garça e 111- Alto Araguaia) e também em Goiás, registrada em todas as localidades, com maiores índices no extremo norte goiano (118- Porangatu), sudoeste de Goiás (119- São Domingos, 120- Aruanã e 121- Formosa) e no oeste Meridiano (122- Goiás).

Na direção setentrional brasileira, a forma lexical é difundida para o Norte do país, sendo a única variante registrada nos pontos linguísticos de Tocantins (23- Pedro Afonso e 24- Natividade), amplamente disseminada por todos os estados nordestinos, com maiores incidências, ainda nesse corredor triangular, que perpassam localidades do sudoeste do estado do Maranhão (29-Imperatriz, 32- Balsas e 33- Alto Parnaíba) e do estado da Bahia, onde há focos de irradiação, como os que continuam esse percurso de alta produtividade (87-Barreiras, 92- Santana, 97- Carinhanha, 98- Vitória da Conquista, 100- Itapetinga, 101- Santa Cruz Cabrália e 102- Caravelas) e se estende para o Sudeste do país, como a concentração da lexia em localidades do estado da Bahia (80- Estância, 82- Jeremoabo, 83- Euclides da Cunha, 85- Irecê, 86- Jacobina, 90- Itaberaba e 94- Valença) que se espalha para outros polos de alta produtividade em Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Conforme atinge o Sudeste do Brasil, o caminho de alta produtividade de *quebra-molas* é mantido em praticamente todo o estado mineiro, no Espírito Santo e no estado do Rio de Janeiro. Ao adentrar o terreno paulista, a variante perde sua força, havendo um vazio na Figura 32, que representa os pontos em que houve ausência de *quebra-molas* e predomínio da lexia *lombada*. Mesmo com baixa produtividade no estado paulista, o uso da variante com tendência à forma padrão é encontrado na área linguística de *lombada* (151- Votuporanga, 152- São José do Rio Preto, 153- Barretos, 154- Franca, 158- Lins, 159- Ibitinga, 163- Adamantina, 164- Teodoro Sampaio, 171- Botucatu, 172-Piracicaba, 173- Campinas e 174-Bragança Paulista).

O Paraná, por seu turno, ilustra certa divisão das duas variantes: mais ao norte paranaense temos o uso produtivo de *quebra-molas*, enquanto *lombada* é a forma preferida dos

⁵⁰ No município de Corumbá (ponto 113), os informantes 1, 2 e 3 registraram duplicidade nas repostas, *lombada* foi mencionada nos primeiros registros, seguida por *quebra-molas*. Apenas a informante 4 trouxe *quebra-molas* como resposta única.

pontos linguísticos que fazem divisa com o estado de São Paulo. À medida que avançamos para o sul catarinense, *quebra-molas* está presente, mas com baixa frequência dividindo espaço com *lombada*. Em terras gaúchas, *quebra-molas* retoma o predomínio dos registros, ocorrendo com intensidades diferentes, atingindo 100% de aproveitamento em Caçapava do Sul (ponto 246) e em Osório (ponto 244).

No Norte do país, a variante também é majoritária, havendo um único ponto em que não foi mencionada, no município de Soure (ponto 09), no Pará. Em terras nortistas, assim como nas outras regiões brasileiras, há focos de registros prevalentes de *quebra-molas*, como em 08-Humaitá (AM), 14- Altamira (PA)⁵¹ e nas capitais federativas do Norte (03-Boa Vista/RR e 20-Rio Branco/AC), com 100% de produtividade.

Devido à alta incidência nacional, de acordo com os dados disponibilizados pelo ALiB e a descrição feita acima, acreditamos que a variante *quebra-molas* apresenta uma tendência a se fixar como norma⁵².

Desta forma, são necessárias avaliações e pesquisas acerca do vernáculo para observar indícios de possíveis mudanças ou a eleição de formas de prestígio elencadas pela comunidade de fala. Para isto, é necessário considerar a atitude linguística dos falantes diante de determinada lexia, o que permite identificar a manutenção da forma linguística ou a eleição de novas variantes.

No caso de *quebra-molas*, a forma é majoritária em todo o território nacional, na fala de homens e mulheres, sendo 54% dos resultados referentes à fala masculina e 48% à feminina. Os registros da fala dos informantes evidenciam essa possível eleição da variante como forma de prestígio ou norma linguística do vernáculo brasileiro. Desta forma, ao serem questionados sobre qual o nome dado “aquele morrinho atravessado no asfalto para os carros diminuírem a velocidade?” (COMITÊ..., 2001), a maioria das respostas pode ser sintetizada pelos seguintes excertos extraídos da fala dos informantes:

(1)

INF.: *Quebra-mola*.

INQ.: Algum outro nome?

INF.: Só *quebra-mola*. E tem aquelas separadinhas assim, que chama *tartarugas* né... perto das lombada eletrônica, aquilo lá chama *tartarugas*.

INQ.: E o morrinho chama...

INF.: *Quebra-mola*. (Informante 1 –117- Ponta Porã – MS).

⁵¹ Nesses pontos linguísticos, os informantes 3 registraram, além de *quebra-molas*, a lexia *lombada*.

⁵² De acordo com Trudgill e Hernández Campoy (2007, p. 235), norma é o “conjunto de reglas lingüísticas constitutivas y funcionales y arquetipos estándares a los que se ajusta la corrección gramatical em los usos lingüísticos. Suele, por tanto, ser la lengua habitualmente utilizada por un grupo mayoritariamente a modo de práctica estándar de habla o escritura.

(2)

INF.: *Quebra-mola*.

INQ.: Tem outro nome?

INF.: *Lombada*.

INQ.: Aqui chama mais como?

INF.: *Quebra-mola* (Informante 2 – 098- Vitória da Conquista- BA).

(3)

INF.: É, *quebra-mola*.INQ.: *Quebra-mola*?

INF.: Isso, é que vai... que vai muito rápido na velocidade, ou seja, carro ou moto.

INQ.: Uhum.

INF.: Em risco de acidente (Informante 2 – 008- Humaitá – AM).

(4)

INF.: *Quebra-molas*.

INQ.: Tem outros nomes?

INF.: *Lombada*.

INQ.: Qual que é mais comum aqui?

INF.: *Quebra-mola* (Informante 3 – 200-Petrópolis – RJ).

(5)

INF.: É *lombada*.

INQ.: E tem outro nome?

INF.: É *quebra-mola*.

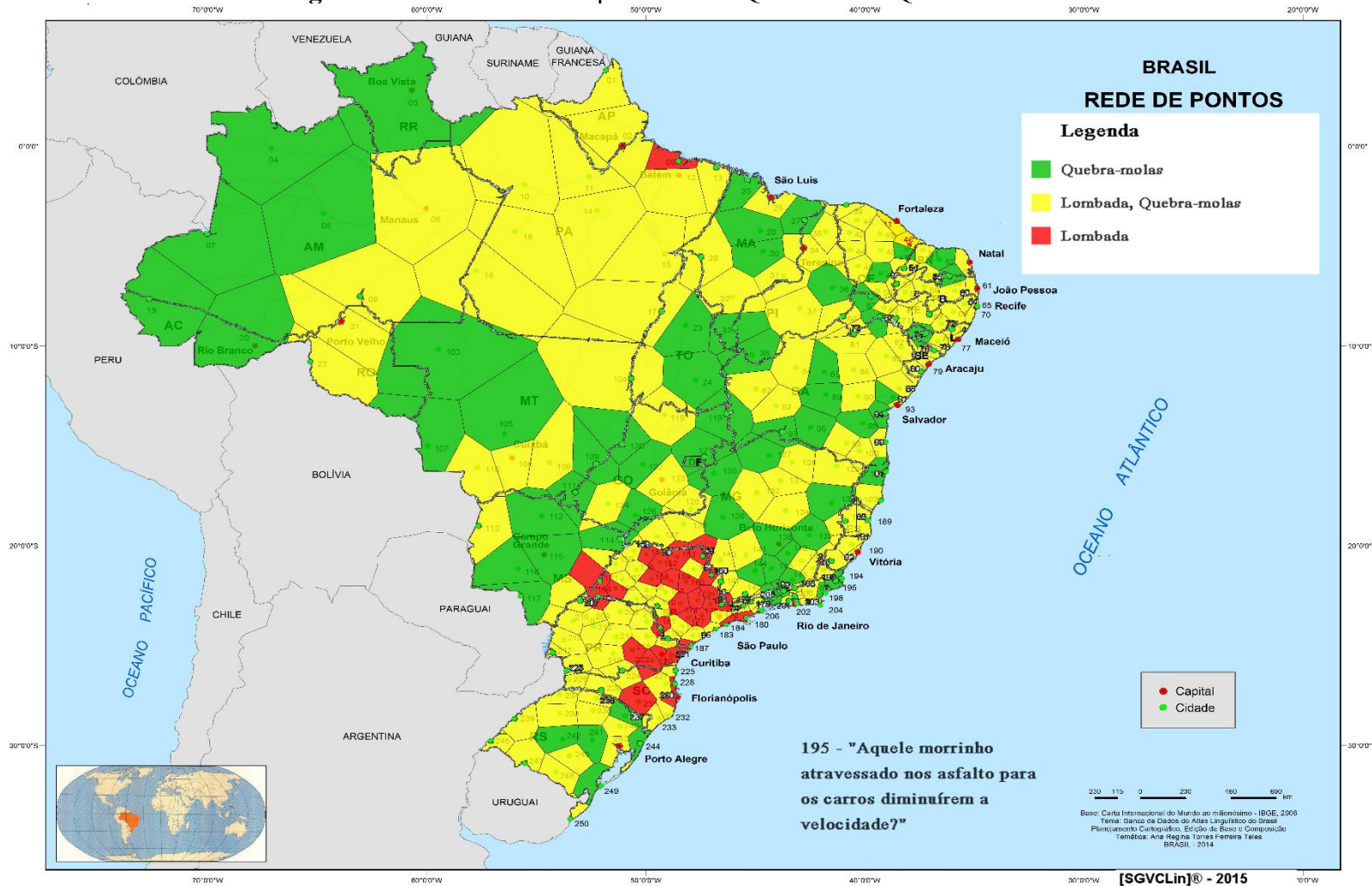
INQ.: Mais comum é?

INF.: *Quebra-mola*, aqui (Informante 1 – 213 -Cândido de Abreu- PR).

Os comentários atestam o consenso dos informantes ao elegerem *quebra-molas* como a forma mais comum ou mais utilizada por eles. Esses exemplos refletem os dados documentados, tanto referente à preferência por determinada variante, quanto à sintonia em registrar uma segunda forma consideravelmente produtiva.

A dinamicidade da língua comporta várias “normas normais”, de acordo com Faraco e Zilles (2013, p.13), elas “estão relacionadas ao espaço (sócio)geográfico e correspondem a formas habituais de dizer em cada região”, o convencional estabelecido entre os falantes ao escolherem formas lexicais como habitual e costumeira na comunidade de fala pode ser retratado por meio desta análise. De fato, as variantes *quebra-molas* e *lombada* estão fixadas no vocabulário ativo dos falantes brasileiros, o que pode ser considerada como uma escolha de identificação lexical, possibilitando um traço de prestígio para *quebra-molas* e *lombada*, em virtude do significativo espaço que as variantes percorrem pelo território nacional, como ilustra a Figura 32.

Figura 32 – Variantes mais produtivas – Questão 195. QSL/ALiB

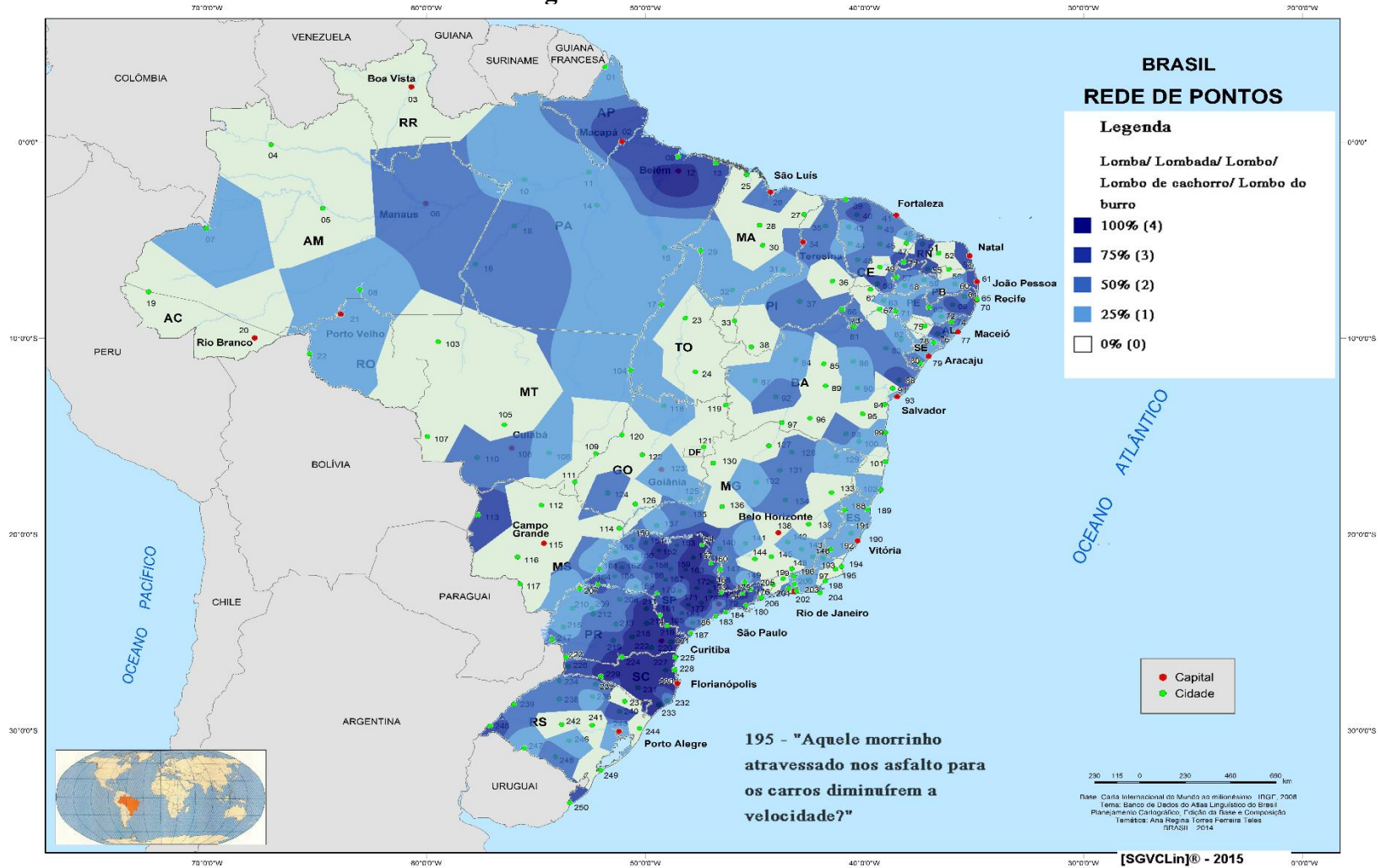


Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

Juntas, as variantes percorrem o país de Norte a Sul, como demonstrado em amarelo na Figura 32. Nesse trajeto, as regiões Sudeste e Sul evidenciam algumas áreas linguísticas de *lombada*, enquanto a capital do Pará (012-Belém), no Norte, é a única a registrar com exclusividade esta variante (em vermelho na Figura 32).

Em relação aos registros de *lombada*, o Quadro 3, aponta um percentual de 33% dos dados (395 registros), quando distribuídos pelas localidades, em relação aos índices de ocorrências, perfazem gradiências desenhadas na Figura 33:

Figura 33 – Lombada no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

Como mencionado, o Sudeste e o Sul concentram as maiores ocorrências de *lombada*. Nessas regiões, em alguns pontos linguísticos, a lexia está acompanhada de *quebra-molas* e *outras* designações. No estado paulista, por exemplo, *lombada* é predominante em 29 localidades⁵³, ou seja, em 76,31% da rede de pontos registramos a lexia com alta incidência. Além de estar presente em todo o estado de São Paulo, foi mencionada, pelo menos uma vez, em cada um dos 38 pontos paulistas.

No Paraná e em Santa Catarina, a variante *perpassa* todo o território, com maior frequência nos pontos paranaenses de 211- Tomazina, 214- Piraí do Sul, 216- Adrianópolis, 218- Imbituva, 219- Guarapuava, 221- Morretes e 222-Lapa, além da capital Curitiba (ponto 222), com 100% de ocorrências de *lombada*. Em terras catarinenses, a variante é produtiva em todos os pontos, sendo registrada com exclusividade em 228- Itajaí e 231- Lajes. Ao chegar em território gaúcho, a forma ainda é produtiva, mas divide espaço com *quebra-molas*, o que é visível nas lacunas ilustradas na Figura 34.

Os registros das formas mais produtivas, *quebra-molas* e *lombada*, não viabilizam a definição de isoglossas, e conseqüentemente não atestam delimitações precisas de áreas lexicais; os dados documentados, porém, apontam para uma preferência pela lexia *quebra-molas*, o que pode vir a se tornar (ou talvez já seja) um consenso linguístico entre os falantes do português brasileiro. O mesmo ocorre para *lombada*, forma concorrente de *quebra-molas* e que a acompanha por praticamente todo o território nacional (como ilustrado na Figura 33). Serão elas formas consideradas padrão? Há apenas uma forma padrão, no sentido de ser consensual entre os falantes, ou pode haver mais de uma? De acordo com a descrição feita, podemos considerar ambas as formas, *quebra-molas* e *lombada*, correspondentes à norma linguística para o universo lexical da Questão 195.

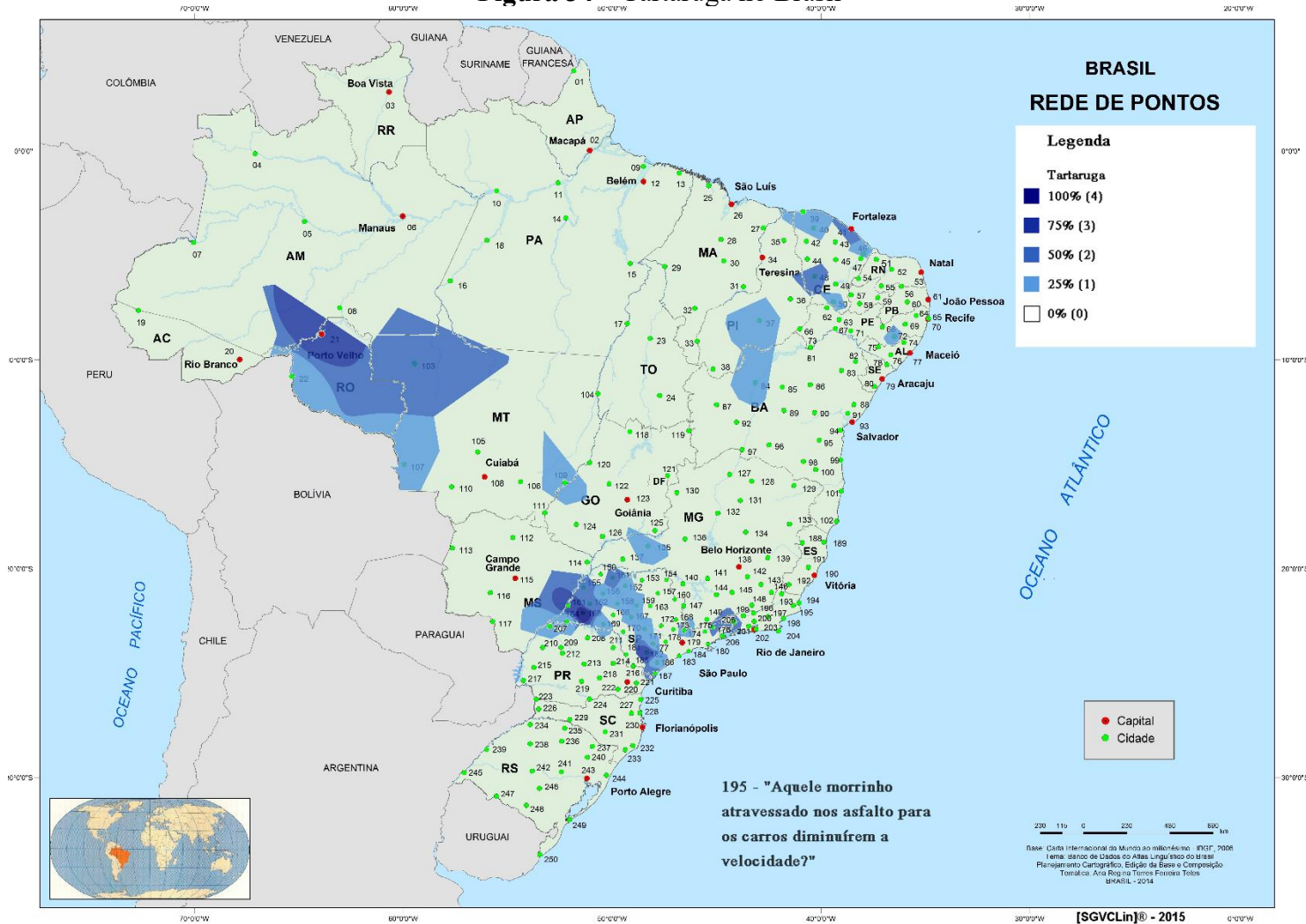
Consideramos a lexia *tartaruga* como a terceira variante mais produtiva, com 54 ocorrências e 4,5% dos dados (Quadro 3). Os registros de *tartaruga* são menores se comparados aos de *quebra-molas* e *lombadas*, uma vez que essas lexias documentam mais de trezentas ocorrências nos dados do interior do país. *Tartaruga* está disseminada pelas cinco grandes regiões, com índices consideráveis no Sudeste, com 34 ocorrências, totalizando 43,58% dos dados coletados para a lexia. No Nordeste foram registradas 11 ocorrências (14,10%), no Norte e no Centro-Oeste documentamos 04 ocorrências (7,40%) em cada região e no Sul computamos

⁵³ São elas: 151- Votuporanga, 152- São José do Rio Preto, 154- Franca, 157- Ribeirão Preto, 158- Lins, 159- Ibitinga, 160- Mococa, 163- Araraquara, 164- Teodoro Sampaio, 166- Marília, 167- Bauru, 168- Moji Mirim, 170- Bernardino, 171- Botucatu, 172- Piracicaba, 173- Campinas, 174- Bragança Paulista, 175- Taubaté, 176- Guaratinguetá, 177- Itapetininga, 178- Sorocaba, 180- Caraguatatuba, 181- Itararé, 182- Capão Bonito, 183- Itanhaém, 184- Santos, 185- Ribeira, 186- Registro e 187-Cananéia.

um único registro de *tartaruga*, representando 1,85% dos dados.

A Figura 34 ilustra a distribuição de *tartaruga* em território nacional.

Figura 34 – Tartaruga no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

Consideramos a forma *tartaruga* como uma variante válida porque, além de ser registrada em todas as regiões brasileiras, ela apresenta, de acordo com os registros dos informantes, a mesma função que os *quebra-molas* e as *lombadas*. Ou seja, também serve para reduzir a velocidade dos automóveis. Vale ressaltar que nos documentos oficiais (DINIT, DETRAN, CONTARAN) a lexia também é conhecida como as tachas e os segregadores de sinalização, como a ilustrada na Imagem 35:

Figura 35 – Tartarugas



Fonte: Soluções... (2023)

Esses acessórios são utilizados para orientar os motoristas, restringir espaços cujo acesso é restrito, como em estacionamentos ou rotatórias, e quando necessário, fazer com que os motoristas reduzam a velocidade, esta, por seu turno, poderia justificar tal analogia, já que apresenta função semelhante à dos *quebra-molas* e *lombadas*. Imbuídos de que tal hipótese poderia ser considerada verdadeira, buscamos na fala dos informantes algum registro que comprove a suposição.

Ao averiguar os registros dos entrevistados, selecionamos três comentários que demonstram a funcionalidade parecida entre as *tartarugas*⁵⁴ e as variantes mais produtivas:

(1)

INF.: *Lombada, tartaruga, né.*

INQ.: Tartaruga também?

INF.: É, eles fala *lombada*, né, mas é *tartaruga*, fala *tartaruga* também. Pra isso daí. É usado pra falá: “Ah, a lá a *tartaruga*, ah, lá a *lombada*,” sabe? (Informante 4 – 167- Bauru – SP).

(2)

INF.: Aqui eles chamam de... *tartaruga*.

INQ.: Como que é a tartaruga?

INF.: Elas são mesmo tipo uma assim, bastante... que nem tartaruguinha.

INQ.: E aquele comprido assim ó?

⁵⁴ Também pelo fato de a lombada lembrar o casco da tartaruga.

INF.: Tem um que chama *lombada*. Fizeram uma *lombada* lá.

INQ.: É um mais comprido?

INF.: É. Que é mais direto né, e tem o que fala *tartaruga* porque é assim... igual ali na frente tinha um assim, que é bastante né, até sai fora assim, então chama *tartaruga* (Informante 4 – 162 – Adamantina – SP).

(3)

INF.: Eles fala *tartaruga*, otos fala... *quebra-mola*.

INQ.: Qual que o senhor conhece mais por aqui?

INF.: Vários nome chama, né mais é o *quebra-mola*, né, que você esquece e beim ((imitou o barulho)) quebrô a mola do carro, pulô (Informante 3 – 109 - Barra do Garça– MT).

Os comentários não descrevem materialmente a diferença entre *tartaruga* e as formas mais mencionadas, no entanto, evidenciam a semelhança de funcionalidade que há entre as lexias *quebra-molas*, *lombadas* e *tartarugas*, isto é, a função de controlar a velocidade dos carros nas vias, uma vez que o *caput* da Questão.195 sugere esse movimento.

Outro fato lexical, decorrente deste estudo, é a modesta ocorrência de formas menos produtivas agrupadas em *outras*. Dos 1.202 dados coletados, apenas 85 referem-se às variantes pouco produtivas, o que pode fortalecer a ideia de que há o consenso linguístico entre os falantes ao escolherem as variantes *quebra-molas* e *lombada* como normas lexicais.

A subseção a seguir propõe uma descrição das formas menos produtivas.

5.3 ANÁLISE DAS FORMAS MENOS PRODUTIVAS, AGRUPADAS SOB A DENOMINAÇÃO OUTRAS

As variantes documentadas com baixas ocorrências foram agrupadas em *outras*⁵⁵ e são apresentadas, no Quadro 4, de acordo com a região brasileira.

Quadro 4 – Variantes coletadas e agrupadas sob a denominação outras por região

Região	Variantes coletadas no interior do Brasil	Total Região
Norte	lagarto (1), cavalo de pau (1), barrigada (1), amortecer (1), lombo do cachorro (1).	5
Nordeste	ondulação/ondulador/estrada ondulada (3), redutor de velocidade (2), mata-burro (2), catabi (2), ladeirinha (1), rampa (1), costela de vaca (1), desnível irregular (1).	13
Centro-Oeste	ondulação (1), deputado deitado (1), rampa (1).	3
Sudeste	obstáculo (16), guarda deitado (7), redutor/redutor de velocidade (6), rampa (2), valete (2), costela do prefeito (2), lombo (1), ressaltado (1), paralelepípedo (1), cavalete (1), deputado deitado (1), arrebeta pneu (1), vira bundo (1),	51

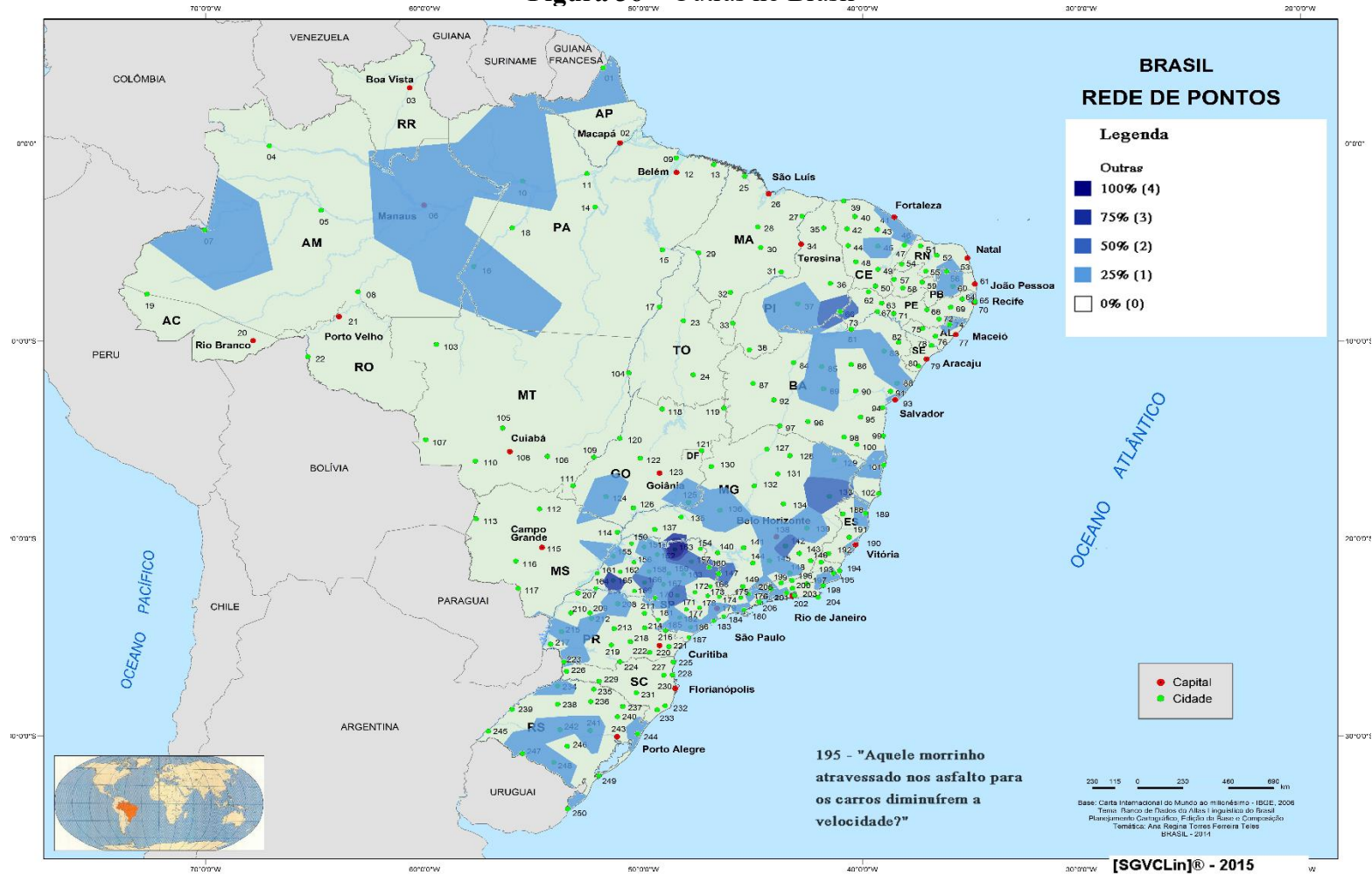
⁵⁵ Optamos por analisar as variantes coletadas para as Questões 195 e 198 à luz da Dialectologia Pluridimensional e da Geolinguística. Traçamos algumas observações sobre os possíveis processos metafóricos e metonímicos dos registros agrupados em *outras* para as duas Questões, mas não aprofundamos a análise de acordo com a teoria da Motivação Semântica, empreitada que pode ser feita em futuro próximo.

	ondulação (1), barriga (1), canaleira (1), mata sargento (1), mulher grávida deitada (1), soldado deitado (1), mata-burro (1), alfândega (1) e saliência (1).	
Sul	reductor/reductor de velocidade (3), lombo/lombo do burro (3), rampa (1), guarda deitado (1), mata-burro (1), elevação (1), mola (1), brigadeiro deitado (1), curutu (1).	13
Total: 85		

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

O agrupamento das variantes representa um percentual inferior, quando comparado às formas mais produtivas. Das 1.202 respostas dadas à Questão.195, apenas 85 registros configuram o grupo *outras*, totalizando 7% dos dados. Desses registros, 51 (60%) ocorreram no Sudeste do país, 13 (15,30%) no Nordeste, 13 (15%) ocorrências no Sul, 5 (6%) no Norte e somente 3 (3,6%) no Centro-Oeste do país, como ilustrado na Figura 36.

Figura 36 – Outras no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ALiB

A Figura 36 apresenta a distribuição espacial das variantes pouco produtivas em território nacional, na qual podemos observar que as ocorrências são baixas, havendo destaques sutis em localidades das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, nas quais encontramos certa afluência de formas jocosas ligadas a pessoas que detêm alguma autoridade (guarda, sargento, soldado, prefeito, brigadeiro), ou responsabilidade na fiscalização do trânsito, como: *guarda-deitado*⁵⁶, *mata-sargento*⁵⁷ e *costela-do-prefeito*⁵⁸, acompanhadas da lexia *lombada*. Ou ocorrências de *tartaruga*⁵⁹, seguida por *obstáculo*⁶⁰ e *lombada*⁶¹.

Embora não seja o objetivo deste estudo tratar especificamente da motivação semântica, os dados coletados para a Questão 195, apresentam itens lexicais criados a partir de metáforas e metonímias ligadas à semelhança do dispositivo por meio do i) *formato comprido e elevado* (*lagarto*, *ondulação/ondulador/estrada ondulada*) e o exemplo dos blocos (*tartaruga*); *lomba* e *lombada* (terreno alto), bem como a ii) *função para o condutor do veículo* que nada mais é a de obrigar os carros a diminuírem a velocidade (*reductor de velocidade*)⁶².

Caso os condutores não respeitem essa regra de trânsito, ou seja, reduzir a velocidade, poderão ocorrer alguns malefícios aos veículos que permeiam a iii) *extensão do significado das palavras* de acordo com o processo metonímico, como o já mencionado *reductor de velocidade*, forma que, além de demonstrar a função para o condutor, mostra o efeito da ação. Outras formas representam *a causa pelo efeito*, isto é, se o condutor não reduzir a velocidade, o elemento na via pode quebrar a mola do carro (*quebra-molas*), ou até mesmo quebrar o carro (*quebra-carro*), arrebatando o pneu (*arrebenta pneu*), ainda há formas mais irônicas, como a que relaciona a ação diretamente ao condutor, como *quebra-mula*, *mata-burro* e as formas irônicas, jocosas, de referenciar a elevação da via (*brigadeiro deitado*, *mulher grávida deitada*, *saliência*).

Salientamos a criatividade dos informantes a respeito da carga metafórica dos registros e selecionamos as formas pouco produtivas que podem indicar percursos de imigrantes, por aparecerem em regiões diferentes, mesmo que com baixa produtividade, ou terem aparecido exclusivamente em um ponto linguístico, mas na fala de dois informantes, como é o caso de *catabi*.

⁵⁶ Três registros em Barretos (153/SP).

⁵⁷ Um registro em Barretos (153/SP).

⁵⁸ Um registro em Barretos (153/SP).

⁵⁹ Quatro ocorrências em Presidente Prudente (165/SP).

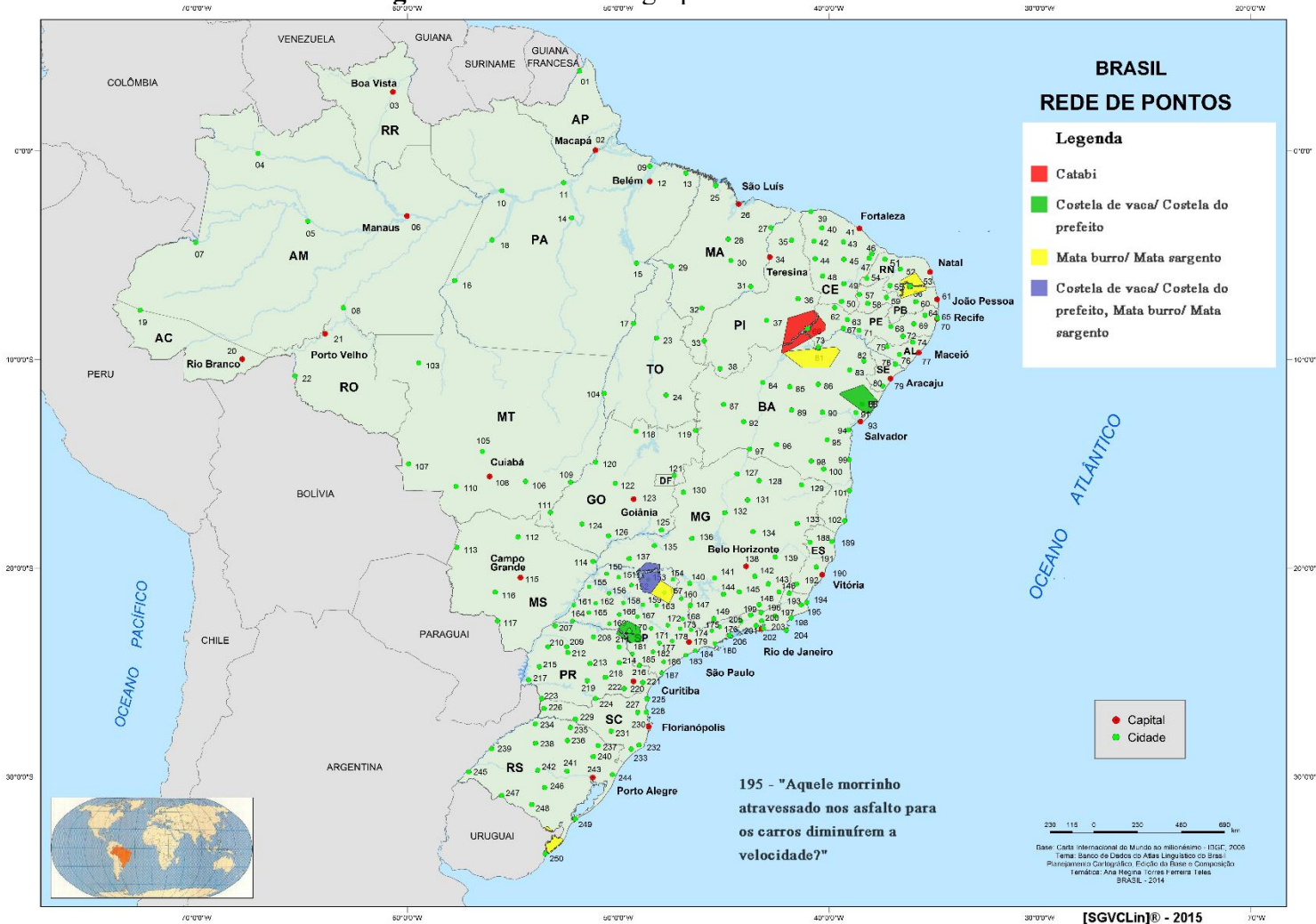
⁶⁰ Três ocorrências em Presidente Prudente (165/SP).

⁶¹ Duas ocorrências em Presidente Prudente (165/SP).

⁶² Conferir Martins (2019).

Dessa forma, a Figura 37 apresenta a reunião das variantes *mata-burro*, *mata-sargento*, *costela-da-vaca*, *costela-do-prefeito* e *catabi*.

Figura 37 – Variantes agrupadas em outras – Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

Chamou-nos a atenção os registros de *catabi* em Pernambuco, ponto 66-Afrânio, na fala do informante 1 e da informante 2. Fomos checar o verbete no dicionário de Houaiss (2009, p. 420) e encontramos a seguinte definição: “irregularidade de terreno que provoca solavancos em veículos”, Ferreira (1986, p. 367) descreve também como “acidente de terreno que origina o solavanco de veículos”, os dois lexicógrafos remetem a lexia *catabi* para *costela-de-vaca*. Os dados documentados registram as duas designações descritas pelos autores, *catabi* registrada na fala pernambucana e *costela-de-vaca*, encontrada na Região Nordeste do país, no ponto 88-Alagoinhas, além da designação ocasional de *costela-do-prefeito* (pontos 153- Barretos e 170-Bernardino).

Mata burro e *mata sargento* ocorrem em pontos linguísticos do Nordeste (056-Cuité/PB e 081-Juazeiro/BA), Sudeste (153- Barretos/SP e 157- Ribeirão Preto/SP) e Sul (250-Chuí/RS). Esses registros podem ser derivados de processos imigratórios ou mesmo de uma convenção semântica feita por meio do processo irônico, ou jocoso, em registrar uma atitude no trânsito.

A variação em nível lexical se sobrepõe à noção de valores linguísticos do falante. Assim, a língua comporta variedades lexicais que constituem a sua essência principal, a pluralidade linguística. Quando falamos em diversidade e heterogeneidade queremos nos referir tanto aos aspectos lexicais, como os observados nesta descrição, quanto aos aspectos sociais e regionais.

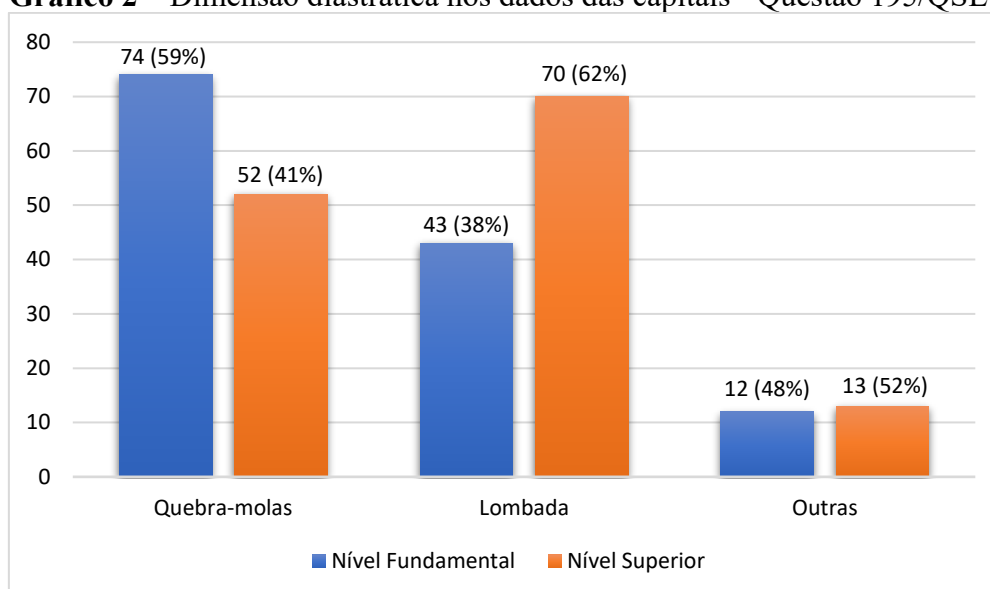
De certo modo, a habilidade do falante em registrar formas lexicais variadas e dentre elas salientar alguma ou algumas variantes pode indicar a interação e o consenso dos falantes das cinco regiões brasileiras em elencar formas majoritárias, bem como as particularidades que são vistas de pontos diferentes, mas com o mesmo valor de verdade.

Os dados documentados para a Questão 195 caminham, pelo que nos parece, para um caso de norma lexical, cujas variantes *quebra-molas* e *lombadas* são as preferidas, a primeira ainda mais, por ser mencionada em todo território brasileiro. Os índices baixos de variantes pouco produtivas (11,41%) e não respostas (1,33%) contribuem ainda mais para essa observação, diferentemente do encontrado nos dados da Questão 198. Rotatória, como podemos verificar na subseção 5.5. Antes, porém, procedemos à comparação dos dados coletados para a Questão 195/QSL no interior com os registros das capitais.

5.4 QUEBRA-MOLAS E LOMBADAS NAS CAPITALS E NO INTERIOR DO BRASIL

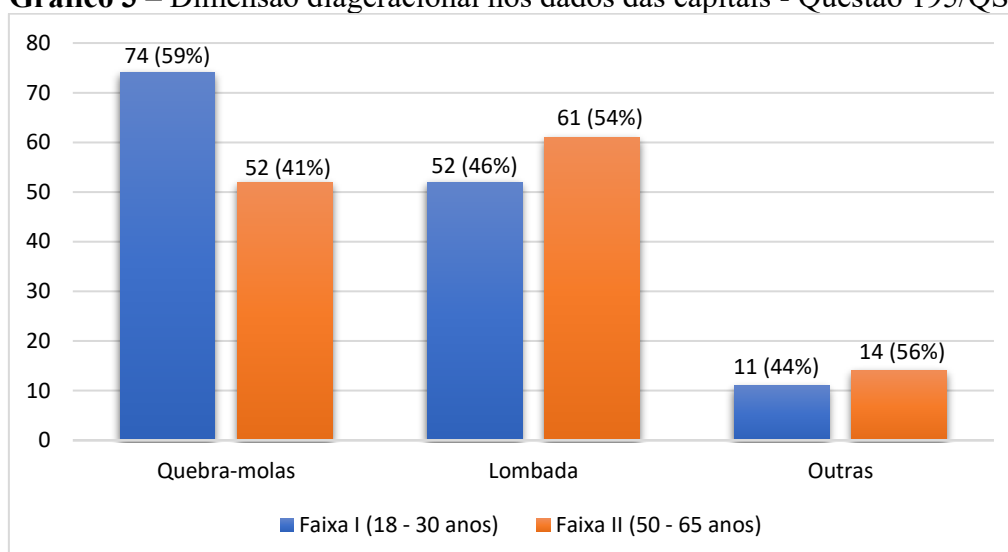
Ao analisar as respostas dadas para a Questão 195/QSL nas capitais brasileiras, Martins (2019) computou 264 dados, sendo 126 referentes a *quebra-molas*, 113 à *lombada* e 25 formas agrupadas em *outras*. Foi possível identificar preferências lexicais em relação ao nível de escolaridade e à faixa etária dos informantes. Por exemplo, os dados revelaram que *quebra-molas* foi mais elicitada pelos falantes com baixo nível de escolaridade, sendo 74 ocorrências e 59% dos dados, enquanto *lombada* foi registrada preferencialmente pelos informantes de nível superior, com 70 ocorrências (62%), como ilustra o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Dimensão diastrática nos dados das capitais - Questão 195/QSL



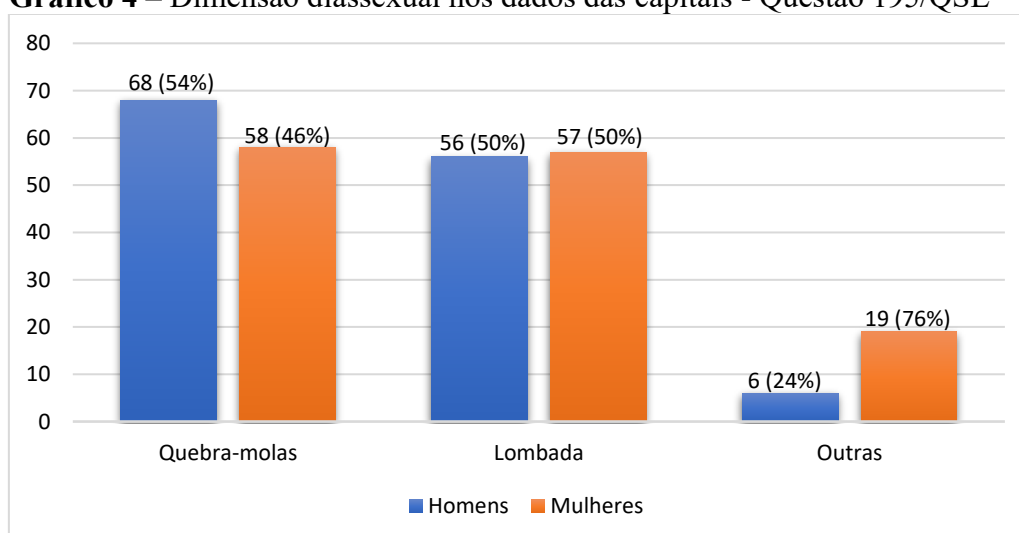
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Martins (2019, p. 52)

De acordo com Martins (2019), a dimensão diastrática (escolaridade) é significativa na escolha lexical dos falantes, assim como a variável diageracional, uma vez que *quebra-molas* (74 registros – 59%) é mais produtiva na fala dos informantes jovens, ao passo que *lombada* (61 registros – 54%) é registrada com percentual maior nos inquiridos da segunda faixa etária (50-65 anos), como demonstrado no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Dimensão diageracional nos dados das capitais - Questão 195/QSL

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Martins (2019, p. 56)

A dimensão diasssexual, por seu turno, mostrou-se neutra, ou seja, não há formas determinantes para a fala de homens ou mulheres, ambos apresentaram produtividades próximas das variantes, sendo o uso de *lombada* registrado com 50% dos dados tanto na fala feminina quanto na fala masculina e *quebra-molas* com 54% do uso documentado pelos homens e 46% pelas mulheres:

Gráfico 4 – Dimensão diasssexual nos dados das capitais - Questão 195/QSL

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Martins (2019, p. 54)

De modo geral, tanto a análise das capitais quanto a análise do interior apontam que para a Questão 195/QSL há duas formas em destaque: *quebra-molas* e *lombada*. Ao que tudo indica, *lombada* é mais utilizada na fala de informantes com nível de escolaridade universitária,

enquanto *quebra-molas* parece ser mais frequente nos inquéritos do interior, o que pode ser justificado pelo alto índice de produtividade em território nacional, totalizando 704 ocorrências⁶³. Como a rede de pontos do Projeto ALiB não inclui informantes de nível superior no interior do país, inviabiliza afirmarmos que há uma variante com tendência à norma nacional, mas podemos relatar que existem duas formas em coocorrência conhecidas pelos informantes brasileiros: *quebra-molas* e *lombadas*.

Na sequência, exploramos os dados coletados para a Questão 198/QSL do Projeto ALiB.

5.5 NOTAS SOBRE ROTATÓRIA

A rotatória⁶⁴ é uma forma de intersecção que procura organizar o fluxo de veículos ao redor de uma ilha central, onde opera o controle de entrada e dá prioridade aos meios de transporte que estão circulando no seu interior, ou seja, é uma das formas de organização no trânsito criada para evitar o cruzamento entre veículos.

O Lastran⁶⁵ (Laboratório de Sistemas de Transportes) registra que o conceito de *rotatória* surgiu em 1903, espaço por onde os veículos deveriam circular em sentido único. Pouco tempo depois, em 1905, seu uso foi implantado em cidades mais populosas, como Nova Iorque, depois em Paris (1907) e no Reino Unido (1926-1927). Não havia um nome definido para o Projeto, até chegarem, em 1929, à designação de *roundabout*. Nos Estados Unidos, a rotatória era conhecida como *kneecap*, traduzido para o português como *rótula* (literalmente, *capa do joelho*)⁶⁶.

Logo, *rotatória* é a parte circular da via, composta por uma praça ou ilha central. De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), é o local asfaltado onde os carros contornam para prosseguirem viagem. No entanto, popularmente, o referente circular elevado no meio da via, normalmente gramado, pode receber outros nomes

⁶³ 652 registros no interior + 52 registros dos informantes de nível universitário nas capitais.

⁶⁴ A *lexia* rotatória está registrada nos documentos oficiais de trânsito, como no DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), por isso optamos por utilizá-la na descrição do conceito do objeto.

⁶⁵ O LASTRAN é o único centro de excelência em transportes no Rio Grande do Sul, com atuação junto ao programa de pós-graduação com formação de mestres e doutores, credenciado pelo Ministério da Educação. O Projeto forma profissionais para as áreas de trânsito, transportes e logística, com o objetivo de suprir a demanda do mercado que exige serviços eficientes de transporte de carga e de passageiros, tanto no âmbito urbano como regional.

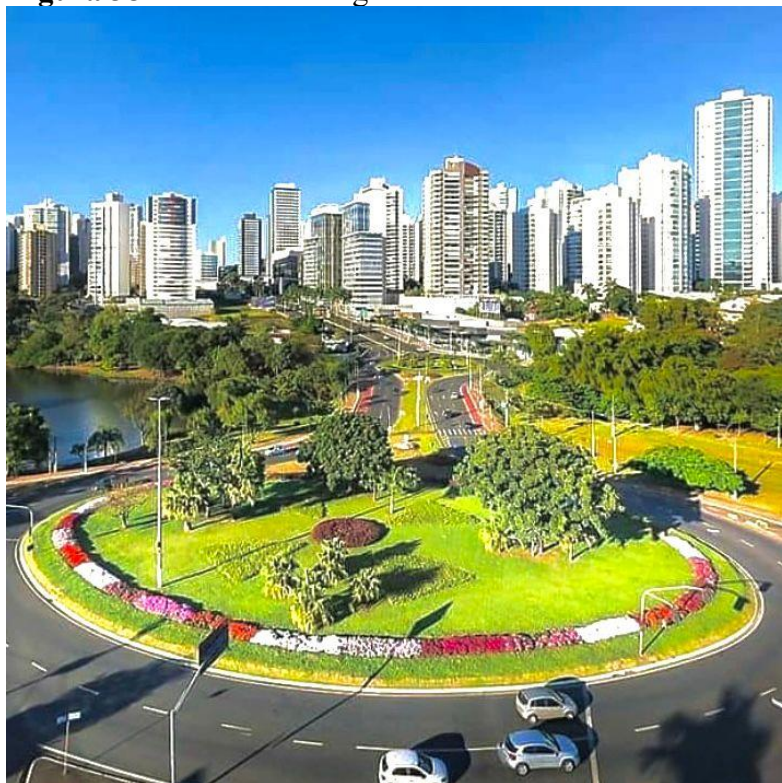
Fonte: (<https://www.ufrgs.br/propeq1/propeq/lastran-laboratorio-de-sistemas-de-transportes/>).

⁶⁶ De acordo com as pesquisas feitas nos documentos de Trânsito, acerca do conceito de rotatória, não há uma data específica da construção da primeira rotatória no Brasil, os documentos se referem apenas as datas mencionadas no corpo do texto.

além de *rotatória*, como: *retorno*, *contorno*, *balão*, *ilha*, *bola*, *rótula*, *trevo*, *praça*, entre outras *lexias*, registradas por esta tese.

A Figura 38 ilustra o referente desta Questão do Projeto ALiB.

Figura 38 – Rotatória fotografada na cidade de Londrina/PR



Fonte: Belinati (2021)

Para a descrição e análise do *corpus*, encaminhamos a discussão considerando: (i) o alto índice de não respostas (NR), (ii) as formas mais produtivas e as respectivas cartas e (iii) as formas menos frequentes.

Para ilustrar a distribuição dos dados do *corpus*, elaboramos o Quadro 5 com o número de ocorrências, os percentuais dos grupos NR e *Outras* e das variantes mais frequentes consideradas neste estudo.

Quadro 5 – Número de ocorrências/percentuais das variantes registradas no interior do Brasil

VARIANTES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	%
NR	176	15,6
Rotatória	165	14,7
Retorno	164	14,6
Trevo	151	13,4
Contorno	132	12,0
Balão	81	7,20
Rótula	45	4,0

Curva	27	2,4
Bola	21	2,0
Outras	165	14,2
Total	1.127	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB

O Quadro 5 mostra, em primeiro plano, o número e as porcentagens das abstenções, aqui denominadas Não Respostas (NR), dado importante para a nossa análise no tópico seguinte (5.1). Na sequência, vêm as formas mais produtivas: *rotatória*, *retorno*, *trevo*, *contorno*, *balão*, *rótula*, *curva* e *bola*. Em seguida, sob a denominação *outras*, as variantes pouco produtivas, comentadas em 5.8. Para fechar a análise, trazemos no subtópico 5.9 a comparação dos dados do interior com os dados das capitais brasileiras.

5.6 ANÁLISE DAS ABSTENÇÕES DE RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 198. ROTATÓRIA/RÓTULA

A partir dos registros coletados nas 900 localidades interioranas do ALiB, computamos 1.127 dados, distribuídos pelas seguintes lexias: *rotatória*, *retorno*, *trevo* (*trevão*), *contorno*, *balão*, *curva*, *bola*, *rótula*, *queijo* (*queijinho*), *redondo*, *rotativa*, *desvio*, *cruzamento*, *anel* (*anel viário*; *anel rodoviário*), *giro* (*giratória*; *giradouro*; *girador*), *praça* (*pracinha*; *praça no meio do mundo*), *roda* (*roda do prefeito*), *encruzilhada*, *canteiro*, *centro* (*centro da pista*), *círculo* (*círculo giratório*; *fazer círculo*; *dar círculo*, *circular*); *ovo do prefeito*, *regiatório*, *triângulo*, *entroncamento*, *ilha*, *interseção* (*interseção em círculo*), *largo*, *passagem*, *rodoanel* (*rodonel*), *rotativa*, *pirulito*, *rodelão*, *volta e vira-vira*.

Ao organizar o material apurado, porém, verificamos que a ausência de dados (o grupo de NR – Não Respostas) é superior ao número de variantes consideradas válidas. O índice de NR corresponde a 191 registros, dos quais 176 referem-se à fala dos informantes que não souberam ou não lembraram os nomes dados ao objeto e 15 registros de áudios inaudíveis. Ao longo da escuta das narrativas, observamos que a maioria dos falantes não sabia nomear o referente, mesmo quando o inquiridor utilizava técnicas de reformulação da pergunta, apresentava a figura ou a fotografia de uma *rotatória* e retomava a questão ao final da entrevista.

O fato constata, pois, que o desconhecimento dos informantes representado no alto índice de NR indica, em sua maioria, a ausência do objeto em muitas localidades interioranas do Brasil, conforme ilustramos com os excertos 1 e 2:

(1)

INF.: Pra poder subir é, eu não sei como é que se chama isso.

INQ.: Aqui não tem?

INF.: Não tem, aqui não tem, mas lá em Manaus, a minha irmã no apartamento dela onde ela mora, ela mora lá no apartamento onde é só apartamento, aí, minha mãe tava dentro, daí, nós chegamos lá, então os pessoal de lá eles pensam que a gente é bobo, né, eles querem roubar e eles dão tanta volta. Aí eu disse: - Não, mas é por aqui e dão uma curva aqui pra poder entrar no apartamento. - Não, mas a senhora não sabe. - Não, mas eu já tenho 15 dias aqui, eu já sei por onde é (porque não vai ver no taxímetro que ele vai roubar, mas eu dizia pra ele). - Ah, mas a senhora não sabe. - Vai por aqui, eu brigando com ele, né ele estava fazendo igual a esses. Mas eu não sei como se chama isso. (Informante 4 - 004- São Gabriel da Cachoeira – AM). [grifos nossos].

(2)

INF.: Esqueci com'ê que dão o nome disso lá, tem muito.

INQ.: Como é que chama aquela área...

INF.: Talvez... (num conheço) por aqui num tem nenhum, né.

INQ.: Não tem.

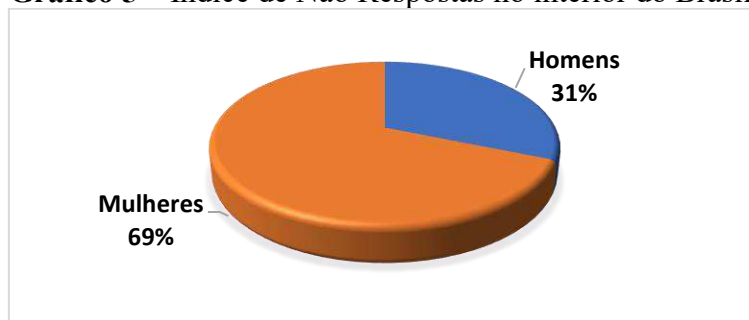
INF.: Se tivesse sabia o nome. Porque aqui, olhe... bem ali naquela (inint) ali, era pra tê um lá... num tem. Na frente então de tudo, essas coisa de colégio, era pra tê um, que quem vem daqui, quisesse (dobrá) pra cá, já sabia pra onde ele ia, né. E num tem nada aqui, (sobre o sinal) nem de luz (Informante 3-001– Oiapoque – AP).

A fala da informante de São Gabriel da Cachoeira (AM) exemplifica a diferença de urbanização de uma cidade do interior para a capital. De acordo com o relato, a informante não sabe nomear o referente porque ainda não há esse tipo de organização de trânsito no município em que reside, embora o tenha visto na capital amazonense. Ao que parece, a necessidade de conter o fluxo dos carros e ordenar as vias de tráfego em cidades e capitais populosas é maior se comparada a municípios, como ilustrado pela informante de São Gabriel da Cachoeira (AM). No entanto, como ressalta o informante de Oiapoque (AP), é importante que haja *rotatórias* em vias próximas a colégios e “tudo essas coisas” (supomos que o informante se referiu a estabelecimentos públicos, como hospitais, creches etc.), visando a uma organização maior no direcionamento dos carros.

Além do mais, considerando o universo de 176 abstenções, 121 (69%) foram registradas por informantes do sexo feminino assim distribuídas por Região: 56 no Nordeste, 27 no Sudeste, 15 no Norte, 12 no Centro-Oeste e 11 na Região Sul do país.

O Gráfico 5 apresenta os dados de NR com base no parâmetro diassexual.

Gráfico 5 – Índice de Não Respostas no interior do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

De acordo com os dados da pesquisa e a representação no Gráfico 5, o índice de NR é maior entre as mulheres (69%), isto é, mais que o dobro de NR registrada na fala masculina. Esse resultado condiz com as informações da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), que, com base nos dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), registrou 25,8 milhões de motoristas mulheres até março de 2021, equivalente a 35% do total de Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) válidas no país. Dessa forma, a maioria das mulheres teriam menor familiaridade com o uso desse espaço viário.

O dado de NR também é identificado em outras pesquisas que utilizam o léxico, como os estudos de Ribeiro (2012), Portilho (2013), Santos (2016) e Santos (2018), que justificaram a ausência de respostas para a Questão 164.Chicotinho-queimado por meio da falta de hábito dos informantes em realizarem a brincadeira. Santos (2018) faz um levantamento acerca das áreas investigadas e aponta que apesar de os falares investigados pelos autores convergirem quanto à alta produtividade de *não respostas* para a Questão 164/QSL, eles apresentam formas predominantes distintas, como *corre-cotia* documentada no *Falar Fluminense* (SANTOS, 2016), *chicotinho-queimado* no *Falar Baiano* (RIBEIRO, 2012) e *má-cochia* no *Falar Amazônico* (PORTILHO, 2013).

Sobre a ausência de respostas em trabalhos geolinguísticos que utilizam questionários como instrumento de coleta de dados, Aguilera e Yida (2008) refletiram sobre possíveis hipóteses para o fato, como, a ausência de respostas estar relacionada (i) aos instrumentos de coleta de dados e à formulação das questões, (ii) tem a ver com a habilidade e a preparação do entrevistador, (iii) diz respeito ao perfil do informante; ou, ainda, (iv) está relacionada ao cansaço do informante, visto que a pergunta 198/QSL é uma das últimas do Questionário Semântico-Lexical o qual é precedido pelo inquérito fonético, com 159 questões.

As autoras, na análise das possíveis causas das abstenções, relatam que a construção dos instrumentos de coleta de dados, a formulação das questões, a habilidade e o preparo do inquiridor validam os procedimentos adotados pelo ALiB para a coleta de dados, defendendo,

com propriedade, que esses métodos foram criteriosamente desenvolvidos, sendo eles eficazes para a finalidade da pesquisa dialetológica.

Segundo as autoras, ao longo dos quatro anos de elaboração dos Questionários do Atlas Linguístico do Brasil (COMITÊ..., 2001), foram realizados “estudos, debates, ajustes, aplicações experimentais em vários pontos do país, diversas versões apostiladas e três versões impressas até chegar ao produto final” (AGUILERA; YIDA, 2008, p. 27), ou seja, os Questionários do ALiB foram elaborados criteriosamente, com a expectativa de que todas as respostas fossem preenchidas.

Nas palavras das autoras, “o problema não parece, pois, estar nem no número de questões (435 ao todo), nem na formulação das perguntas, uma vez que as mais complicadas contêm mais de uma sugestão” (AGUILERA; YIDA, 2008, p. 27-28). O problema também não parece ser a preparação do entrevistador, considerando o critério do Comitê do ALiB para selecionar os inquiridores, sendo 30 entrevistadores que deveriam realizar, pelo menos, 30 entrevistas cada. A seleção dos candidatos foi feita por meio de uma entrevista-teste, que, analisada pelo Comitê Nacional, dava uma devolutiva com recomendações e a aprovação ou não do candidato para integrar a equipe de pesquisadores de campo.

Apesar do indicativo de Aguilera e Yida (2008) sobre o trabalho do inquiridor, aparentemente nosso índice de NRs está mais atrelado ao perfil dos informantes. Embora urbanos, deveriam ser nascidos na localidade e permanecido no local de origem; ter completado, no máximo, oito anos de escolaridade e não terem feito longas e duradouras viagens. Outros fatores são as diferenças de personalidade, a natureza psicológica, o cansaço, a timidez, o desinteresse pela entrevista e, até mesmo, problemas pessoais, como falta de tempo, outras preocupações. Acrescentamos, a essa justificativa o fato, já mencionado, de trabalharmos com uma pergunta referente a um espaço novo de organização de trânsito, geralmente, inserido em locais onde o fluxo de veículos é grande, cuja ausência em muitas localidades interioranas, de pequeno e médio porte, pode ter gerado o alto índice de abstenções de respostas.

5.7 ANÁLISE DAS FORMAS MAIS PRODUTIVAS

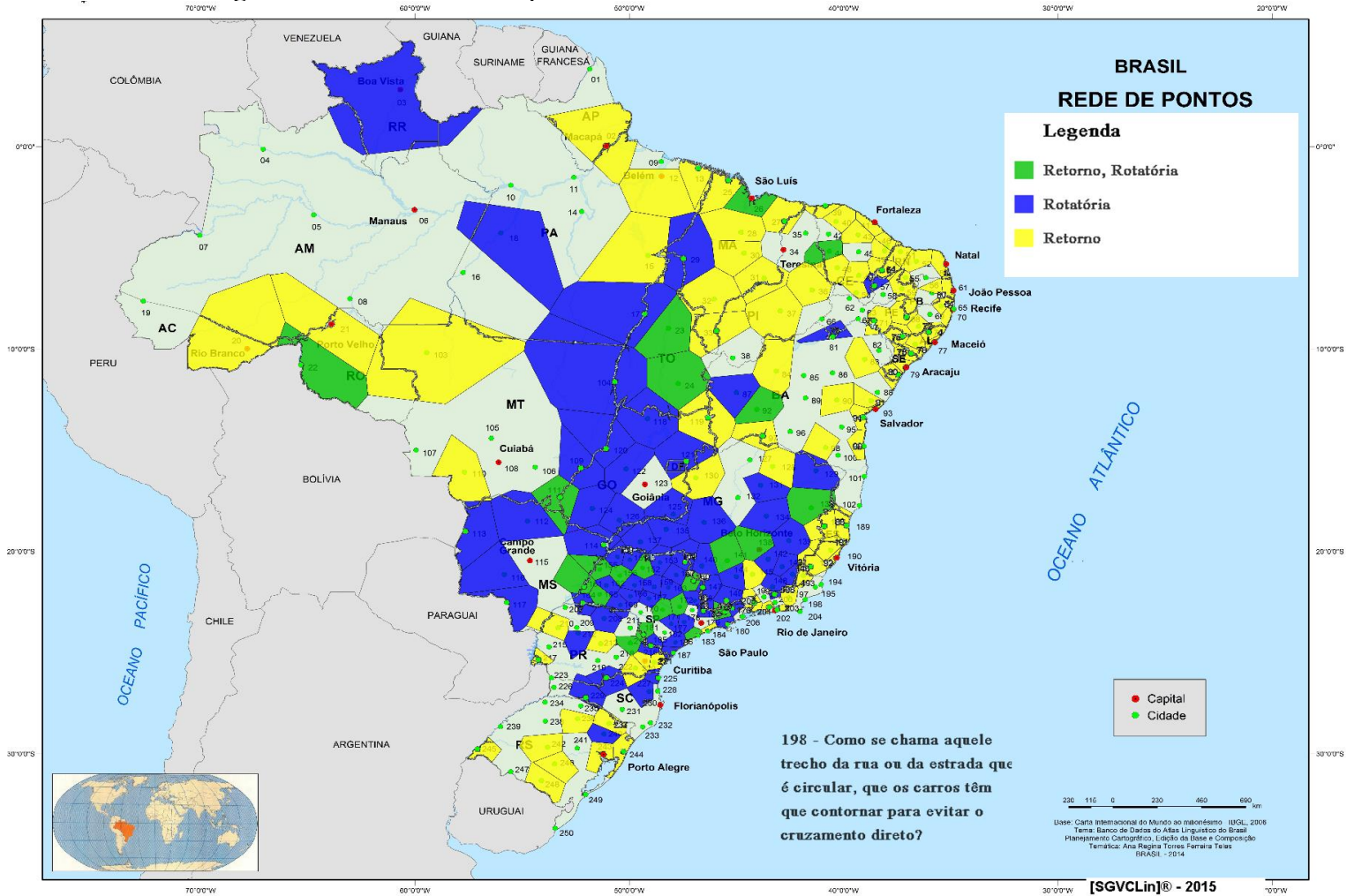
No que tange às respostas mais produtivas, aqui consideradas as que obtiveram mais de três registros, verifica-se certo equilíbrio entre elas porque as lexias *rotatória* (165 ocorrências – 15%) e *retorno* (164 ocorrências – 15%) mantêm o mesmo percentual; *trevo* aparece em terceiro lugar, com 151 ocorrências e 14% dos dados; *contorno* apresenta 132 registros (12%), *balão*, 81 registros (7,4%), *rótula* com 45 ocorrências (4%), *curva* (2,4%) e *bola* com 21

registros (2%). O grupo *outras*, discutido na subseção 5.3, compõe-se das formas menos produtivas que, agrupadas, correspondem a 124 ocorrências e 11,4% dos dados.

As cartas de arealidade (Figuras 18 e 19) apresentam a delimitação das regiões brasileiras em que há a ocorrência das quatro variantes mais produtivas: *rotatória* e *retorno* (Figura 18) e *trevo* e *contorno* (Figura 19). Sobre as demais variantes (*balão*, *rótula*, *curva* e *bola*), elaboramos a carta de arealidade gradual, com o objetivo de destacar a intensidade em que dada variante é produzida. Dessa forma, os registros são apresentados em uma escala gradual de cores que representam percentuais de ocorrências (Figuras 20, 21, 22 e 24).

O Quadro 5 mostra as duas variantes em concorrência: *rotatória* (165 registros -15%) e *retorno* (164 registros -15%) e, para ilustrar a distribuição diatópica de ambas as formas em território nacional, elaboramos a carta de arealidade, Figura 39.

Figura 39 – Variantes mais produtivas em território brasileiro – Retorno e rotatória



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

A fotografia dialetológica exposta pela Figura 39 apresenta os espaços em que foram registradas as duas variantes: a cor azul marca a presença de *rotatória*, o amarelo indica os registros de *retorno* e a cor verde representa áreas de interseção das duas variantes.

Rotatória distribui-se pelo interior do estado de São Paulo e pelo norte do Paraná. É predominante no interior dos estados de Goiás, parte de Tocantins, do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e na porção leste do Mato Grosso, alcançando grande espaço em Tocantins. A área de irradiação de *rotatória* por esses pontos da rede aproxima-se da distinção feita por Romano (2015) entre as áreas dos falares paulista e sulista. Observamos a baixa produtividade de *rotatória* nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (Figura 39), onde *retorno* ganha mais espaço.

Enquanto *rotatória* está concentrada no centro do país, *retorno* lidera os registros na região nordestina, marcando presença em todos os estados do Nordeste, com maior produtividade na Região Norte-Oriental (MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL), predominando no Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. Na Região Oriental, mais especificamente no estado da Bahia, *contorno* é a forma mais utilizada pelos informantes, seguida por *retorno*.

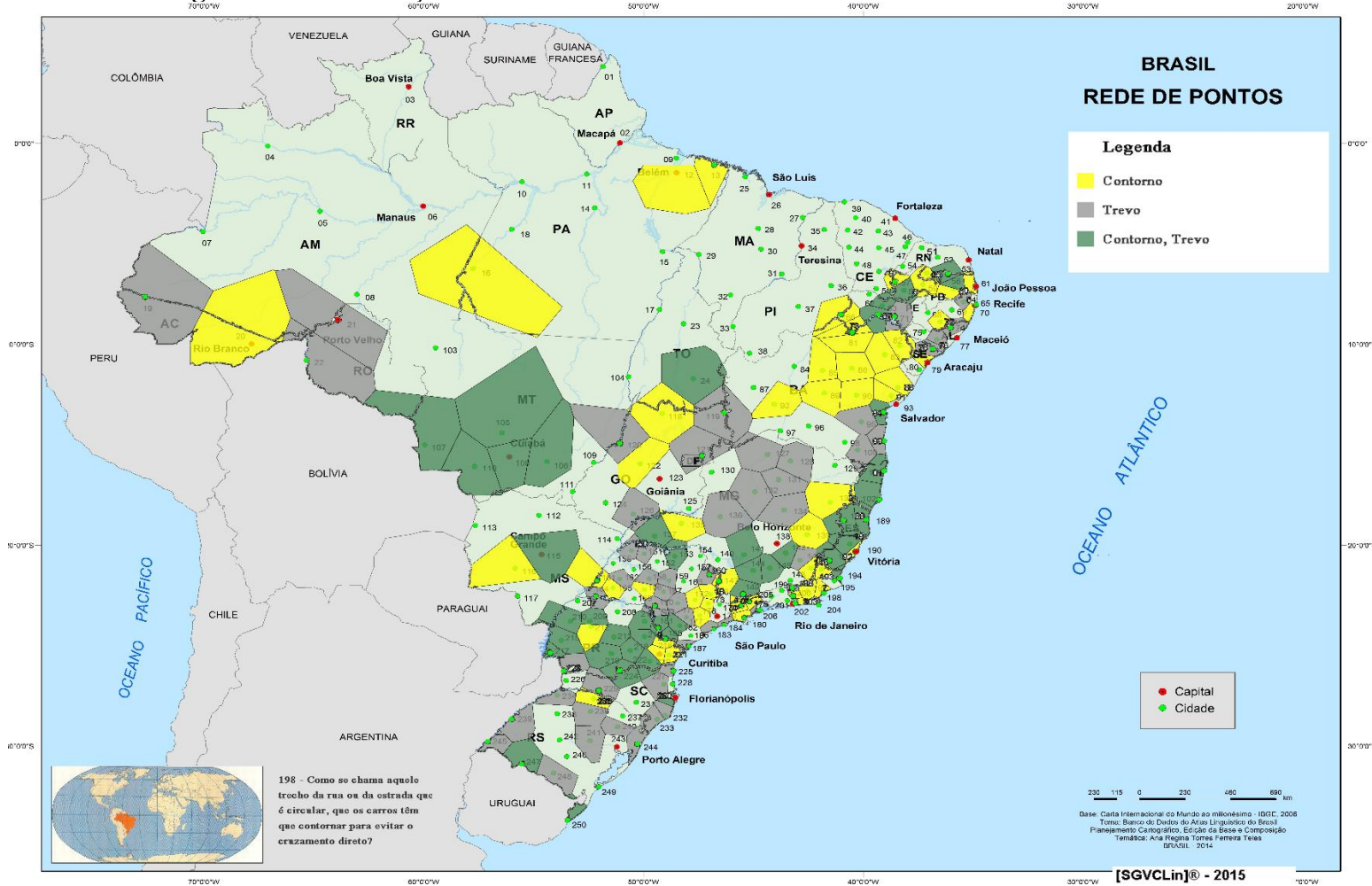
A lexia *retorno* é mais frequente no Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas, correspondendo às áreas do subfalar nordestino (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e parte de Goiás).

A Figura 40 possibilita, também, observar o caminho descontínuo da lexia *retorno*, que se propaga, praticamente, por todo o território brasileiro, podendo-se abstrair uma concentração maior na área delimitada por Nascentes como subfalar nordestino, o que, possivelmente, indica a vitalidade da área dialetal.

Quanto à terceira variante mais lembrada, *trevo*, observa-se um traçado descontínuo no espaço no estado do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, na Mata e parte do Leste de Minas Gerais, acompanhada de *contorno* (Figura 40), e registros no Centro-Oeste e parte Leste de Minas Gerais, também descrita como uma área heterogênea, com produtividade de *rotatória* e *trevo*.

Ou seja, embora *trevo* seja uma forma produtiva nos dados deste estudo, não é exclusividade de nenhuma área lexical. A mesma observação pode ser feita sobre a variante *contorno* já que as formas atingem grandes áreas do território brasileiro e registram certa concentração no Sul e no sertão baiano, com alguns registros no litoral, na região central de Goiás e de forma difusa nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná.

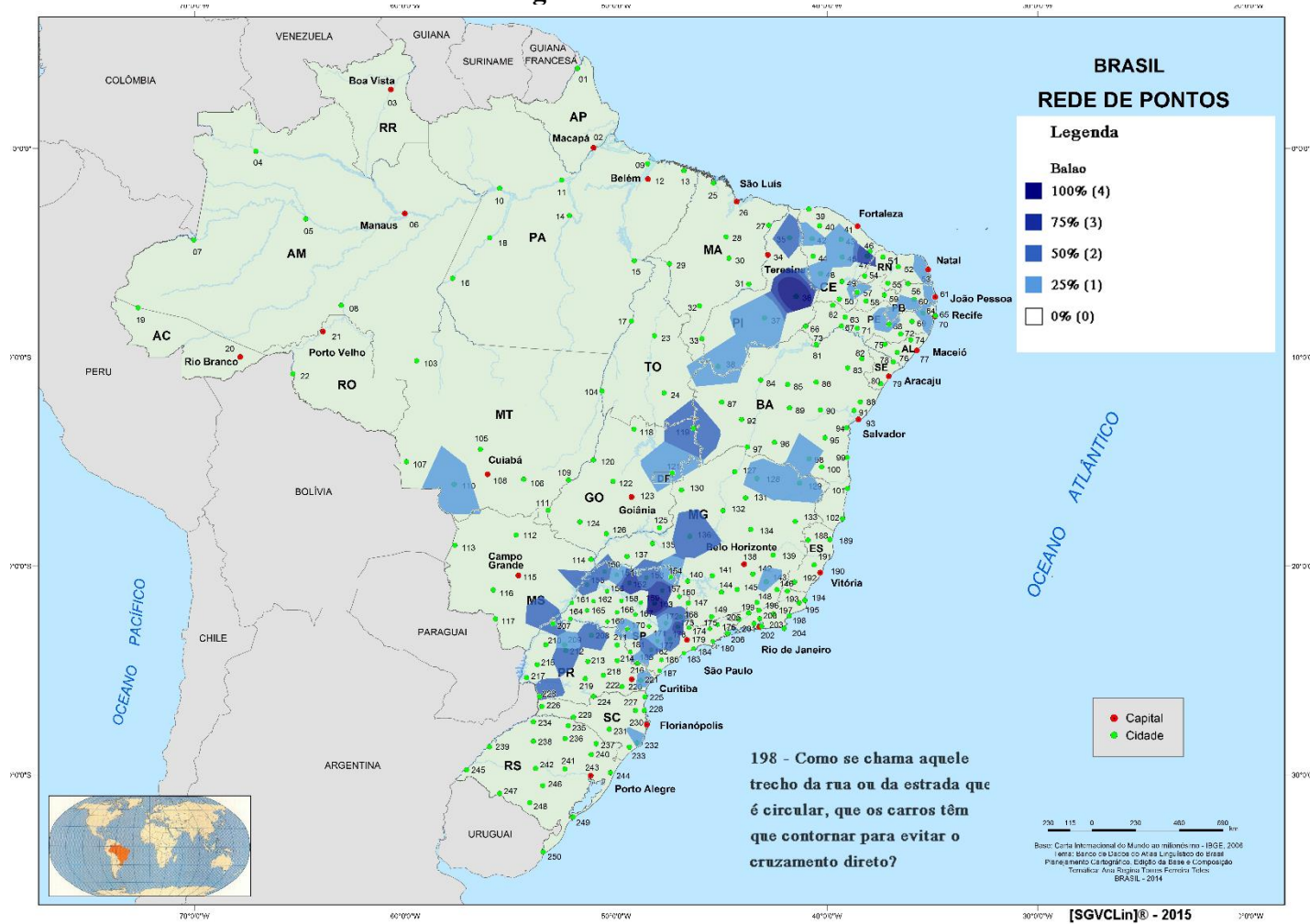
Figura 40 – Distribuição das variantes trevo e contorno nas localidades do interior do Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

Já a lexia *balão*, com 81 ocorrências (2,4%), ocupa o quinto lugar e apresenta um caminho que parece iniciar na Região Nordeste do país, fazendo uma passagem no espaço do subfalar baiano e difundindo-se em localidades do Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país.

Figura 41 – Balão – Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

A Figura 41 apresenta a dispersão da lexia *balão* que, além de percorrer os estados do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, como já mencionado, também apresenta evidências no espaço do Falar Paulista, presente em dezesseis municípios⁶⁷ do estado de São Paulo, com alta produtividade na região de Ribeirão Preto (ponto 157), no município de Araraquara (ponto 163) e em Campinas (173).

É provável que os registros de *balão* em localidades do Sul, Centro-Oeste e Nordeste sejam resultado do processo de desenvolvimento regional, fruto da urbanização e projetos governamentais de integração entre as regiões brasileiras. A construção de rodovias facilitou o deslocamento populacional (com diferentes objetivos: trabalho, turismo, migração) e pode figurar, ao que nos parece, a concentração de falantes vindos do Nordeste para a *Região Core* do país. Aliás, outro indicativo da conexão rodoviária atrelado ao deslocamento populacional e representado pelos registros lexicais de *balão* é o fato de que localidades ao redor dos municípios paulistas também registram gradações na cartografia (Figura 41), apresentando o comportamento esparsa da variante, em localidades do Oeste do Mato Grosso, parte de Minas Gerais e Paraná, com registros dispersos no leste e oeste paranaenses. Esses locais estão conectados por rodovias de âmbito federal, como a BR-364 (que liga São Paulo a Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás até o Acre) e a BR-116 (no trecho de São Paulo a Curitiba).

Ao adentrar os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, percebemos o enfraquecimento da lexia, pois há um único registro de *balão* em Santa Catarina, no município de Tubarão (ponto 232), e nenhuma evidência dessa variante no estado do Rio Grande do Sul, fato que contribui com a divisão de Romano (2015), ao distinguir os falares do Sul em uma parte setentrional e outra meridional. Lembrando que *rótula* é a forma preferencial registrada pelos falantes em terras catarinenses e gaúchas.

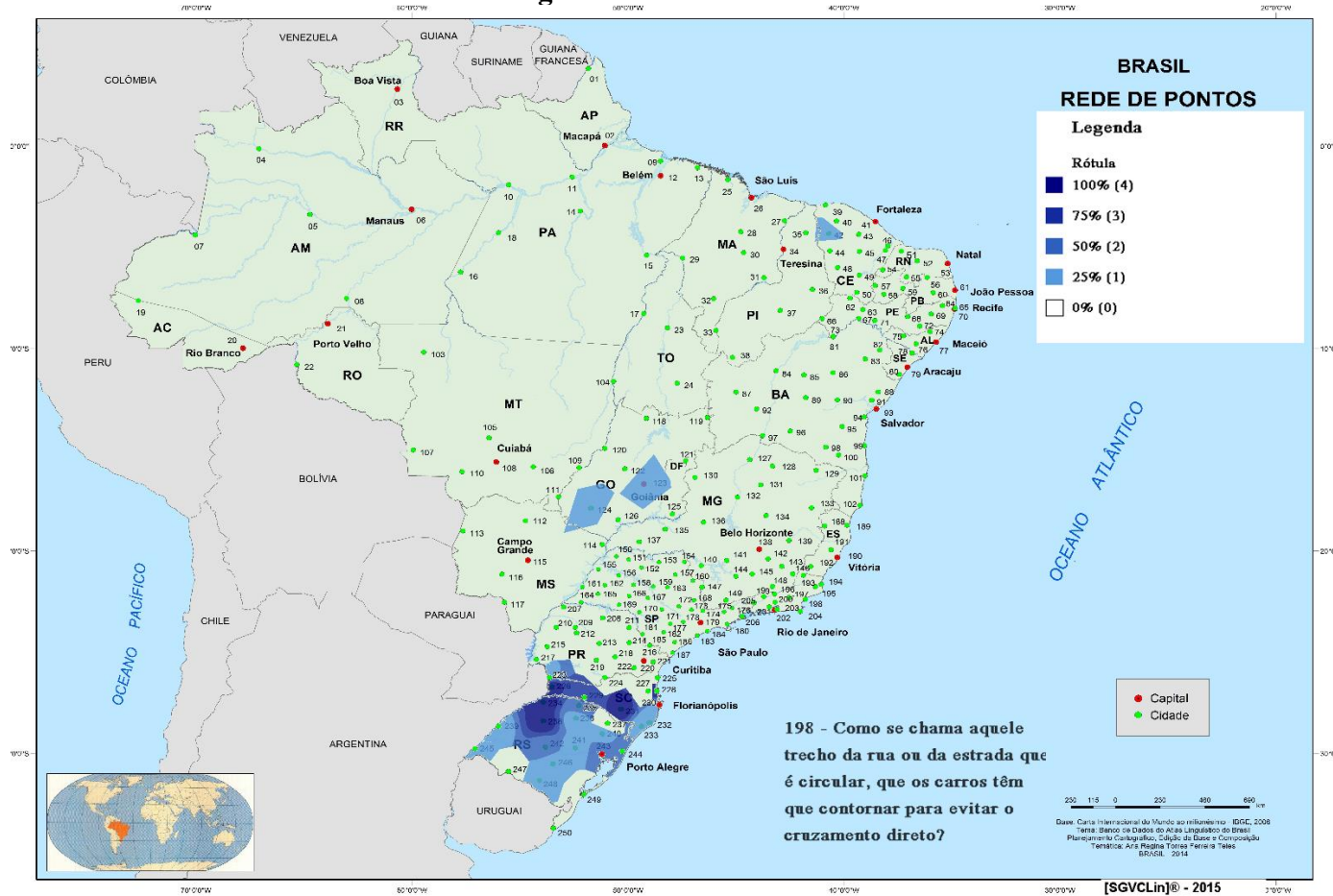
Vale mencionar que não há evidências detalhadas na fala dos informantes sobre o uso da lexia *balão*, todavia, acreditamos que o traçado mais visível na Figura 41 esteja relacionado à construção do trecho da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-020, compreendido entre Formosa (GO) e Fortaleza (CE). De fato, há um registro de *balão* no ponto 121 referente à cidade de Formosa no estado de Goiás, esse registro, ao que parece, tem conexão com a BR-020 e o trajeto da lexia até a capital Fortaleza, onde foram registradas duas ocorrências da variante (MARTINS, 2019).

⁶⁷ Pontos: 150 – Jales, 151- Votuporanga, 152- São José do Rio Preto, 153- Barretos, 154- Franca, 155-Andradina, 157- Ribeirão Preto, 163- Araraquara, 168- Moji Mirim, 170- Bernardino, 172- Piracicaba, 173- Campinas, 177- Itapetininga, 178- Sorocaba, 182- Capão Bonito, 185- Ribeira.

Analisando a distribuição areal de *rótula*, sexta posição, com 45 registros (4% do total), verificamos pela Figura 42 que essa variante é expressiva nos falares sulistas e, de fato, define uma área dialetal exclusiva, caracterizadora da fala gaúcha e catarinense, com certa influência no Paraná (ROMANO, 2015). Além do mais, *rótula* é registrada no interior de Goiás (ponto 123/Goiânia e 124/ Jataí) e um dado isolado aparece no Ceará (ponto 42/Ipu). Esses registros podem simbolizar a influência dos falares gaúchos e catarinenses no Centro-Oeste, além de indicar, também, o intercâmbio entre os falantes, mostrando que as lexias podem caminhar por diferentes localidades do país e apresentar o mesmo valor semântico, o que comprova o consenso linguístico entre os falantes para nomear o referente urbano.

A Figura 42 ilustra o predomínio de *rótula* na Região Sul e sua presença pontual no Centro-Oeste e Nordeste do país.

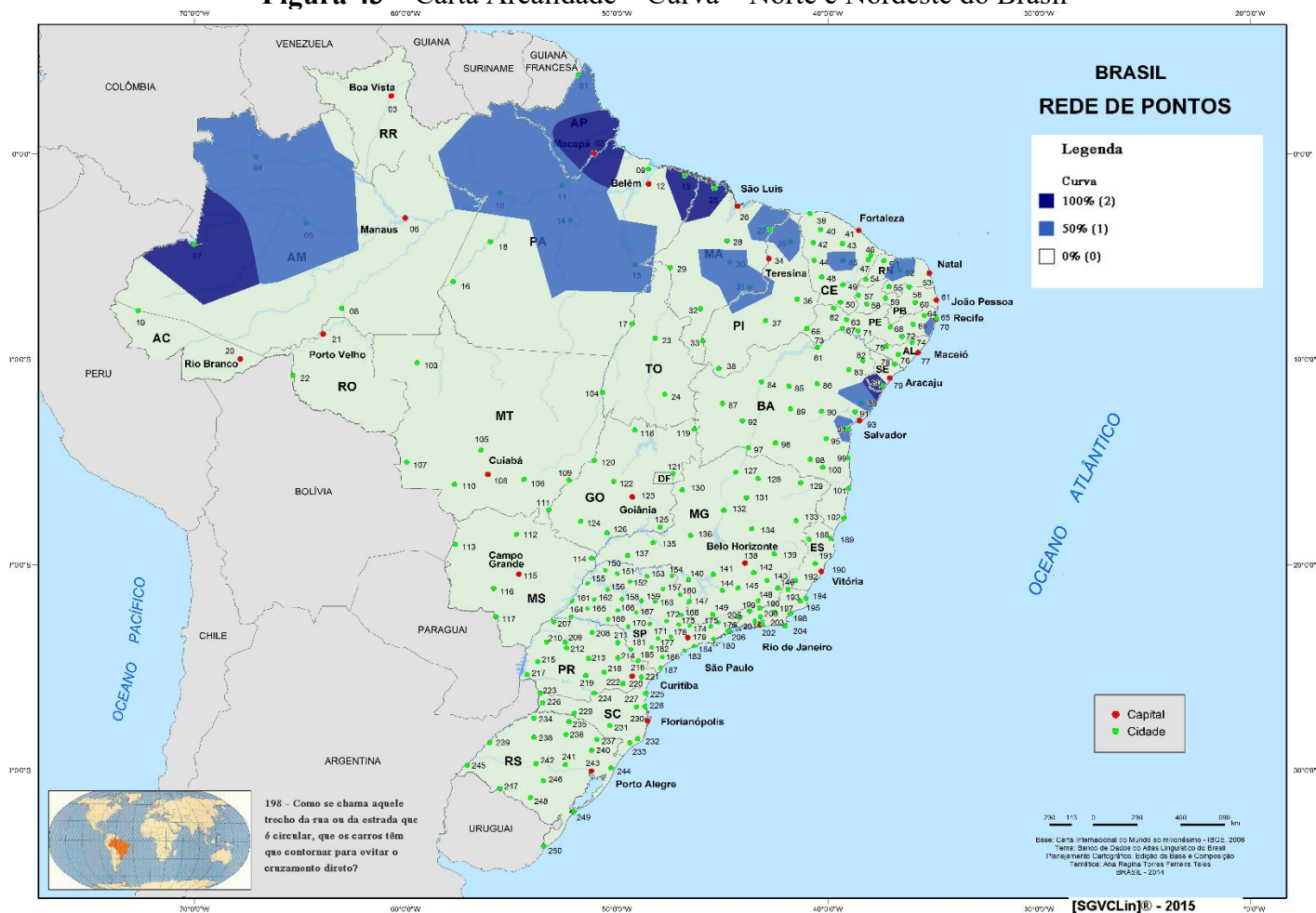
Figura 42 – Rótula - Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

As duas últimas variantes mais produtivas de acordo com o Quadro 5, *curva* (27 ocorrências – 2,4%) e *bola* (21 ocorrências – 2%), concentram-se, sobretudo, no Norte e no Nordeste do país e que podem indicar designações mais genéricas relacionadas ao formato e ao movimento feito em uma rotatória. A seguir, ilustramos a distribuição de *curva* em território nacional, traçando algumas observações nos parágrafos que se seguem à Figura 43.

Figura 43 – Carta Arealidade – Curva – Norte e Nordeste do Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

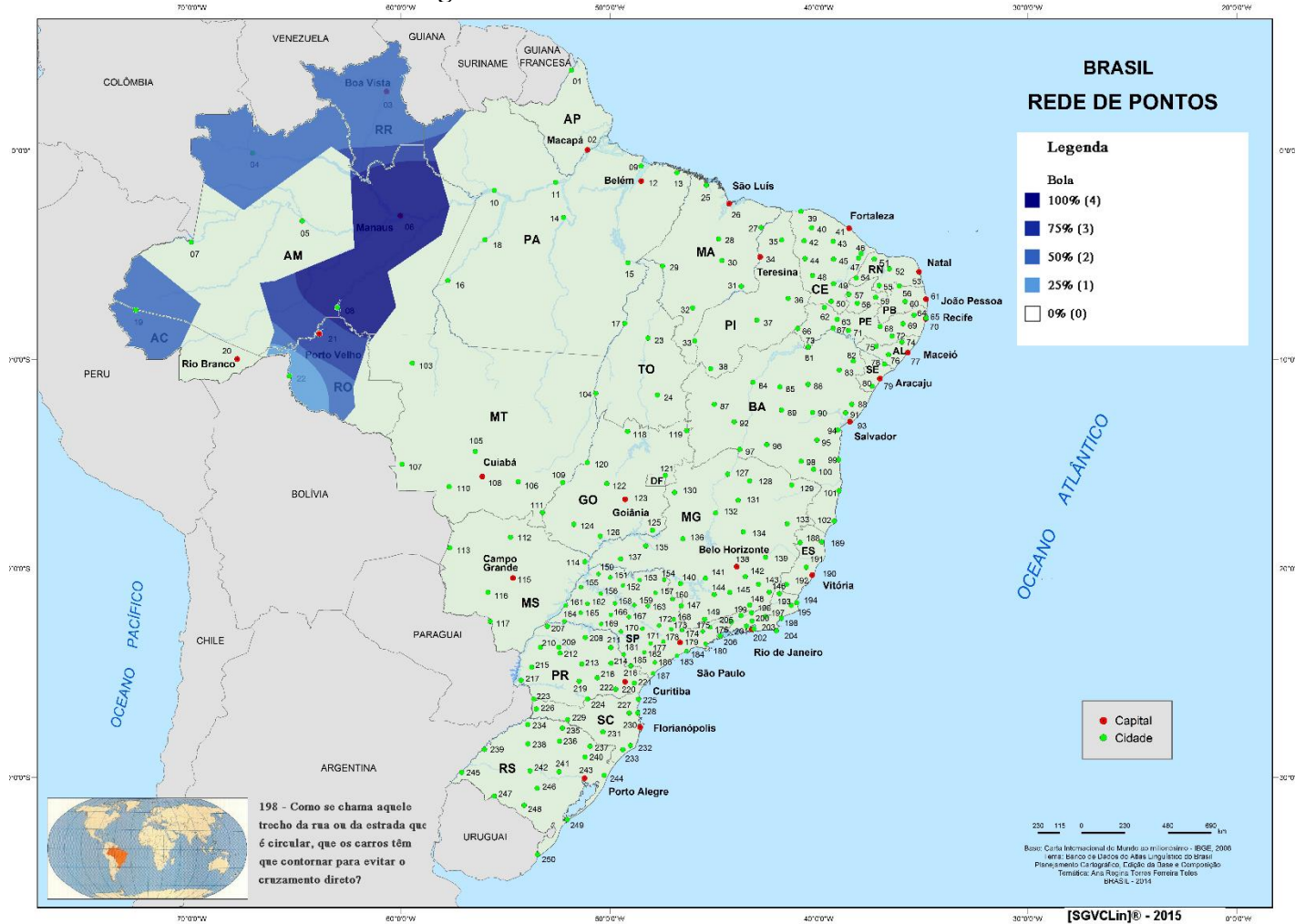
A Figura 43 mostra que *curva* se concentra na Região Norte, expandindo para estados do Nordeste, exceto Paraíba e Alagoas. Ao todo, encontramos quinze ocorrências de *curva*⁶⁸ na fala nordestina e treze registros na fala nortista⁶⁹. O comportamento de *curva* em solo nortista e nordestino parece indicá-la como uma forma exclusiva dos Falares do Norte que não se expande para a área dos Falares do Sul (NASCENTES, 1953).

Já os registros de *Bola* estão circunscritos à Região Norte, o que parece indicar uma isoléxica presente no subfalar amazônico, como ilustra a Figura 44.

⁶⁸ Dessas ocorrências, cinco são encontradas no Maranhão (2 em 25-Turiaçu/ 1 em 27-Brejo/ 1 em 30-Tuntum e 1 em 31-São João dos Patos) duas no Ceará (1 em 45- Quixeramobim e 1 em 48- Tauá [*virar a curva*]), duas em Sergipe (80- Estância) e duas na Bahia (1 em 88- Alagoinhas e 1 em 94-Valença). Paraíba (59- Patos [*curva giratória*]), Pernambuco (64- Limoeiro), Piauí (35- Piripiri) e Rio Grande do Norte (52- Angicos) registram uma única ocorrência em cada estado.

⁶⁹ Em 001-Oiapoque (1 registro), 002- Macapá (2 registros), 004- São Gabriel da Cachoeira (1 registro), 005- Tefé (1 registro), 007- Benjamin Constant (2 registros), 010- Óbidos (1 registro), 011- Almerim (1 registro), 013- Bragança (2 registros), 014- Altamira (1 registro) e 015- Marabá (1 registro).

Figura 44 – Carta Gradual– Bola – Brasil



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

O comportamento de *bola* nos leva a interpretar que a *lexia* pode indicar a vitalidade do subfalar amazônico, porque a variante é exclusiva da Região Norte do país. Em contraponto, consultamos os dados de Martins (2019), no que tange à inclusão dos informantes de nível universitário, e verificamos que a *lexia* é mais utilizada pelos informantes com baixo nível de instrução, uma vez que os dados apontam apenas três registros na fala de informantes com Ensino Superior, sendo um na capital Boa Vista (Informante 5) e dois registrados em Manaus (Informantes 5 e 8).

Em síntese, os registros de *bola* evidenciam uma *isoléxica* restrita ao subfalar amazônico enquanto os dados documentados para *curva* são exclusivos dos falares nortista e nordestino. Esses episódios legitimam a pertinência dos estudos lexicais em investigar a divisão dialetal do português brasileiro, conforme já fora alertado por outros pesquisadores (RIBEIRO, 2012; MARINS, 2012; PORTILHO, 2013; ROMANO, 2015; SANTOS, 2016; SANTOS, 2018; YIDA, 2019). O *corpus* da Vida Urbana, embora configure elementos recentes no processo de organização de trânsito, como o caso das *rotatórias*, fornece aparato lexical para realizar a investigação acerca da divisão de Nascentes (1953), no que tange à existência de um grande falar do Norte e indicativos de área dialetal, como a que se restringe ao estado maranhense.

5.8 ANÁLISE DAS FORMAS MENOS PRODUTIVAS, AGRUPADAS SOB A DENOMINAÇÃO OUTRAS

Em relação às formas menos produtivas, agrupadas em *outras*, os dados revelam que, em todos os estados brasileiros foram registradas *lexias* diversas e de frequência inferior às seis mais produtivas, cartografadas e analisadas na subseção anterior. A gama de variedades lexicais encontradas em território nacional comprova a não fixação de uma norma lexical⁷⁰, sobretudo se considerarmos que o grupo das variantes pouco produtivas é composto por 165 dados.

A multiplicidade de nomes para o mesmo referente aponta, além da polissemia dos dados e da não fixação de uma norma lexical, a liberdade do falante em criar formas que podem ser momentâneas, como as expressões ocasionais de *ovo do prefeito*⁷¹ e *roda do prefeito*⁷² que, possivelmente, foram utilizadas em algum evento específico, como a inauguração de uma rotatória nesses municípios, e ainda são irônica ou “carinhosamente” lembradas por esses poucos falantes.

⁷⁰ Segundo Faraco e Zilles (2017), há dois conceitos de norma: um mais geral, conhecido como “norma normal”, equivalente à toda e qualquer variedade linguística e outro de característica específica, a norma normativa, que configura um conjunto de preceitos que definem o chamado “bom uso” ou uso prestigiado da língua.

⁷¹ Dois registros em 22- Guajará-mirim, Região Norte.

⁷² Dois registros em 71- Floresta, Região Nordeste.

Ao nos depararmos com esse vasto número de lexias, relacionamos essa sabedoria popular com a noção de *inventário aberto*, ou seja, os lexemas contêm informação básica de significado que remetem ao mundo extralinguístico, como o mundo biossocial e o antropocultural.

De acordo com Sautchuk (2004, p. 5), o *inventário aberto* pode ser classificado como “o crescimento contínuo e teoricamente infinito de palavras com a função de nomear essa realidade”. Aliás, quando se trata de estudos lexicais, é pertinente o conselho de Silva (2012, p. 9), deve-se “ignorar qualquer jogo de absolutos e não se esquivar da experiência vivida coletivamente”, afinal, “a vida secreta e, muitas vezes silenciosa das palavras constitui uma das modalidades fundamentais para a nossa experiência no mundo”.

As palavras refletem a realidade exterior do homem, podem contar histórias, manifestar ideologias e momentos que retratam a sua vida, a de um grupo, ou mesmo, de áreas que são habitadas e representadas linguisticamente por seus falantes. O léxico é, pois, o entendimento dos seres humanos e da sua experiência no mundo. Dessa forma, o universo lexical constituído nesta reflexão tem por elemento principal um referente urbano que, de acordo com a sabedoria popular, além de ser nomeado como *rotatória*, *retorno*, *trevo*, *contorno*, *rótula*, *curva* e *bola*, pode, também, ser conhecido regionalmente por mais de uma dezena de nomes, remetendo ao formato do item ou ao movimento circular dos carros ao contornarem uma rotatória.

Diante do amplo repertório lexical, reunimos, de acordo com a Região, as demais formas coletadas e as agrupamos em *outras*. Cada um desses registros apresenta baixo índice de produtividade, mas, se observados de forma ampla, representam um grupo significativo para a análise lexical.

O Quadro 6 apresenta a relação das variantes agrupadas em *outras* de acordo com sua distribuição pelas cinco regiões brasileiras.

Quadro 6 – Variantes coletadas e agrupadas sob a denominação *outras* por região

Região	Variante coletadas no interior do Brasil	Total Região
Norte	Anel (1); canteiro (1); centro (1); circular, círculo, dar círculo (3); cruzamento (1); desvio (1); encruzilhada (2); ovo do prefeito (2); queijinho (4); regiatório (1); triângulo (1) e volta (2).	20
Nordeste	anel, anel viário, anel rodoviário (5); canteiro (2); centro da pista (1); círculo, círculo giratório, fazer círculo, circular (5); cruzamento (9); desvio (5); encruzilhada (3); entroncamento (2); girador, giradouro, giro, giratório (17); ilha (1); interseção, interseção em círculo (2); largo (1); passagem (1); praça, pracinha, praça meio mundo (4); redondo (1); roda, roda do prefeito (5); rodoanel (1); rotativa (1); triângulo (2).	68
Centro-Oeste	anel viário (1), cruzamento (1), encontramento (1), giratória (1), queijinho (5), redondo (5), roda (1), rogatória (1), rota (1).	17

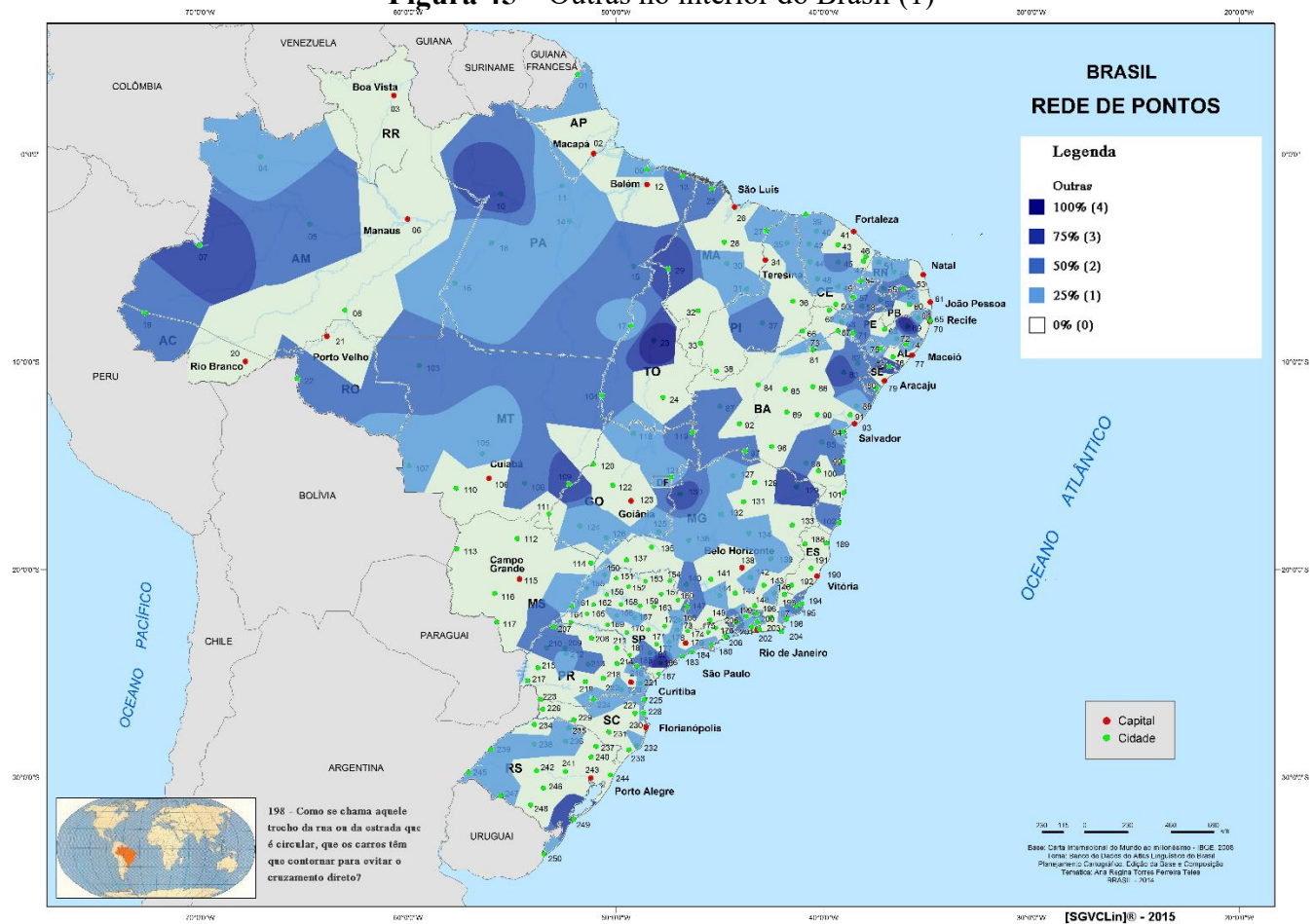
Sudeste	anel viário, anel rodoviário (3); canteiro (2); círculo (7); cruzamento (6); desvio (3); entroncamento (3); giratório(a) (2); largo (2); pirulito (1); rodelão, rodinha, roda (4); rodonel (1); vira-vira (1); volta (3).	38
Sul	canteiro (1); circular, círculo (4); cruzamento (1); desvio (4); encruzilhada (1); pirulito (1); praça (1); redondo, redonda (8); rotativa (1).	22
Total: 165		

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

Dos 165 registros agrupados em *outras*, 20 (12%) foram elicitados na Região Norte; 68 (41,2%) no Nordeste, com o maior porcentual de variantes reunidas em *outras*; o Centro-Oeste apresenta 17 (10,3%) registros; o Sudeste 38 registros (23% dos dados) e a Região Sul, com 22 registros, equivalentes a 13% dos dados.

A carta gradual, Figura 45, ilustra a distribuição das variantes reunidas em *outras*:

Figura 45 – Outras no interior do Brasil (1)



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

Por meio da Figura 45 e do Quadro 6, observamos os registros considerados pouco produtivos de forma isolada, mas quando reunidos em *outras* representam uma parte significativa dos dados, 165 ocorrências e 14,6% do total de respostas coletadas para a Questão 198/QSL.

De acordo com as Leis de Trânsito, nem todas as *lexias* coletadas para a Pergunta 198/QSL teriam a mesma definição de uma *rotatória*. Por exemplo, *cruzamento*, *desvio*, *encruzilhada*, *entroncamento*, *ilha* e *passagem* poderiam descrever outras formas de organização nas vias urbanas, sem necessariamente representar o movimento circular em uma *rotatória*. Ademais, registros como *anel viário*, *rodoviário* e *rodoanel* incitam uma novidade, porque aparentam termos novos. Ao averiguar o surgimento dos anéis rodoviários encontramos uma reportagem do Correio da Manhã⁷³ (Anexo A), datada em 17 de abril de 1963, descrevendo a construção de um anel rodoviário para aliviar o tráfego na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. O *lide*⁷⁴ da reportagem justifica a construção do referente como uma medida para conter o engarrafamento do trânsito em horários de pico:

A Avenida Brasil não suporta mais o peso e volume do tráfego, numa média de 60 mil veículos cada 24 horas. O problema do engarrafamento do trânsito torna-se mais grave na hora do “rush”, quando entre 7 e 8h e 17 e 18h, a média é de 2.000 veículos nos dois sentidos. Os técnicos indicam, conforme registrou o Correio da Manhã, como solução para o caso a construção do anel rodoviário da Guanabara, que desafogará o tráfego, com a abertura da BR-6 pela Restinga Jacarepaguá e a construção da Via Expressa de 15km acompanhando o traçado da EF Rio D’Ouro até Pavuna e com a construção da pista elevada até Parada de Lucas sobre a Av. Brasil (CORREIO..., 1963).

Como podemos observar, os *anéis rodoviários* surgiram na década de sessenta como uma forma de melhoria no tráfego urbano, ou seja, trata-se de termos novos assim como a própria construção de *rotatórias* e outras formas de organização das vias urbanas. Se se considerar o fato de que houve maiores investimentos em infraestrutura no Setor de Trânsito a partir do ano 1950, as *lexias* coletadas também surgem a partir desse período, justamente para nomear esses objetos nas vias. Podemos perceber que as variantes agrupadas em *outras* também equivalem a formas motivadas, como a *pirulito* registrada pela informante idosa de 253-

⁷³ Veja na íntegra em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=38840&url=http://memoria.bn.br/docreader#.

⁷⁴ *Lide* é uma palavra que vem do inglês “*lead*”, que significa “comando” ou “introdução”. Ou seja, o *lide* é o primeiro parágrafo do texto jornalístico que traz um resumo inicial respondendo as seguintes perguntas sobre o tema principal: “O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?” (<https://www.academiadojornalista.com.br/producao-de-texto-jornalistico/como-fazer-um-bom-lide-jornalistico-com-4-dicas>).

Erechim/RS que afirma conhecer o referente como *contorno* e como *pirulito*.

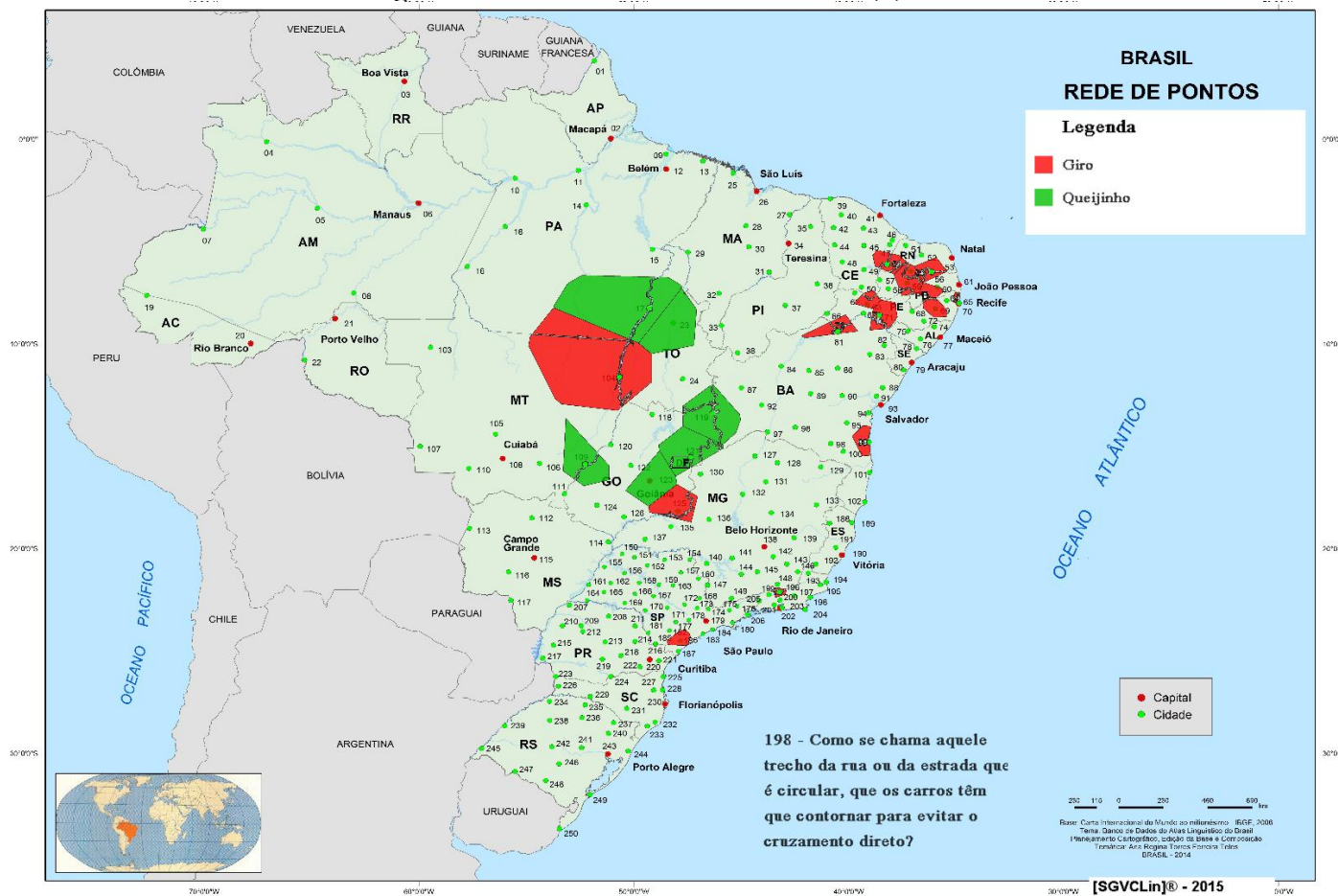
Além do mais, ao analisar cada uma das variantes agrupadas em *outras*, quatro formas chamaram a atenção, por aparentar possíveis resquícios de uma concentração regional, são elas: *queijinho*, *giro*⁷⁵, *círculo*⁷⁶ e *anel*⁷⁷, conforme ilustram as Figuras 46 e 47:

⁷⁵ Foram consideradas formas equivalentes as iniciadas pela mesma raiz: *girador/giradouro giratório*.

⁷⁶ Computadas como equivalentes: *círculo, circular e dar círculo*.

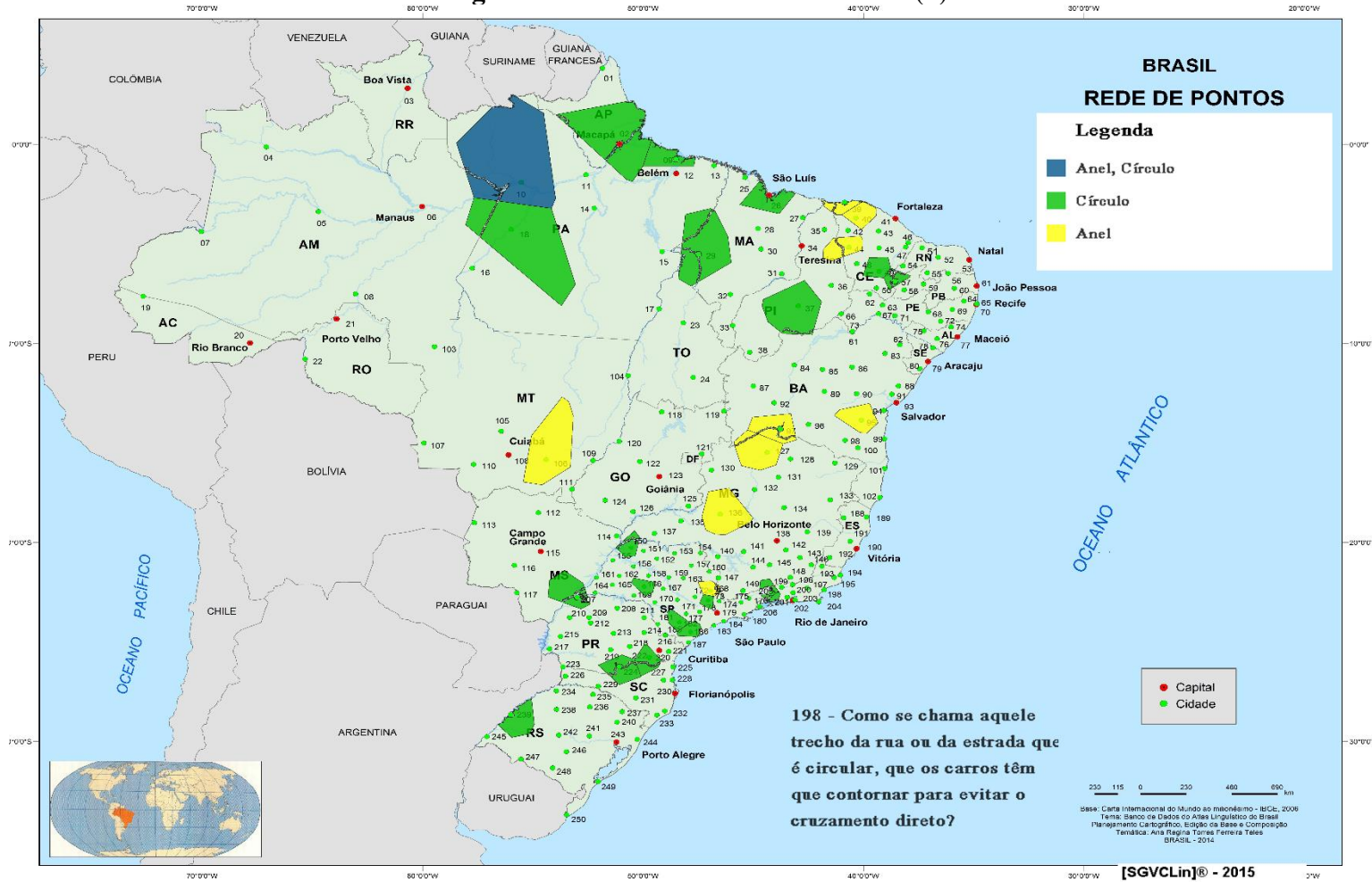
⁷⁷ O mesmo ocorre com *anel*, que engloba: *anel viário/anel rodoviário*.

Figura 46 – Outras no interior do Brasil (2)



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

Figura 47 – Outras no interior do Brasil (3)



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa/ Projeto ALiB

A lexia *queijinho* (Figura 46) pode indicar uma subárea dialetal que interliga pontos do Norte e do Centro-Oeste. A variante é registrada na cidade de Conceição Araguaia (Ponto 17/PA), Pedro Afonso (Ponto 23/TO), Barra do Garça (Ponto 109/MT), São Domingos (Ponto 119/GO), Formosa (Ponto 121/GO) e na capital Goiânia (Ponto 123/GO). Acreditamos que os registros de *queijinho*, além de representarem uma motivação semântica ligada ao formato do referente urbano, também ilustra a tradição do queijo de Minas Gerais. O estado mineiro é o sexto maior produtor de queijo no mundo e responsável pelo maior centro de distribuição do produto em solo brasileiro. Tal assimilação do formato do referente urbano a um símbolo da cultura mineira poderia justificar a presença da lexia em localidades centrais do país.

Giro (Figura 46), por seu turno, foi encontrado na Região nordestina. As formas agrupadas em *giro* (*girador* e *giradouro*) ocorrem, sobremaneira, no Rio Grande do Norte⁷⁸, Paraíba⁷⁹ e Pernambuco⁸⁰. Novamente, trata-se de um termo motivado pelo movimento realizado ao redor de uma *rotatória*. Os dados de *queijinho* e *giro* indicam que pode haver subáreas lexicais, representadas pelos casos particulares de diversidade linguística, que foram registrados em determinado espaço. Além do mais, essas particularidades não são fixas, como observamos na Figura 46, elas podem se espalhar, mesmo que de forma tímida, como observamos na Bahia⁸¹, no Mato Grosso e em Goiás⁸².

Sobre os agrupamentos de *círculo* e *anel* (Figura 47), encontramos, não subáreas lexicais, mas registros em ambos os falares (Norte e Sul). Embora singelos, os dados podem representar a variação linguística que a língua portuguesa guarda em sua estrutura, não só como princípio geral de constituição, mas também de identidade cultural.

Na próxima subseção, revisitamos as considerações feitas por Martins (2019) acerca dos dados coletados na fala dos informantes de nível superior nas capitais brasileiras. Buscamos, por meio dessa retomada, observar se o maior tempo de escola interfere nas respostas dadas para a Questão 198 ou espelham resultados semelhantes aos encontrados na fala dos informantes com menor tempo de frequência na escola. Do mesmo modo, procuramos observar o que já foi relatado acerca das variáveis diageracional e diassexual nas capitais brasileiras.

⁷⁸ Um registro no ponto 54- Pau de Ferros e outro em 55- Caicó.

⁷⁹ Com cinco registros: um no ponto 59- Patos e quatro em 60- Campina Grande (dois registros configuram a segunda resposta dos informantes 1 e 4).

⁸⁰ Nove registros: um em 63- Salgueiro, dois em 65- Olinda (um registro foi realizado como segunda resposta do informante 1), quatro em 69- Caruaru, mais um em 73- Petrolina. Como segunda resposta, temos os pontos: 71- Floresta

⁸¹ Registro único em 99- Ilhéus.

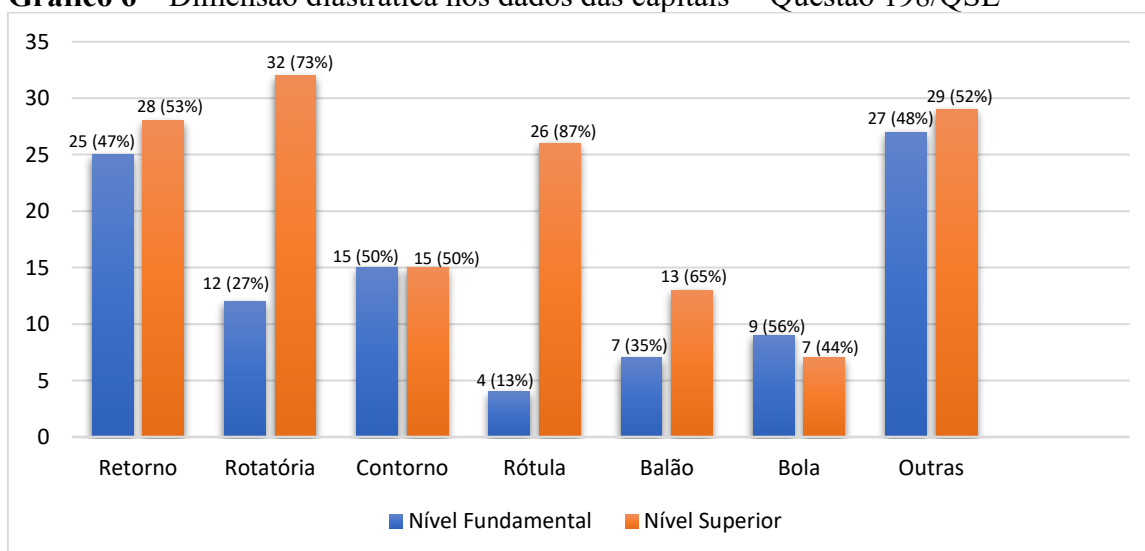
⁸² Um registro no ponto 104 – São Félix do Araguaia (MT) e o outro em 125- Catalão (GO).

5.9 A ROTATÓRIA NAS CAPITAIS E NO INTERIOR DO BRASIL

Foram documentadas nas capitais brasileiras 249 respostas dadas para a Questão 198/QSL; dentre elas, seis variantes atingem alta produtividade: *retorno*, *rotatória*, *contorno*, *rótula*, *balão* e *bola*. No cômputo geral das capitais brasileiras, *retorno* é a forma mais frequente, com 53 ocorrências e 21% dos dados; *rotatória* aparece em segundo lugar, com 44 ocorrências, representando 18% dos registros; *contorno* e *rótula* registram o mesmo percentual, 12% (30 ocorrências cada); *balão* aparece com menos de 8% (20 registros) e *bola*, com 6% (16 registros), além do agrupamento das demais variantes com 56 ocorrências, ou seja, 22%.

Os dados foram explorados sob a óptica das dimensões diastrática, diassexual e diageracional. No que tange ao uso de *retorno*, forma mais frequente nas capitais, observamos que não há grandes influências diastráticas para a variante, uma vez que os falantes com baixa escolaridade registraram 25 (47%) dos 53 registros de *retorno*, enquanto os universitários documentaram 28 (53%) ocorrências. Em relação às demais formas produtivas os informantes universitários tendem a apresentar uma menor frequência para as lexias documentadas, exceto quanto à variante *bola*, como ilustra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Dimensão diastrática nos dados das capitais – Questão 198/QSL



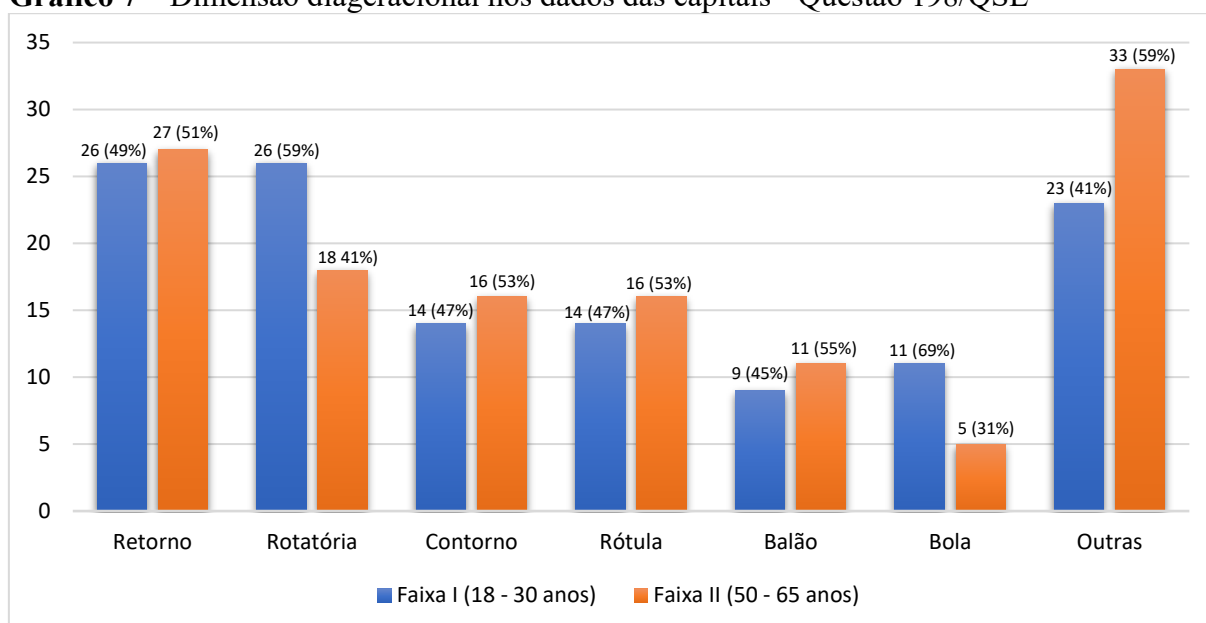
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Martins (2019, p. 106)

É perceptível, por meio dos dados expostos no Gráfico 6, que o grupo de informantes com nível de ensino universitário registra com mais frequência as formas: *rótula* (87%), *rotatória* (73%) e *balão* (65%), enquanto a lexia *bola* é mais comum na fala de informantes com nível de escolaridade fundamental. Sobre a variante *contorno*, o índice é igual para ambos

os níveis de escolaridade (MARTINS, 2019).

De acordo com a análise diageracional só é possível observar diferenças sobre os percentuais das variantes se forem contempladas isoladamente, como os casos de *bola* (69%) e *rotatória* (59%) que são mais frequentes na Faixa I enquanto *balão* tem a preferência dos informantes da Faixa II. As demais variantes não apresentaram diferenças de uso significativas entre os dois grupos, o que pode ser confirmado no Gráfico 7, a seguir.

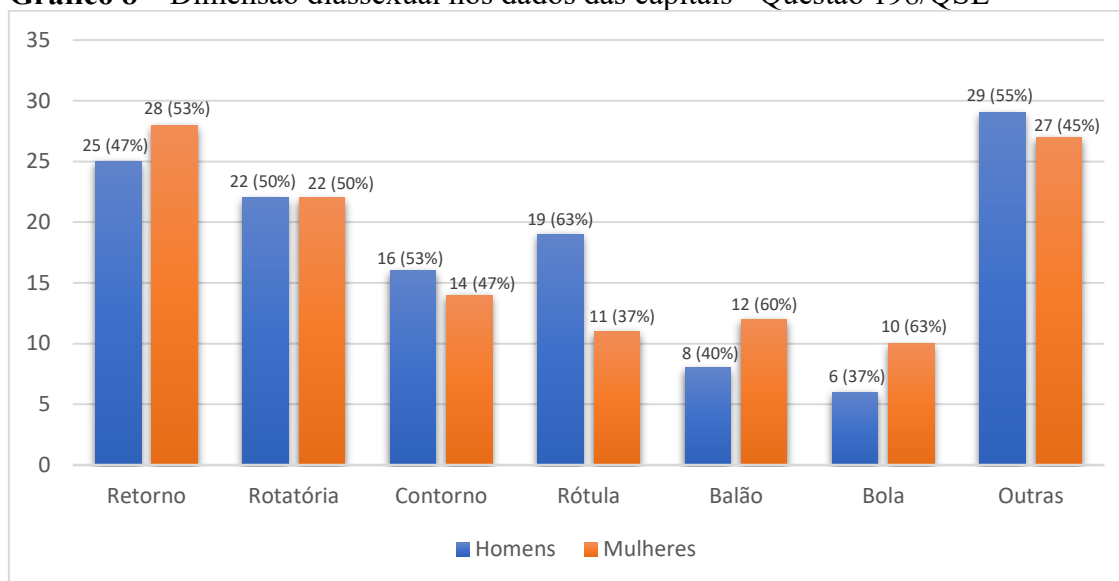
Gráfico 7 – Dimensão diageracional nos dados das capitais - Questão 198/QSL



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Martins (2019, p. 110)

Sobre a variável diasssexual, os dados das capitais brasileiras indicaram que *rótula* (63%) e *contorno* (53%) são mais frequentes na fala masculina e *bola* (63%), *balão* (60%) e *retorno* (53%) têm a preferência das mulheres. Na análise dos diálogos apresentada na dissertação, observamos que a maioria dos informantes de ambos os sexos registraram respostas duplicadas. De acordo com a pesquisa, tanto os homens quanto as mulheres não conseguiram explicar o porquê da escolha lexical, na dissertação há diálogos dos informantes exemplificando o fato.

O Gráfico 8 traz os dados de acordo com a dimensão diasssexual.

Gráfico 8 – Dimensão diassexual nos dados das capitais - Questão 198/QSL

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Martins (2019, p. 108)

Os resultados das capitais para as lexias mais produtivas (*retorno*, *rotatória*, *contorno*) mostram semelhanças na frequência de dados masculinos e femininos, indicando que a variável sexo não é tão significativa quanto à seleção lexical dos falantes. Diferenças maiores ocorrem, todavia, na incidência de *rótula*, forma preferencial na fala masculina, enquanto *balão* e *bola* são mais frequentes na fala feminina.

Quanto aos dados do interior, observamos que as formas *curva* e *trevo* aparecem também no âmbito das variantes mais produtivas. Nos dois contextos, ou seja, tanto nas capitais como no interior, as lexias *rotatória* e *retorno* se mostram predominantes e disputam a preferência dos falantes brasileiros.

De posse da análise acerca do comportamento das variantes coletadas para a questão 198. Rotatória, concluímos que, dentre as formas mais produtivas (*rotatória*, *retorno*, *trevo*, *contorno*, *balão*, *rótula*, *curva* e *bola*) duas, *rotatória* e *retorno*, mantêm praticamente o mesmo percentual no interior do país (14, 7% - 165 registros para *rotatória* e 14, 6% - 164 registros para *retorno*), o que as tornam lexias quase sinônimas, porque, de acordo com o universo lexical estudado, as duas variantes referem-se à mesma forma de organização no trânsito e são registradas pelos falantes brasileiros.

Conforme a descrição dos dados do interior do Brasil, *rotatória* é mais frequente no interior dos estados de Goiás, parte de Tocantins, do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e na porção leste do Mato Grosso. A variante também está distribuída no interior do estado de São Paulo e no norte do Paraná, enquanto *retorno* lidera os registros na região nordestina, sendo frequente no Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas.

Os registros de *trevo* e *contorno* revelam que as duas variantes são produtivas no interior, no entanto, não são exclusividades de nenhuma área lexical. As formas são registradas com certa concentração no Sul e no sertão baiano, apresentando alguns registros no litoral na região central de Goiás e de forma difusa nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná.

Já os registros de *balão* no Sul, Centro-Oeste e Nordeste podem estar atrelados ao processo de desenvolvimento regional, já que as ocorrências da variante desenham um caminho que é conectado por rodovias de âmbito federal, como a BR-364 (que liga São Paulo a Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás até o Acre) e a BR-116 (no trecho de São Paulo a Curitiba). Os dados de *rótula* estão concentrados na Região Sul, com presença pontual no Centro-Oeste e Nordeste, enquanto as variantes *curva* e *bola* aparecem no Norte e no Nordeste do interior do país.

6 CONSIDERAÇÕES: O QUE OS DADOS REVELARAM SOBRE ASPECTOS DA VIDA URBANA

Para a dissertação defendida em 2019, desenvolvida com os dados das capitais brasileiras, buscamos identificar e comparar os resultados obtidos para quatro questões⁸³ inseridas no *corpus* do campo Semântico-Lexical da *Vida Urbana* (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001) em relação à proposta dialetal de Antenor Nascentes (1953). Naquela empreitada, ainda em fase de amadurecimento, acreditávamos que o insucesso de delimitar áreas dialetais por meio do léxico devia-se ao fato de termos trabalhado apenas com dados das capitais. Acreditávamos que seria necessário ampliar o *corpus* e observar, também, os resultados obtidos no interior, cientes de que encontraríamos o material suficiente para realizar tal objetivo. Esta foi uma das motivações para desenvolver esta tese.

Apoiada na leitura de diversos trabalhos científicos realizados com o *corpus* lexical do ALiB, cujo propósito era associar a distribuição areal dos itens lexicais coletados à proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953), começamos a colocar em prática a descrição e análise dos dados do campo semântico Vida Urbana. Para tal, selecionamos as respostas dadas às questões 195. *Lombada/Quebra-molas* e 198. *Rótula/rotatória*, buscando indícios de subáreas dialetais que pudessem comprovar ou refutar a divisão dialetal do português brasileiro.

À medida que o trabalho avançava, verificamos que o *corpus* selecionado não era favorável para essa análise específica, porque são perguntas que retratam um recorte histórico recente, isto é, a construção de rodovias e a implementação de elementos pensados para organizar o fluxo de automóveis nas vias urbanas. Estávamos, portanto, de posse de um acervo lexical ainda mais fluido do que o esperado, dado que muitas formas ainda não estão sedimentadas e, muitas vezes, esses referentes não fazem parte no conhecimento de mundo dos falantes, isto é, não integram o seu cotidiano.

Outra possibilidade de análise de tão volumoso e diversificado *corpus* seria buscar na história socioeconômico-política do Brasil um fio condutor para nossas reflexões.

Assim, no Capítulo 2, discutimos sobre o processo de industrialização e urbanização do país direcionado ao investimento em infraestrutura no trânsito, principalmente nas vias rodoviárias. Como relatamos, houve uma modernização no setor de Transporte que substituiu, em sua grande maioria, as vias ferroviárias pelas rodoviárias, aumentando, sobretudo, a aquisição de automóveis (públicos e particulares) e promovendo maior circulação de motoristas

⁸³ As questões trabalhadas nas capitais foram: 195. *Lombada/quebra-molas*, 196. *Calçada/passeio*, 197. *Meio-fio* e 198. *Rótula/rotatória*.

nas vias urbanas.

Devido ao grande fluxo de carros e pedestres, exigem-se das autoridades de Trânsito leis que proporcionem segurança e organização no tráfego urbano, como as técnicas da engenharia de *traffic calming*, que assumem a política de regulamentação e desenvolvimento de medidas físicas que controlam a velocidade e induzem os motoristas a um modo de dirigir mais apropriado, em relação à segurança das pessoas e em benefício ao meio ambiente (BHTRANS – Manual de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, 1999). Desta forma, são criados elementos para conter a velocidade dos automóveis, como os *quebra-molas* e *lombadas*, e outros para direcionar o motorista dentro da cidade, evitando o cruzamento direto, como as *rotatórias*.

Ao tratar das especificidades lexicais registradas para as duas questões (195 e 198 QSL/ALiB) no interior do país, apresentadas nas análises dos dados, conseguimos responder as perguntas de pesquisa, ora confirmar ou rejeitar as hipóteses em que a tese se fundamentou, de acordo com a sequência:

i) Na perspectiva sincrônica e com base no léxico da vida urbana, é possível atestar a vitalidade da divisão dialetal do Brasil, proposta por Nascentes (1953)? Não foi possível atestar a vitalidade de subfalares, como já vinha sendo indicado nos dados das capitais brasileiras e confirmado com a extensão da análise para o interior. O *corpus* da Vida Urbana não parece ser pertinente para esse propósito, pois, em sua maioria, refere-se a elementos tipicamente urbanizados, como transportes automotivos e os instrumentos de organização de tráfego mais comuns em áreas com grandes fluxos de pessoas e carros. Tal fato justifica, o que nos parece, o alto índice de não respostas registrado para a pergunta 198. *Rotatória*, maior que o número registrado para as variantes mais produtivas, sendo 176 ocorrências de não respostas representando 15,6% dos dados.

De acordo com os inquéritos, a ausência do referente em muitos pontos interioranos gera o desconhecimento de designações para nomeá-lo. O que reflete, novamente, a necessidade ou não desse tipo de organização de trânsito em muitos municípios brasileiros, figurando dados que inviabilizam a hipótese inicial, ou seja, não há como atestar a vitalidade de subfalares quando utilizamos um *corpus* representado por elementos novos, possivelmente, ausentes em boa parte do território nacional.

No entanto, alguns casos de concentração e de expansão do léxico foram verificados mediante a elaboração das cartas linguísticas. Como exemplo, o comportamento de *curva*, uma das variantes mais produtivas coletadas para a Questão.198/QSL, só foi documentada em solo nortista e nordestino, o que parece indicá-la como uma forma exclusiva dos Falares do Norte

que não se expande para a área dos Falares do Sul. Desse modo essa lexia estaria de acordo com a divisão dialetal de Nascentes (1953), no que tange à definição de dois grandes falares: do Norte e do Sul.

ii) Os dados analisados podem indicar áreas linguísticas? De acordo com a análise dialetológica dos dados, observamos que algumas variantes apresentam particularidades em determinadas áreas linguísticas, como o caso de *rótula*, documentada para a questão 198. *Rotatória*. Os registros da lexia são expressivos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e, aparentemente, podem sim definir uma área dialetal exclusiva da fala gaúcha e catarinense, com certa influência no Paraná (ROMANO, 2015). O comportamento de *rótula* corrobora a observação de Aguilera (2009a) e a redefinição de Romano (2015), ao defenderem que existe um falar do Sul subdividido em falares Sulista e Paulista. Ademais, os registros singelos de *rótula* em Goiás e um dado isolado da lexia no Ceará podem representar o intercâmbio entre os falantes e a influência dos falares gaúchos e catarinenses nessas áreas, principalmente no que tange aos registros de *rótula* no estado goiano.

Ainda nesse universo lexical, a variante *bola* concentrada no Norte do país evidencia o que consideramos uma isoléxica restrita ao subfalar amazônico, uma vez que a variante só foi registrada na fala dos informantes nortistas.

Episódios como os registrados pelo comportamento de *rótula* e *bola* demonstram o quanto os estudos lexicais são pertinentes para a investigação de áreas linguísticas, como já alertado por outros pesquisadores, como Ribeiro (2012); Freitas Marins (2012); Portilho (2013); Romano (2015); Santos (2016); Santos (2018); Yida (2019).

iii) Considerando que a implementação rodoviária é relativamente recente, os itens descritos apresentam variantes com tendências a padronização? Sim, tanto os dados coletados para a Questão.195 quanto à 198 apontam variantes tidas como preferidas pelos falantes alibianos. Em relação à pergunta 195/QSL, *quebra-molas* e *lombadas* são formas predominantes em território nacional, além de estarem documentadas em registros lexicográficos (AULETE, 1958; FERREIRA, 1986; HOUAISS, 2009) e em documentos oficiais de regulamentação de trânsito (DNIT, DETRAN, CONATRAN). Portanto, ousamos registrar que as formas *quebra-molas* e *lombadas* são “normas normais” (FARACO; ZILLES, 2017) para os falantes, considerando o predomínio das variantes ilustradas na cartografia (FIGURA 33, p. 117) e nos dados deste estudo, além de serem consideradas o padrão, visto os registros das lexias na literatura de regulamentação do Trânsito e nos dicionários brasileiros consultados.

Os dados coletados para a Questão 198/QSL também apontam registros considerados *quase sinônimos*, *rotatória* e *retorno*. Acreditamos que esses registros são “quase sinônimos” porque o *caput* da questão 198/QSL permite uma interpretação ambígua: “trecho da **rua** ou da **estrada** que é circular, que os carros têm que contornar para evitar o cruzamento direto” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001). Há uma diferença significativa na organização dos fluxos de carros em vias urbanas, ou seja, nas ruas, e nas estradas de rodagens. Geralmente, é comum a construção de *rotatórias* em centros urbanos, enquanto os *retornos* seriam os espaços destinados para executar a mudança de um trecho feita por um *retorno/contorno* em uma estrada ou avenida. No entanto, os entrevistadores do ALiB apresentam fotografias para ilustrar melhor o objetivo da pergunta 198.QSL e, mesmo com essa didática, a maioria dos informantes confirma chamar de *retorno* aquela construção redonda feita em vias urbanas.

A complexidade em diferenciar as duas lexias é evidente, todavia, a produtividade das duas variantes coletadas no interior do país retrata como os falantes alibianos interpretam o referente, sendo um dado verdadeiro no que tange à realidade falada e nomeada pelos informantes interioranos. Assim, consideramos as variantes como formas parassinônimas do vernáculo registrado nos dados do Projeto ALiB. No que tange às descrições lexicográficas, há diferença de função entre as duas lexias, assim como, nos documentos oficiais, a forma registrada para descrever o referente é *rotatória*.

iv) Os dados lexicais coletados possibilitam realizar uma análise do processo histórico e geográfico das relações sociais dos falantes e dos contextos regionais em que estão inseridos? A associação que julgamos pertinente para comparar os dados lexicais com os aspectos históricos, geográficos e sociais dos falantes foi a conexão feita por meio das rodovias estaduais, que ligam as regiões brasileiras e podem justificar a distribuição das variantes ou até mesmo explicar o caminho ilustrado pela forma *balão* (Figura 41, p.141), que consideramos estar encadeado com o processo de desenvolvimento regional e a construção da BR-364, que liga São Paulo a Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás até o Acre e a BR-116, referente ao trecho de São Paulo até Curitiba.

Desta forma, cremos ter alcançado os objetivos desta tese, pois apresentamos por meio das cartas linguísticas a distribuição diatópica das variantes de *quebra-molas* e *rotatória*. Por meio das ilustrações, refletimos sobre o processo de desenvolvimento regional e de urbanização que justificam, o que nos parece, a concentração ou não das lexias em áreas específicas (como no caso dos agrupamentos de variantes em *outras*) ou em território nacional (formas mais produtivas).

Ao comparar os dados do interior com os dados coletados nas capitais brasileiras concluímos o seguinte: i) o *corpus* da Vida Urbana, como já mencionado, não é o mais adequado para comprovar a divisão dos subfalares de Nascentes (1953), embora seja pertinente para observar casos particulares de possíveis áreas dialetais, como *rótula* e *bola*. ii) Com base na análise da variável diastrática (MARTINS, 2019), observamos que há preferências lexicais em relação ao nível de escolaridade dos informantes. Sobre as formas mais produtivas para as duas questões, identificamos que *quebra-molas* foi mais elicitada pelos falantes com o nível fundamental de escolaridade, enquanto *lombada* foi registrada preferencialmente pelos informantes de nível universitário. Já para os casos de *rotatória* e *retorno*, observamos que os informantes de nível universitário optam pela primeira designação, ao passo que *retorno* apresenta dados equilibrados entre os inquiridos dos informantes de ambos os níveis de escolaridade.

Em relação aos objetivos específicos, acreditamos ter alcançado as quatro etapas propostas já que apresentamos, por meio de cartas linguísticas, a distribuição das variantes de *quebra-molas* e de *rotatória* (como objetivo 1), comparamos a proposta de Nascentes (1953) com as redefinições de Ribeiro (2012), de Freitas Marins (2012), de Portilho (2013), de Romano (2015), de Santos (2016), de D'Anunção (2016), de Santos (2018) e de Yida (2019), como proposto como segundo objetivo. Ademais, realizamos a reflexão sobre o processo histórico e geográfico das relações sociais dos falantes e dos contextos regionais em que estão inseridos, embasados, sobretudo, no desenvolvimento urbano ocorrido com maior evidência nas décadas de 50 e 60, atingindo, desta forma, o terceiro objetivo da pesquisa.

Por fim, cumprimos o quarto objetivo ao verificar se os dados das localidades do interior corroboram os resultados obtidos por Martins (2019) no que tange à análise das respostas dadas às questões 195. *Lombada/Quebra-molas* e 198. *Rótula/Rotatória* nas capitais brasileiras. Referente à primeira, observamos que a análise das capitais e a análise do interior apontam duas formas em destaque para a pergunta 195: *quebra-molas* e *lombada*, sendo as duas variantes conhecidas pelos informantes brasileiros, tanto nas capitais quanto no interior do país.

No caso da questão 198. *Rótula/Rotatória*, os resultados das capitais para as lexias mais produtivas (*retorno*, *rotatória*, *contorno*), em relação à fala masculina e à fala feminina, apontam que a variável sexo não é tão significativa quanto à seleção lexical dos falantes. O contrário ocorre em relação à *rótula*, forma preferencial na fala masculina e *balão* e *bola* que são mais frequentes na fala feminina. Aliás, a comparação com os dados das capitais (MARTINS, 2019) e os resultados do interior mostraram que as lexias *rotatória* e *retorno* são predominantes e disputam a preferência dos falantes brasileiros.

Por fim, todos os registros coletados para as Questões 195 e 198 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB apontam receberem algum tipo de motivação, portanto, são signos motivados. Seria interessante, para um futuro, realizar um estudo pautado especificamente na teoria da Motivação Lexical (ULMANN,1964; GUIRAUD, 1980; ALINEI, 1995, 1996; CONTINI, 2007, 2009, 2012; DOIRON, 2017), tarefa que deixamos para uma próxima oportunidade.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. De onde vieram por onde andam as nossas libélulas e jacintas? Um estudo da etimologia popular com base em dados do Atlas linguístico do Brasil (ALiB). **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 41, p. 291-309, jan./jun. 2010.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Geolingüística e conhecimento da sócio-história do português do Brasil. **SIGNUM: Estudos da Linguagem**, Londrina, n.10/2, p. 285-297, dez. 2007.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009a.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Um caminho para a história do português brasileiro: cruzando os brinquedos infantis com a história social. *In*: GÄRTNER, Eberhard; SCHÖNBERGER, Axel (orgs.). **Estudos sobre o português brasileiro**. 1. ed. Frankfurt am Main: Valentia, 2009b. v. 8, p. 49-70.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Um caminho para o conhecimento da história da língua portuguesa no Brasil: as brincadeiras infantis. *In*: TROTTER, David. **Actes du XXIVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. Aberystwyth: Max Niemeyer Verlag, 2004. p. 11-26.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Variantes lexicais populares: distribuição diatópica e processo de criação sígnica. *In*: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22., 1998, Bruxelles. **Anais [...]**. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1998.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Hélen Cristina da. As denominações para libélula, no Atlas Linguístico do Brasil: um estudo sobre a motivação dos signos. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 65, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-13455>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; YIDA, Vanessa. Projeto ALiB: uma análise das respostas e das não-respostas de informantes das capitais. **SIGNUM: Estudos da Linguagem**, Londrina, n. 11/2, p. 15-31, dez. 2008.
- ALENCAR, Beatriz Aparecida. **O léxico de brinquedos e brincadeiras infantis no estado de São Paulo**. 2018. 575f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2018.
- ALENCAR, Beatriz Aparecida; ISQUERDO, Aparecida Negri. Brincadeiras infantis no estado de São Paulo: um estudo diatópico e léxico-semântico de denominações para a “cobra-cega”. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 63, p. 03-23, 2019.
- ALINEI, Mario. Aspetti teorici della motivazione. **Quaderni di Semantica**, v. 17, n. 1, p. 7-17, 1996a.

ALINEI, Mario. Principi di teoria motivazionale (iconimia) e di lessicologia motivazionale (iconomastica). In: **Atti des XX Convegno della SIG**. Chieti-Pescara: 1995, p. 9-36.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**: gramática, vocabulário. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/Brasília: INL, 1981 [1920].

AULETE, Francisco J.; VALENTE, Antonio Lopes dos Santos. **Aulete Digital**: Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Lexikon Editora Digital, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br/>>. Acesso em: 20 de out. 2009.

AULETE, Caldas. **Aulete digital**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. 2021. Disponível em: http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 18 fev. 2021.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A., 1958. v. 5.

BALBI, Adrien. Atlas ethnographique du Globe, ou classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues... **et suivi du tableau phisique**, moral et politique des cinq parties du monde... Paris: Chez Rey et Gravier, 1826.

BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). **Estudos filológicos**: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003. v. I. 748 p. ilus. (Coleção Antônio de Morais Silva, Estudos de Língua Portuguesa).

BARAT, Josef. O investimento em transporte como fator de desenvolvimento regional: uma análise da expansão rodoviária no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 25-52, jul./set. 1969.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2011.

BEZZI, Meri Lourdes. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, Rio Claro, v. 27, n. 1, p. 5-19, abr. 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1732/5243>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BELINATI, Marcelo. Londrina, 24 abr. 2021. Instagram: @marcelobelinati. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CODj0HPAu0U/?hl=pt-br>. Acesso em: 15 set. 2022.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. As ciências do léxico. OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. v. 1. p. 13-22.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**: instituído pela Lei nº 9.503, de 23-9-97. 3. ed. Brasília, DF: DENATRAN, 2008. Disponível em: <https://www.detran.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/ctb.pdf>. Acesso: 24 de out. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução nº 600, de 24 de maio 2016. Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas, disciplinada pelo parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro e proíbe a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à

via pública. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 100, p. 93, 27 maio 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22921408/do1-2016-05-27-resolucao-n-600-de-24-de-maio-de-2016-22921310. Acesso em: 18 fev. 2021.

BORBA, A. M. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade**. 2. ed. Brasília, 2006.

BORBA, Francisco S. **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

BUENO, Francisco Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 4 ed. São Paulo: Global, 2010.

BRUM NETO, Helena; BEZZI, Mari Lourdes. A região cultural como categoria de análise da materialização da cultura no espaço gaúcho. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 17, p. 17-30, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/11862/10662>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 135-155, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9443/5750>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A dialectologia no Brasil: perspectivas. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. esp., p. 233-255, 1999.

CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Tinha Nascentes razão? Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 5, p. 47-59, 1986.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil: volume I**. Londrina: Eduel, 2014.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade. Estudos geolinguísticos: caminhos seguidos no território brasileiro. **Linguística** [online], v. 33, n. 1, p. 89-105, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2079-312x.20170006>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra. A. O projeto Atlas Linguístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 855-870, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4924/4364>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 3 ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Locuções tradicionais no Brasil**. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977. 236p.

CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

COMITÊ Nacional do Projeto ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil: questionários 2001**. Londrina: EDUEL, 2001.

CONTINI, Michel. La motivation sémantique: un axe de recherche productif en dialectologie européenne. *In: DORTA, Josefa (ed.). Temas de dialectología*. Tenerife: Instituto de Estudios Canarios, 2007. p. 43-79.

CONTINI, Michel. Les désignations du tourbillon de vent dans les parlers de la Sardaigne: une analyse motivationnelle. *In: ALTINO, Fabiane Cristina (org.). Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem a Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012. p. 164-188.

CONTINI, Michel. Les phonosymbolismes: continuité d'une motivation primaire? *In: DEYCK, Rika van (ed.). Travaux de Linguistique*. Revue internationale de linguistique française. Bruxelles: Duculot, 2009. v. 59, p. 77-103.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CORREIO da Manhã. Anel rodoviário para aliviar tráfego na Av. Brasil e melhorar acesso à GB. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 21482, 17 abr. 1963. 1º Caderno, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=38840&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 15 set. 2022.

COSERIU, Eugenio. A geografia lingüística. *In: COSERIU, Eugenio. O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982. p. 79-116.

CUBA, Marigilda Antônio. **Atlas linguístico topodinâmico do território incaracterístico**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. 2 v.

D'ANUNCIAÇÃO, Eliana Souza. **Registrando o léxico dos brinquedos e brincadeiras infantis em Minas Gerais**. 2016. 86f. Monografia (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

DETRAN-PR. **Departamento de trânsito do Paraná**. 2022. Disponível em: <http://www.detran.pr.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 28 out. 2022.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça; VASCONCELOS, Fábio Perdigão; MARTINS, Márcia Barbosa. Inovação tecnológica na produção brasileira de sal marinho e as alterações sócio territoriais dela decorrentes: uma análise sob a ótica da teoria do empreendedorismo de Schumpeter. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 3, p. 421-437, 2015.

DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa. **A motivação semântica nas respostas dos informantes do Atlas Linguístico do Estado de Alagoas (ALEAL)**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina/Université Grenoble Alpes,

Londrina/Grenoble, 2017. 2 v.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Carlota et al. **Atlas Lingüístico de Sergipe**. Salvador: UFBA - Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo. **Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas fonéticas e morfossintáticas** / organizadores Walter Koch, Cléo Vilson Altenhofen [e] Mário Silfredo Klassmann. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria Técnica. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, SERGRAF – **IBGE**, 1977. 5v. II, mapas (al.color) 18,5 cm. Conteúdo: v.1. Região Norte, v.2. Região Nordeste, v.3. Região Sudeste. v.4. Região Centro-Oeste. v.5. Região Sul. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=281436&view=detalhes>. Acesso em: 18 out. 2022.

GUIRAUD, Pierre. **A semântica**. 3. ed. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: DIFEL, 1980.

HABEL, Jussara Maria. “**Das Böhmisches Deutsch**”: perda e coineização de variantes do alemão de imigrantes boêmios no Rio Grande do Sul. 2017. 156f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

HERNÁNDEZ CAMPOY, Juan Manuel; ALMEIDA, Manuel. **Metodología de la investigación sociolingüística**. Málaga: Editorial Comares, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS. **Grande dicionário Houaiss**. 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#0. Acesso em: 28 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 17 ago. 2022. INNOCENTINI, Thaís Cristina. Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade e instituições. Dissertação (Mestrado). FGV: São Paulo, 2009.

ISQUERDO, Apareci Negri. Influências hispano-americanas no léxico de português da fronteira Brasil/Paraguai. *In*: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOLOGIE ROMANES, 22., 1998, Bruxelles. **Anais** [...]. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1998.

LASTRAN. **Laboratório de Engenharia de Produção e Transporte**. 2018. Disponível em: http://www.producao.ufrgs.br/historiarotatoria.asp?cod_tipo=2. Acesso em: 30 jun. 2022.

MARINS, Luciene Gomes Freitas. **O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil**. 2012. 310f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

MARTINS, Mariana Spagnolo. **O campo semântico “vida urbana” nos dados das capitais do projeto ALIB e a proposta de Nascentes**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996 [1934].

MENDES, Gleydson. **Sobre lombadas e “quebra molas”**. 2017. Disponível em: <https://www.autoescolaonline.net/sobre-lombadas-e-quebra-molas/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

MOTA, Jacyra. Áreas dialetais brasileiras. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et al.* **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 321-357.

MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Sobre a Dialectologia no Brasil. In: MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-34.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953 [1922].

PORTILHO, Danyelle Almeida Saraiva. **O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB**. 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

PORTO DAPENA, José Álvaro. **Elementos de lexicografia**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1980.

RIBEIRO, José et. al. **Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa. **Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano**. 2012. 466f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2012.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa; MOTA, Jacyra Andrade; ISQUERDO, Aparecida Negri. Denominações em galego e em português para a brincadeira de “pegar com olhos vendados”. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 71, p. 76-107, 2021.

RIBEIRO, Thiago Leonardo. **A variação lexical na rota do café: estudos geossociolinguísticos no Norte do estado do Paraná**. 2017. 205f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RIBEIRO, Thiago Leonardo. **Atlas Linguístico do Norte Pioneiro do Paraná: ALiNPiRPR**. 2021. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina,

Londrina, 2021. 2 v.

ROCHA, Aristotelina; OLIVEIRA, Márcia. **Geografia regional do Brasil**. Natal: Editora EDUFRN, 2011.

RODRIGUES, G. K.; RIBEIRO, S. Léxico dos brinquedos e brincadeiras infantis: em busca do Falar Nordestino – Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN), Maranhão e Paraíba. **Relatório de Pesquisa UFBA/CNPq** 2014-2016 (Programa PIBIC). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 203-242, jul./dez. 2013.

ROMANO, Valter Pereira. **Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. 2 v.

ROMANO, Valter Pereira. Percurso historiográfico e metodológico da geolinguística. **Revista do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem**, Campo Grande, v. 18, n. 35, p. 135-153, 2014. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3017/2445>. Acesso em: 18 out. 2017.

ROMANO, Valter Pereira; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Padrões de variação lexical na região Sul a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 575-587, jan./abr. 2014.

ROMANO, Valter Pereira; SANTOS, Leandro Almeida dos. Os falares sulista e fluminense de Antenor Nascentes e sua realidade nos dados do Projeto ALiB. **Matraga**, Rio de Janeiro. v. 28, n. 52, p. 82-101, jan./abr. 2021.

ROSSI, Nelson *et al.* **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SANTOS, Grazielle Ferreira da Silva. **Os jogos e diversões infantis no corpus do Projeto ALiB: visitando o Falar Nordestino**. 2018. 207f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Leandro Almeida dos. **Brincando pelos caminhos do falar fluminense**. 2016. 199f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, Leandro Almeida dos. Pelos caminhos das áreas dialetais e lexicais do Brasil. **Caletroscópio**, v. 8, n. 2, p. 44-62, 2020.

SAUTCHUK, Inez. **Prática de morfossintaxe**. São Paulo: Manole, 2004.

SEABRA, Rodrigo Duarte; ROMANO, Valter Pereira; OLIVEIRA, Nathan. 2014.[SGVCLin] - **Software para Geração e Visualização de Cartas Linguísticas**. Versão 1.1. Mídia em CD-ROM e manual explicativo impresso.

SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos dialectológicos**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SILVA, Greize Alves da; BORGES, Patrícia Andréa. Presença vs ausência de traços de ruralidade no léxico tocantinense. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 72, p. 83-105, abr. 2019.

SOLUÇÕES Industriais. **Tartaruga sinalização de transito**. 2023. Disponível em: <https://www.solucoesindustriais.com.br/empresa/movimentacao-e-armazenagem/rotoform/produtos/seguranca-e-protecao/tartaruga-sinalizacao-de-transito>. Acesso em: 7 fev. 2023.

TEIXEIRA, José Aparecido. **Estudos de dialetologia portuguesa: linguagem de Goiás**. São Paulo: Editora Anchieta, 1944.

TEIXEIRA, José Aparecido. **O falar mineiro**. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1938.

TELES, Ana Regina Torres Ferreira. **Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes**. 2018. 483f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TELLES, Vinícius; BENTES, Fábio. **Dicionário Fundamental da Língua Portuguesa**. Curitiba, PR: Base Editorial, 2011. 1120p.

THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle. In: RAENDONCK, D. V. et al. (orgs.). **Actes du XXII Congrès International de Linguistique e Philologie Romanes**. Bruxelles, 1998. p. 367-409.

TRUDGILL, Peter; HERNÁNDEZ CAMPOY, Juan Manuel. **Diccionario de sociolingüística**. Madrid: Gredos, 2007.

ULLMANN, Stephen. **Semântica** – uma introdução à ciência do significado. 5. ed. Tradução de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

WATANABE, Roberto Massaru. **Boca de lobo**. 2021. Disponível em: <http://www.ebanataw.com.br/drenagem/bocadelobo.htm>. Acesso em: 30 jan. 2022.

YIDA, Vanessa. **Normas lexicais no português brasileiro: uma descrição de regionalismos nos dados do campo semântico da alimentação e cozinha do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)**. 2019. 398f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ZÁGARI, M. R. L. Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. A. (Org.). **A geolinguística no Brasil: trilhas seguídas, caminhos a percorrer**. Londrina: Ed. UEL, 2005. p.45-72. [1998. p.31-54.]

APÊNDICES

APÊNDICE A

Declaração Projeto ALiB



D E C L A R A Ç Ã O

Ao utilizar dados do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), como referencial empírico do trabalho de Mariana Spagnolo Martins, intitulado “Variação Lexical Em Itens Da Vida Urbana Espelhada Na Rede De Pontos Do Atlas Linguístico Do Brasil”, que desenvolvo sob a orientação de Vanderci de Andrade Aguilera, membro da equipe Paraná, com o aval de Vanderci de Andrade Aguilera, membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB,

DECLARO:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do Projeto ALiB a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Linguístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Linguístico do Brasil colaborando, quando solicitado, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.
5. Disponibilizar os dados transcritos (em Word ou em Excel), codificados e/ou tabulados (no programa de análise utilizado) ao Comitê Nacional do ALiB.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador e de um membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB, que será enviada ao Arquivo Nacional, na UFBA.

Salvador, 04 de novembro de 2022.


 Mariana Spagnolo Martins
 Orientanda


 Orientador

P/ Comitê Nacional do Projeto ALiB



REGISTRADO no Projeto ALiB sob nº132

APÊNDICE B

Objetivos do Projeto ALiB

APRESENTAÇÃO

O **Projeto Atlas Lingüístico do Brasil** (Projeto ALiB) ganha forma em fins de 1996, por ocasião do Seminário *Caminhos e perspectivas para a Geolingüística no Brasil* realizado em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, de 4 a 8 de novembro. A partir de então, criado o Comitê Nacional que se incumbiria de implementá-lo, vem se dando cumprimento às etapas traçadas seguindo o cronograma definido.

Concebido como um projeto de caráter nacional, pela sua abrangência e pela distribuição espacial dos que o dirigem, o Projeto ALiB tem por **objetivos**:

- Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolingüística.
- Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, dentre outras) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o ensino fundamental e o ensino médio, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.
- Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
- Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outras áreas do conhecimento afins – história, sociologia, antropologia e outras –, de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
- Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundarem o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.
- Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.

No que se refere à **rede de pontos**, foram selecionadas 250 localidades, distribuídas

APÊNDICE C
Rede de Pontos do Projeto ALiB

Nº do ponto no ALiB	Localidade	Grande Região	UF
1	Oiapoque	N	AP
2	Macapá	N	AP
3	Boa Vista	N	RR
4	São Gabriel da Cachoeira	N	AM
5	Tefé	N	AM
6	Manaus	N	AM
7	Benjamin Constant	N	AM
8	Humaitá	N	AM
9	Soure	N	PA
10	Óbidos	N	PA
11	Almeirim	N	PA
12	Belém	N	PA
13	Bragança	N	PA
14	Altamira	N	PA
15	Marabá	N	PA
16	Jacareacanga	N	PA
17	Conceição do Araguaia	N	PA
18	Itaituba	N	PA
19	Cruzeiro do Sul	N	AC
20	Rio Branco	N	AC
21	Porto Velho	N	RO
22	Guajará-Mirim	N	RO
23	Pedro Afonso	N	TO
24	Natividade	N	TO
25	Turialva	NE	MA
26	São Luís	NE	MA
27	Brejo	NE	MA
28	Bacabal	NE	MA
29	Imperatriz	NE	MA
30	Tuntum	NE	MA
31	São João dos Patos	NE	MA
32	Balsas	NE	MA
33	Alto Parnaíba	NE	MA
34	Teresina	NE	PI
35	Piripiri	NE	PI
36	Picos	NE	PI
37	Canto do Buriti	NE	PI
38	Corrente	NE	PI
39	Camocim	NE	PI
40	Sobral	NE	CE
41	Fortaleza	NE	CE
42	Ipu	NE	CE
43	Canindé	NE	CE
44	Crateus	NE	CE
45	Quixeramobim	NE	CE
46	Russas	NE	CE

47	Limoeiro do Norte	NE	CE
48	Tauá	NE	CE
49	Iguatu	NE	CE
50	Crato	NE	CE
51	Mossoró	NE	RN
52	Angicos	NE	RN
53	Natal	NE	RN
54	Pau de Ferros	NE	RN
55	Caicó	NE	RN
56	Cuité	NE	PB
57	Cajazeiras	NE	PB
58	Itaporanga	NE	PB
59	Patos	NE	PB
60	Campina Grande	NE	PB
61	João Pessoa	NE	PB
62	Exu	NE	PE
63	Salgueiro	NE	PE
64	Limoeiro	NE	PE
65	Olinda	NE	PE
66	Afrânio	NE	PE
67	Cabrobó	NE	PE
68	Arcoverde	NE	PE
69	Caruaru	NE	PE
70	Recife	NE	PE
71	Floresta	NE	PE
72	Garanhuns	NE	PE
73	Petrolina	NE	PE
74	União dos Palmares	NE	AL
75	Santana do Ipanema	NE	AL
76	Arapiraca	NE	AL
77	Maceió	NE	AL
78	Propriá	NE	SE
79	Aracaju	NE	SE
80	Estância	NE	SE
81	Juazeiro	NE	BA
82	Jeremoabo	NE	BA
83	Euclides da Cunha	NE	BA
84	Barra	NE	BA
85	Irecê	NE	BA
86	Jacobina	NE	BA
87	Barreiras	NE	BA
88	Alagoinhas	NE	BA
89	Seabra	NE	BA
90	Itaberaba	NE	BA
91	Santo Amaro	NE	BA
92	Santana	NE	BA
93	Salvador	NE	BA
94	Valença	NE	BA
95	Jequié	NE	BA
96	Caetité	NE	BA
97	Carinhanha	NE	BA
98	Vitória da Conquista	NE	BA

99	Ilhéus	NE	BA
100	Itapetinga	NE	BA
101	Santa Cruz Cabralia	NE	BA
102	Caravelas	NE	BA
103	Aripuanã	CO	MT
104	São Félix do Araguaia	CO	MT
105	Diamantino	CO	MT
106	Poxoréo	CO	MT
107	Vila Bela da Santíssima	CO	MT
108	Cuiabá	CO	MT
109	Barra do Garças	CO	MT
110	Cáceres	CO	MT
111	Alto Araguaia	CO	MT
112	Coxim	CO	MS
113	Corumbá	CO	MS
114	Paranaíba	CO	MS
115	Campo Grande	CO	MS
116	Nioaque	CO	MS
117	Ponta Porã	CO	MS
118	Porangatu	CO	GO
119	São Domingos	CO	GO
120	Aruanã	CO	GO
121	Formosa	CO	GO
122	Goiás	CO	GO
123	Goiânia	CO	GO
124	Jataí	CO	GO
125	Catalão	CO	GO
126	Quirinópolis	CO	GO
127	Januária	SE	MG
128	Janaúba	SE	MG
129	Pedra Azul	SE	MG
130	Unai	SE	MG
131	Montes Claros	SE	MG
132	Pirapora	SE	MG
133	Teófilo Otoni	SE	MG
134	Diamantina	SE	MG
135	Uberlândia	SE	MG
136	Patos de Minas	SE	MG
137	Campina Verde	SE	MG
138	Belo Horizonte	SE	MG
139	Ipatinga	SE	MG
140	Passos	SE	MG
141	Formiga	SE	MG
142	Ouro Preto	SE	MG
143	Viçosa	SE	MG
144	Lavras	SE	MG
124	São João Del Rei	SE	MG
146	Muriaé	SE	MG
147	Poços de Caldas	SE	MG
148	Juiz de Fora	SE	MG
149	Itajubá	SE	MG
150	Jales	SE	SP

151	Votuporanga	SE	SP
152	São José do Rio Preto	SE	SP
153	Barretos	SE	SP
154	Franca	SE	SP
155	Andradina	SE	SP
156	Araçatuba	SE	SP
157	Ribeirão Preto	SE	SP
158	Lins	SE	SP
159	Ibitinga	SE	SP
160	Mococa	SE	SP
161	Presidente Epitácio	SE	SP
162	Adamantina	SE	SP
163	Araraquara	SE	SP
164	Teodoro Sampaio	SE	SP
165	Presidente Prudente	SE	SP
166	Marília	SE	SP
167	Bauru	SE	SP
168	Mogi Mirim	SE	SP
169	Assis	SE	SP
170	Bernardino de Campos	SE	SP
171	Botucatu	SE	SP
172	Piracicaba	SE	SP
173	Campinas	SE	SP
174	Bragança Paulista	SE	SP
175	Taubaté	SE	SP
176	Guaratinguetá	SE	SP
177	Itapetininga	SE	SP
178	Sorocaba	SE	SP
179	São Paulo	SE	SP
180	Caraguatatuba	SE	SP
181	Itararé	SE	SP
182	Capão Bonito	SE	SP
183	Itanhaém	SE	SP
184	Santos	SE	SP
185	Ribeira	SE	SP
186	Registro	SE	SP
187	Cananéia	SE	SP
188	Barra de São Francisco	SE	ES
189	São Mateus	SE	ES
190	Vitória	SE	ES
191	Santa Teresa	SE	ES
192	Alegre	SE	ES
193	Itaperuna	SE	RJ
194	São João da Barra	SE	RJ
195	Campos de Goytacazes	SE	RJ
196	Três Rios	SE	RJ
197	Nova Friburgo	SE	RJ
198	Macaé	SE	RJ
199	Valença	SE	RJ
200	Petrópolis	SE	RJ
201	Nova Iguaçu	SE	RJ
202	Rio de Janeiro	SE	RJ

203	Niterói	SE	RJ
204	Arraial do Cabo	SE	RJ
205	Barra Mansa	SE	RJ
206	Parati	SE	RJ
207	Nova Londrina	S	PR
208	Londrina	S	PR
209	Terra Boa	S	PR
210	Umuarama	S	PR
211	Tomazina	S	PR
212	Campo Mourão	S	PR
213	Cândido de Abreu	S	PR
214	Piraí do Sul	S	PR
215	Toledo	S	PR
216	Adrianópolis	S	PR
217	São Miguel do Iguaçu	S	PR
218	Imbituva	S	PR
219	Guarapuava	S	PR
220	Curitiba	S	PR
221	Morretes	S	PR
222	Lapa	S	PR
223	Barracão	S	PR
224	Porto União	S	SC
225	São Francisco do Sul	S	SC
226	São Miguel do Oeste	S	SC
227	Blumenau	S	SC
228	Itajaí	S	SC
229	Concórdia	S	SC
230	Florianópolis	S	SC
231	Lages	S	SC
232	Tubarão	S	SC
233	Criciúma	S	SC
234	Três Passos	S	RS
235	Erechim	S	RS
236	Passo Fundo	S	RS
237	Vacaria	S	RS
238	Ijuí	S	RS
239	São Borja	S	RS
240	Flores da Cunha	S	RS
241	Santa Cruz do Sul	S	RS
242	Santa Maria	S	RS
243	Porto Alegre	S	RS
244	Osório	S	RS
245	Uruguaiana	S	RS
246	Caçapava do Sul	S	RS
247	Santana do Livramento	S	RS
248	Bagé	S	RS
249	São José do Norte	S	RS
250	Chuí	S	RS

ANEXOS

ANEXO A

Reportagem Correo da Manhã - Anel Rodoviário

Anel rodoviário para aliviar tráfego na Av. Brasil e melhorar acesso a GB

A Avenida Brasil não suporta mais o peso e volume do tráfego... O problema de esgotamento do trânsito tem-se agravado...



ULTRAPASSADA A primeira pista da Avenida Brasil tem visto abarrotar-se de carros... O problema de esgotamento do trânsito tem-se agravado...

Segundo apuramos, a solução definitiva para o problema de trânsito na Av. Brasil... O problema de esgotamento do trânsito tem-se agravado...

INFLUENCIADA Como única via de acesso ao Rio, a Avenida Brasil vem sendo estrangulada... O problema de esgotamento do trânsito tem-se agravado...

OBJETIVOS Os dirigentes dos Centros de Cívicos, que funcionam em salas de aulas públicas... O problema de esgotamento do trânsito tem-se agravado...

Declaração de bens

A nova exigência da declaração de bens dos contribuintes... O problema de esgotamento do trânsito tem-se agravado...

Por trás da notícia

Maurício Caminha de Lacerda... O problema de esgotamento do trânsito tem-se agravado...

REORGANIZAÇÃO... O problema de esgotamento do trânsito tem-se agravado...

Renault 4L, Gordini, Caravelle, Floride S. Includes images of the cars and promotional text.

encomende aqui... e use na PEREIRA. Includes images of a car and text about car services.

Reorganização dos serviços parlamentares da Guanabara. Includes text about legislative services.

Revista dos Anjos. Includes text about a magazine.

Via Postal Mensagens. Includes text about postal services.

Nacionalismo. Includes text about nationalism.

Cinema em Casa. Includes text about home cinema.

Reorganização dos serviços parlamentares da Guanabara. Includes text about legislative services.

Clinica Costa Junior. Includes text about a clinic.